

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**ADRIANO MALIKOSKI**

**NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ÉTNICAS POLONESAS NO RIO  
GRANDE DO SUL (1918 – 1942)**

**Caxias do Sul**

**2019**

**ADRIANO MALIKOSKI**

**NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ÉTNICAS POLONESAS NO RIO  
GRANDE DO SUL (1918 – 1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Terciane Ângela Luchese.

**Caxias do Sul**

**2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M251n Malikoski, Adriano

Nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul  
(1918 – 1942) / Adriano Malikoski. – 2019.

307 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, 2019.

Orientação: Terciane Ângela Luchese.

1. Polônia - Migração. 2. Poloneses - Rio Grande do Sul - História.  
3. Poloneses - Rio Grande do Sul - Educação. 4. Imigrantes - Rio  
Grande do Sul - História. 5. Nacionalização. I. Luchese, Terciane  
Ângela, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 325.54(816.5:438)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

**NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ÉTNICAS POLONESAS NO RIO  
GRANDE DO SUL (1918 – 1942)**

**ADRIANO MALIKOSKI**

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 20 de novembro de 2019.

Banca Examinadora:

Dra. Terciane Ângela Luchese (Presidenta UCS)

Dra. Renata Siuda-Ambroziak (UW)

Dra. Maria Stephanou (UFRGS)

Dr. Jorge Luiz da Cunha (UFSM)

Dra. Eliana Relá (UCS)

Dr. Gelson Leonardo Rech (UCS)

Para Alberto  
Para Genoveva

## AGRADECIMENTOS

À minha estimada orientadora Terciane Ângela Luchese;  
Aos professores do PPGEDU-UCS;  
À Universidade de Caxias do Sul, pela bolsa parcial;  
À Capes, pela bolsa integral temporária;  
À Congregação dos Padres Vicentinos, na pessoa generosa e acolhedora do padre Lourenço Bienarski e de seus confrades;  
Ao Núcleo de Pesquisas Históricas da UFRGS;  
Ao Arquivo Histórico de Erechim;  
Ao Arquivo de Atas Novas de Varsóvia;  
Ao Arquivo Nacional do Itamaraty no Rio de Janeiro;  
À Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro;  
Ao Arquivo Histórico de Guarani das Missões;  
Ao Arquivo Histórico de Dom Feliciano;  
Ao Museu e Arquivo Histórico de Áurea;  
Ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;  
Ao Arquivo Histórico dos Freis Capuchinhos;  
À Braspol, na pessoa do amigo André Hamerski;  
Ao Zdzislaw Malczewski pelas contribuições;  
Ao Rhuan Zaleski Trindade pela parceria e pelas contribuições;  
À Alcione Nawroski pelas contribuições de fontes de pesquisa;  
À Izabete Libra Polidoro Lima, pela gentileza e competência nas correções gramaticais e ortográficas;  
Ao amigo Gelson Leonardo Rech e sua família pela amizade;  
Ao Reitor da UCS, Evaldo Antônio Kuiava e ao Diretor do Centro de Humanidades da UCS, Everaldo Cescon;  
Aos meus alunos;  
Ao Projeto Mão Amiga na pessoa do Frei Jaime Bettega, colegas gestores e educadores dos projetos sociais;  
Em especial a meus familiares, à minha esposa Lucila e à minha filha Valentina;  
Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como processos de nacionalização, produzidos no período de 1918 a 1942, configuraram ou extinguiram as escolas étnicas de comunidades polonesas no Rio Grande do Sul, observando as reações e as ações de diferentes instituições no seu processo identitário étnico, presentes neste contexto histórico de construção impositiva de um modelo de nacionalidade. A problemática se resume em compreender como foi configurado e organizado o processo escolar dos imigrantes poloneses, a partir da reconstrução da Polônia no mapa político da Europa, diante da imposição cultural nacionalista, mais conhecida como Campanha de Nacionalização, com restrições às organizações escolares étnicas. Por meio dos pressupostos teóricos da História Cultural, de autores como Chartier (1988) e Certeau (2011) e do entendimento de etnicidade de Barth (1998), considero importante atentar para os processos escolares étnicos vividos no contexto gaúcho, após a implementação do Estado Novo em 1937 e como tais práticas foram percebidas e sentidas. Metodologicamente compreendo a construção da historiografia como uma organização sistemática de fontes, conforme os questionamentos e objetivos de pesquisa, em tempo e espaço delimitado. Dentre os diferentes documentos mobilizados para a construção desta tese, estão documentos consulares; correspondências de sociedades e organizações étnicas polonesas; artigos da imprensa étnica, além de imagens e documentos escolares de imigrantes poloneses. Defendo que a afirmação de *brasilidade* na Era Vargas e a constituição de uma *polonidade*, influenciada pelo Ministério das Relações Exteriores da Polônia, foram elementos importantes para configurar as atividades de ensino, durante o período entreguerras, resultando na extinção ou transformação das escolas étnicas nessas comunidades no Rio Grande do Sul. Foi um processo não homogêneo de ressignificação da cultura étnica e da constituição do simbólico, em sua acepção de valor e numa dimensão de produção de pertencimentos, aqui, em especial, dos imigrantes poloneses. Neste ambiente houve incremento nas relações entre a construção de *polonidade* e a constituição e condução dos processos escolares, incluídos numa ordem política, por meio do acompanhamento do governo da Polônia. A construção e a manutenção de práticas culturais dos imigrantes poloneses possibilitaram a formação de diversas instituições ainda anteriores à independência da Polônia, como associações, sociedades e escolas. Para os

poloneses o processo escolar étnico foi um demarcador de *polonidade*, sinônimo de resistência frente aos processos institucionalizados da nacionalização, aliados ao sentimento de pertencimento, que contribuiu para que a cultura étnica fosse formulada e constituída de certo modo. Como resultado da campanha de nacionalização varguista, o ensino escolar étnico dos imigrantes poloneses foi cessado pela imposição moral de um ideal de *brasilidade* que resultou na transformação e no fechamento de escolas e em restrições de utilização da cultura étnica.

**Palavras-chave:** Imigração polonesa no Rio Grande do Sul. Nacionalização. Escolas Étnicas Polonesas. *Polonidade. Brasilidade*



## ABSTRACT

This research aims to analyze how nacionalização processes, produced in the period from 1918 to 1942, configured or extinguished the ethnic schools of Polish communities in Rio Grande do Sul, observing the reactions and actions of different institutions in their ethnic identity process, present in this historical context of imposing construction of a nationality model. The problem comes down to understanding how the school process of Polish immigrants was configured and organized, from the reconstruction of Poland on the political map of Europe, in the face of the nationalist cultural imposition, better known as the Campanha de Nacionalização, with restrictions on ethnic school organizations. Through the theoretical assumptions of Cultural History, by authors such as Chartier (1988) and Certeau (2011) and Barth's (1998) understanding of ethnicity, I consider it important to pay attention to the ethnic school processes experienced in the context, after the implementation of the Estado Novo in 1937 and how such practices were perceived and felt. Methodologically, I understand the construction of historiography as a systematic organization of sources, according to the questions and research objectives, in a limited time and space. Among the different documents mobilized for the construction of this thesis, are consular documents; correspondence from Polish societies and ethnic organizations; articles from the ethnic press, as well as images and school documents of Polish immigrants. I argue that the affirmation of Brazilianness in the Era Vargas and the constitution of a Polishness, influenced by the Polish Ministry of Foreign Affairs, were important elements to configure teaching activities, during the interwar period, resulting in the extinction or transformation of ethnic schools in these communities in Rio Grande do Sul. It was a non-homogeneous process of redefinition of ethnic culture and the constitution of the symbolic, in its sense of value and in a dimension of production of belongings, here, in particular, of Polish immigrants. In this environment, there was an increase in the relations between the construction of Polishness and the constitution and conduct of school processes, included in a political order, through the monitoring of the Polish government. The construction and maintenance of cultural practices by Polish immigrants enabled the formation of several institutions even before Poland's independence, such as associations, societies and schools. For Poles, the ethnic school process was a marker of Polishness, synonymous with resistance to the

institutionalized processes of nationalization, coupled with the feeling of belonging, which contributed to the ethnic culture being formulated and constituted in a certain way. As a result of the Vargas nationalization campaign, the ethnic school education of Polish immigrants was stopped by the moral imposition of an ideal of Brazilianness that resulted in the transformation and closure of schools and restrictions on the use of ethnic culture.

**Keywords:** Polish Immigration. Nationalization. Polish Ethnic Schools. Polish Identity; Brazilianness.

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 1 – Bibliografia especial sobre a imigração .....  | 47  |
| Quadro 2 – Amostragem de fontes NPH/UFRGS .....   | 49  |
| Quadro 3 – Amostragem de fontes na Sociedade Polônia.....   | 50  |
| Quadro 4 – Amostragem de arquivos municipais no Rio Grande do Sul .....   | 51  |
| Quadro 5 – Amostragem de fontes de arquivos em Curitiba.....  | 52  |
| Quadro 6 – Amostragem de fontes, Arquivo Nacional do Itamaraty.....   | 53  |
| Quadro 7 – Periódicos dos imigrantes poloneses .....  | 53  |
| Quadro 8 – Dados estatísticos da população polonesa no estado do Rio Grande do Sul, em 1939 .....   | 124 |
| Quadro 9 – Iniciativas de organização de sociedades e associações mais amplas   | 126 |
| Quadro 10 – Número de escolas por município, associações pertencentes, alunos e professores em 1924.....  | 132 |
| Quadro 11 – Instituições étnicas polonesas filiadas à Associação Kultura no Rio Grande do Sul publicados em 1927. ....                                | 133 |
| Quadro 12 – Fonte de manutenção das escolas.....  | 139 |
| Quadro 13 – Dados sobre os professores das escolas de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas em 1937.....  | 148 |
| Quadro 14 – Dados sobre as dependências das escolas étnicas polonesas de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas em 1937.....                           | 150 |
| Quadro 15 – Dados sobre o ensino em polonês de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas, em 1937 .....   | 154 |
| Quadro 16 – Dados sobre o ensino em Língua Polonesa e funcionamento das escolas étnicas polonesas em Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas, em 1937.. | 155 |
| Quadro 17 – Frequência, Ensino Secundário e crianças fora da escola. ....   | 157 |
| Quadro 18 – Dados sobre a composição étnica em comunidades de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas em 1937.....                                      | 158 |
| Quadro 19 – Escolas Confessionais em 1937 .....   | 161 |
| Quadro 20 – Escolas leigas no ano de 1937.....  | 162 |
| Quadro 21 – Legislações específicas da nacionalização em âmbito nacional .....  | 175 |
| Quadro 22 – Legislação específica da nacionalização no Rio Grande do Sul. ....  | 188 |
| Quadro 23 – Lista das localidades nas quais foram enviados formulários para registro de escolas na Secretaria de Educação do estado .....             | 246 |

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 – Categorias analíticas.....   | 21  |
| Figura 2 – Colonização nos estados do Sul do Brasil em publicação de 1899. ....   | 79  |
| Figura 3 – Capa de publicação sobre a imigração polonesa no Brasil.....   | 83  |
| Figura 4 – Delegação Brasileira no Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior em 1929 .....   | 122 |
| Figura 5 – Localização das escolas polonesas em núcleos coloniais entre 1875 a 1939 e distribuição dos núcleos coloniais .....                      | 130 |
| Figura 6 – Primeira Assembleia da Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul .....  | 145 |
| Figura 7 – Quinta aula subvencionada pelo estado. Prof. Ignacio Rapkiewicz, em 1º de dezembro de 1916 .....   | 153 |
| Figura 8 – Livro de Matemática, para a terceira série .....   | 160 |
| Figura 9 – Aula da Sociedade Polonesa Marechal José Piłsudski em Barril – Palmeiras das Missões (atual Frederico Westphalen) .....                  | 250 |
| Figura 10 – Reprodução da imagem do livro, Primeiras Noções Grammatica de Alfredo Clemente Pinto. ....  | 251 |
| Figura 11 – Atestado bilíngue da escola Águia Branca em 1935. ....  | 261 |
| Figura 12 – Alunos da Aula Progresso e Educação e o Professor Konstany Cieślak, Erechim – RS. ....  | 262 |
| Figura 13 – Celebração da data cívica de 07 de setembro de 1944, em escola paroquial da cidade de Treze de Maio, atual município de Áurea – RS..... | 269 |

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAN: *Archiwum Akt Nowych* – Arquivo de atas novas.

BIT: Bureau Internacional do Trabalho

CZP: *Centralny Związek Polaków* - Central das Associações Polonesas no Brasil.

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

LMK: Liga Morska e Kolonjalne

NPH: Núcleo de Pesquisas Históricas.

PUCPR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

UCS: Universidade de Caxias do Sul.

UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa.

UEPJM: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita.

UFPR: Universidade Federal do Paraná.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina.

UNESC: Universidade Estadual de Santa Catarina.

UNICAMP: Universidade de Campinas.

UNICENTRO: Universidade Estadual do Centro-Oeste.

UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

UPF: Universidade de Passo Fundo.

USP: Universidade de São Paulo.

ZZP: Federação das Associações Polonesas no Rio Grande Sul

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>  | <b>15</b>  |
| 1.1 A POTÊNCIA DA(S) CULTURA(S) E DAS REPRESENTAÇÕES .....  | 28         |
| 1.2 A ETNICIDADE .....  | 30         |
| 1.3 DA DESCONTINUIDADE DO SUJEITO EM SUA IDENTIDADE À<br>PRODUÇÃO DA REALIDADE HISTÓRICA.....               | 33         |
| 1.4 DA APROPRIAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE UMA NARRATIVA .....  | 37         |
| 1.5 CAMINHOS E PROCESSOS DE PESQUISA.....   | 39         |
| <b>1.5.1 Os documentos históricos .....</b>   | <b>42</b>  |
| <b>1.5.2 A produção de documentos para pesquisa .....</b>   | <b>46</b>  |
| <b>2 POLONIDADES E CONTEXTOS ÉTNICOS OFICIAIS .....</b>   | <b>59</b>  |
| 2.1 A IMIGRAÇÃO NA VISÃO DOS INTELLECTUAIS POLONESES EM MEADOS<br>DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX ..... | 67         |
| 2.2 A NOVA POLÔNIA.....   | 75         |
| 2.3 CONJUNTURAS POLÍTICAS POLONESAS NO PERÍODO<br>ENTREGUERRAS: A MANUTENÇÃO DA CULTURA ÉTNICA.....         | 90         |
| 2.4 A LIGA <i>MORSKA I KOLONJALNE</i> E O FORTALECIMENTO DA AÇÃO<br>COLONIZADORA.....                       | 98         |
| 2.5 AS CONFERÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO .....  | 109        |
| <b>3 A ESCOLA COMO DEMARCADOR DA <i>POLONIDADE</i> E AS REDES DE<br/>SOCIABILIDADE .....</b>                | <b>118</b> |
| 3.1 A ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO ESCOLAR ÉTNICO .....   | 126        |
| <b>3.1.1 Sobre a educação escolar étnica polonesa no Rio Grande do Sul a<br/>partir de 1929.....</b>        | <b>128</b> |
| 3.2 REDES DE SOCIABILIDADE ORGANIZADAS PELA IMIGRAÇÃO<br>POLONESA.....                                      | 131        |
| 3.3 CZP – UNIÃO CENTRAL DOS POLONESES DO BRASIL .....   | 135        |
| <b>3.3.1 Instrutores de ensino .....</b>  | <b>142</b> |
| 3.4 FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES POLONESAS DO RS .....   | 144        |
| 3.5 RECENSEAMENTO ESCOLAR ÉTNICO .....  | 147        |
| <b>4 O MOVIMENTO DE NACIONALIZAÇÃO E A COMUNIDADE ÉTNICA<br/>POLONESA .....</b>                             | <b>167</b> |

|  |            |
|--|------------|
| 4.1 OS POLONESES E AS MEDIDAS NACIONALIZADORAS ANTERIORES À CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO ..... | 189        |
| 4.2 NACIONALISMO E EXPANSÃO COLONIAL .....   | 195        |
| 4.3 MOBILIZAÇÃO CONSULAR E O PENSAMENTO CHAUVINISTA .....                                    | 201        |
| <b>5 A NACIONALIZAÇÃO E AS ESCOLAS ÉTNICAS POLONESAS NO RIO GRANDE DO SUL .....</b>          | <b>210</b> |
| 5.1 É PRECISO NACIONALIZAR A ESCOLA.....   | 217        |
| 5.2 O FECHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES ÉTNICAS POLONESAS MAIS AMPLAS.....                         | 224        |
| 5.3 A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL .....                                    | 240        |
| 5.4 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE .....  | 257        |
| 5.5 ESCOLAS E PROFESSORES DEPOIS DA NACIONALIZAÇÃO.....                                      | 260        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>273</b> |
| <b>7 REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>282</b> |
| <b>8 DOCUMENTOS .....</b>  | <b>300</b> |
| <b>9 ANEXOS .....</b>  | <b>301</b> |

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pesquisar demanda organizar sentidos, objetos e verdades.

O Brasil, durante o período entre as duas Guerras Mundiais, passou por uma intensa transformação cultural que culminou com imposição de um processo nacionalista, assumindo os rumos políticos e culturais nacionais, conforme um entendimento de *brasilidade*, na chamada era Vargas.<sup>1</sup> Em relatório produzido pelo consulado da Polônia em 1937, constava no Estado do Rio Grande do Sul 128 escolas polonesas.<sup>2</sup> Destas, 106 estavam em funcionamento, outras tinham sido desativadas e outras mais estavam em processo de organização. Considerando que estavam alinhadas com um processo cultural associado a valores e crenças trazidas de um país estrangeiro, embora próprio da reconfiguração de espaços e da mobilidade das identidades humanas, promovia a construção de uma *polonidade*, com características próprias, em diferentes núcleos e municípios do estado. Nesse sentido, contribuiu para a consolidação de uma cultura étnica polonesa, com traços inerentes e demarcadores dessa *polonidade*.

O fechamento ou a imposição de restrições de funcionamento a estas escolas é uma via de apropriação de significados, que possibilitam a condução de uma narrativa e a análise sobre a construção de conhecimentos históricos relacionados aos sentidos esquecidos do passado, que permanecem vivos no interior de comunidades atravessadas por processos impositivos de nacionalização.

O Rio Grande do Sul foi considerado o segundo destino de imigrantes poloneses no Brasil, possuindo importante número de descendentes nos dias atuais, em diferentes regiões do estado<sup>3</sup>. Segundo Ciurus (1977), em 1938, quando iniciou o processo de nacionalização compulsória, a imigração polonesa no Rio Grande do Sul foi estimada em torno 80 mil pessoas, em sua maioria agricultores ligados às atividades de subsistência. Num contexto de pluralidade étnica e de condicionamentos histórico-sociais, formaram uma conjuntura cultural e histórica

---

<sup>1</sup> Na perspectiva de Vargas do Estado Novo (1937-1945), ao qual Diniz (1999) enfatiza como dominador, dotado de forte ambição e mando.

<sup>2</sup> Przegląd, Towarzystw i Szkol Polskich w Brazylii. Relatório das sociedades e escolas polonesas no Brasil – Estado do Rio Grande do Sul – realizado pelo consulado da Polônia em Curitiba, 1937.

<sup>3</sup> Ver estudo de Siuda-Ambroziak e Malinowski (2000) e Gardolinski (1977). Respectivamente a ordem dos três estados que mais receberam imigrantes poloneses no Brasil foi primeiramente o Paraná, em segundo o Rio Grande do Sul e em terceiro Santa Catarina.



distinta. Os imigrantes poloneses, somando-se aos descendentes nascidos no Brasil, formam o campo social-histórico desta tese, que privilegia os processos escolares étnicos, em tempos da nacionalização compulsória.<sup>4</sup> Esta pesquisa, sobre o processo de nacionalização das escolas dos imigrantes poloneses, propõe-se a trazer alguns sentidos silenciados ou inaudíveis, que estão ausentes na historiografia do Rio Grande do Sul. É um desejo de constituir memória, porém, considerando o que afirma Stephanou (1998), em relação à romantização das origens e dos pertencimentos e da necessidade de análise dos processos de constituição do lembrar e do esquecer.

No processo de construção histórica, conforme Chartier (1988), as modalidades de pensar e agir são importantes classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo, num embate entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Nesse sentido, dois conceitos analíticos foram eleitos para situar e compreender a temática proposta. Pode-se destacar como o entendimento de dois sentidos e significados interpretativos da temática anunciada, definidos como *polonidade* e *brasilidade*.

Primeiro, a invenção de um processo cultural compreendido como *polonidade*, composto pela cultura étnica, e o entendimento dos sentidos representativos deste processo identitário, em comunidades de colonização polonesa no Rio Grande do Sul. Após a Primeira Guerra Mundial, a Polônia é reestruturada no cenário político após 140 anos de partilhas, levantes e de tentativa de reconstrução de uma nação polonesa nos territórios étnicos na Europa.<sup>5</sup> Apesar de existir nos núcleos imigrantistas uma cultura própria, forjada na prática cotidiana (CERTEAU, 1998), a restituição da Polônia, no cenário político europeu, mudou a forma de entendimento do significado de pertencimento étnico. Este sentido foi reconfigurado em núcleos espalhados por municípios de diferentes regiões, onde considerável número de imigrantes promoviam o processo de construção e produção de sua cultura, inseridos em comunidades urbanas e rurais do estado. A independência da Polônia representa um elemento de valoração e de reelaboração

---

<sup>4</sup> Ver Diniz (1999).

<sup>5</sup> Por questões de pertencimento dos poloneses e para determinar os espaços de origem da etnia polonesa nas três partições, utiliza-se expressão territórios étnicos, em referências aos locais de onde os imigrantes poloneses vieram, apesar de estarem divididos entre três nações: Rússia, Prússia e Áustria. Posteriormente, esses territórios irão formar a maior parte da Polônia após a reestruturação política independente, pós-Segunda Guerra Mundial.

do processo identitário e étnico. Anteriormente, podiam ser considerados como russos, alemães ou austríacos, conforme passaportes que traziam ou mesmo nas estatísticas da imigração.<sup>6</sup> Conforme Wachowicz (1981), possuírem oficialmente um lugar simbólico de referência ou procedência produziu representações positivas do ser polonês, com transformações importantes na condução dos processos institucionais comunitários, produzindo uma *polonidade* ou coletividade étnica fora dos territórios europeus. Compreende-se que este é um elemento importante para a compreensão da temática da tese e para a construção desta pesquisa.

Segundo, o Brasil pós-Primeira Guerra, passava por um processo de afirmação de uma pretendida identidade nacional, ou a afirmação de uma *brasilidade*,<sup>7</sup> promovida por meio da construção de um nacionalismo,<sup>8</sup> em decorrência dos acontecimentos que envolveram o conflito Mundial e, posteriormente, o período entreguerras, com destaque para gestação de uma nova corrida colonialista do Mundo. Porém, o nacionalismo não foi exclusivo do período entreguerras ou da Era Vargas. Esse processo de construção da *brasilidade* foi iniciado de forma mais organizada na década de 30<sup>9</sup> do século XIX, e fortemente retomado com a Proclamação da República, em 1889, avançou pelo século XX e culminou nos decretos de nacionalização de Getúlio Vargas e, conseqüentemente, na implantação de aparelhos de repressão e de vigilância de tudo o que era estrangeiro.<sup>10</sup> Porém, a construção da *brasilidade* se mostra adormecida em alguns tempos e, em outros, possui uma volatilidade e vitalidade mais vibrantes. De acordo com Basbaum (1976), a Primeira República ou República Velha, estando mais modernizada em relação à Constituição Monárquica, representava um momento de euforia e de constituição de um espírito nacional. Conforme Guimarães (1988), após a implantação de um Estado Nacional, a tarefa que se impunha agora era o delineamento de um perfil para a nação brasileira, garantindo uma identidade, de acordo com os novos princípios de organização da vida social.<sup>11</sup> Em conjunto ao pensamento da *brasilidade*, grupos de imigrantes, dentre eles os poloneses,

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto ver Gardolinski (1977) e Wachowicz (1981).

<sup>7</sup> No sentido de Lesser (2015), na adoção de uma cultura majoritária.

<sup>8</sup> No sentido de Gellner (1983), em que o nacionalismo produz uma nação.

<sup>9</sup> Ver estatutos da criação da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (RIHGB), tomo 01, 1º trimestre de 1839, p. 9.

<sup>10</sup> Sobre o assunto ver Gertz (1987).

<sup>11</sup> Ver também Pandolfi (1999).

organizavam e estruturavam suas instituições em comunidades, em sua maioria, nos distantes rincões do interior do Rio Grande do Sul.<sup>12</sup>

A mobilização comunitária e a organização de instituições foram facilitadas pela perpetuação de práticas e costumes trazidos dos países de origem. Estas instituições, como escolas, sociedades e mesmo associações, são produzidas pela iniciativa comunitária, para satisfazer as necessidades de lazer, cultura e ensino, influenciadas pelo isolamento geográfico e cultural.<sup>13</sup> O isolamento dessas comunidades étnicas proporcionou uma ação cultural, segundo suas tradições e costumes, o que, de certa forma, causava incômodo aos intelectuais que buscavam delimitar o perfil da nacionalidade brasileira. Diferentes leis e decretos buscaram disciplinar o assunto em diferentes períodos, nos estados do Sul do Brasil.<sup>14</sup>

Apesar do discurso comum dos republicanos<sup>15</sup> ser de que a economia devia modernizar-se, buscando principalmente na imigração o impulso necessário para o surgimento de uma classe intermediária de trabalhadores livres no campo e nas cidades (PETRONE, 1982), as leis republicanas influenciadas por oligarquias privilegiavam alguns grupos e não demoraram a produzir seus efeitos para a condução da política nacional, deixando praticamente esquecidos imigrantes e suas comunidades. Enquanto na política brasileira se conservava a influência das grandes organizações agrárias cafeeiras para exportação, muitos imigrantes permaneciam num regime de subsistência, sem serem adequadamente assistidos pelo Estado brasileiro. (KREUTZ 1999; GARDOLINSKI, 1977). Porém, a partir dos anos 20 do século XX é caracterizado no Brasil um período de efervescência social, política e cultural e de gestação de definições ideológicas republicanas (VIANNA, 2007), com efeitos para os grupos e as comunidades étnicas de imigrantes no Rio Grande do Sul. Esse processo foi desenvolvido de forma moderada de acordo com

---

<sup>12</sup> A partir de 1875, as primeiras levas de imigrantes poloneses chegam no Rio Grande do Sul, ainda durante o governo imperial. Porém, maior número destes imigrantes chegou ao estado durante o Período Republicano.

<sup>13</sup> Descaracterizando o sentido dúbio da afirmação e por entender que a cultura jamais se isola em si mesma, tomou-se o termo *isolamento* como um modo de construção cultural próprio dos grupos comunitários que produzem suas instituições por meio da invenção de uma suposta unidade homogeneizada pelos valores e pelas crenças étnicas, em uma fase inicial de adaptação e mensuração dos espaços geográficos. Embora, num segundo momento, a interação interétnica torna-se uma variável contundente de compreensão e transformação dos espaços de socialização presentes, continuamente, em qualquer sociedade.

<sup>14</sup> Ver quadro de legislações específicas sobre a nacionalização, no Capítulo 3. Ver também Kreutz (1999 e 1994) e Bastos (1994).

<sup>15</sup> Ver Bendix (1996), sobre construção nacional e cidadania.

as legislações estaduais até o ano de 1930, quando se inicia um acirramento dos debates políticos e intelectuais em relação às instituições escolares étnicas, no sentido de adotar políticas concretas de inserção dos imigrantes na cultura nacional.<sup>16</sup>

Conforme Cunha (2014), com a chegada da década de 30, as relações entre Estado e comunidades étnicas começam a gerar conflitos, por meio de tensionamentos refletidos também pelo período entreguerras no cenário nacional e internacional, principalmente pela ascensão de regimes totalitários na Europa e na Ásia. Para Kreutz (2014), foi um momento histórico de forte acento nacionalista, em que o processo escolar foi valorizado como um dos principais setores de formação de uma consciência nacional brasileira ou para a formação de um Estado/Nação. Após a decretação do Estado Novo no plano nacional, houve a proposição e a busca de um projeto político-educacional que desse ênfase a questão da nacionalidade, justificando a adoção de medidas importantes, no plano de reorganização do ensino. (BASTOS; TAMBARA, 2014).

Em Santa Catarina, segundo Faveri (2002), o Estado Novo buscou construir uma memória histórica e nacional silenciando grupos na sua diversidade cultural e étnica e interferindo drasticamente por meio de ameaças, prisões e expulsões, o que deixou marcas em quem sofreu a violência e em quem fez a violência, por meio de medidas contundentes, para abrasileirar ou nacionalizar diferentes grupos de imigrantes. Em relação ao Paraná, Renk (2011) pontua que houve também manifestações contundentes em favor da nacionalização de comunidades ditas estrangeiras, com medidas mais efetivas respaldadas pela legislação estadual.

Essas duas variáveis, ou esquemas de significação, *polonidade* e *brasilidade*, serão possibilidades de busca de sentidos possíveis, alicerçados nas(nos) fontes/documentos para a proposição desta temática de pesquisa. Se, por um lado, a partir da independência da Polônia em 1918, existia a reelaboração da cultura étnica através da reorganização de comunidades em diversos núcleos da imigração, com apoio oficial do governo polonês, por outro lado, no Brasil, havia a preocupação em definir os rumos políticos de uma nação brasileira, instituindo um

---

<sup>16</sup> Sobre o assunto ver Seifert (1999); Bastos (1994) e Kreutz (1999).

modo de falar, educar, viver e promover o patriotismo<sup>17</sup> nas comunidades étnicas. (SEYFERTH, 1999).

Um significado importante destas mudanças de perspectivas em relação às comunidades étnicas polonesas, pode ser compreendido por meio da análise que o cônsul Głuchowski faz do momento Pós-Primeira Guerra Mundial, em relação à reorganização do processo escolar, depois da independência da Polônia:

A ação que foi iniciada em 1920 seguiu a seguinte linha: antes de mais nada, era preciso criar um quadro dentro do qual pudesse encerrar-se o trabalho no campo da reforma escolar, um quadro organizativo que reunisse as sociedades, associações e pessoas que trabalhavam na área. Era preciso seguir um esforço para reorganizar o magistério, ou para associá-lo, eliminando-se os elementos indesejáveis, formando-se novas pessoas, elevando o seu nível cívico, moral e profissional, e etc. [...] paralelamente como os objetivos acima mencionados, havia a questão dos manuais escolares, dos programas, das bibliotecas e da educação extraescolar, dos contatos com a pátria de origem, etc. (GŁUCHOWSKI, 2005, p. 177).

Essas mudanças na configuração da cultura étnica, prescritas e tentadas durante as primeiras décadas do século XX, produziram algumas transformações na forma de ação das lideranças e na reconfiguração do sistema de ensino étnico dos imigrantes poloneses.

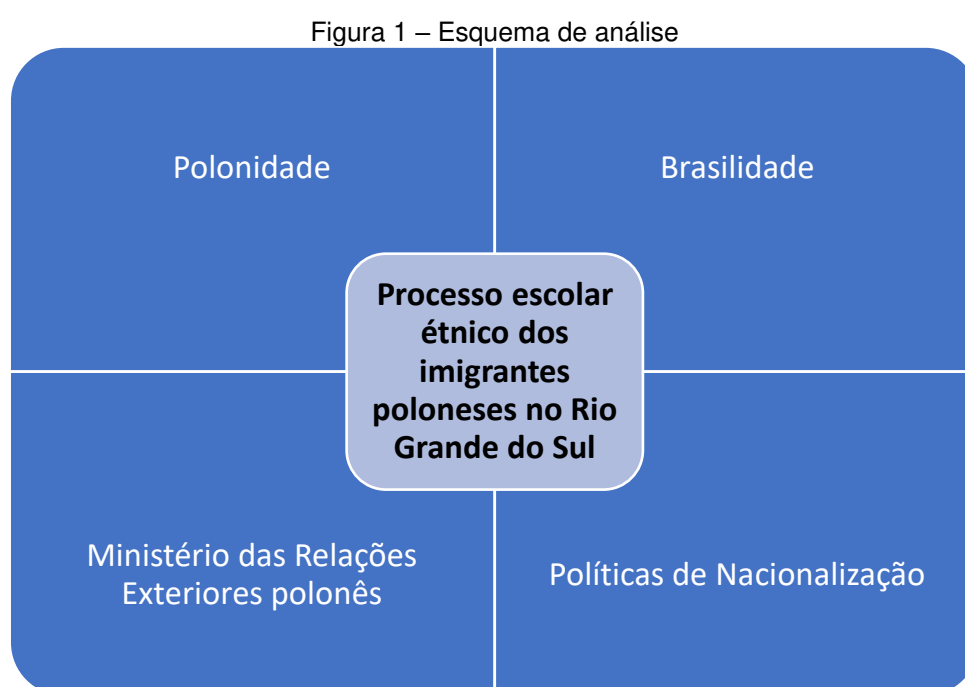
Diante dessas afirmações, algumas questões podem ser consideradas relevantes neste processo de pesquisa: Os imigrantes e descendentes poloneses aderiram voluntariamente ao processo de nacionalização? Houve algum tipo de conflito ou protesto? Quais foram os impactos culturais do fechamento das escolas, das associações, da proibição do uso da língua e da circulação de periódicos étnicos? Como reagiram? Que ressonâncias foram produzidas entre imigrantes e descendentes? Pesquisas que respondam a estas questões são inexistentes ou desconhecidas, o que coloca em evidência a representação de invisibilidade em relação à nacionalização dos imigrantes poloneses, refletida na pouca documentação oficial ou nas pesquisas historiográficas que aprofundem o tema no Rio Grande do Sul.

Assim, para pensar a temática da pesquisa, organiza-se o seguinte esquema analítico que se inter-relaciona e forma os espaços e campos de significação

---

<sup>17</sup> O pátrio, no sentido de Figueredo (1943), como imposição de um estado nacional para valorização do “*homem*” brasileiro.

elegidos, para produzir em um conjunto de representações sobre as escolas dos imigrantes poloneses e a nacionalização do ensino, no Rio Grande do Sul. De um lado, a invenção da *polonidade* – a etnicidade polonesa representada pelas instituições e o acompanhamento do governo polonês; de outro, a construção da *brasilidade*, ou a constituição de um Brasil por meio de um discurso nacionalista e dos decretos de nacionalização. Por conseguinte, no centro está o processo de ensino étnico dos imigrantes poloneses, objeto desta pesquisa e possibilidade de constituição de uma historiografia.



Fonte: Organização do autor.

Essa inter-relação entre instituições escolares étnicas polonesas, *polonidade* e *brasilidade*, são conjecturas que esta pesquisa destaca, no sentido de analisar o desenvolvimento do processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, entre 1918 e 1942. No sentido de compreender como foi configurado e organizado o processo escolar dos imigrantes poloneses, a partir da reconstrução da Polônia no mapa político da Europa, em contraponto com a tentativa de imposição de uma cultura nacional brasileira, mais conhecida como Campanha de nacionalização, com proibições e restrições de funcionamento às organizações escolares étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. Nessa relação entre projetos políticos, considera-se importante analisar os

processos escolares desse contexto, compreendendo as ressonâncias para as comunidades étnicas de imigrantes poloneses e descendentes no estado.

No período entreguerras houve um incremento nas relações entre a construção de *polonidade* e a constituição e condução dos processos escolares, incluídos numa ordem política. A construção e a manutenção de práticas culturais dos imigrantes poloneses possibilitaram a formação de diversas instituições ainda anteriores à independência da Polônia, como associações, sociedades e escolas.

Nesse sentido, o objetivo geral da proposição desta tese é analisar como a nacionalização, no período de 1937 a 1942, configuraram ou extinguiram as escolas étnicas da comunidade polonesa no Rio Grande do Sul, observando as reações e as ações de diferentes instituições em suas manifestações, no processo identitário étnico, que se fizeram presentes neste contexto histórico de construção impositiva de um ideal de nacionalidade.

Houve a intenção de manter alguns elementos ou fazeres culturais em relação aos processos institucionalizados da nacionalização, aliados ao sentimento de pertencimento, que contribuiu para que a configuração e a construção da cultura étnica fossem reformuladas e constituídas.

De acordo com Malikoski (2018), é nas décadas de 20 e 30 do século XX, que as instituições escolares dos imigrantes poloneses são assistidas com maior interesse por parte do governo polonês. Mesmo as disputas étnicas entre progressistas e religiosos,<sup>18</sup> e, em muitos casos, com interesses conflitantes, conduziram o processo de ensino a um desenvolvimento e expansão, tanto no número de escolas como nas condições de ensino. Como destaca Wachowicz (2002), nesse período, houve a implantação de bibliotecas, cursos de professores, edição de livros didáticos e periódicos e envio por parte do governo polonês de instrutores de ensino.

Diante da estruturação organizativa desta investigação, além do objetivo principal, articulam-se alguns objetivos específicos. Retomando as categorias elegidas, inicialmente, o primeiro objetivo específico foi analisar o processo de construção de representações de uma *polonidade*, por meio das instituições escolares e comunitárias dos imigrantes poloneses, analisando quem são os poloneses no Rio Grande do Sul, suas características, adesões e sua etnicidade.

---

<sup>18</sup> Sobre o assunto ver Silva (2019).

As instituições organizadas pela imigração polonesa configuraram processos identitários, sendo importantes campos de representações de sentidos para a construção da etnicidade polonesa. A organização das instituições esteve sob a responsabilidade de lideranças étnicas ou de agentes culturais. (WEBER, 2015). A ação de tais lideranças, adeptas a diferentes ideários, conduziu os processos de ensino, tendo o papel de promover a afirmação étnica, num contexto de pluralidade cultural, uma vez que a imigração polonesa estava em contato com outros grupos de imigrantes. Dessa forma, o segundo objetivo específico é compreender a ação dessas lideranças étnicas na condução do processo escolar comunitário. Compreende-se com Seixas (2006) que as reinvenções de categorias étnicas têm sua expressão nos agentes difusores de uma consciência étnica reelaborada.<sup>19</sup> A reconstituição da Polônia, como Estado político autônomo possibilitou certa integração de ações de lideranças, na organização das instituições que estavam em funcionamento até os decretos de Getúlio Vargas.

Porém, o processo de nacionalização trouxe consequências que foram sentidas pelas comunidades e organizações étnicas polonesas. Assim o terceiro objetivo específico foi analisar a nacionalização no Rio Grande do Sul em suas diferentes acepções legais e práticas, bem como as consequências dos decretos e de outras leis para as escolas nos núcleos dos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul.

Por fim, o último objetivo específico foi analisar as escolas dos imigrantes poloneses e a nacionalização, suas ações e estratégias diante das leis e dos decretos nacionalizadores e as consequências e ressonâncias dessas imposições para essas comunidades.

Essa inter-relação, entre processo de ensino étnico e a nacionalização, foi a conjuntura que conduziu à problematização desta pesquisa. A temática ora apresentada foi uma possibilidade de construção e organização de sentidos históricos ainda não desenvolvida sobre o processo de nacionalização do ensino dos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul. Desta forma, esta pesquisa está amparada por um processo cultural que envolve a estruturação de significados, organizados por meio da apropriação de sentidos, proporcionados pelas fontes de

---

<sup>19</sup> Como exemplo, pode ser citado o embate ideológico entre progressistas e religiosos em instituições culturais dos imigrantes poloneses, como resultado de transformações étnicas remanescentes trazidas da Europa.



um grupo étnico com poucos estudos acadêmicos. Essa investigação, estando à margem dos movimentos predominantes de pesquisa, tem o enfoque de manifestar rupturas e processos não lineares, marcados principalmente pelo silenciamento nas narrativas historiográficas sobre o assunto.

Este silenciamento é evidente também em documentos oficiais que permearam a construção de uma identidade nacional brasileira e a construção do Estado Novo de Getúlio Vargas. Quando Coelho de Souza (1941), então secretário da Educação e Cultura, no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1937 a 1945, afirma que a imigração polonesa não oferece grandes preocupações por estar dispersa e dedica apenas algumas linhas para relatar o processo de nacionalização entre os poloneses, algumas questões são ignoradas, tais como se a imigração polonesa poderia ser considerada um grupo étnico distinto, o que tornou o assunto tênue ou mesmo obscuro. De acordo com o *corpus* empírico, que compreende desde representações de documentações consulares, leis e decretos do período em questão, a nacionalização trouxe consequências imediatas às escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, com intervenção direta no funcionamento dessas instituições, configurando os sentidos de *polonidade* e de pertencimento étnico.

Na literatura sobre imigração polonesa, alguns sentidos enfatizam certa insignificância ou inconsistência no processo da Campanha de nacionalização no Rio Grande do Sul, em relação a este grupo étnico, corroborando as representações de estigmatização e preconceito.<sup>20</sup>

Porém, compreendo que os efeitos da nacionalização foram vividos intensamente nas comunidades e nas organizações étnicas polonesas, com ressonâncias consideráveis para as escolas, como demarcadoras de etnicidade e *polonidade*. Nesse sentido, defendo que a nacionalização e a produção de uma *polonidade*, no período entreguerras, foram elementos importantes na produção da cultura escolar dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, até o período varguista. Daí resultar uma reestruturação no processo de ensino das instituições étnicas desse grupo de imigrantes. Um processo não homogêneo de ressignificação da cultura étnica escolar e de constituição do simbólico, na acepção de valor e na dimensão de produção de pertencimentos, como importantes sentidos de configuração do fazer e do ser, na propagação de ideias e valores com interesses

---

<sup>20</sup> Ver Gritti (2002).

por vezes contraditórios, e a qualificação e requalificação desses sentidos, diante das imposições políticas e governamentais. Quando da conclusão de (minha) pesquisa de mestrado,<sup>21</sup> pôde-se mobilizar representações importantes sobre a existência de mais de uma centena de organizações étnicas dos imigrantes poloneses funcionando regularmente em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1875 e 1938. Respectivamente, ano da vinda do primeiro grupo de imigrantes poloneses ao Rio Grande do Sul e da promulgação dos primeiros decretos de nacionalização do governo Getúlio Vargas.

Ao pesquisar sobre as escolas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, toma-se como objeto de estudo um processo de ensino que também contribuiu para a transformação dos espaços culturais e do tecido social deste estado. A trajetória de pesquisa em um mesmo objeto não esgotou o tema, ao contrário, demonstrou outros caminhos, outros vieses ou sentidos que foram analisados e aprofundados. Mesmo a escolha da temática representou uma oportunidade de construção de representações sobre um movimento nacional que transformou o processo identitário desse grupo étnico e representou a ingerência da ação estatal na prescrição de sentidos culturais no Rio Grande do Sul.

Dos estudos acadêmicos ou das pesquisas produzidas sobre a imigração polonesa,<sup>22</sup> não há uma expressividade, se comparado, por exemplo, em números com os estudos acadêmicos sobre italianos e alemães. Com o funcionamento de cursos de pós-graduação, houve um incremento importante no número de pesquisas sobre temas poloneses, principalmente dissertações. Entretanto, a temática da nacionalização do ensino ainda permanece pouco referida ou aprofundada, quando se trata do grupo dos poloneses no Rio Grande do Sul.

Dentre os estudos destaca-se Capri (2003), com o título, *De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos*, faz uma análise da participação da congregação franciscana da Irmãs da Sagrada Família, no processo de formação educacional de crianças descendentes de poloneses, no período correspondente de 1933 a 1945, na cidade de Ponta Grossa no Paraná. Desenvolve questões sobre a manutenção de uma identidade católica polonesa, através do ensino, para depois analisar o processo escolar em relação aos decretos nacionalizadores da Era

---

<sup>21</sup> Ver Malikoski, (2018).

<sup>22</sup> Ver quadro em anexos, p. 301.

Vargas, e suas modificações para manter-se como instituição católica, porém, sem o viés étnico. Este trabalho ajudou a compreender como as instituições assumem diferentes engajamentos diante dos decretos nacionalizadores, bem como reconfiguram seus processos identitários, diante das transformações da realidade histórica e cultural. Em Benthien (2005), com o título *Poloneses da Colônia São Bento (1870–1930)*, tem-se um estudo sobre os poloneses na referida colônia, hoje pertencente ao Estado de Santa Catarina, e sua convivência com outros grupos étnicos, utiliza principalmente de fontes de acervos paroquiais. As formas de apropriação da realidade social, na interação com outros grupos são demonstradas neste trabalho, que analisa, principalmente, as transformações identitárias e étnicas, diante de hibridismos e processos de ressignificação ou de reinvenção cultural. Esta pesquisa ajudou a refletir sobre a construção da etnicidade polonesa em diferentes espaços culturais e sociais heterogêneos.

Ramos (2006), com o título *Ucranianos, poloneses e brasileiros: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR* apresenta um estudo sobre as representações coletivas de três diferentes grupos étnicos, com predominância para o grupo de ucranianos e considera os efeitos dos processos de identificação e construção identitários, por meio do contato interétnico, inseridas num mesmo espaço territorial, entre 1895 a 1950. Por meio deste trabalho, pode-se compreender o campo de transformações dos processos étnicos, quando grupos diferentes estão em contato, produzindo diferentes matrizes de reestruturação dos processos identitários. Staniszewski (2014), com o título *Uma investigação sobre o ensino da matemática nas escolas polonesas em São Mateus do Sul, no Paraná*, faz um estudo na área de Educação em Ciências e Matemática, que traça um perfil do ensino de Matemática nas antigas escolas étnicas polonesas na cidade de São Mateus do Sul, do início da imigração até a Era Vargas. A autora qualifica determinadas representações étnicas sobre o ensino de Matemática, por meio de uma investigação sobre o processo educativo dos imigrantes poloneses até a nacionalização. Esse trabalho contribui para refletir o processo escolar étnico em uma disciplina específica dos currículos elementares das escolas étnicas.

Em relação às teses com temáticas sobre a imigração polonesa e seus processos étnicos, o número é muito menor do que o das dissertações. No Rio Grande do Sul, um dos primeiros trabalhos em nível de tese sobre a imigração polonesa é Gritti (2002). A autora aborda a constituição histórica de suposto

preconceito em relação aos poloneses. Traz uma relação importante de fontes primárias e referências sobre os imigrantes poloneses. Wenczenovicz (2007) também sugere importantes fontes primárias de pesquisa que, até então, não haviam sido analisadas, com enfoque sobre práticas culturais e religiosas em comunidades étnicas rurais polonesas.

Renk (2009), com o tema *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná* é a única tese, até o momento, sobre o tema da nacionalização e que aborda a escolarização étnica polonesa. Investigou o processo educacional histórico dos imigrantes poloneses e ucranianos no Estado do Paraná. Ressalta que as escolas se caracterizavam por ensinar saberes na língua de origem do grupo, sendo raras as colônias que não possuíam uma escola étnica. Este trabalho sugere que houve intervenções intensivas do governo paranaense para promover o processo de nacionalização do ensino nessas escolas.

Por fim, dá-se destaque à Silva (2019), que analisa as polonidade(s) entre imigrantes poloneses, com referência às redes de sociabilidade das Associações *Kultura e Oświata*, constituídas nas formulações étnico-culturais na comunidade do Paraná e suas atuações na centralização dos pressupostos étnicos e na organização das comunidades polonesas na diáspora.

Diante do empenho em buscar informações sobre o estudo dos imigrantes poloneses e a nacionalização, pode-se concluir que há possibilidades importantes de estruturação de pesquisas. Embora exista uma abrangente bibliografia sobre a imigração polonesa no Brasil e na Polônia, os estudos sobre a nacionalização e as escolas étnicas polonesas são inexistentes no Rio Grande do Sul. Esta ausência de publicações e de pesquisas, sobre a temática da nacionalização e a imigração polonesa, é tomada como uma justificativa ponderável para a proposição desta tese. Pesquisar o processo de nacionalização, na configuração e produção das instituições étnicas dos imigrantes poloneses é uma oportunidade para conduzir uma investigação inédita. Os múltiplos sentidos e a importância dada ao processo de configuração étnica dos imigrantes poloneses, aliados à tentativa de formação de uma cultura nacional brasileira fazem parte da compreensão do fenômeno dos imigrantes poloneses nos espaços culturais no estado.

Enquanto descendente de poloneses e por assim considerar-me compreendo que essa particularidade contribuiu com o acesso, a leitura e a análise

das fontes. As aspirações particulares nos levam a buscar a própria constituição histórica, sendo significativa no processo de pesquisa de um grupo em particular. Para Veyne (1998), o fato de pertencermos a um grupo nacional, social ou familiar faz com que o passado desse grupo seja um atrativo particular, que instiga a curiosidade acompanhada de um grau de inteligibilidade. Para Jenkins (2004), a História é o que os historiadores fazem com o passado quando o investigam. Assim, um mesmo objeto é passível de diferentes construções, reconfigurações e interpretações nos seus discursos, diferindo no espaço e no tempo.

O tema da imigração não pode ser considerado como ultrapassado ou resolvido por pesquisadores, ou mesmo por interesses corporativos de instituições de pós-graduação, com representações de ser um assunto menor ou mesmo sem implicações na vida social ou real das populações atuais. Parece que essa representação se mostra descabida ou mesmo desatualizada perante os processos contínuos de movimentos de grandes massas de populações em diversos países do mundo, com constatações étnicas diversas da sua origem social. Grandes transformações sociais emergem deste contato com a diferença e mesmo da diversificação não linear de culturas étnicas ou avulsas, sendo um aspecto importante para determinar sentidos ou mesmo teorias culturais sobre a realidade social.<sup>23</sup>

### 1.1 A POTÊNCIA DA(S) CULTURA(S) E DAS REPRESENTAÇÕES

Na relação entre pesquisa e escrita da História, são instituídos diferentes modos de significação da empiria, que seria resumida em uma única palavra: cultura. As práticas e as ações humanas se pautam por sua organização cultural. No sentido de Hall (1997), os significados construídos por qualquer sociedade estão ligados diretamente às suas instituições culturais, entendimento este importante para compreender como os grupos constroem ou produzem sua significação no mundo e suas organizações sociais. Nesse conceito, situam-se as instituições étnicas, por exemplo. Os espaços de construção étnicos são importantes fontes de significados histórico-culturais associados a valores e crenças de diferentes grupos.

---

<sup>23</sup> Para Claval (1999), a ideia de cultura está ligada ao processo de transformação dos espaços pela atividade civilizatória, num processo de humanização e num viés tanto de formação quanto de produção intelectual.

A análise do objeto ora exposto assume as condições intelectuais de uma pesquisa no campo da História Cultural, decorrentes de diálogos interdisciplinares da História da Educação com a Sociologia, Antropologia e outras áreas do conhecimento. Para Chartier (1991), essa postura que se ocupa das representações do mundo social, em relação direta com as realidades sociais, traz consigo a preocupação de explicar que determinado objeto de pesquisa está relacionado com os bens e objetos culturais da humanidade, numa lógica específica em relação com a apropriação dos objetos de cultura. Isso identifica lugares e momentos nos quais esta realidade social é pensada, em uma leitura de mundo que confere sentido ao presente, determinado pelos grupos que a elaboram.

As primeiras escolas, sociedades e associações dos imigrantes poloneses foram fundadas como parte dos esforços de manutenção de valores étnicos, aliados ou conjugados com instituições culturais no Brasil. A partir desta visão, há uma centralidade no cultural, nesta investigação e na busca da construção de sentidos, que possam ser partilhados ou conquistados de diferentes formas. Assim, situa-se a adequação teórica nos pressupostos da História Cultural, e busca-se identificar os lugares, os momentos em que cada realidade social é construída ou pensada, como bem lembra Chartier (1991), de acordo com a constituição cultural das comunidades e dos sujeitos, utilizando-se de diferentes caminhos e fontes de pesquisa.

Segundo Chartier (1998, p. 27), a História Cultural é entendida como “[...] estudo dos processos com os quais se constrói um sentido e se forjam os significantes do mundo”. Processo esse que privilegia a compreensão dos muitos aspectos que envolvem a reconstrução do passado, no cuidado e no tratamento das fontes: na leitura das tramas estabelecidas no conjunto das representações da dimensão do simbólico e não apenas na interpretação unilateral das fontes, na construção do pensamento histórico. As maneiras particulares de representar o mundo, tanto na linguagem como nas imagens possíveis do real, dizem muito mais do que a materialização dos documentos e dos registros.

Compreende-se que na História Cultural, existe um desdobramento de uma epistemologia, certamente também limitada, porém, com avanços e possibilidades na constituição da investigação histórica. Objetos, documentos monumentos (LE GOFF, 1996) que, não eram considerados na investigação, passam a fazer parte do *corpus* empírico do processo de construção historiográfica. Da mesma forma avalia Barros (2004), quando diz que são campos regularmente entrelaçados em diferentes

objetos, nas fontes privilegiadas, nas abordagens e nos aportes teóricos, conectando-se com outros saberes e buscando padrões de interdisciplinaridade.

A ênfase desse processo de pesquisa pode ser estabelecida no que Fausto (1999) denomina de crise dos grandes modelos explicativos do processo histórico, com espaço para novas perspectivas de investigação, sendo o comportamento dos agentes sociais também importantes do ponto de vista das sensibilidades e do imaginário social. Nessa perspectiva, conduziu-se a investigação, para analisar as fontes e responder às perguntas e aos questionamentos desta pesquisa. A interpretação e a escrita histórica, por meio das fontes, apesar de ser um conhecimento fragmentado com lacunas, podem articular um discurso razoável e possível na escritura de um pensamento histórico sobre um processo escolar identitário e cultural num lugar historiográfico (CERTEAU, 2011), contribuindo com a mobilização do pensamento num contexto que Luchese (2014) chama de operação historiográfica para temas regionais.

Os objetivos destacados anteriormente estão de acordo com conjecturas estabelecidas e vinculadas à análise das fontes. A pesquisa do tema foi uma importante oportunidade de produzir representações sobre a cultura escolar étnica dos imigrantes poloneses, por meio de determinado conjunto documental de fontes. O acesso às fontes constitui-se uma justificativa considerada nesta investigação. Inquietações, motivações e desejos também justificaram a minha escolha de determinadas fontes, estruturadas numa profusão de sentidos, considerados características do desejo de construir e obter conhecimentos históricos.

## 1.2 A ETNICIDADE

Compreende-se que o conceito de etnicidade está intrinsecamente ligado ao conceito de cultura e identidade. Porém, não como um processo sedimentado que não sofre alterações ou transformações, mas como um elemento cultural que é imaginado ou produzido. Dessa forma, a etnicidade é uma importante categoria conceitual de análise, enquanto delimitação de um processo cultural partilhado. (ERIKSEN, 1993). Relacionada a esta análise, compreendo que não está definida por conjunções biológicas, mas formada no desenvolvimento do processo histórico pelos grupos que possuem uma mesma comunhão de origem comunitária. Poutignat e Streiff-Fenart (1998) afirmam que a etnicidade não é uma qualidade inerente ao

pertencimento, adquirida no nascimento, é um processo contínuo de diferenciação entre grupos e na interação social. As diferenças culturais são estabelecidas nas condições em que são atribuídas categorias de inclusão e exclusão. Os sentidos subjetivos e a realidade objetiva dessas categorias são propriedades da organização social e frutos da criatividade humana. Portanto, não existem categorias *a priori* que definem que um indivíduo pertence a este ou àquele grupo. Não é algo exterior que os denomina, mas suas percepções por meio de si próprios, baseados numa autoatribuição de características e categorias étnicas. A ênfase de Barth (1998) consiste na etnicidade como uma forma de organização social, caracterizada por atribuições e autoatribuições de características étnicas e identitárias. Entretanto, não está implícito um entendimento de processo cultural, que pode ser caracterizado, inclusive, por uma dimensão genealógica e histórica. Nesta (minha) concepção, o próprio termo *etnicidade* não pode ser considerado algo sedimentado, mas em constante processo de produção.

A cultura, num processo de construção étnica, importa no sentido de que os atores sociais precisam inventar, refletir e transmitir os valores e significados culturais. A etnia é um elemento importante nesse processo, quando considerada a relação cultural efetiva. É uma consciência cultural e, ao mesmo tempo, parte dessa cultura. (VERMEULEN; GOVERS, 1994). É um processo de posicionamento social em que fatores, como oportunidades positivas, importam nas escolhas e decisões étnicas. Esse processo crítico de análise e transmissão pode reinventá-la numa hibridação em fronteiras interétnicas, que é o local de embate e de contraposição cultural. (HANNERZ, 1997). Esta aproximação de construções étnicas dentro das fronteiras e a transformação dos processos identitários constituem a forma do fazer cultura e a expressão dos sentidos e das reelaborações étnicas.

O processo identitário possui uma relação estreita com etnicidade e a cultura, com efeitos na formação social e do indivíduo. Um processo não exclui o outro: estão sempre relacionados em fluxos permanentes de sentidos e significação, uma dinamicidade que produz transformações no próprio grupo social. Entretanto, o processo identitário, em sua mobilidade e ambivalência, faz com que o sujeito possua a liberdade de se desvencilhar de sua identidade-étnica, no momento que mais lhe convém, se esta apresentar problemas (BAUMAN, 2003). O sujeito encontra uma maneira de fugir da ordem, mostrando-se insubmisso ao que lhe é imposto. (CERTEAU, 1998). As mudanças identitárias e étnicas acontecem quando



para os indivíduos a situação não corresponde mais às expectativas sociais, criando uma tensão entre indivíduo e sociedade, formando nova situação de transformações e novo posicionamento étnico.

Conforme Barth (1976), é possível considerar que os indivíduos criam o significado do étnico na interação social e para isso concorrem suas ações e decisões. O processo cultural se forma na interação dialógica que determinado grupo possui de si próprio, na consciência de suas crenças e valores, característicos de seu processo identitário.

A etnicidade pode responder também às motivações valorativas, afetivas ou tradicionais, porém, existem motivações pessoais, bem como expectativas que podem ser coletivamente condicionadas. A etnicidade é um processo estruturado em condições históricas e que os grupos sociais nem sempre possuem uma simbiose perfeita ou complementar em contato com outros grupos, num ambiente de disputas e competição. O poder se expressa de forma desigual, que submete os indivíduos nas relações de um discurso (FOUCAULT, 1987; 2000) e, conforme Certeau (1985), também numa relação estratégica.

A cultura étnica é uma forma de condução da produção de identidades e de seu processo dinâmico, que conduzem os indivíduos à preservação de simbologias, valores e conhecimentos que atuam nas transformações dos espaços e da realidade histórica.

A representação de si, de um determinado grupo, é formada pelo conjunto desses valores que compreendem, desde a maneira de pensar até seus atributos culturais e, dentre esses, estão a língua e suas instituições escolares, que figuram dentre as representações simbólicas que congregam os indivíduos no seu pertencimento étnico. Portanto, na mobilização da escrita historiográfica, dá-se importância às questões que envolvem a etnicidade polonesa entendida como um processo de produção da *polonidade*, imaginada, desenvolvida e construída num determinado espaço, considerando suas peculiaridades e a apropriação desse território. Concordo com Bonnemaïson (2000) que etnia e cultura estão para uma determinada territorialidade e existem estruturas que proporcionam que determina significação cultural se desenvolva e se configure, de acordo com o contexto. Esses espaços influem diretamente no (re)dimensionamento da etnicidade, transformando valores e crenças.

### 1.3 DA DESCONTINUIDADE DO SUJEITO EM SUA IDENTIDADE À PRODUÇÃO DA REALIDADE HISTÓRICA

A formação do sujeito está ligada diretamente a um processo de produção de identidades num tempo e espaço determinado, e esse mesmo sujeito produz/reproduz realidades e afetos com o mundo, na originalidade de sua existência. A produção das realidades e suas representações tornam-se o objeto de análise e a compreensão do historiador. Assim como o sujeito se encontra reinventado constantemente em suas múltiplas identidades, o conhecimento histórico, ou a sua narrativa, é também fragmentado, temporal e relativo. Fragmentado por considerar as representações por meio de fontes ou resquícios com cortes e limitações que jamais trarão de volta o passado em sua totalidade. (CERTEAU, 1998). Temporal, porque está de acordo com as perguntas realizadas efetivamente por meio do tempo de hoje (NÓVOA, 2015), de acordo com a formatação e as contingências pensadas, a partir de um sujeito fragmentado e de múltiplas características temporais e transitórias. Relativa, porque o historiador trabalha com escolhas metodológicas e teóricas que mudam com o passar do tempo e, conseqüentemente, os resultados podem ser afetados com a descoberta de novas fontes ou de novos processos de problematização do objeto.

Porém, este processo possui sistematização interna capaz de absorver interconexões dos objetos pesquisados a uma comunidade de significados que faz sentido, a partir de representações coletivas ampliadas e estabelecidas no contato dos sujeitos com o mundo.

Em sua obra *Identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2004) defende que as velhas identidades da modernidade estão em declínio, num momento em que o indivíduo, considerado social, passa a formar novos modos de identidade. A crise de identidade é um processo amplo de mudanças das estruturas, que abala os quadros de referências<sup>24</sup> que ancoravam o indivíduo no mundo social. Não há como analisar as conjunturas sociais sem ter em consideração que o indivíduo é constituído de múltiplas nuances na formação de sua identidade. Segundo Hall

---

<sup>24</sup> A ancoragem social é reversa em si mesma, de acordo com o sentido cultural. Enquanto a cultura contribui para a construção dos sujeitos, estes a modificam e a transformam conforme os tempos e espaços. Tempo e espaço entendidos como quadros de referência relativos, nos quais o indivíduo mensura seu mundo e sua realidade.

(2004), no entendimento do Iluminismo, o indivíduo estaria centrado e dotado de capacidade de razão, consciência e ação. A realidade consistiria num núcleo interior, sendo sua identidade o centro da pessoa. Com a sociologia, o sujeito passa a ser fruto da relação existente com as pessoas que são importantes para si. O sujeito estaria ligado às estruturas da sociedade. Contudo, o sujeito com identificação social está se tornando fragmentado e composto não de uma, mas de várias identidades. Não há uma identidade fixa e permanente. A identidade passa a ser considerada como uma celebração móvel e relacional.

Para o sujeito pós-moderno, a identidade passa a ser definida historicamente e não biologicamente. “Temos diferentes identidades em diferentes momentos da vida” (HALL, 2005, p. 26), muitas vezes contraditórias. Uma identidade plena ou unificada é uma fantasia. Segundo Vecchi, na introdução à obra *Identidade*, de Bauman (2003),

muitos dos envolvidos nos estudos pós-coloniais enfatizam que o recurso à identidade deveria ser considerado um processo contínuo de redefinir-se e de inventar e reinventar a sua própria história. É quando descobrimos a ambivalência da identidade: a nostalgia do passado conjugada à total concordância com a “modernidade líquida. (VECCHI, 2003, p. 13).

Foucault (1997) já comentou a diversificação de temas e histórias que estão, muitas vezes, na base de temas considerados dominantes em outros tempos, enquanto outros não foram pesquisados ou sequer mencionados. Essa luta entre o macro e o micro são contingências pertencentes à constituição do conhecimento científico enquanto tal, em um espaço e tempo relativos.

Por traz da História desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar – histórias com um suave declive: História dos caminhos marítimos, História do frio ou das minas de ouro, histórias da seca e da irrigação, História da rotação das culturas, histórias do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação (FOUCAULT, 1997, p. 3).

O papel do narrar e a subjetividade do historiador fazem a reconstituição do processo de relações desprovidas do conhecimento por meio dos questionamentos, e a relativização do tempo e espaço e suas categorias de sentidos ou de apropriação de suas representações. A pretensa relativização do tempo, em suas categorias, é importante para a organização do conhecimento histórico. Nos

aprofundamentos e olhares para um objeto, o mundo se apresenta em interrupções e desagregações de fatos ou mesmo realidades, que não importam na sua constituição em si, mas na valoração dada pelo pesquisador.

Por muito tempo o pesquisador se mostrou alguém que se apropriava do fato e o transmitia em seus detalhes na narrativa, num processo de deliberar sobre o que está de acordo com os modelos de um *continuum* ou simplesmente atravessar ou envolver uma massa homogênea, de acordo com uma sucessão cronológica, conforme Foucault (1997, p. 12), “totalmente referida à atividade sintética do sujeito”. A pretensão de que “uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão de mundo, forma de conjunto, uma História geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão”.

Essa dispersão considera as provocações nas quais se submete a temática ou o objeto que o pesquisador toma para si, por meio do pensamento intuitivo/reflexivo; e que o autor, ao pensar sobre si, submete também o mundo a essa reflexão, a partir de si próprio, com os agravantes móveis de sua identidade. A ciência se torna uma possibilidade da vida em relação à consciência e reflexibilidade. Nesse sentido, compreende-se que o conhecimento histórico-científico está em conexão com a vida, e a vida se formula e se inventa (MORIN, 2005), em relação ao próprio pensamento científico, ligados principalmente ao seu campo de atuação. Porém, compreende-se esse processo destituído de uma universalização do sujeito enquanto produtor do conhecimento, mas como parte do processo aferido, de suas escolhas teórico-metodológicas e de seu lugar enquanto produtor desse conhecimento.

Nesse lugar de relação entre o historiador, o passado e o mundo, reside a possibilidade do conhecimento histórico. O que é uma narrativa, senão uma contação do que foi inventado, desenvolvido e significado no passado, por meio dos sentidos proporcionados pelas fontes e da armação teórico-metodológica do historiador? No entanto, isso não escapa dessa relação do formar-se e, formando-se, atuar por meio das indagações salutares do que se pretende pesquisar.

Os caminhos em que são construídos os conhecimentos que regem a micro ou a macro-História, enquanto disciplina ou área do conhecimento, é tanto ou mais importante que os conhecimentos construídos. Não está em jogo apenas, a relação econômica que produz *modos vivendis*, ou uma simples dialética de contraposição de vida, sociedade e crítica, como defendia Marx. A complexificação desses

processos subentende que o conhecimento produzido confere ação no mundo, nas suas relações de afeto. Porém, como alerta Benjamin (1985, p. 228), “o estudo do passado não é um procedimento meramente aditivo, pois não utilizamos a massa dos fatos para preencher um tempo homogêneo e vazio, sem qualquer armação teórica”. Essa armação teórica envolve a construção de estruturas de possibilidade do conhecimento. As estruturas, o lugar em que se encontra o pesquisador, dá forma aos seus questionamentos e ao conhecimento produzido. Como revela Certeau (1998), uma operação historiográfica é baseada em um lugar social: lugar social, consciência formativa e reflexiva do pesquisador e objeto e tematização das pesquisas. Essas estruturas organizam e classificam o mundo em relação aos seus sujeitos e objetos. O lugar da construção do objeto da História não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” ou mesmo de tempos e processos de constituição do próprio conhecimento histórico. Esse “carregado de agoras” é a consciência de se fazer explodir o *continuum* da História.

Nesse sentido, o historiador não aponta para uma imagem eterna do passado, mas constitui uma experiência com o passado. Na problemática da história, da realidade, enquanto experiência com o passado deve ser apreendida na totalidade da inter-relação entre os níveis econômico, político e ideológico, incluindo-se neste último os aspectos culturais, ideológicos e religiosos que nos interessam mais de perto. (BENJAMIN 1985, p. 229).

Pesquisar a História é explicar como lidamos com o objeto ou como fundamos o seu processo de análise; tipificar a relação de como acontece o processo de produção de determinadas representações sobre o passado. Na visão de Ricoeur (2007), o passado não nos seria acessível enquanto objeto de conhecimento e nada mais se configuraria do que o próprio presente do historiador, numa relação de pesquisa e narrativa.

Porém, nesta relação com o passado não deve haver uma leitura factual direcionada por sequencialismos centrados em um progresso da humanidade, proposital a um fim. Conforme Bauman (2014), em referência à sua modernidade líquida, a ilusão moderna de um fim no caminho,

um *telos* alcançável das mudanças históricas, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, algum tipo de sociedade boa e sem conflitos que poriam fim a toda contingência, disputa, ambivalência e consequências imprevistas das iniciativas humanas. (BAUMAN, 2014, p. 41).

Esta concepção emerge em relação ao conhecimento histórico, e sua historiografia não leva em conta a produção de uma massa homogênea e sequencial que possa ser determinada e utilizada. Disto decorre que o conhecimento histórico delimita uma relação direta com vários processos e modos de apropriação do mundo. A celebração móvel das identidades (HALL 2004) e seus modos de consciência produzem a possibilidade de interação no mundo, do qual o historiador se apropria para realizar sua narrativa, dando ordem e sentido ao universo de representações por meio de fontes escolhidas, as que melhor significam o objeto e suas perguntas de pesquisa. (NÓVOA 2015).

O conhecimento histórico é construído na importância da agregação de sentidos, portanto, composto de muitas realidades que representam as ações e práticas dos indivíduos do mundo. A História é a grafia das representações culturais numa relação organizativa do conhecimento em modos e possibilidade de produção, dispostas e organizadas pelas teorias e metodologias de pesquisa.

#### 1.4 DA APROPRIAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE UMA NARRATIVA

O processo de construção de uma narrativa é uma elaboração pessoal e intransferível, possível através da interação por meio das representações proporcionadas pela experiência com um *corpus* empírico. Da minha interação com as fontes e da experiência com o objeto da análise, evoca-se uma relação entre resultados e a experiência pessoal de construir sentidos. Para Benjamin (1994), “narrar é experimentar sentidos no vivido”. A leitura de mundo parte do pressuposto que essa experiência, mesmo na leitura das simbologias (BOURDIEU, 1989) e dos sentidos das fontes, é possível de ser organizada e comunicada.

Nesse sentido, as perguntas são condições importantes para se pensar o engajamento do pesquisador a uma temática e objeto de pesquisa. (PROST, 2015). Estas se pautam por significados construídos, intermediadas pelas experiências produzidas em afeto com o mundo e lugar de produção desse conhecimento. Afeto que poderia relacionar-se com o que disse Benjamin (1994), ou seja, que, ao se analisar o passado, fazemos indagações com as perguntas que nos interessam hoje, avaliando a significação desse passado, na sua relação conosco na escolha de tipos possíveis de relação das representações que as fontes proporcionam.

As possibilidades de construção do conhecimento na História passam necessariamente, pelas demandas do pesquisador, quando se depara com o objeto de pesquisa, e sua apropriação promove sentidos organizados pela problematização das perguntas que se faz no tempo atual. Porém, não está aqui envolvida a mera situação de que as coisas são produzidas de sentidos aparentes apresentados pelo objeto. Compreende-se que, no momento de confrontação com a subjetividade, fundam-se rumos de interpretação ou confrontação crítica de ideias possíveis. A questão importante para o conhecimento histórico é o da sua possibilidade.

Em uma carta com conselhos para jovens historiadores da Educação, Nóvoa (2015) instiga, num primeiro momento, recordando a velha inscrição grega no templo em Delfos, “conhece-te a ti mesmo”, a buscar no íntimo, nas incertezas, os problemas inquietantes. “O nosso objeto é o passado, mas as perguntas somos nós que as fazemos, a partir do nosso tempo, do tempo presente”. (NÓVOA, 2015, p. 23). As perguntas ou inquietações em si necessitam ser expressas em possibilidade de investigação, ao percorrer caminhos coerentes que conduzam à produção do conhecimento científico.

Para Galvão (2005), uma narrativa constitui-se a partir de três componentes: o histórico, o fenômeno e a concretização em um produto textual, sempre pontual, mas imbuídos de uma experiência pessoal. Nesta pesquisa em História da Educação, compreende-se que o produto da investigação se assemelha a um conjunto de sentidos relativos de uma experiência pessoal, de constituição e análise de dados.

Deste modo, a narrativa é uma experiência dos seres humanos com o mundo, tanto pela linguagem do encontro como pelos sentidos proporcionados por essa experiência, em diversas possibilidades de construção de dados. Pessoas narram sentidos, assim como objetos de uso de uma cultura. Imagens narram sentidos, assim como os documentos escritos.

Nesse procedimento de organização e construção de representações, a partir da análise de um fenômeno, inscreve-se esta tese enquanto possibilidade de pesquisa. Utilizam-se as fontes como possibilidade de conexão com um tempo diferente do atual, em diferentes trocas e permutas de sentidos. Por exemplo, sentidos em documentos e fotografias são complementados com sentidos das memórias vivas, presentes nos depoimentos de sujeitos que vivenciam ou

vivenciaram uma cultura. Narrar representa essa relação de experiência necessária com o mundo.

Dos significados da constituição do processo identitário, juntamente com a simbologia das crenças coletivas que definem modos e maneiras de produção cultural, as expressões simbólicas envolvem vivências culturais em uma relação íntima com as construções históricas do pensamento comunicado por narrativas. Estes relacionados com cotidiano dos grupos e suas manifestações de pensamentos nas simbologias.

Uma questão metodológica importante é que, na narrativa, o narrador fornece tanto o contexto, como a interpretação, e este modelo põe também em evidência o contexto da ação. Relevante em termos de experiência humana, pelas interações que se estabelecem entre as pessoas envolvidas, exaustiva pelo necessário aprofundamento e diversidade de estratégias para a coleta de informação e difícil pela conjugação necessária e coerente de todos os elementos passíveis de análise. A narrativa pressupõe o domínio de técnicas linguísticas de interpretação dos textos recolhidos, baseadas em análise semântica que dê sentido ao discurso dos narradores, como aos propósitos da investigação. A narrativa como relato de investigação pressupõe a escolha do que parece ser um discurso claro e coerente para que a História tenha sentido e credibilidade a quem lê.

## 1.5 CAMINHOS E PROCESSOS DE PESQUISA

Empreender estudos em História da Educação com viés cultural é operar com diferentes tipologias documentais. Os procedimentos são importantes para designar como as representações sobre um objeto de pesquisa podem ser apropriadas, no sentido de buscar significações sobre a realidade social de sujeitos, que produzem e são produzidos pelos espaços e tempos culturais.

Operar com o conceito de cultura é mobilizar o olhar, organizar a visão na direção de certo sentido e demonstrar seu processo de utilização, produção e organização dos dados. O encontro com o processo cultural é um defrontar-se com o mundo enquanto representação (CHARTIER, 1998), bem como entender seus limites e suas multiplicidades.

Para mobilizar diferentes fontes, primeiramente deve-se demonstrar suas formas de interpretação. No que concerne à metodologia e utilização das fontes, a



construção de representações de determinado objeto histórico pode privilegiar os documentos escritos, porém, na falta deles podemos utilizar diversas estratégias para identificar e pensar os tempos históricos numa perspectiva. Febvre (1989) elucida essa relação, quando indica que tudo o que pertenceu ao homem fala do homem. Assim, compreende-se como cultural tudo o que foi produzido pela ação humana num tempo e espaço determinados. O fluir do tempo delimita o produto da seara, bem como as condições de aceitação e pertinência.

No conjunto da investigação sobre determinado objeto, caminhos e fontes são engendrados em busca de sentidos ou significados sobre o passado. Os caminhos são os métodos, e as fontes são as produções humanas. Portanto, diferentes podem ser os caminhos e também as produções humanas investigadas. Expressa-se essa diversificação das fontes, no sentido de Le Goff (1996), como monumentos deixados pelo homem e passíveis de serem analisados. Essa diversificação das fontes e mesmo a intenção de utilizar diferentes metodologias de construção de dados refletem a compreensão da História, como uma profusão de sentidos e representações construídas, não neutras, assistidas ou contempladas pelo rigor da ciência. Contudo, sempre temporal e contingente e, por assim dizer, jamais definitiva ou completa. Essas realidades ou mesmo as construções culturais se mostram fragmentadas e carregadas de significações forjadas. Dessa forma, toda e qualquer fonte não pode ser considerada como “inocente” (LE GOFF, 1996) ou plena de significação histórica. Os documentos ou quaisquer fontes não são provas, mas indícios (GINZBURG, 2007) de um tempo passado. Indícios recorrentes podem ser organizados e selecionados (VEYNE, 1998), para as constituições de um discurso coerente com rigor científico.

Nesse processo de organização e de seleção, existe a busca por caminhos viáveis e, por assim entender, possíveis para a produção do conhecimento, com a articulação com a metodologia de pesquisa. De acordo com Nóvoa (2015), buscar no conflito e nas diferenças, sem nenhuma pretensão de linearidade ou interpretações definitivas, o posicionamento e a personalidade da autoria.

A análise metodológica na pesquisa em História da Educação deve multiplicar as forças na decomposição do que está construído, identificando, reunindo, recompondo, fazendo montagens, desmontagens, enfim, produzindo a diferença e a invenção de novos sentidos e significados que as fontes podem produzir em imagens e pensamentos sobre a Educação (PARAÍSO, 2012). Para

manter o rigor e o cuidado com o tratamento das fontes, há a necessidade de uma interpretação crítica, perpassada por múltiplos contextos, com relações e associações interdisciplinares de diferentes fontes trabalhadas. Como apregoa Burke (2005), esse pressuposto epistemológico é caracterizado como a nova história, que se opõe às tradicionais metodologias de fazer pesquisa, nas quais se priorizavam documentos oficiais, grandes feitos e grandes homens.

A questão metodológica, na medida em que se aproxima dos objetos empíricos, deve ater-se à problemática proposta, bem como aos objetivos e às premissas da pesquisa. Na tentativa de investigar o real, nas mais complexas relações possíveis, deve-se ser revisto conceitos e princípios teóricos, em favor de outros que melhor possam dar conta do objeto. A intenção é enfrentar rigorosamente os obstáculos epistemológicos, para dar conta dessa aproximação com o real, porém, sabendo-se da impossibilidade de resgatar o passado em sua totalidade, conforme pontuam Galvão e Lopes (2010). Retomando Burke (2005), é importante olhar o passado de um ponto de vista particular, na perspectiva de um relativismo cultural que erradica o objetivismo das fontes, como também da nossa historiografia.

O mundo é percebido através de uma estrutura de convenções, esquemas ou estereótipos; um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra, refletindo em nossas produções e em nossos pensamentos. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos. (BURKE, 1991). Para Galvão e Lopes (2010), quanto mais o pesquisador for capaz de associar o estudo dos documentos com outros estudos já realizados sobre o tema, terá mais condições de legitimar os resultados na construção de uma verdade. Todas as informações pertinentes sobre o objeto pesquisado podem ser melhor compreendidas, se estiverem relacionadas com outros conhecimentos elaborados sobre o tema por outros autores, até mesmo em áreas diferentes.

Nos últimos anos, construíram-se algumas reflexões sobre o pensamento histórico e sua relação com a produção de informações escolhidas para esta pesquisa. O objeto desta pesquisa foi sendo delineado e investigado há algum tempo, reunindo importantes fontes, que compreendem desde imagens, cartas e documentos oficiais, escritos da imprensa étnica, dentre outras fontes.

Diferentes foram as fontes utilizadas e diferentes também foram os caminhos percorridos para a escritura desta tese. A iconografia e a documentação escrita sobre a cultura escolar são exemplos de fontes utilizadas neste processo

historiográfico que envolvem escolhas subjetivas. Ciente das particularidades de cada procedimento de pesquisa, em relação à sua tipologia, expõe-se que a diversidade de fontes contribuiu para a quantificação de sentidos da pesquisa e para a qualificação da análise documental. Dessa forma, os resultados têm maior legitimidade e coerência por estarem conjugados pelas análises de diferentes fontes e formas de aproximações com o objeto.

### **1.5.1 Os documentos históricos**

O processo de busca de fontes, necessariamente, passa também pela avaliação criteriosa das produções de documentos relacionados com o objeto de pesquisa. Entende-se que os documentos registram uma realidade histórica, sendo as chaves de acesso de produção de conhecimentos sobre o passado, sejam eles escritos ou não. Porém, como bem recorda Foucault, deve-se refletir e questionar sobre quais perspectivas fazem do documento uma produção importante para deles se retirarem algumas representações.

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte (abreves) da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a História da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças, ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. (FOUCAULT, 1997, p. 7 – 8).

Dentro do processo epistemológico da História Cultural, os documentos ou as fontes produzidas, em relação às escolas étnicas polonesas e nacionalização, são importantes subsídios de interpretação e problematização das realidades históricas. Dentro desse ponto de vista, citam-se os registros de matrícula, imagens, atas, boletins, livros-caixa, livros didáticos, documentos escolares, correspondências oficiais, dentre outras possibilidades de referências de práticas e vivências no passado.

Porém, os documentos são escolhas do historiador, resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente. Para Le Goff (1996), as fontes são as

produções materiais das memórias coletivas do passado. Deste modo, a reconstrução do passado, em sua gênese, ilumina e instrui o presente, sendo monumento de preservação desse passado. Essa comparação tem a função de fazer recordar e possibilitar, inclusive, a compreensão da construção da ordem estabelecida nas sociedades atuais. Neste sentido, consideram-se todos os documentos como monumentos para a construção desta pesquisa.

Qualquer documento, enquanto produção cultural, passa a ser fonte histórica. O dever principal do historiador é a crítica da fonte enquanto possibilidade de interpretação. Esta não pode ser entendida como algo que transmite ou impõe o conhecimento, de onde emanam representações verdadeiras do passado. Expõe-se ser necessária a análise crítica e criteriosa, para permitir ao historiador possuir o conhecimento das circunstâncias em que foram produzidas e as implicações semânticas para a interpretação do pensamento histórico. As fontes possuem uma relação direta com esta perspectiva de investigação, enquanto representações de uma realidade do passado, que envolveram as escolas étnicas polonesas e o processo de nacionalização.

Entretanto, documentos em si não respondem à problemática de pesquisa. Neste sentido, concorda-se com Pimentel (2001, p. 184), de que devemos organizar, sistematizar o *corpus* empírico, para “processar a leitura segundo critérios de análise” ou categorias elegidas, de acordo com os objetivos e as problemáticas. A organização e sistematização dos documentos são fundamentais para a pesquisa, porém, envolvem tempo e cuidado na leitura e análise.

Nesta pesquisa, arquivos e acervos são locais privilegiados no processo de busca de fontes sobre a imigração polonesa. Porém, exigem um trabalho de deslocamento por diferentes estados e municípios, agendamentos de visitas e autorizações especiais para acessar alguns acervos pessoais e institucionais. Como itinerário de busca de fontes em arquivos, foram visitadas cidades nos estados de: Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, dentre as cidades que mais se pesquisou, estão: Erechim, Áurea, Carlos Gomes, Porto Alegre, Centenário, Dom Feliciano, Bento Gonçalves, Nova Prata, Veranópolis, Vista Alegre do Prata, Rio Grande e Caxias do Sul. No Estado do Paraná pesquisaram-se arquivos em Curitiba, onde se concentra a maior quantidade e qualidade de fontes sobre a imigração polonesa no Brasil e, no Rio de Janeiro, capital, a pesquisa foi no Arquivo Nacional do Itamaraty, onde existem importantes fontes do Ministério das

Relações Exteriores, relativas ao período pesquisado. Também foram acessadas diferentes fontes do Arquivo de Atas Novas em Varsóvia na Polônia, por intermédio de interlocutores e colaboradores de pesquisas sobre imigrantes poloneses no Brasil, proporcionadas pelos contatos e grupos de pesquisa dos quais se participa no CNPq. Estas fontes foram classificadas, categorizadas e dispostas numa perspectiva de análise, para a composição da narrativa sobre o objeto proposto.

As fontes em arquivos das cidades visitadas constituíram um conjunto de possibilidade de construção desta pesquisa, referente à cultura escolar dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. Uma pluralidade de fontes e objetos que evidenciam a vida cotidiana e a História do individual e dos coletivos étnicos. Como sugere Vidal (2009), é permitir a construção historiográfica de lugares diferentes com outras fontes, contrapondo-se à História oficial. Desta forma, entende-se que nenhuma produção é resolvida ou definitiva na explicação dos tempos históricos. A busca por fontes e, conseqüentemente, por documentos/monumentos, passa necessariamente pela prática de recorrer a acervos e arquivos. Contudo, como ressalta Faria Filho (1998), em muitos casos a prática de arquivos pode interferir positiva ou negativamente na pesquisa. A forma como estão organizados, a ausência de inventários e guias das fontes tornam as pesquisas uma tarefa com alguns percalços.

Entretanto, esta é a (minha) tarefa enquanto pesquisador: mobilizar documentos, organizá-los e sistematizá-los para o processo de análise. De acordo com Bacellar (2005), o historiador deve “desvendar” onde estão os documentos importantes para sua pesquisa; ultrapassar obstáculos burocráticos, a falta de organização dos acervos públicos e particulares e mesmo a inércia que, às vezes, recai sobre o pesquisador. Qualquer arquivo pode possuir materiais interessantes, desde que o pesquisador tenha uma sensibilidade criteriosa de buscar o que julgar importante e adequado. Desde o início desta pesquisa para o mestrado e também após a conclusão, tem-se encontrado muitos manuscritos, principalmente cartas e documentos oficiais, que exigem cuidado especial de categorização e interpretação. A maioria destes manuscritos e documentos está em língua polonesa, o que implicou um trabalho minucioso de tradução e análise.<sup>25</sup> Assim, além do processo de

---

<sup>25</sup> Na análise da bibliografia em língua polonesa, bem como em diferentes documentações foi utilizada a tradução livre do autor.

busca das fontes documentais, organização e análise, houve cuidado na tradução e leitura atenta dos sinais e indícios que as fontes, por vezes, não evidenciam. De acordo com Ginzburg (2007), temos que ser verdadeiros detetives em busca de pistas que levam às descobertas importantes.

A iconografia, por sua vez, foi utilizada conforme a necessidade de complementação das fontes escritas, embora estas não correspondessem a um conjunto amplo de fontes utilizadas. Porém, compreende-se estas como importantes representações sobre as escolas étnicas polonesas, deixadas como marcas de um tempo. As fotografias são construídas para gerar representações significativas de um tempo passado, podendo ser redescoberto no presente. Os registros através das fotografias têm consigo a preservação e a evocação de memórias oportunizadas pelo imaginário do interlocutor. Com certeza a intenção de quem fez o registro fotográfico foi a de representar um instante e um momento eternizado na experiência de um tempo. Segundo Vidal e Abdala (2005), a utilidade da fotografia não está simplesmente na sua contemplação estética, mas também na possibilidade de reconhecer/conhecer o real. Acessamos o passado e voltamos no tempo nos contornos de verdade que a imagem permite conhecer. Segundo Kossoy (1989), a fotografia traz o fragmento da realidade como um testemunho visual, forma resíduos do passado, assim como acontece com os documentos escritos. Porém, a fotografia não conserva a materialidade de um momento. Ela constrói uma série de dados não explícitos, na linguagem escrita ou em outras fontes. Entretanto, existem intenções, omissões que retomam questões discursivas nas imagens. Porém, esses questionamentos estão baseados na problemática desta pesquisa e na sensibilidade crítica e investigativa de pesquisador. As imagens trazem elementos que escapam da ação meramente desatenta e estética.

Para Lima e Carvalho (2002, p. 42), “as respostas que uma imagem pode ter depende de cada um, cada cultura e cada segmento social”. É reconhecer os elementos de significação que contribuirão para o desenvolvimento de pesquisa. A fotografia como produção humana e cultural revela realidades que nenhum documento histórico descreveu ou registrou. Assim, manifesta-se que uma imagem contém significados diferentes, dependendo da interrogação formulada. Como dito anteriormente, a fotografia constitui um discurso e sua interpretação será sempre cultural; necessita apenas de contextualização espaçotemporal. As imagens são elaboradas para serem vistas como marcas de representação do real. Desta forma,

a análise das imagens se volta para os impactos na recepção e no tempo de sua produção. São montagens ou teatralizações. Porém, participam de uma significação da realidade, através das representações no tempo. Ao interpretar as imagens é necessário o cuidado para analisar aspectos semânticos de discursos presentes em uma fotografia.

A interpretação das imagens e de suas representações foi importante na construção desta versão da realidade histórica das escolas étnicas dos imigrantes poloneses, em relação à nacionalização do ensino, no Estado do Rio Grande do Sul. Entende-se que o conjunto das imagens, dentro do recorte temporal proposto, nas suas recorrências de significados e representações, reproduziu sentidos e significados social ou comunitariamente adotados por este grupo étnico.

Na escritura desta tese, foram utilizadas algumas fotografias que remontam ao tempo histórico dessas escolas, relacionado ao processo de pesquisa e com os questionamentos e desdobramentos do objeto pesquisado. Alguns atributos formais das fotografias, em referência aos sistemas de representação de práticas da cultura escolar dos imigrantes poloneses, foram importantes na interpretação da temática de pesquisa e na sua conjugação com os referentes históricos. Tais atributos podem ser desde as motivações do fotógrafo, as condições materiais, os equipamentos, motivos velados, as destinações, situações propositais e de caráter organizacional.

### **1.5.2 A produção de documentos para pesquisa**

Para construir conhecimentos históricos sobre o passado, há a necessidade de elementos quantitativos e qualitativos para uma interpretação possível do objeto, no tempo e espaço pretendidos. Os dados são construídos pela escolha criteriosa das fontes e pautados pelos questionamentos de pesquisa. Ou seja, o que se procura responder deve delimitar a escolha e a sistematização das fontes. Como afirmado anteriormente, são os questionamentos de pesquisa que conferem sentido às fontes pesquisadas. A seleção das fontes deve ser conduzida pelo problema de pesquisa por suas implicações. Desta maneira, estabelece-se uma relação de privilégio dada às determinadas fontes em detrimento de outras, a que melhor represente o momento do pesquisador e a historicidade do objeto de pesquisa. Nessa tarefa de separar o que pode auxiliar ou não na construção de dados, leva-se em consideração algumas possibilidades de fontes. A diversificação de fontes traduz

as possibilidades de ampliação da pesquisa, tornando-se o principal argumento do historiador para construir uma narrativa razoável.

Segundo Nunes (1990), muitos dos dados que buscamos podem ser encontrados em arquivos existentes, sejam eles particulares, sejam públicos. As fontes de dados podem ser: diários de viagem, correspondências, relatórios, memórias, fotografias, desenhos, enfim qualquer indício de práticas do passado, que mostram novos sentidos para a reinterpretação da História. Entretanto, há a necessidade de um olhar cuidadoso que instiga a procura por “preciosidades”, que podem falar a respeito dos sujeitos e das práticas que nos antecederam.

Nesse sentido, após ter sinalizado as (minhas) intenções teórico-metodológicas de investigação, julgo necessário estabelecer alguns acessos de fontes utilizadas, com relação ao objeto investigado sobre os poloneses, desde a partida dos territórios étnicos da Europa até o destino no Estado do Rio Grande do Sul. Abaixo estão listados alguns documentos que fizeram parte do processo de construção desta tese.

Destaca-se ao acervo de documentos, dos quais fazem parte algumas publicações de jornalistas, políticos e ativistas sociais dos territórios étnicos da Polônia, alguns, inclusive, visitaram os núcleos dos imigrantes poloneses no Brasil em meados do século XIX, e publicaram suas impressões de viagem aos núcleos dos imigrantes poloneses nos estados do Sul.

Quadro 1 – Bibliografia especial sobre a imigração

(Continua)

| Bibliografia                   | Autor             | Contexto   | Publicação  | Ano  |
|--------------------------------|-------------------|--|---|------|
| List z Brazylii                | Adolf Dygasiński  | Jornalista e escritor. Obra publicada como resultado de viagem pelo Brasil nos anos de 1890 e 1891 | “Kurier Warszawski” – Periódico de Varsóvia que buscava demover a imigração | 1891 |
| Szkice z wycieczki do Brazylii | Józef Siemiradzki | Professor de Geologia na Universidade de Lwów. Ativista social e político                          | Sociedade Geográfica e Comercial  | 1891 |



(Conclusão)

|   |                             |  |   |      |
|---|-----------------------------|--|---|------|
| W Brazylii.<br>Notatki z<br>podróży.  | Pe.<br>Zygmunt<br>Chelmicki | Clérigo, redator de artigos de jornais. Viajou para o Brasil com a finalidade de mostrar as dificuldades e os problemas da emigração para o Brasil | Polskie Słowa:<br>jornal conservador<br>/ Polônia | 1892 |
| Os poloneses<br>no Brasil   | Antoni<br>Hempel            | Ativista social e membro da expedição científica do Dr. Siemiradzki ao Brasil e à Argentina  | Sociedade<br>Geográfica e<br>Comercial            | 1893 |
| Wychodźstwo i<br>osadnictwo   | Roman<br>Dmowski            | Ativista político e cofundador do Partido Democrata Nacional. Influente personagem dos círculos intelectuais poloneses                             |   | 1900 |
| Wychodźstwo<br>Polskie  | Leopold<br>Caro             | Advogado em Cracóvia, professor de Economia na Politécnica de Lwów. <sup>26</sup> Ativista social e pensador político                              |   | 1911 |
| Wychodźstwo i<br>osadnictwo<br>Polskie 1920   | Józef<br>Okolowicz          | Ativista Social e Político   | Escritório<br>emigração em<br>Varsóvia            | 1920 |
| Wśród<br>pionierów<br>polskich na<br>antypodach.<br>Materiały do<br>problemu<br>osadnictwa<br>polskiego w<br>Brazylii | Kazimierz<br>Głuchowski     | Político, redator de periódicos. Primeiro cônsul da Polônia no Brasil  | Consulado<br>República da<br>Polônia              | 1927 |

Fonte: Organização do autor.

Entretanto, as fontes são produções culturais humanas, elaboradas por/ou para uma instituição, com propósitos específicos. Pesquisar numa perspectiva cultural requer a compreensão de seus múltiplos aspectos, necessitando diferentes

<sup>26</sup> Ver Fiktus, Paweł. Myśl emigracyjno-kolonialna w poglądach Leopolda Caro w latach 1908-1914. Wrocław: Wrocław University, 2009.

níveis de aprofundamento, de acordo com os objetivos buscados e suas categorizações. Na perspectiva de Certeau (2011), é também importante descrever algumas informações que ajudarão o leitor a estabelecer o contexto e o local de produção dessa bibliografia.

A fundação de sociedades ou instituições étnico-culturais deixaram importantes indícios da História dos imigrantes poloneses em diversas localidades do Rio Grande do Sul, que foram acessados. Em seus estatutos, em grande parte objetivava a organização de escolas entre os poloneses, deixando muitos indícios e elementos para a análise historiográfica. Dentre estes indícios destaca-se abaixo algumas fontes locais do Acervo Gardolinski do Núcleo de Pesquisas Históricas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quadro 2 – Amostragem de fontes NPH/UFRGS

(Continua)

| Arquivo Gardolinski – NPH/UFRGS – Porto Alegre   |             |
|--|-------------|
| Dossiê, contendo dados biográficos, listas de nomes, cópias de certidões de registro de estrangeiros e de outros documentos relativos a imigrantes poloneses                                   | 1889 – 1972 |
| Fotografias de Ijuí  | 1890 – 1925 |
| Imagens de escolas/diversas localidades  | 1900 – 1937 |
| Carta do Padre José de Lassberg, SJ, sobre poloneses   | 1902        |
| Cópia de relatórios, em polonês, assinados por Honorat Jedliński, Ignacy Warembier e outros, sobre a criação de uma escola elementar nas dependências da igreja e as dificuldades de caixa     | 1904 – 1905 |
| Documentação das escolas   | 1910 – 1934 |
| Livro de atas, em polonês, da Sociedade João III Sobieski, de Ijuí   | 1911 – 1922 |
| Livro-caixa do Comitê Central Polonês em Ijuí  | 1918        |
| Relatório de Miguel Chmielewski a Borges de Medeiros   | 1918        |
| Documentos em polonês da Comissão Militar Polonesa da América do Sul, relativos ao auxílio enviado à Polônia, durante a Primeira Guerra Mundial  | 1920        |
| Lista de frequência, em polonês, dos alunos da Escola Tadeusz Kościuszko   | 1920        |
| Livro-caixa, em polonês, da Escola Tadeusz Kościuszko Porto Alegre   | 1920        |
| Relação, em polonês, dos graus obtidos pelos alunos da Escola Tadeusz Kościuszko nas disciplinas do curso  | 1921        |
| Estatutos, em polonês, da Sociedade Beneficente Polonesa Tadeusz Kościuszko, de Porto Alegre   | 1922        |
| Dossiê, em polonês, relativo às atividades de Bolesław Wenclewski no Rio Grande do Sul, como professor e presidente da Associação dos Professores Poloneses das Escolas Particulares do Brasil | 1924 – 1929 |
| Livro de atas, em polonês, da diretoria do Comitê Central Polonês em Ijuí – RS   | 1930 – 1937 |

(Conclusão)

|  |             |
|--|-------------|
| Livro de atas, em polonês, da Sociedade João III Sobieski, de Ijuí – RS  | 1934 – 1941 |
| Artigo publicado no jornal Echo Polskie: O novo presidente Dr Getúlio Vargas toma posse do governo   | 1928        |
| Estatutos, em polonês, da Sociedade Maria Konopnicka, de Porto Alegre  | 1933        |
| Estatutos da Sociedade Instrutivo-Recreativa União, criada por imigrantes poloneses em Ijuí - RS   | 1938        |
| Extrato dos estatutos da Sociedade 22 de Outubro   | 1938        |
| Quadro estatístico da população do Rio Grande do Sul, discriminado segundo os municípios e a nacionalidade   | 1949        |
| Estatutos da Sociedade Instrutiva e Recreativa Rui Barbosa, criada por imigrantes poloneses em Erechim   | 1953        |
| Dossiê com documentos diversos em polonês e português relativos às impressões sobre o Brasil emitidas pelos poloneses: Antoni Olchoa e Michał Rosinei, escritores, e Kazimierz Sosnkowski, militar | 1959        |
| Boletim de informações, em polonês, da Sociedade União e Paz   | 1961        |
| Boletins de informações, em polonês, da Sociedade polono-brasileira Tadeusz Kościuszko   | 1961        |
| Dossiê relativo ao primeiro fórum de sociedades sobre a aculturação da etnia polonesa no Brasil  | 1963        |

Fonte: Organização do autor.

A Sociedade Polônia, na capital Porto Alegre, representa um dos locais que possui importante acervo de fontes para pesquisa histórica sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul. Esta sociedade abrigou diferentes associações e sociedades étnicas, com diferentes finalidades e em diferentes tempos, que coexistiram, mesmo posteriormente aos decretos nacionalizadores, no Estado do Rio Grande do Sul. Destaque para o importante acervo de livros didáticos utilizados nas escolas das Sociedades Tadeusz Kościuszko e Águia Branca, instituições que originaram, em 1930, a Sociedade Polônia, após fusão. Há um importante conjunto de fotografias e documentações escritas, mantidos na biblioteca da sociedade, além de periódicos da imprensa étnica, editados em diferentes períodos.

Quadro 3 – Amostragem de fontes na Sociedade Polônia

|   |             |
|---|-------------|
| Arquivo Sociedade Polônia / Porto Alegre – RS |             |
| Livros didáticos                              | 1921 – 1937 |
| Documentação de escolas e lideranças          | 1900 – 1937 |
| Imagens de escolas, Sociedades e associações  | 1899 – 1934 |
| Periódicos diversos                           | 1898 – 1953 |

Fonte: Organização do autor.

Em relação ao interior do estado os arquivos municipais constituem alguns dos locais que também possuem importantes fontes de pesquisa. Destaque para o Arquivo Municipal de Áurea que possui diferentes estatutos de sociedades da região, além de objetos e moveis escolares e importante quantidade de fotografias e livros didáticos. No município de Erechim, no arquivo municipal estão disponíveis o conjunto de edições físicas do jornal Diário de Notícias, que teve grande circulação no estado. Além de documentos e publicações diversas sobre temas étnicos.

Quadro 4 – Amostragem de arquivos municipais no Rio Grande do Sul

|  |             |
|--|-------------|
| Arquivo Municipal / Áurea – RS                                 |             |
| Imagens de escolas   | 1918 – 1943 |
| Estatutos de sociedades e escolas/diversas localidades         | 1911 – 1938 |
| Relatório do consulado em Curitiba das escolas polonesas no RS | 1937        |
| Objetos escolares, móveis                                      | 1938        |
| Livros didáticos/diversos                                      | 1923 – 1937 |
| Arquivo Municipal / Erechim – RS                               |             |
| Jornal diário de notícias                                      | 1938        |
| Publicações diversas/ imagens                                  | 1911 – 1938 |

Fonte: Organização do autor.

Um dos acervos de fontes mais importantes para pesquisadores de temáticas ligadas à imigração polonesa está disponível no arquivo histórico dos Padres Vicentinos em Curitiba no Paraná. Além da vasta bibliografia sobre a imigração polonesa, o acervo abriga as cópias físicas do semanário *Lud*, importante veículo da imprensa étnica polonesa, publicado regularmente ao longo do século XX, desde 1918, como também do semanário anticlerical *Polak w Brazylji*. O acervo possui ainda imagens, livros didáticos, documentações de associações amplas dos imigrantes poloneses, como, também, cópias de periódicos étnicos que circularam nos núcleos de imigração polonesa, incluindo publicações especiais sobre o processo escolar étnico. Outro arquivo importante é o dos Padres da Missão Católica, que contém periódicos da imprensa étnica, como também publicações e relatórios de instituições étnicas polonesas. Destaque ainda em Curitiba para o arquivo da Sociedade União Juventus, que também possui documentos de associações e sociedades dos imigrantes poloneses. Nesses arquivos há importante quantidade e qualidade de fontes que contribuem para a problematização dos tempos históricos e para a organização dos questionamentos de pesquisa, conforme os objetivos pretendidos desta tese.

Quadro 5 – Amostragem de fontes de arquivos em Curitiba.

|  |             |
|--|-------------|
| Arquivo dos Padres Vicentinos / Curitiba – PR  |             |
| Bibliografia sobre imigração   | 1890 – 1979 |
| Periódicos sobre escolas: formação de professores, Nossa Escola                                  | 1900 – 1990 |
| Imagens de escolas   | 1910 – 1950 |
| Livros didáticos   | 1900 – 1938 |
| Documentos de associações Oświata e Kultura  | 1921 – 1935 |
| Documentos sobre associações de professores  | 1921 – 1937 |
| Documentação sobre bibliotecas   | 1921 – 1930 |
| Correspondências de cônsules e intelectuais ligados à imigração                                  | 1921 – 1943 |
| Arquivo dos Padres da Missão Católica / Curitiba – PR  |             |
| Documentos sobre o Ginásio Maletense   | 1948        |
| Periódico Nasza Szkola   | 1926 – 1934 |
| Publicação sobre organizações polonesas/diversos   | 1921 – 1938 |
| Publicação Polski Kalendarz Riograndeńskim   | 1932 – 1933 |
| Publicação pedagógica <i>Ruch Pedagogiczny</i>   | 1920        |
| Relatório sobre a Central das organizações polonesas:<br><i>Sprawozdanie Z Obrad V Sejmu CZP</i> | 1937        |
| Periódico Brasil - Polônia   | 1921 – 1937 |
| Arquivo da Sociedade União Juventus / Curitiba – PR  |             |
| Documentos de associações e escolas  | 1900 – 1937 |
| Periódicos diversos  | 1900 – 1989 |
| Fotografias diversas   | 1900 – 1938 |

Fonte: Organização do autor.

Além das fontes e dos locais destacados acima, foram analisadas documentações do Arquivo Nacional do Itamaraty no Rio de Janeiro. O arquivo apresenta um vasto acervo documental que registra importantes aspectos da história brasileira, como correspondências oficiais de consulados, nomeações, dossiês, arquivos confidenciais e secretos, dentre outros documentos envolvendo as relações diplomáticas internacionais entre Brasil e Polônia. Nesse local, há documentação, que remontam o período colonial brasileiro até o ano de 1960. A documentação após esse período, se encontra em Brasília, por questões burocráticas. Abaixo relacionam-se alguns documentos levantados no acervo com relação direta a temática da nacionalização e das organizações étnicas polonesas, como correspondências recebidas do consulado polonês no Brasil, correspondências de cônsules brasileiros na Polônia, pelo Ministério das Relações Exteriores, além de dossiês secretos sobre conferências a respeito de colonialismo e imigração em Montevideu e em Genebra, que afetavam diretamente as relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia.

Quadro 6 – Amostragem de fontes, Arquivo Nacional do Itamaraty

| Arquivo Nacional do Itamaraty / Rio de Janeiro – RJ  |             |
|--|-------------|
| Legação Brasileira em Varsóvia: correspondências e ofícios   | 1921 – 1930 |
| Legação Brasileira em Varsóvia: correspondências e ofícios   | 1931 – 1942 |
| Telegramas expedidos de Varsóvia   | 1931 – 1937 |
| Notas recebidas do governo da Polônia  | 1938 – 1940 |
| Notas expedidas para o governo da Polônia  | 1939 – 1945 |
| Correspondências recebidas e expedidas do Ministério da Educação e Cultura   | 1938 – 1939 |
| Dossiê sobre nacionalismo ou nacionalização  | 1940        |
| Correspondência da Liga da Defesa Nacional   | 1931        |
| Dossiê sobre o Terceiro Congresso Brasileiro de Ensino Livre   | 1940        |
| Dossiê e documentos sobre o Terceiro Congresso Brasileiro de História e Geografia  | 1940        |
| Dossiê sobre civismo   | 1940        |
| Dossiê sobre o artigo “Nacionalização da América” e regimes totalitários   | 1939        |
| Correspondências da Legião Cívica Nacional   | 1939        |
| Correspondências de governos estaduais: Rio Grande do Sul  | 1931 – 1942 |
| Correspondência confidencial do ex-secretário consular João Król Rebel   | 1938        |
| Correspondências confidenciais sobre as conferências da imigração e colonização na Europa e América Latina                         | 1937        |
| Telegramas secretos sobre as conferências da imigração e colonização em Montevidéu   | 1937        |
| Parecer Secreto do Estado Maior do Exército sobre alegações e reivindicações da Polônia – General Arnaldo de Souza Paes de Andrade | 1937        |

Fonte: Organização do autor.

Dentre as fontes, destacam-se também periódicos e jornais em Língua Polonesa, que foram publicados no Brasil e nos territórios étnicos da Polônia, como Varsóvia, Cracóvia e Lwów e, posteriormente, nesses mesmos locais, após a independência da Polônia. Muitos periódicos foram publicados no Brasil, especialmente nas cidades de Curitiba e Porto Alegre, compondo um conjunto importante da imprensa étnica polonesa, que atuou no Brasil. Abaixo estão listados alguns desses periódicos que foram analisados na construção desta tese.

Quadro 7 – Periódicos dos imigrantes poloneses

(Continua)

| Periódicos       | Local                                      | Arquivo                                 | Anos/períodos     |
|------------------|--|---|-------------------|
| Polak w Brazylji | Curitiba: Jornal progressista anticlerical | Acervo dos padres vicentinos – Curitiba | 1900, 1904, 1918, |

(Conclusão)

|                                      |  |  |                        |
|--------------------------------------|--|--|------------------------|
| Gazeta Polska w Brazylii             | Curitiba: Jornal de cunho nacionalista e religioso | Poles Abroad Digital Library. Universidade de Varsóvia | 1893 – 1941            |
| Głos Polski                          | Buenos Aires: União central dos poloneses          | Poles Abroad Digital Library. Universidade de Varsóvia | 1927 – 1949            |
| Ilustrowana Gazeta Polska w Brazylii | Curitiba   | Poles Abroad Digital Library. Universidade de Varsóvia | 1935 – 1940            |
| Lud                                  | Curitiba: Padres Vicentinos                        | Acervo dos padres vicentinos – Curitiba                | 1920, 1937, 1938, 1939 |
| Nowy Dziennik                        | Cracóvia   | Biblioteka Jagiellońska – Biblioteca digital           | 1938                   |

Fonte: Organização do autor.

Os acervos e arquivos históricos em centros de cultura de diferentes cidades do estado foram de grande importância para a construção desta narrativa. Esses vestígios resultam da construção de um processo cultural distinto, com importantes indícios das práticas escolares e significações que a escola possa ter em um tempo e espaço considerados.

Entretanto, indica-se que, para investigar a temática da nacionalização das escolas da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, foi importante a documentação consular produzida nas décadas de 30 e 40, do século passado. Essas fontes estão disponíveis sob a guarda do “Arquivo das Atas Novas”, instituição criada com a finalidade de inventariar e organizar a documentação do Ministério das Relações Exteriores da Polônia. Compreende extensa documentação produzida pelos consulados, antes da Segunda Guerra Mundial, com relevância para a temática pesquisada.

Enfim, para compreender um processo histórico é necessário ter presente como ele se manifesta nos objetos produzidos, nos documentos escritos e nas práticas formadas, a partir da ação de diferentes instâncias sociais e culturais, nos diferentes lugares de onde foram conduzidos os processos organizativos étnicos mais relevantes. Tudo o que envolveu práticas, normas e condutas referentes às escolas étnicas dos imigrantes poloneses e a nacionalização no Rio Grande do Sul, constitui-se, em tese, possibilidades conjecturais de fonte de análise e interpretação. Nesse sentido, no decorrer da investigação outras fontes foram acessadas para responder aos objetivos e à problemática de pesquisa. No entanto, grande parte dos documentos consultados possuem como referência de produção a cidade de

Curitiba no Paraná. Desde os primórdios da vinda dos primeiros grupos de imigração polonesa para o Brasil, Curitiba constituiu um importante centro de irradiação da cultura étnica para o país e, conseqüentemente, para o Estado Rio Grande do Sul. O local da implantação do consulado polonês, a sede das principais associações étnicas polonesas, como a Oświata e a Kultura, posteriormente do CZP; do Junak; do Banco Polonês; da Associação dos Professores Poloneses do Brasil; dos semanários *Lud e Gazeta Polska w Brazylji*, foi Curitiba. Neste sentido, para compreender os processos étnicos identitários dos imigrantes poloneses, no Estado do Rio Grande do Sul, necessariamente recorreremos aos sentidos das conjunturas étnicas protagonizadas na cidade de Curitiba no Paraná, principalmente em relação aos documentos consulares e à oficialização da política externa da Polônia, em relação aos núcleos de imigrantes no Brasil.

Porém, os eixos analíticos da *polonidade* e da *brasilidade*, bem como a análise documental histórica, privilegiaram fontes relacionadas com o processo identitário étnico polonês no Rio Grande do Sul, em suas ressonâncias com a nacionalização nas comunidades étnicas polonesas, nas readaptações, proibições e na formatação de uma cultura escolar.

Esta pesquisa está estruturada em cinco partes principais, seguida das considerações finais, referências, dos documentos e apêndices. Nesta primeira parte, apresentei o aporte teórico e metodológico desta pesquisa, no sentido de organizar e analisar os documentos empíricos, de acordo com a centralidade dos processos culturais étnicos. Os sentidos e as acepções dos espaços culturais estão intimamente relacionados por caminhos de pesquisa trilhados, tanto na maneira de organizar o mundo em conceitos epistemológicos como na demonstração dos modos e procedimentos utilizados para buscar e comunicar as representações sobre o objeto, em forma de narrativas. Porém, admite-se que esse processo é remodelado e transformado continuamente; que novas reconfigurações trarão novos sentidos e outros significados disponíveis para narrar, no fluxo eterno de construção do vivido (BENJAMIN, 1994), uma maneira muito particular e constitutiva do pesquisador. Como pontua Galvão (2005), a realidade cotidiana é percebida em cada um de nós, de um modo muito particular. Dá-se sentido às situações por meio de um universo de crenças, elaborado a partir das vivências, dos valores e papéis culturais inerentes ao grupo social de pertencimento. Representações estas que permitem apropriar-se e interpretar os objetos e fenômenos pesquisados. A



capacidade de interpretação deriva da apropriação dos sentidos históricos, por meio de esquemas teóricos e metodológicos.

Na segunda parte desta pesquisa, desenvolvo uma contextualização do tema da tese em relação à construção de uma *polonidade* imaginada, tendo como horizonte principalmente o viés político-institucional do governo polonês, em relação aos contingentes de imigrantes no Brasil, bem como o empenho no processo de assistência às comunidades étnicas polonesas e às supostas pretensões colônias polonesas no Brasil. Analiso a inserção dos imigrantes poloneses, seus sentidos históricos de constituição do processo étnico comunitário, suas adesões e seus grupos, bem como as organizações étnicas institucionalizadas, no sentido de produzir uma narrativa sobre quem são os poloneses no Brasil e no estado. Manifesta-se que um conjunto de ações étnicas, em diferentes situações e espaços, produziu modos e sentidos de percepção da *polonidade*, que, numa perspectiva intelectual de análise estritamente relacionada à etnicidade, procura organizar alguns sentidos importantes relacionados com a temática da pesquisa. A articulação de grupos com diferentes posições foi constante, nos destinos dos imigrantes poloneses (WEBER; TRINDADE, 2016), o que promoveu diversas ações na condução do processo étnico. Dentre as ações, estavam a edição de periódicos, a organização de associações, sociedades e instituições escolares. Questionam-se as motivações e os interesses desses grupos em promover ações étnicas nas escolas das comunidades polonesas, no Rio Grande do Sul. Havia uma aspiração em apenas manter a *polonidade* – uma identificação étnica desejada –, ou outros interesses também podem estar relacionados ao processo identitário e étnico dos imigrantes poloneses? Neste capítulo, problematizaram-se as consequências valorativas presentes nesse processo de agregação cultural, as quais envolveram a presença de lideranças no engendramento cultural-étnico-político, no desenvolvimento do ensino. Discorre-se também se o grupo polonês era etnicamente homogêneo, devoto de uma pátria perdida ou apenas fugia das perseguições da fome, das guerras ou das revoluções. Compreendo, entretanto, que existe um conjunto de significados bastante amplos de construção historiográfica e de pertencimento étnico, específicos dos imigrantes poloneses. Na construção ou na apropriação de representações sobre a imigração polonesa e a educação, destaca-se a constituição histórico-regional do Brasil. Regionalidade e imigração polonesa fazem parte de um conjunto de significados que são analisados no segundo capítulo.

Na terceira parte desta pesquisa, analiso as representações sobre a escola como demarcador da *polonidade*, com destaque para as estruturas organizacionais étnicas dos imigrantes poloneses no Brasil e no Rio Grande do Sul, em relação a redes de sociabilidade, e a produção dos sentidos escolares, de acordo com a etnicidade, nas principais instituições mais amplas dos imigrantes poloneses.

Na quarta parte desta pesquisa, exponho as representações sobre o contexto de afirmação de uma pretensa identidade nacional no Brasil e o movimento nacionalista, em relação aos poloneses e Ministério das Relações Exteriores. A nacionalização e a educação são temas predominantes nesse capítulo, considerando as diferentes práticas e acepções legais que nortearam este processo, em relação ao Brasil, com reflexos no Estado do Rio Grande do Sul.

A quinta parte desta pesquisa aborda a cultura escolar étnica polonesa no Rio Grande do Sul, em relação ao processo de nacionalização. Investigo as ressonâncias desse processo nas comunidades e sociedades escolares, bem como um conjunto de representações históricas desse fenômeno, com transformações, silenciamentos e a imposição de uma pretensa homogeneidade dos processos culturais. Porém, dada a importância da escola polonesa para essas comunidades,<sup>27</sup> entende-se que houve estratégias e, em muitos casos, algum tipo de conflito ou protesto, como os que envolveram as instâncias consulares e policiais.<sup>28</sup> Houve impactos culturais no fechamento das escolas, das associações, da proibição do uso da língua e da circulação de periódicos étnicos. Conforme atas de sociedades,<sup>29</sup> algumas organizações tiveram que se adaptar aos processos de diferentes legislações com apelos nacionalizadores, já nas primeiras décadas do século XX. O objetivo da nacionalização era configurar e promover a cultura nacional brasileira nas comunidades de imigrantes, principalmente pela imposição do ensino da língua portuguesa e do seu uso nas escolas. Nesse sentido, este capítulo alia o processo de constituição da cultura escolar étnica dos imigrantes poloneses com o processo histórico da nacionalização, no Rio Grande do Sul.

---

<sup>27</sup> Sobre o assunto ver Malikoski (2018).

<sup>28</sup> Em ofícios e correspondências enviados do consulado polonês em Curitiba ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, cita-se a prisão de professores, a busca e apreensão de documentos na Sociedade Polônia de Porto Alegre, dentre outros episódios envolvendo a expulsão de imigrantes poloneses, supostamente envolvidos com o comunismo ou acusados de subversão. Correspondências e cartas consulares eram abertas e censuradas.

<sup>29</sup> Atas da Sociedade Polonesa de Lajeado Valeriano, 1938. Documentação avulsa, Museu Municipal de Áurea – RS.

A motivação para a escrita vem do desejo de constituir memória sobre um grupo étnico relevante, diante da formatação cultural da sociedade gaúcha, no que se refere a um pensamento, produzido das diferenças de representações e da complexidade que envolve as relações humanas e constituição das culturas. Não é um trabalho para ressuscitar o “morto” (Certeau, 1998), até porque não existe a possibilidade de elucidar todas as dúvidas sobre o passado ou mesmo afirmar verdades definitivas. Procuo estabelecer relações do ordinário com os fatos passados através das fontes disponíveis. Isto é, buscar de um lugar estabelecido, seja social ou circunstancial, sobretudo da imersão cultural, nas crenças e valores que constituem o pesquisador. Mesmo a tensão entre a narrativa e as representações factuais das fontes, relativa à problematização historiográfica, designa um lugar ordinário em que as questões do passado são elaboradas, em relação com o presente, tendo na prática historiográfica a finalidade de constituir uma narrativa possível. A relação entre nacionalização e constituição de processos de ensino nos grupos étnicos importa numa caracterização dos acessos às representações históricas compreendidas, na circunstância do tempo e do espaço. Diante da demanda de pesquisa, pode-se afirmar o propósito de buscar um caminho viável de constituição de uma historiografia.

## 2 POLONIDADES E CONTEXTOS ÉTNICOS OFICIAIS

Somos de um modo geral uma nação de tradicionalistas. Na tradição funda-se o nosso relacionamento com os maiores problemas da vida e do espírito e por isso os costumes são por nós preservados por muito tempo e com tenacidade. Isso também ocorre no Brasil. (*Kazimierz Głuchowski* – primeiro cônsul da Polônia no Brasil, 1927).

O discurso nacionalista-conservador do primeiro cônsul da Polônia no Brasil, expresso na epígrafe acima, demarca um processo de manutenção cultural étnica entre imigrantes e descendentes de poloneses. (Re)produz valores e significados, por meio da construção imaginada de uma nacionalidade (ANDERSON 1998). Representa um idealismo de nação polonesa que mantivesse relações efetivas com seus emigrados, em qualquer parte do mundo. O sentido de *polonidade*,<sup>30</sup> construída pelos diferentes contextos historiográficos do grupo étnico polonês, evoca a memória<sup>31</sup> e a manutenção desses valores nacionalistas na organização e difusão de escolas, bem como redes de sociabilidade nos diferentes núcleos de imigração polonesa no Brasil.

Após a reconquista da independência político-polonesa,<sup>32</sup> há um esforço importante do governo polonês em manter uma *polonidade* entre os imigrantes e descendentes, no sentido de refrear, ou mesmo estagnar o processo de desnacionalização, ou perda da *polonidade*, diante dos investimentos brasileiros em implantar um projeto de nação.<sup>33</sup> Dentre as instituições que aderiram ao engajamento político do governo polonês estavam escolas, associações e sociedades, localizadas em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul, caracterizadas por heterogeneidades étnicas, na construção da mesma polonidade. As escolas étnicas polonesas se tornaram um instrumento importante de promoção da *polonidade* nessas comunidades, bem como se presta a um viés político de promoção de supostos projetos coloniais por busca de territórios, aos moldes da

<sup>30</sup> O sentido de *polonidade*, preconizado nesta pesquisa, compreende o mundo do pertencimento, bem como o conjunto de narrativas étnicas polonesas, que oportunizaram diferentes discursos, transformações e construções culturais pelo mundo, nos contextos em que é evocado.

<sup>31</sup> Retoma-se aqui o sentido de memória coletiva de Halbwachs (1990), como forma dialógica tecida nas representações coletivas na contemporaneidade, sem a pretensão de ligá-la necessariamente a um sentido histórico.

<sup>32</sup> Sobre o assunto ver Mazurek (2017).

<sup>33</sup> O Congresso Mundial dos Poloneses do Exterior representou esta sistematização de um pensamento voltado à unidade política e adesão étnica comandado pelo Ministério das Relações Exteriores polonês.

política de diferentes países europeus com a América Latina.<sup>34</sup> Certamente, essas ideias podiam passar despercebidas à maioria dos imigrantes e descendentes poloneses no Brasil; no entanto, muitos grupos ligados ao Ministério das Relações Exteriores da Polônia buscaram construir e manter o projeto de criação de áreas de influência cultural e política no Brasil, até bem pouco antes da Segunda Guerra Mundial, quando a Polônia é invadida pela Alemanha e quando findaram-se quaisquer pretensões coloniais ou imperialistas polonesas.<sup>35</sup> Para Kula (1976) a imigração polonesa era vista como uma aliada da Polônia, e que poderia ser aproveitada pela política externa do Ministério das Relações Exteriores, principalmente em relação às organizações étnicas já existentes no Brasil.

A Primeira Grande Guerra foi decisiva para estabelecer e inculcar determinados sentidos de *polonidade* na comunidade polonesa no Brasil, com ajustes e transformações na conduta cultural. Para muitos indivíduos o sentido de *polonidade* está relacionado a apenas sentimentos incertos e afetivos. Para outros, foi uma tentativa de manter a língua e a religiosidade e para outros, ainda, representou uma imagem desconsiderada do passado, que pouco influenciou na vida cotidiana e nos cursos assimétricos<sup>36</sup> da realidade pessoal. Porém, as transformações políticas na Polônia foram importantes para explicar sentidos do engajamento de lideranças e diferentes grupos nas comunidades polonesas no Brasil, na manutenção de instituições em núcleos mais densamente habitados por imigrantes poloneses e descendentes, como marcas de uma *polonidade* ou de um processo étnico distinto, que configurou espaços e o tecido sociocultural dessas localidades.

Desta forma, entende-se com Truzzi (2008) que as condições elaboradas na formação do pensamento sobre o processo de imigração não podem ser pautadas simplesmente pelo paradigma da assimilação, como se fosse um processo que direcionasse quaisquer orientações culturais trazidas da Europa pelos imigrantes, porém, como processo de tensões e negociações permanentes entre as

---

<sup>34</sup> Sobre o assunto ver Fiktus (2012) e Kula (1976)

<sup>35</sup> Ainda hoje, o governo polonês tem mantido esforços, financiando interações culturais com descendentes de poloneses no Brasil por meio de instituições e integrações culturais, buscando manter e promover a cultura polonesa entre os descendentes e interessados, certamente, sem o viés colonialista.

<sup>36</sup> No sentido de indefinição perpétua da realidade humana. Essa pode ser construída ou configurada conforme a produção do sentido relacionado às crenças e estruturas de significação.

experiências culturais trazidas e elaboradas nas potencialidades oferecidas mediante contatos, negociações e tensionamentos com os grupos da sociedade de acolhida.

Compreendo como um erro, ou como um problema epistemológico, o endosso ou a suposição de que as representações sobre a imigração polonesa podem ser linearizadas numa única perspectiva ou como Lesser (2015) analisa, em relação às agregações sociais, na constituição de um grupo homogêneo e monolítico.<sup>37</sup> Sobre os poloneses, podemos afirmar que nem todos foram católicos, nem todos foram colonos, nem todos tinham os mesmos interesses, ou participavam dos mesmos grupos. O étnico se processa também no diverso e em bases heterogêneas. Entende-se que as tradições étnicas são convenções, práticas construídas no sedimento da criatividade humana e na possibilidade de projeto das realidades individuais e coletivas dos sujeitos.

Mesmo em relação ao ensino, não há como delimitar uma homogeneização devido às diferentes compreensões que os imigrantes poloneses possuíam a respeito do assunto, na sua chegada ao Brasil.<sup>38</sup> Em relação aos poloneses e à educação, há colonos analfabetos, colonos com formação elementar ou com algum outro nível de ensino; também uma intelectualidade com nível médio e superior representada por profissionais liberais e intelectuais que atuavam frente aos mais de 60 periódicos que percorreriam os núcleos de imigração polonesa, caracterizada como uma imprensa étnica (PITÓN, 1971), e diferentes lideranças que promoviam a organização associativa dos imigrantes poloneses. Importante é destacar que o ensino representou uma instância de configuração e organização étnica, como será visto mais adiante.

Para a análise do processo de nacionalização e o ensino dos imigrantes poloneses, deve-se dar ênfase para os diferentes grupos que constituíam as organizações étnicas, tais como: grupo ligado à maçonaria, com importantes intelectuais que estavam à frente de sociedades e associações com ideias mais progressistas; grupos considerados refugiados políticos que participaram de levantes e revoluções contra a ocupação russa,<sup>39</sup> como a revolução de 1863 e de

---

<sup>37</sup> Ver também Gertz (1982)

<sup>38</sup> Ver Mazurek (2016).

<sup>39</sup> Revoluções pela autonomia e reestabelecimento de um Estado polonês na região, que acabaram sendo sufocadas pela repressão do Exército russo. O resultado foi o acirramento das

1905, que teriam aspirações socialistas; grupos imperialistas ligados à exaltação de um nacionalismo polonês, posteriores à Primeira Guerra Mundial; grupos vinculados às instâncias consulares e ao Ministério de Relações Exteriores da Polônia; grupos ligados ao clero, como diferentes congregações religiosas masculinas e femininas, tais como verbitas, vicentinos, Irmãs Franciscanas da Congregação Sagrada Família.<sup>40</sup> Os grupos citados acima faziam parte de uma *intelligentsia*, no sentido apontado por Vieira (2008), como mediadores sociais, que estariam à frente dos empreendimentos organizacionais étnicos.<sup>41</sup> Porém, o maior grupo seria o de colonos,<sup>42</sup> que buscavam melhores condições de sobrevivência e existência, participantes de uma imigração econômica, sem vinculações determinadas, conjuntamente com o número pequeno de profissionais liberais e da indústria que se fixaram nos centros urbanos como Porto Alegre e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Além destes, podemos citar ainda diferentes grupos e indivíduos que provenientes das regiões étnicas polonesas na Europa, com vinculação ou não com a etnicidade polonesa, como judeus e pomeranos luteranos. Nesse sentido, o entendimento de *polonidade* busca dar conta da relação apresentada pelos diferentes grupos com a etnicidade polonesa, que compunham este universo de pensamento e análise, tendo como demarcador o ensino étnico nos diferentes núcleos da imigração, e que buscaram manter valores culturais étnicos.

Segundo Kołodziej (1998), entre 1860 e 1939, aproximadamente doze milhões de emigrantes deixaram a Polônia, para diferentes continentes em todo o mundo. Em números, representaria que um terço da população da Polônia teria aderido ao processo de emigração em meados do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.<sup>43</sup> O período estabelecido abrange diferentes épocas e contextos dos imigrantes poloneses, como o período das febres, da imigração política e econômica antes da Primeira Guerra Mundial para o Brasil, bem como os contextos dos períodos políticos nos quais nosso país esteve envolvido, como o fim do governo imperial e o início do governo republicano. Também estes períodos não

---

perseguições étnicas, com prisões e deportações para os campos de trabalho forçado na Sibéria.

<sup>40</sup> Sobre o assunto ver Pitoń (1971), Wachowicz e Malczewski (2000).

<sup>41</sup> Cabe lembrar o que Bourdieu afirma quando diz que os intelectuais são produtores de capital simbólico. Esse sentido pode ser tomado como razoável para a análise das lideranças étnicas polonesas no Brasil.

<sup>42</sup> Ver Kula (1976).

<sup>43</sup> Dentre os estudos que tratam dos números dos imigrantes poloneses, podemos citar Gardolinski (1958 e 1977), Wachowicz (1970) e Weber e Wenczenowicz (2011).

podem ser descritos como homogêneos, mas com diversas interferências, interrupções, assimetrias e descontinuidades, próprias da História, com ruídos dos tempos e espaços, em que a etnicidade polonesa foi sendo construída em diferentes destinos.<sup>44</sup>

Em fins do século XIX, no conjunto dos territórios étnicos da Polônia este movimento de emigração não passaria despercebido pelos próprios poloneses ou mesmo pelos indivíduos que permaneciam nesses territórios. Para Walaszek (2003) e Mazurek (2016), a atenção e os esforços de políticos, jornalistas e demais intelectuais poloneses, em meados do século XIX, estava voltado no sentido de determinar quem eram os emigrantes e quais seriam as consequências econômicas e políticas da emigração dessas massas, em sua maioria, constituída de indivíduos em busca de melhores condições de vida e de existência. Essas demarcações de análises de uma *inteligencja*<sup>45</sup> serão preponderantes para analisar a constituição cultural dos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul.

Uma das características atribuídas aos diferentes grupos é a perpetuação ou a valorização de uma cultura. Nos momentos em que os sujeitos se sentem ameaçados, tendem a reforçar certos valores e ideias de pertencimento, muitas vezes como forma de proteção de sua própria etnicidade.<sup>46</sup> Devido à Polônia estar destituída de independência política pelas partições,<sup>47</sup> a partir de meados do século XVIII até o fim da Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento dos processos culturais dependia de uma conciliação de forças e de iniciativas diretamente relacionadas aos países ocupantes dos territórios étnicos. Essa referência é importante em uma sociedade em que a administração econômica e política estava sob controle de países dominantes. Nos poloneses,

haveria um sentimento de compensação, uma mística em torno do grupo étnico e cultural, na defesa de sua *polonidade* ameaçada. Para defender-se da influência da cultura germânica e russa, os poloneses criaram um

<sup>44</sup> Para Graniowski (1967), “febre” é a emigração de territórios poloneses em todas as partições para o Brasil, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Assim, os primeiros imigrantes deslocados para o Paraná e para o Rio Grande do Sul não estão abrangidos no período descrito. A expressão *febre brasileira*, em relação à imigração polonesa, é geralmente usada para caracterizar um fenômeno mais amplo de emigração do Reino (domínio russo), nos anos 1890-1891 e 1911-1912, e na Galícia (domínio austríaco), entre 1895-1897.

<sup>45</sup> O sentido pretendido aqui é o de elite intelectual étnica.

<sup>46</sup> Amparado na análise que Barth (1998) faz do conceito, a identidade pode ser considerada uma celebração móvel, a etnicidade aqui compreendida possui os mesmos atributos.

<sup>47</sup> Ver Wachowicz (1981), Gardolinski (1958), Stawinski (1999) e Garcez (2003).



conceito de valores nacionais destinados a contrabalançar e neutralizar os valores estranhos à própria cultura, grandemente ameaçada desde a perda de sua independência e consequente ocupação de seus territórios. (WACHOWICZ 1970, p. 12).

Quando ocorre o acirramento do processo emigratório nas últimas décadas do século XIX e início do século XX e, mesmo após o processo de independência da Polônia em novembro de 1918, entende-se que houve uma preocupação com a relação construída ou efetivada entre os emigrados que, em épocas distintas, deixavam os territórios étnicos poloneses na Europa e se instalavam em diferentes continentes no mundo,<sup>48</sup> expressa, principalmente, por grupos de intelectuais poloneses. O questionamento mais importante seria de como poderia ser descrita a relação entre a Polônia e os emigrantes em seus destinos.

Essa relação entre etnicidade, baseada nos processos étnicos, e a luta das representações entre origem e destino, sobre a pretensa manutenção de condições culturais de existência, formam os processos de compreensão da *polonidade* aqui mencionada.

A *polonidade* tem, em seus elementos de constituição, os traços da etnicidade imaginada, produzida e mantida nos grupos que produziram modos de vida e significações culturais para um determinado conjunto de comunidades e para um determinado grupo étnico; para esta pesquisa, são importantes elementos para a compreensão de uma cultura étnica que configura espaços e produz sentidos e significados para os imigrantes e descendentes poloneses no Rio Grande do Sul.

Portanto, apoiado nas discussões destacadas que envolvem o processo de compreensão do conceito de *polonidade*, estabelece-se duas conjunturas analíticas nas quais a *polonidade* é compreendida no desenvolvimento do processo étnico dos imigrantes poloneses e na condução desta pesquisa, sobre o processo de nacionalização nas escolas dos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul. A primeira conjuntura é a pretensa nacionalidade imaginada, após a independência da Polônia, que representa as aspirações do governo Social Democrata polonês, a partir de 1918, em defender um caráter étnico-nacionalista entre os contingentes de imigrantes da Polônia, na busca por estabelecer ou encurtar laços de relações e de

---

<sup>48</sup> Os locais reivindicados, ou que formavam a antiga república das duas nações: Lituânia e Polônia no século XVIII, foram anexados pela Rússia, Prússia e Áustria em sua totalidade em 1795. Porém, essas populações mantiveram uma cultura étnica distinta, dando origem à Polônia, no fim da Primeira Guerra Mundial. Ver também nota 1.

aproximação com as comunidades estabelecidas em diferentes núcleos de imigração.<sup>49</sup> Entende-se com Hobsbawm (1990) que o conceito de nação extrapola os limites de vínculos coletivos, étnicos e culturais, ou mesmo de espaços contínuos e lineares. Compreendo como um processo ativo de formação, desenvolvido ao longo de um espaço histórico e social, em que o nacionalismo antecede o processo de formação de uma nação. Embora na Polônia, em meados do século XIX e início do século XX, não houvesse autonomia política, existiam antecedentes da constituição ou da busca pelo processo de formação de uma nação polonesa, no Leste Europeu e seu expansionismo colonial aos moldes da Inglaterra e da França.<sup>50</sup> Nessa busca por contatos e estreitamento de relações, é relevante compreender como foi o processo de condução das escolas étnicas polonesas, em diferentes lugares e comunidades do Rio Grande do Sul.

A segunda conjuntura para a compreensão do desenvolvimento da *polonidade* é a etnicidade das populações que mantinham suas escolas e sociedades nos núcleos dos imigrantes poloneses. Uma etnicidade produzida dentro dos limites culturais tradicionais trazidos com os imigrantes e os hibridismos<sup>51</sup> dessas comunidades estabelecidas no Rio Grande do Sul, no contato com os espaços culturais multiétnicos e o desenvolvimento do nacionalismo brasileiro. No sentido de Tomacheski (2014), “somos levados a perceber, o camponês polaco, que se torna imigrante, não como uma tábua rasa, e, o espaço brasileiro para onde ele é enviado, não como um lugar vazio.” (TOMACHESKI, 2014, p. 19).

A realidade histórica nas características da etnicidade elegidas tornam-se um elemento importante na análise sobre as escolas étnicas dos imigrantes poloneses. Głuchowski (1927/2005, p. 315) escreve ainda que, após a conquista da independência da Polônia, o relacionamento do emigrante com o país, mesmo afastado ou “jogado” para além-mar, confirmava um sentimento de saudade. Essa afeição seria o apoio dessa relação da Polônia com os emigrados. O próprio cônsul informava que a imprensa imigratória estava cheia de artigos que apelavam para uma revalorização do relacionamento dos emigrados com a Polônia e que, simplesmente, o sentimento de afeição não levaria à construção de uma relação duradora no futuro entre emigrados e a Polônia. “É preciso que se diga claramente a

---

<sup>49</sup> Sobre o assunto ver Walaszek (2003).

<sup>50</sup> Sobre o assunto ver Siemiradzki (1899).

<sup>51</sup> Ver Hannerz (1997).

nós mesmos e à coletividade toda o que a Polônia quer dos emigrados e o que lhes pode dar.” (GŁUCHOWSKI, 2005, p. 316). A independência e a vinda de representantes diplomáticos e consulares despertaram o sentimento de pertencimento nacional étnico, porém, não demoraria uma contrarreação desse processo:

Os imigrantes conscientizaram-se pela primeira vez em que o seu traço de união com a antiga Pátria é apenas um sentimento de amor ideal, apenas a afeição, de que não existe uma identidade de interesses. [...] A afeição enfraquece. Enfraquece ainda porque o emigrante, que – como todo polonês nos tempos de escravidão – em menor ou maior escala imaginava que estava sofrendo por uma Polônia pobre e atormentada, em vista da existência do Estado polonês achou conveniente transferir toda essa preocupação, muitas vezes teórica, para o próprio Estado. [...] A Polônia já tem uma existência independente, e agora é tempo de pensar na gente – assim a maioria pensa. E muitos, como acontece com os filhos, esperam ainda que a mãe lhes ajude em seu difícil e muitas vezes penoso destino. (GŁUCHOWSKI, 1927/2005, p. 316).

Nesse sentido é importante analisar um relato memorialista de um viajante ao governo no exílio, em Londres, que esteve em momentos distintos com os imigrantes, na década de 20, e do século XX, posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial. Neste relato, o interlocutor recorda que, em 1920, os colonos ainda davam os primeiros passos na nova terra, com lembranças das difíceis condições como serviçais em fazendas na Polônia. Apesar dos momentos difíceis dos quais recordavam, sentiam saudades de sua terra natal e dos seus parentes que permaneceram na Polônia. Perguntavam frequentemente quando o governo polonês iria mandar navios para buscá-los para retornarem à Polônia. Depois de algum tempo, em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, o mesmo interlocutor faz referências de que a preocupação entre os colonos era muito diferente das apresentadas anteriormente. As conversas entre os vizinhos tinham como assunto os preços dos porcos gordos, das batatas, do algodão, do café, que condiz com uma adesão mais circunstancial de seus propósitos e contextos locais étnicos,<sup>52</sup> do que com o idealismo político nacionalista que a etnicidade poderia representar. A ideia de voltar para a Polônia ficou no passado.<sup>53</sup> As questões envolvendo as diferentes

<sup>52</sup> Por contextos locais étnicos entende-se as conjunturas sócio-políticas, culturais em que os indivíduos estão inseridos ainda pertencentes a uma unidade de solidariedade étnica.

<sup>53</sup> 22 wrzesień 1943. Sprawozdanie dla Malinowskiego z podróży po skupisku osadników polskich w Paranie. In: Imigranci polscy w Brazylii podczas II wojny światowej. (Org., introdução e notas de

formas de compreensão da etnicidade se processa de forma circunstancial. Dependem do engajamento comunitário e das estruturas culturais que mantêm esse processo, levado em conta a decisão dos indivíduos.

## 2.1 A IMIGRAÇÃO NA VISÃO DOS INTELLECTUAIS POLONESES EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

É importante anotar a influência da intelectualidade da Galícia, que influenciou os sentidos e os caminhos étnicos dos imigrantes poloneses para Brasil. É justamente de Lwów,<sup>54</sup> que um grupo de ativistas sociais e interessados pela problemática da emigração é formado em meados do século XIX, para estudar com mais intensidade o fenômeno da imigração. (ZIELINSKI, 1935). Diferentes expedições para a América Latina e, especialmente, para o Brasil são organizadas para verificar a situação dos imigrantes e as promessas dos agentes que circulavam nas aldeias polonesas. Os primeiros viajantes que chegam ao Rio Grande do Sul são os representantes da Sociedade Comercial e Geográfica<sup>55</sup> criada na Galícia, como Kazimierz Kłobukowski,<sup>56</sup> Antoni Hempel<sup>57</sup> e Josef Siemiradzki<sup>58</sup>.

Da cidade de domínio austríaco, houve a criação de duas revistas que abordavam a temática da imigração: a *Przegląd Wszechpolski*<sup>59</sup> e posteriormente a

---

Ryszard Stemplowski. Warszawa, 1978, p. 78).

<sup>54</sup> Lwów pertencia à Galícia de domínio da Áustria e hoje faz parte da Ucrânia. Ao contrário do que acontecia em territórios dominados pela Rússia e pela Prússia, onde havia um processo de despolonização ou de repressão da cultura polonesa, com lento e efetivo processo que visava a proibir o uso da língua em escolas e em repartições públicas; perseguições religiosas e substituições nas propriedades de terras, na Galícia; devido a uma relativa liberdade política, as instituições étnicas polonesas poderiam coexistir com a administração austríaca. Mais sobre o assunto, ver Wachowicz (2002).

<sup>55</sup> Towarzystwa Handlowo-Geograficznego: Sociedade Comercial e Geográfica. Sociedade criada na Galícia com a finalidade de estabelecer relações culturais, econômicas e políticas com a imigração polonesa em diferentes continentes.

<sup>56</sup> Economista e jornalista que compreendia que o Brasil poderia ser o destino de uma Nova Polônia. Fundou as primeiras sociedades étnicas polonesas no Rio Grande do Sul. Ver Malikoski (2018) e Wachowicz e Malczewski (2000).

<sup>57</sup> Membro da expedição que visitou os núcleos da imigração em meados do século XIX, no Brasil e na Argentina. Escreveu a obra *Polacy w Brazylii* (Os poloneses no Brasil) publicada em Lwow no ano de 1893.

<sup>58</sup> Josef Siemiradzki pode ser considerado um dos maiores entusiastas da ideia da formação de condomínios étnicos no Paraná. Geólogo de formação e professor universitário percorreu os núcleos de imigração elaborando, em 1899, um mapa da concentração imigracional polonesa no Brasil. Escreveu diferentes obras sobre a possibilidade de colonização polonesa nos territórios brasileiros.

<sup>59</sup> *Przegląd Wszechpolski*: dwutygodnik polityczny, społeczny i ekonomiczny. Biblioteka Jagiellońska, 912 III czasopismo M.f. 017718.

*Przegląd Emigracyjny*.<sup>60</sup> Dentre os assuntos abordados estavam os aspectos socioeconômicos da emigração polonesa e temas relacionados com a diáspora polonesa, como, por exemplo, as atividades dos imigrantes, a colonização empresarial, a legislação austro-húngara, a aquisição de imóveis, os preços de produtos agrícolas, como também grande espaço dedicado aos assuntos da organização de sociedades e o desenvolvimento da educação, na vida sociocultural dos imigrantes poloneses.<sup>61</sup> Dos círculos intelectuais da Galícia, há também a reivindicação de implantação de um consulado austríaco no Paraná, em meados do século XIX, porém, com um cônsul étnico polonês. (WACHOWICZ, 1981). É também de Lwów que ocorrem as primeiras tentativas de organização de um processo de ensino étnico polonês, no Brasil, mais amplo ou institucionalizado.

De acordo Starczewski (2012), a emigração em larga escala era um fenômeno com o qual a elite da sociedade polonesa teve que se deparar. No entanto, poderia representar uma ameaça à vida nacional, na sua luta contra a *germanização* e a *russificação*. Haveria três posições referentes à imigração, as quais o autor classifica como: oponentes declarados que demoviam a imigração; os que promoviam e os que buscavam prestar auxílio aos emigrantes dadas as hostilidades e desventuras que a emigração poderia representar.

Nessa linha de análise, primeiramente havia o movimento antiemigratório, que visava a advertir as massas camponesas sobre as difíceis condições de vida dos imigrantes no outro hemisfério. Dentre estes destaca-se o Padre Zygmunt Chelmski, redator de notícias e artigos do jornal *Słowa*, editado na Polônia. Em publicação de 1892, após visitar alguns núcleos dos imigrantes poloneses em Santa Catarina e no Paraná, manifesta-se contrário aos processos imigratórios, avaliando negativamente o deslocamento de emigrantes.

Vocês sabem perfeitamente as dimensões que tomou a emigração para o Brasil. Gente com mentes confusas pelas promessas dos agentes, cederam à doença da emigração. De nada valeram os argumentos e persuasivas. Os senhores – afirmam eles – tem inveja de nossa felicidade. As advertências dos padres ficam sem efeito. Para a primavera todo ser vivo tem intenções de partir para o além-mar. Vós mesmos publicastes cartas que cortam o coração daqueles que, cedendo a propaganda dos agenciadores, foram

---

<sup>60</sup> Revista quinzenal fundada em 1892 por Kłobukowski e Ungar, dedicada aos problemas da emigração e colonização, buscando conscientizar os círculos sociais poloneses sobre as causas e o processo emigratório. (MAZUREK, 2016, p. 139).

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 4.

para o Brasil. Não há jeito: é preciso que aqueles que experimentaram a desgraça brasileira, eles próprios, tornem-se aviso e amedrontamento para os de boa-fé. (CHEŁMICKI 1892, p. 2, tradução nossa).

O padre Chełmicki veio ao Brasil com o intuito de recolher um conjunto de relatos para servir de contrapropaganda a pessoas mais “ingênuas ou iludidas” e pretendia trazer de volta centenas de emigrantes, para que suas experiências e vivências pudessem ser um aviso para os interessados em emigrar. Para o clérigo, os agentes de imigração, incentivados pelo governo brasileiro, compreendiam a emigração apenas como um comércio de pessoas, com grande destaque para os problemas que os imigrantes iriam enfrentar. Teria emigrado para o Brasil quase exclusivamente a “escória” do proletariado rural e urbano. “Desocupados e vagabundos, que deixaram o país com o desejo de enriquecer [...] Espera no Brasil a miséria moral e material, estando entregues a devassidão, a embriaguez e a indiferença religiosa em terras brasileiras.” (CHEŁMICKI, 1892, p. 15).

Percebe-se no discurso do padre Chełmicki o grande apelo em demover o processo emigratório das terras polonesas, ou mesmo a tentativa de refrear o seu desenvolvimento. Outras publicações buscavam também enfraquecer o movimento emigratório, com o objetivo de apresentar apenas os problemas ou dificuldades. Porém, compreendo com Wachowicz (1981), que diante de condições miseráveis e de carência econômica, a emigração era considerada uma opção de buscar melhorias dessas mesmas condições.

Havia os que compreendiam a imigração como algo problemático, porém, necessário à reorganização das sociedades e dos territórios poloneses. Dentre estes estavam o viajante Antoni Hempel, membro da expedição da sociedade comercial e geográfica que afirmou na sua obra *Polacy w Brazylii*:

Todo veredito deve merecer meditação, todo lance de pena, deve ser imbuído de boa-fé neste emaranhado de outeiros agrestes, onde pululam conceitos errôneos e até propositadamente falsos. É necessário ter convicção profunda de servir a uma causa boa. A emigração é questão do futuro. O destino dos povos da Europa é povoar os vazios da América, Austrália, África e Ásia. Atualmente o berço das futuras nações é a Europa e não a Ásia. (HEMPEL, 1893, p. 01 – tradução nossa).

Nesse processo de busca das interpretações, sobre quem emigrava ou que tipo de contingentes representavam os indivíduos migrantes, políticos e sociedades poloneses, compreendiam a necessidade de uma melhor análise do fenômeno que

atingia grandes proporções, principalmente em meados do século XIX e início do século XX. Em maior ou menor intensidade, os interesses dos círculos políticos e sociais dos territórios poloneses continuavam a retratar quem eram os imigrantes que deixavam os territórios étnicos poloneses na Europa, e qual seria a relação que permaneceria com o local de origem ou com esses emigrantes.

Roman Dmowski (1900), político e estadista polonês, cofundador do Partido Democrata Nacional, que mais tarde em 1919 defenderia, no Tratado de Versalhes, as fronteiras ocidentais da Polônia,<sup>62</sup> afirma que o fenômeno emigracional precisaria ser melhor analisado na sua relevância para a organização da vida contemporânea na época. Para o autor, apesar dos problemas, o processo emigratório era algo necessário diante dos contingentes de pessoas que estavam sem trabalho e não possuíam terras para trabalhar ou, ainda, estavam vivendo sem liberdade nos diferentes domínios. A emigração era um processo comum na Europa e deveria ser considerada uma necessidade. Na Galícia,<sup>63</sup> de ocupação austríaca e do Reino da Polônia, de ocupação russa, a imigração seria um aviso para o futuro da existência de um processo intenso, tornando-se um movimento permanente. Acreditava-se que o destino de milhares de pessoas não poderia ser encarado com indiferença, destacando-se o propósito de analisar racionalmente o processo, por meio de uma avaliação crítica das condições pelas quais a imigração ocorria nos territórios étnicos, bem como das condições dos territórios transoceânicos, nos quais esses emigrantes seriam acolhidos.

O aumento populacional de alguns países, com elevadas taxas de natalidade, as crises econômicas e a falta de desenvolvimento industrial causavam forte impacto em toda a Europa. Na visão dos intelectuais que compreendiam a necessidade da emigração, este seria um dos fenômenos históricos mais importantes da virada do século XIX, e as razões seriam óbvias, embora alguns fatores devessem ser levados em conta para uma melhor análise. A insatisfação material, entendida como o estado de miserabilidade econômica, bem como o desejo de encontrar melhores condições de vida, designavam as razões mais óbvias da emigração. Nos territórios étnicos poloneses haveria um contingente populacional elevado, e a distribuição social da riqueza não atendia às necessidades da

---

<sup>62</sup> Ver Kawalec (2014).

<sup>63</sup> Territórios étnicos de domínio austríaco.

população. Os outros fatores igualmente importantes seriam: “a densidade populacional do país e sua taxa de crescimento; o Nível de Educação e da correspondente soma das necessidades humanas e a quantidade de indivíduos assalariados e o custo de vida”. (DMOWSKI, 1900, p. 58 – tradução nossa).

A ênfase dada pelos representantes dos círculos intelectuais poloneses da galícia ao desenvolvimento educacional, como um dos fatores que tenderiam a reduzir o processo emigratório, como acontecia na Alemanha e na França, que desenvolveram um sistema de educação nacional ainda no século XIX,<sup>64</sup> cuja organização do ensino em níveis razoáveis teria refreado ou diminuído o processo emigratório, seria uma das alternativas para solucionar o problema. O crescimento da população poderia ser relacionado com um processo que incentivaria a emigração; porém, as condições de subsistência estariam ligadas diretamente à maior ou menor ação educacional, relacionado com outras circunstâncias, como a facilidade de comunicação e como o maior conhecimento dos países estrangeiros. A educação deveria ser colocada como um dos fatores que reduziram o processo imigratório, mudando inclusive a insatisfação com as condições de vida na Europa. Isto explicaria por que, em países com baixa escolarização, havia forte processo emigratório, pois a organização de um sistema educacional não condizia com as necessidades de ilustração da população. Este fato era observado principalmente, no Noroeste da Europa, em países com altas taxas de analfabetismo.

Parece justificado e convém argumentar que a participação mais forte do movimento de emigração é a dos países em que o povo permaneceu por muito tempo em um atraso educacional, e, devido às necessidades materiais, embarcou mais tarde no caminho do progresso. Muito significativos a este respeito são exemplos da Irlanda, da Itália e das terras polonesas. (DMOWSKI, 1900, p. 68 – tradução nossa).

Alicerçada na miséria econômica desses territórios, a agitação imigratória, como em seus períodos de febres, teve maior impacto onde não havia um melhor desenvolvimento do processo de ensino. A ação de agentes da imigração, com promessas de riquezas no Brasil, teve maior força na parte de domínio russo e austríaco, onde o desenvolvimento educacional era mais precário.<sup>65</sup> Naquele período, os diferentes países europeus passavam por um intenso movimento

---

<sup>64</sup> Sobre o assunto ver Cambi (1999).

<sup>65</sup> Sobre o assunto ver Wachowicz (1981).



emigratório para países da própria Europa e para outros destinos como a América do Norte e a América do Sul. Somada à precariedade do ensino nacional, a taxa de desenvolvimento industrial nos territórios étnicos poloneses correspondia, em termos sociais, também como um dos principais fatores que causavam o processo emigratório. Nos países mais desenvolvidos industrialmente, os contingentes de emigrantes eram reduzidos.

Para Siemiradzki (1896), após um movimento lento da população austro-húngara e alemã, iria começar um novo movimento em massa de emigração das terras polonesas. As novas leis republicanas no Brasil, que prometiam passagens gratuitas, 25 hectares de terras e algumas provisões necessárias nos primeiros meses da chegada, iniciou novo movimento emigratório em terras polonesas e que em alguns meses chegaria a mais de 100 mil pessoas.<sup>66</sup>

Para Caro (1911, p. 5) a cada ano mais de cem mil pessoas teriam emigrado para os Estados Unidos, outros milhares para o Canadá, Brasil e a Argentina e outras 600 mil pessoas, sazonalmente, buscavam trabalho na França, na Suíça, na Dinamarca e na Romênia, afora os poloneses do Reino, que estariam sendo direcionados pelo governo russo para o Leste, na Sibéria. Caro (1911) argumenta que o elemento polonês estava sendo espalhado em quase todo mundo, reduzindo a força e a prosperidade da terra natal. A solução segundo o autor seria aumentar o número de indústrias e os postos de trabalho, a exemplo da Alemanha, que teria reduzido a pressão emigratória de seus territórios.

Embora a questão dos números seja importante para analisar os contingentes imigratórios, uma das preocupações que perpassava a análise dos círculos intelectuais poloneses era de uma imaginável “assimilação” ou a perda dos sentimentos nacionais étnicos. A preocupação dos políticos e intelectuais poloneses era como os emigrantes permaneceriam ligados à sua origem polonesa. De acordo com Walaszek (2003), a imigração para o Canadá e para os Estados Unidos, uma dita assimilação, seria realizada mais facilmente, devido às ações governamentais nesse sentido, enquanto que no Brasil os imigrantes mantinham maior relação com a *polonidade* ou com a etnicidade polonesa.

---

<sup>66</sup> Uma afirmação temporal. Caminhos de Ferro no Sul do Brasil. Fonte: (Archiwum Akt Nowych, Warszawa, Arquivo Actas Novas, Varsóvia. Archiwum Paderewski, maço 388, p. 1-15. *In Paraná - Anos 1900*. Introducción y notas de Marcin Kula, Estudios Latinoamericanos 1(1972) p. 369 – 384).

Assim, é importante problematizar a análise produzida pelos diferentes personagens que envolvem o processo emigratório das terras polonesas. Nesse sentido, Hobsbawm (1998) inspira quando exprime que a tarefa do historiador é tentar remover vendas para dizer à sociedade de hoje coisas das quais elas poderiam se beneficiar, numa perspectiva de produzir uma narrativa que dê sentido ou significado aos questionamentos do passado. Na bibliografia sobre o assunto, dentre elas, Dmowski (1900) e Caro (1911), a emigração poderia representar a perda de uma pretensa nacionalidade, em que o processo de construção de uma nação polonesa independente poderia ser afetado. Porém, em artigo do jornal *Słowa* de 1906,<sup>67</sup> sobre o congresso de advogados e economistas poloneses na Galícia, havia a afirmação de que a imigração, em relação às partições, poderia ser considerada um movimento indispensável para o desenvolvimento da nação e sintoma de uma vida saudável. Em contraponto, segundo o mesmo artigo, no discurso do padre Cynalewski, que esteve em contato com imigrantes na Argentina e no Brasil, havia um apelo para não induzir o povo a deixar a Polônia, porque estariam expostos a uma desnacionalização, sendo um êxodo de forças que no país deveria permanecer. Corrobora esses sentidos os relatos de padres missionários que peregrinavam pelas colônias no Brasil e enviavam correspondências com representações da perda da *polonidade* ou do polonismo. O padre Hugo Dylla CM no ano de 1905, quando relata sobre o sentimento de nacionalidade entre os descendentes de poloneses na Colônia Lucena diz:

Diante de uma casa brinca um grupo de crianças. São tão amáveis, não são brasileiras, seus rostos atestam que são polonesas, embora nada compreendam dessa língua, perdidas para a Polônia para sempre. As colônias são jovens ainda, mas muitos já se desnacionalizaram, principalmente a juventude. Se acontece que casam com uma brasileira, o homem não só se perdeu para a Polônia, mas também para a Igreja. Até onde o polonês conserva sua língua materna, até ali permanece bom católico, mas sem a língua, perde a fé dos pais. (*sic*)<sup>68</sup>

O problema da desnacionalização aparece como consequência dos processos emigratórios, que afetavam diretamente a consolidação de um nacionalismo polonês entre os imigrantes que estavam nas colônias brasileiras. Para

---

<sup>67</sup> *Słowa* 25/12/1906. Biblioteca digital, Universidade Jangelônica.

<sup>68</sup> *Misje Katolickie* – ano XXIV – Cracóvia fevereiro de 1905. *In*: Anais da Comunidade Brasileira Polonesa v., 1971, p. 116. Trad. Francisco Dranka.

o padre capuchinho Honorat Jedliński que esteve no Rio Grande do Sul, de 1900 a 1906, fundando escolas,<sup>69</sup> em núcleos étnicos poloneses, nos imigrantes havia apenas uma relação espiritual e familiar com as terras de origem. Existia pouca ou nenhuma atenção às necessidades espirituais, deixando dezenas de milhares de poloneses à própria sorte, à “mercê de um destino difícil”.<sup>70</sup> Ainda segundo o artigo do jornal *Słowa*, Kazimierz Warchałowski,<sup>71</sup> que desenvolvia suas atividades de redator e ativista social no Paraná, estando à frente do periódico *Polak w Brazylii*,<sup>72</sup> a imigração para o Brasil poderia ser benéfica, não somente para os colonos, como também poderia beneficiar os países europeus, no sentido de formar grandes colônias ultramarinas.

Nas questões problematizadas são pontuais em relação aos significados formados sobre o fenômeno da emigração que atingia importante contingente de pessoas, oportunizando diferentes análises, como as referidas anteriormente. Diante do movimento emigratório, as opiniões da intelectualidade da Galícia eram destacadas por jornais e periódicos desse período.

Em outras partes dos territórios étnicos poloneses, como na parte russa e prussiana, essas manifestações de nacionalidade/*polonidade* não eram possíveis devido ao processo repressivo que essas nações imprimiam à cultura polonesa nesses locais.<sup>73</sup> Para Mazurek (2016, p. 134), as discussões em torno da emigração/imigração reuniam jornalistas e escritores que inicialmente apoiavam a ideia de cessar a imigração por meios administrativos, como não fornecendo certidões ou documentos. No entanto, diante das conjunturas políticas e econômicas, esses intelectuais começaram a pensar na assistência aos emigrados que regularmente deixavam os territórios étnicos poloneses numa compreensão das razões que forçavam os camponeses a emigrarem.

Porém, na Galícia, continuavam os debates acerca das vantagens ou dos benefícios que a emigração poderia representar para uma possível reestruturação da nação polonesa. De acordo com Suligowski (1890), no segundo congresso dos

---

<sup>69</sup> Sobre o assunto ver Malikoski (2018).

<sup>70</sup> *Słowa* 25/12/1906, p. 1. Tradução do autor.

<sup>71</sup> Kasimierz Warchałowski (1872-1943) foi jornalista, comerciante e diplomata pela Polônia, além de ativista cultural entre a imigração polonesa no Brasil, liderando núcleos de colonização polonesa no Paraná e no Peru. Ligado à maçonaria, era considerado um líder anticlerical.

<sup>72</sup> Jornal Anticlerical publicado de 1904 a 1918 em Curitiba. (PITOÑ, 1971).

<sup>73</sup> Sobre o assunto ver Wachowicz (1981).

juristas e economistas poloneses no ano de 1889, Stanislaw Kłobukowski teria levantado a possibilidade da criação de colônias ultramarinas para a Polônia na América, abrangendo os contingentes de imigrantes instalados em diferentes países e que, posteriormente, ficou conhecido como o projeto da *Nowa Polska* ou sonho da Nova Polônia. Este projeto teria sido rejeitado inicialmente, prevalecendo a ideia de que os emigrantes deveriam ser auxiliados.<sup>74</sup> Kłobukowski foi um dos primeiros representantes da intelectualidade da Galícia a percorrer os núcleos dos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul.

## 2.2 A NOVA POLÔNIA

A Polônia sonhada ou efetiva em meados do século XIX não passava de uma questão em aberto, enquanto não houvesse uma clara determinação da constituição de um estado autônomo e independente aceito pelos países que administravam as partições polonesas. A França, a Inglaterra e mesmo a Itália administravam politicamente vastos territórios ultramarinos na África, Ásia e nas Américas, sob a égide de uma partilha colonial já resolvida. (HOBSBAWM, 1998). Entende-se que, naquele período, as condições políticas dos territórios étnicos poloneses limitavam qualquer tipo de intenção de conquistas coloniais. No entanto, os planos dos círculos intelectuais poloneses visavam, primeiramente, a reconstrução do país ou de uma nova pátria independente e que, por hora, diante da comoção ou do fortalecimento do processo emigratório, as questões coloniais também permaneceram no centro dos debates.

Cedo ou tarde as partições não iriam refrear a iniciativa da independência almejada pelos poloneses. Na Galícia, de domínio austríaco, era popular a ideia de organização de um processo colonial em territórios ultramarinos ou de simplesmente mobilizar a imigração polonesa em um território independente no Brasil, com comunidades organizadas e desenvolvidas economicamente.<sup>75</sup> O assunto de colônias independentes, no Estado do Paraná,<sup>76</sup> ou a representação do sonho de

---

<sup>74</sup> Suligowski, Adolf. Sobre o II Congresso dos Juristas e Economistas e seu Significado. (II Drugi zjazd prawników i ekonomistów polskich i jego znaczenie). Warszawa, 1890. p. 70.

<sup>75</sup> Sobre o assunto ver Mazurek (2016) e "Palavra Introdutória". In: Anais da Comunidade Brasileira Polonesa, v. 04, 1970.

<sup>76</sup> Ver Stanisław Pawłowski. Domagajmy się kolonu zamorskich dla polski Warszawa: Wydawnictwo ligi morskiej i kolonialnej, 1936. (Exigimos colônias para a Polônia – Tradução livre do autor). A liga

uma Nova Polônia ultramarina demonstrou-se ser potente num período caracterizado por deslocamentos emigrantistas. Diferentes sociedades coloniais foram organizadas com esta finalidade, inclusive, posteriormente, no período entre as duas guerras mundiais. Portanto, havia a delineação de um desejo de viabilizar a organização de uma colônia ultramarina no Brasil, mais precisamente no Estado do Paraná.<sup>77</sup> De acordo com Siemiradzki (1899), diante da falta de independência política e de grandes capitais para dispendê-la para a finalidade de colonização, seria um sonho pensar que a Polônia poderia constituir colônias independentes pela sua própria iniciativa. Também no momento não havia mais territórios extensos que não fosse possessão de algum país ou que pudessem ser ocupados. Porém, nas circunstâncias pensava-se que o Paraná poderia constituir um território independente, podendo concentrar a imigração polonesa, seguindo o exemplo de colonização francesa do Canadá. O objetivo era formar um órgão administrativo autônomo baseado nos princípios da liberdade republicana, onde uma nascente sociedade polonesa fosse capaz de se desenvolver. Nesse sentido, esse modelo de colonização devia basear-se nas forças privadas, porque os poloneses estavam destituídos do seu próprio Estado. Certamente os países ocupantes dos territórios étnicos, ou mesmo outros países, não auxiliariam numa possível colonização ultramarina polonesa.

Em meados do século XIX, segundo Suligowski (1890, p. 70 - 71), mais precisamente em 1889, no Reino da Polônia de ocupação russa, da Prússia Ocidental de ocupação prussiana e ainda da Galícia de ocupação austríaca se desenvolvia importante processo emigratório, com o destino principal para as Américas. Na Galícia, agentes da imigração recrutavam pessoas na zona rural com promessas convincentes, motivando anualmente milhares de pessoas a buscar um destino além-mar. O tema da colonização parecia ser importante para mobilizar discussões acaloradas em torno de um projeto de colonização polonesa.<sup>78</sup> Seria

---

marítima e colonial tinha como um dos objetivos a expansão da frota marítima e fluvial polonesa. No período de entreguerras, o objetivo era também adquirir terras ou colônias. No Paraná, foram comprados milhares de hectares de terras, nas quais foram formados assentamentos poloneses, denominados de *Morska Wola*. (Ver BIAŁAS, Tadeusz. *Liga Morska i Kolonialna 1930-1939*. Gdańsk: Wydawn e Morskie, 1983).

<sup>77</sup> Siemiradzki, J. *Polska Kolonizacja Zamorska. Kilka słów o potrzebie organizacji wychodźstw i skupienia polskiej ludności wychodźczej w brazylijskim stanie Parana (Nowa Polska)*. Lwów: Towarzystwo kolonizacyjno-Handlowe, 1899.

<sup>78</sup> Suligowski, Adolf. *Drugi zjazd prawników i ekonomistów polskich i jego znaczenie*. Warszawa, 1890.

necessário, segundo as conclusões do autor, cuidar dos emigrantes para que a colonização tivesse êxito e para que os imigrantes mantivessem as características da “nacionalidade” polonesa. O assunto sobre a possibilidade da obtenção de colônias ultramarinas desencadeava diferentes discussões e conclusões. Dados emigratórios pormenorizados eram analisados com o intuito de conhecer melhor as condições de subsistência nas terras de imigração, bem como para compreender seus diferentes problemas. Nesse sentido, em 1889 foi realizado um congresso reunindo a intelectualidade da galícia para discutir os impactos e problemas gerados pelo processo emigratório. Na ocasião da realização do então denominado II Congresso dos Juristas e Economistas em Lwów<sup>79</sup> foi apresentado, além do projeto de formação de colônias ultramarinas, a demanda de organização dos emigrados em outros continentes. Uma análise importante do congresso foi que a emigração poderia representar um apagamento de nacionalidade, em vista de possível “assimilação” dos poloneses.<sup>80</sup> De acordo com as conclusões apresentadas no Congresso, o objetivo principal seria desincentivar novos deslocamentos emigratórios, reconhecendo-se a necessidade do acompanhamento da situação, no sentido de auxiliar a quem desejasse emigrar a conseguir seu sustento sem precisar viajar para outros continentes. Contudo, para Siemiradzki (1899), a emigração teria um lado positivo, se fosse comparada com o exemplo dos ingleses na colonização da América do Norte, onde se constituiu importante enclave cultural.<sup>81</sup> O projeto de uma Nova Polônia ultramarina poderia representar a organização de um enclave colonial polonês no Brasil, considerado nesse pensamento os demais grupos transnacionais que aqui já habitavam alguns territórios, com núcleos em diferentes estados do país. Para Siemiradzki (1899), essa situação poderia ser descrita dessa forma: uma nova Alemanha no estado de Santa Catarina; uma nova Itália no estado de São Paulo e uma nova Polônia no estado do Paraná.<sup>82</sup> Para essa finalidade seria necessário manter a consciência étnica de uma *polonidade* nos imigrantes poloneses ou uma consciência nacional polonesa nas colônias, para assim, constituir futuramente uma autonomia cultural no Brasil. Para Fiktus (2012), a

---

<sup>79</sup> *Idem.*

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>81</sup> Siemiradzki, J. Polska Kolonizacja Zamorska. Kilka słów o potrzebie organizacji wychodźstw i skupienia polskiej ludności wychodźczej w brazylijskim stanie Parana (Nowa Polska). Lwów: Towarzystwo kolonizacyjno-Handlowe, 1899.

<sup>82</sup> *Idem.*

questão é compreender se a expressão “Nova Polônia” significava a reestruturação do estado polonês em territórios ultramarinos, ou era apenas uma concepção de caráter étnico-assistencialista, associado à organização e do desenvolvimento de colônias polonesas existentes nesses territórios. Entretanto, compreendo que este processo era condizente com o idealismo de uma construção cultural-societária, representada pelo engajamento colonial e promoção da *polonidade* em terras brasileiras. O fortalecimento e o desenvolvimento do movimento emigratório no final do século XIX, trouxe ressonâncias significativas nos círculos sociais da Polônia, difundidas desde 1892 pela revista *Przegląd Wszechpolski*,<sup>83</sup> publicada em Lwów, na Galícia. Esta publicação estava baseada numa suposta ideia de unidade cultural e social de todos os destinos que possuíam imigrantes poloneses, independentemente dos países em que estivessem. Há nesse sentido a caracterização de movimentos representativos, pela busca de manutenção de uma nacionalidade imaginada. Porém, esse processo se torna efetivo num programa de ações, que incluía o acompanhamento e a organização da colonização em diferentes territórios, onde os poloneses pudessem desenvolver a própria cultura e etnicidade. Contudo, como delimitava o periódico, sem aspirar ou prejudicar o programa de colonização de outros povos. Essa força da nacionalidade seria capaz de quebrar os limites das fronteiras que dividiam as populações polonesas na Europa, numa referência ao fim das partições entre Rússia, Prússia e Áustria, contribuindo para uma reunificação polonesa. A prerrogativa é que o periódico fosse o “porta-voz dessa ideia”; buscasse aumentar também a conscientização em busca de uma Nação Polonesa, especialmente, nas áreas fronteiriças, como o Leste da Prússia, na Rússia, e nos países do Exterior como o Brasil e os EUA. O objetivo era apoiar a colonização polonesa em territórios ultramarinos e concentrar as massas de emigrantes em certos pontos delimitados, como no Paraná em território brasileiro e em Washington no território norte-americano. A imagem a seguir do mapa do Sul do Brasil de Siemiradzki (1899), estão em destaque as concentrações coloniais étnicas. Em vermelho escuro, as concentrações dos imigrantes poloneses; em tons intermediários, a imigração alemã e, por fim, colônias mistas alemãs e italianas em tons de rosa mais claro.

---

<sup>83</sup> *Przegląd Wszechpolski*: dwutygodnik polityczny, społeczny i ekonomiczny, n. 1, 1895. Biblioteka Jagiellońska, 912 III czasopismo.

Figura 2 – Divisão da colonização nos estados do Sul do Brasil em publicação de 1899.



Fonte: Siemiradzki 1899: Anexo da publicação.



Ainda conforme o mapa anterior, as concentrações étnicas polonesas estão representadas nas regiões do Alto Uruguai e das Missões, com destaques para as atuais regiões de Caxias – Antônio Prado (São Marcos) e a colônia Alfredo Chaves; Guarani das Missões; Ijuí e Dom Feliciano.<sup>84</sup> O mapa geofísico da região e seus detalhes representam com minúcias o conhecimento que uma intelectualidade polonesa possuía dos núcleos desses imigrantes no Brasil.

A publicação do *Przegląd Wszechpolski* buscava preconizar a pretensa unidade dos poloneses pelo mundo, bem como nos territórios étnicos poloneses da Europa, sendo a expressão de comunicação cultural e de unidade nacional, bem como a difusão das tradições históricas polonesas.<sup>85</sup> Em artigo do ano de 1895, há referência de um forte sentimento nacional de solidariedade, mesmo entre os poloneses que estavam espalhados em diferentes continentes. Segundo o artigo do periódico intitulado *Słowo wstępne*,<sup>86</sup> as massas de imigrantes preservavam a nacionalidade polonesa, principalmente por meio do trabalho persistente de indivíduos esclarecidos ou lideranças. Produzia no imaginário desses indivíduos uma *polonidade*, por meio da “colonização do espírito” e da organização da imigração e, em breve, tornar-se-iam o berço de futuras sociedades polonesas.<sup>87</sup> Segundo o periódico, os emigrantes poloneses não poderiam desenvolver-se de forma uniforme, forçados a se adaptarem às diferentes condições dos Estados estrangeiros em que habitavam.

No Brasil, a população de imigração polonesa atingia 100 mil pessoas com predominância no Estado do Paraná, onde havia maior concentração de colônias agrícolas. Igualmente no Rio Grande do Sul, diferentes núcleos de imigração polonesa estavam sendo organizados. “Os poloneses têm um grande pedaço neste estado e nos melhores lugares e com sua força e organização substituem os nativos e colonos de outras nacionalidades.”<sup>88</sup>

Para Fiktus (2012), esse pensamento estaria baseado em dois elementos: a ideia de relação entre a imigração e a Polônia e a ideia de desenvolvimento de uma

---

<sup>84</sup> O mapa ainda cita as regiões de Triunfo, Santo Antônio da Patrulha, Mariana Pimentel e Jaguari - RS.

<sup>85</sup> *Przegląd Wszechpolski*: dwutygodnik polityczny, społeczny i ekonomiczny, n. 1, 1895. Biblioteka Jagiellońska, 912 III czasopismo. p. 2.

<sup>86</sup> Palavras introdutórias. *Ibidem*. p. 1.

<sup>87</sup> Suligowski, Adolf. *Drugi zjazd prawników i ekonomistów polskich i jego znaczenie*. Warszawa, 1890.

<sup>88</sup> *Idem*.

*polonidade*. Por conseguinte, haveria três passos ou estágios no processo de formação da nova sociedade polonesa conforme o programa de colonização apresentado pelo periódico *Przeglądu Wszechpolskiego*. O primeiro estágio seria a organização do “espírito nacional”, associado a um forte sentimento nacional, que deveria ser desenvolvido e mantido entre os colonos. O segundo seria a formação de núcleos coloniais homogêneos, onde a imigração polonesa pudesse se desenvolver livremente. Por último, o terceiro estágio seria o surgimento ou a construção da “Nova Polônia”.

A análise do contexto histórico e conforme documentos e artigos de jornais, mesmo que fosse um pensamento de parte dos círculos intelectuais poloneses, a ação de viajantes preconizava este propósito de concretização de projetos de territórios autônomos em áreas coloniais. Esse pensamento teve destaque em países europeus, que promoveram uma política de colonização de territórios nos continentes americanos e africano.

Siemiradzki (1899), enquanto geógrafo e professor na Universidade da Galícia, ao acompanhar o processo de colonização dos imigrantes poloneses, foi um dos idealizadores do projeto da Nova Polônia, acompanhando de perto os processos de colonização dos imigrantes poloneses. Segundo Będkowski (2015) e Mazurek (2016), a pedido do 3º Congresso de Advogados e Economistas Poloneses em Poznan em 1893, e do Congresso Católico em Cracóvia em 1894, com a finalidade de organizar o processo imigratório dos poloneses, foi criada em 1894 a Sociedade Comercial e Geográfica Polonesa, cujo órgão oficial de imprensa era a revista *Przegląd Emigracyjny* (1892-1894) e, posteriormente, *Gazeta Handlowo-Geograficzna* (1895-1902), em que Siemiradzki foi um dos principais colaboradores.

No final do século XIX, uma instituição polonesa é criada pela primeira vez, com a finalidade de buscar novos horizontes, ultrapassando os limites que a História até agora estabeleceu para a nação polonesa. No Leste, no Século XX – nasce o sol da “Nova Polônia”. (SIEMIRADZKI, 1899, p. 23).

Siemiradzki, que esteve no Brasil entre 1891-1892, criticava em suas publicações os imigrantes poloneses por sua ignorância, pela falta de imaginação e pelo despreparo completo para viver em outro continente.<sup>89</sup> Exigia da administração

---

<sup>89</sup> Siemiradzki, J. Za morze. Szkice z wycieczki do Brazylii. Lwow: Związkowa drukarnia w Lwowie,

brasileira o cumprimento das leis e dos acordos da imigração e, em 1895, a pedido do *Sejm*<sup>90</sup> nacional da Galícia, veio novamente para o Brasil para observar *in loco* a emigração polonesa<sup>91</sup>. De seus esforços, em 1896 foi estabelecido um consulado austro-húngaro em Curitiba, com cônsul étnico polonês (WACHOWICZ 1981 e GLUCHOWSKI 2005). Contudo, este consulado atendia aos emigrantes poloneses de todas as partições, no acompanhamento do processo identitário étnico, sendo, inclusive, um suporte para estratégias de escolarização.

Em relatório de viagem de Siemiradzki pelo o Sul do Brasil, publicado em Lwów em 1902, há uma descrição densa dos poloneses na América do Sul, com informações sobre o estado da emigração polonesa nessas áreas, a qualidade de vida dos colonos, como estavam sendo acompanhados pelo governo brasileiro, bem como uma lista dos assentamentos poloneses e de seus métodos de colonização. De acordo com Siemiradzki (1894), todo colonizador, depois de 2 a 3 anos de trabalho duro, podia possuir uma grande fazenda, mas não deveria contar com uma grande fortuna do trabalho no campo.<sup>92</sup>

Para realizar a ação de colonização, bem como estabelecer relações comerciais e econômicas com assentamentos poloneses já existentes, por iniciativa da Sociedade Comercial e Geográfica da Polônia, foi constituída em Lwów, em 1899, a Sociedade Colonizadora Polonesa com a finalidade de comprar extensões de terras, a fim de beneficiar imigrantes poloneses que não dispunham de fundos suficientes para a compra dos próprios lotes.<sup>93</sup> Outro objetivo era ajudar os colonos no fornecimento de equipamentos e a mediação da venda de seus produtos. Havia também o plano de persuadir poloneses de outros estados brasileiros para promoverem e fortalecerem a colonização no Paraná<sup>94</sup>. A Sociedade também teve que pensar nas necessidades culturais dos colonos poloneses, através da criação de escolas, salas de leitura e bibliotecas, às quais livros e periódicos poloneses seriam enviados.

Em publicação de 1899, na capa, há a informação de que a arrecadação

---

1894, p. 99.

<sup>90</sup> Parlamento local na Galícia.

<sup>91</sup> Siemiradzki, Za morze. Szkice z wycieczki do Brazylii. Związkowa drukarnia w Lwowie, 1894, p. 2.

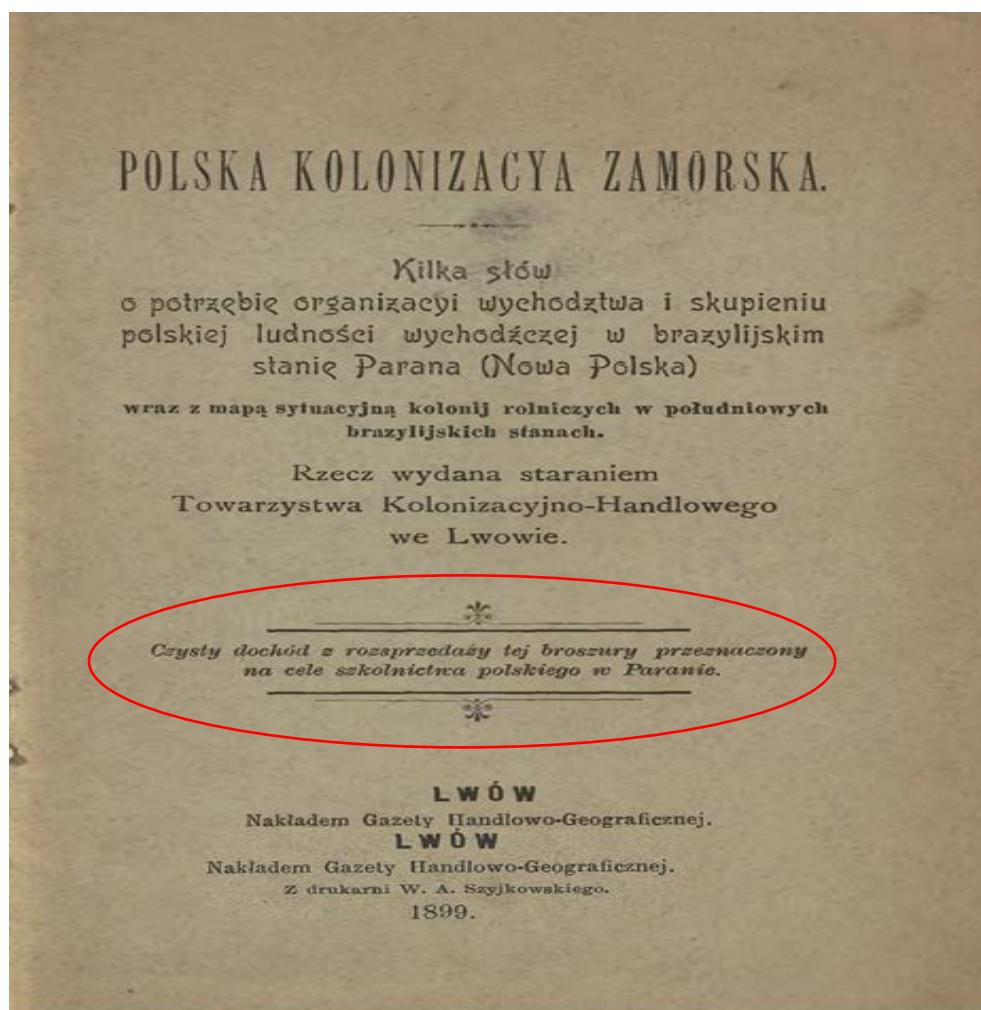
<sup>92</sup> *Ibidem*. p. 99.

<sup>93</sup> Siemiradzki, J. Za morze. Szkice z wycieczki do Brazylii. Lwow: Związkowa drukarnia w Lwowie, 1894, p. 2.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

com a venda da brochura seria revertida ao desenvolvimento das escolas polonesas. A estruturação de um processo de ensino era importante para a manutenção e promoção do polonismo nas colônias, bem como para a formação de uma pretensa unidade cultural. O intuito era resguardar uma identidade polonesa nos imigrantes no Brasil, em vista dos preceitos e projetos expansionistas de uma futura nação polonesa.

Figura 3 – Capa de publicação sobre a colonização e imigração polonesa no Brasil



Fonte: Siemiradzki 1899.

Siemiradzki ainda viajou para Brasil em 1896, enquanto delegado do Departamento Nacional da Galícia, ligado à administração da política local deste território e permaneceu visitando os núcleos de imigração durante oito meses. Segundo Siemiradzki (1899), na época houve um desinteresse dos deputados do parlamento em *Lwów* sobre a possibilidade da colonização polonesa ultramarina.

Nesse sentido, coube ao autor procurar reavivar este interesse na sociedade polonesa, em diferentes publicações.

A Sociedade Comercial e Geográfica foi uma iniciativa importante de promoção deste pensamento de colonização ultramarina. Para Mazurek (2016), a Sociedade Comercial e Geográfica havia inaugurado oficialmente o debate sobre a política colonizadora nacional e contribuiu para a criação da Sociedade Colonizadora Polonesa em *Lwów*.

Nos estatutos da sociedade havia a prerrogativa do apoio aos interesses econômicos nacionais, sobretudo pela busca de novos mercados de consumo, bem como pela coleta e prestação de informações detalhadas a respeito da economia de diferentes países, a fim de estabelecer relações comerciais diretas, além de um regime de cooperação com os imigrantes poloneses nos núcleos coloniais. Somado a esses objetivos, havia um esforço de continuidade às publicações da revista *Przegląd Emigracyjny*, bem como a aquisição de territórios não povoados e situados nas proximidades de centros de colonização já existentes, os quais, com o tempo, seriam utilizados por milhares de descendentes da nova sociedade polonesa.<sup>95</sup>

A questão econômica e cultural era preponderante nos pensamentos sobre a emigração. Intelectuais e lideranças, interessados na colonização, buscavam engajar-se no estabelecimento de cooperação econômica e cultural com a imigração polonesa no Brasil. Nos empreendimentos coloniais os imigrantes deveriam apoiar a indústria polonesa por meio de contatos cada vez mais estreito. Segundo artigo publicado na *Gazeta Handlowo-Geograficzna*, no dia 1º de janeiro de 1897, os poloneses estabelecidos nas colônias do exterior deviam assumir como tarefa o apoio à indústria polonesa, bem como criar também empresas colonizadoras e investir no fortalecimento deste elemento local.<sup>96</sup> Cada emigrado ou colono polonês devia com perseverança e firmeza manter a sua língua pátria, educar os filhos na cultura polonesa, lembrando-se de que todo polonês que se desnacionaliza ou que educa os filhos numa outra língua, cometeria um crime contra a sua nacionalidade.<sup>97</sup>

A sociedade Colonizadora e Comercial, que pretendia desenvolver a ação colonizadora no Brasil, tinha por modelo a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e,

---

<sup>95</sup> Siemiradzki, J. *Polska Kolonizacja Zamorska. Kilka słów o potrzebie organizacji wychodźstw i skupienia polskiej ludności wychodźczej w brazylijskim stanie Parana (Nowa Polska)*. *Lwów*: Towarzystwo kolonizacyjno-Handlowe, 1899.

<sup>96</sup> Słowo wstępne, *Gazeta Handlowo-Geograficzna*, n. 1, de 1 de janeiro de 1897, p. 2.

<sup>97</sup> *Idem*.

posteriormente, a Sociedade Hanseática, que desenvolvia suas atividades com a imigração alemã em Santa Catarina.<sup>98</sup> Segundo Siemiradzki (1894), com os lucros obtidos pela Sociedade, em função dos preços muito baixos pagos pelas terras e pelo seu parcelamento entre os imigrantes poloneses, 20% anuais a Sociedade pretendia utilizar no fortalecimento da cultura polonesa nas colônias, compreendendo, inclusive, a fundação de escolas e organização de pequenas indústrias, bem como o desenvolvimento do comércio de intermediação de mercadorias com a colônia e produtos coloniais com a Europa.<sup>99</sup> A exportação e distribuição da erva-mate na Europa através de contatos e parcerias com imigrantes poloneses no Brasil foi um exemplo deste processo.<sup>100</sup>

Porém, esses desejos e pretensões estariam inapropriados em relação ao pensamento de boa parte dos imigrantes que habitavam os remotos rincões brasileiros. A questão da subsistência direcionava a maioria dos esforços e ações deste grupo étnico. A intelectualidade e mesmo as diferentes lideranças visavam fortalecer sentidos da *polonidade*, condizentes com objetivos políticos e coloniais. Enquanto isso, principalmente em relação aos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, as levas de imigrantes lutavam para sobreviver aos terrenos hostis e inóspitos em que foram instalados.

O projeto audacioso da *Nowa Polska* representava em menor escala as intenções colonialistas europeias e a afirmação de um pensamento sobre a *polonidade* e, mesmo, de forma mais orgânica, a busca por áreas de influência política e econômica em outros continentes. De acordo com Ferreira,

o colonialismo é um processo histórico complexo, mas antes de qualquer coisa o colonialismo é uma política de Estado. É sempre o Estado que vai condensar pressões sociais e econômicas e moldar o colonialismo. O colonialismo não pode ser separado do estatismo, ou seja, da propensão do Estado em expandir-se, conquistar e subjugar. O colonialismo é sempre um instrumento de Estado; não é possível falar de colonialismo sem falar de um Estado que promove, organiza ou coordena a colonização, mesmo que ele não tenha controle total sobre os colonos e que existam formas de colonização espontâneas que se realizam de forma mais ou menos autônoma. (FERREIRA, 2014, p. 273).

---

<sup>98</sup> Siemiradzki, Josef. Polacy za morzem, 1894, p. 12.

<sup>99</sup> *Idem*.

<sup>100</sup> Sobre o assunto ver Memórias de Edmundo Wós Saporski (1972), *in* Anais da comunidade brasileiro-polonesa, v. VI.

Em relação à Polônia do século XIX, a falta de uma estrutura estatal independente, de certa forma, melindrava quaisquer intenções imperialistas ou colonizadoras. No entanto, depreende-se que a formação de um estado nacional seria uma questão de tempo, uma vez que o tema da reestruturação da Polônia no mapa político da Europa era pensado e discutido pelos próprios poloneses, por intermédio de organizações em todas as partições.<sup>101</sup>

A questão da colonização e da formação de um enclave político e cultural no Brasil não deixou de ser cogitada com o passar do tempo. Os círculos intelectuais poloneses buscaram pensar ou ao menos analisar a situação, conforme publicações dos órgãos de imprensa da Sociedade Comercial e Geográfica, bem como das publicações realizados por viajantes como Kłobukowski (1898) e Siemiradzki (1896, 1899) e Antoni Hempel (1893). Para Mazurek,

a Sociedade Comercial e Geográfica havia inaugurado oficialmente o debate sobre a “política colonizadora nacional”, contribuindo para a criação, em 1896, do consulado austríaco em Curitiba, cujo primeiro vice-cônsul foi Guilherme Pohl, a instituição da Sociedade Colonizadora Polonesa em Lwów e da Seção de Cultura nas Colônias Polonesas. Os líderes de Lwów, interessados pela questão de colonização engajaram-se no estabelecimento de cooperação econômica com a comunidade polonesa no Brasil. (MAZUREK, 2014, p. 141).<sup>102</sup>

Para os grupos que buscaram desenvolver este projeto, gestado principalmente pela intelectualidade polonesa da Galícia, em um contexto de desenvolvimento do capitalismo liberal e predatório, que praticamente levou o mundo a duas grandes guerras, esse pensamento condizia com certas representações de promoção e manutenção de uma nacionalidade, com o seu fortalecimento pela via política e cultural baseado em intenções expansionistas.

Conforme Kłobukowski,

os poloneses reúnem-se e organizam-se alegremente em algumas partes do Brasil. Eles poderiam nascer, criar raízes e se desenvolver em outros países da América do Sul. Por enquanto, há toda a esperança de que uma verdadeira sociedade polonesa seja criada no estado brasileiro do Paraná. Mas, a fim de seguir o caminho das nações vivas, crescendo além de suas fronteiras etnográficas, é preciso conhecer o terreno e as relações em que nosso emigrante é encontrado ou pode ser encontrado. Para examiná-las, a

<sup>101</sup> A constituição de uma intelectualidade na própria Galícia avaliza esse pensamento.

<sup>102</sup> Sprawy Polskiego Towarzystwa Handlowo-Geograficznego. Gazeta Handlowo-Geograficzna, n. 12, de 15/6/1897.

Sociedade Comercial e Geográfica decidiu, entre outras coisas, mandar-me para o extremo Sul. Para o mesmo propósito, sou corajoso o suficiente para dar ao honrado público essa pequena e muito imperfeita contribuição para a compreensão das condições entre as quais se constrói indiscutivelmente o que os estrangeiros já chamam de "Nova Polônia". Que a nossa sociedade na Europa conheça estas condições e decida utilizá-las para o seu comércio, indústria e crescimento próprio! (KŁOBUKOWSKI, 1898, p. V).<sup>103</sup>

Apesar de autores como Dmowski (1900)<sup>104</sup> desqualificarem a questão da Nova Polônia como ações propostas estritamente por indivíduo como Siemiradzki e Kłobukowski, diferentes indícios como o financiamento desses e de outros viajantes que estiveram pelas colônias de imigração polonesa, a fundação da Sociedade Geográfica e Comercial, e seus órgãos de divulgação, indicam que esse projeto não foi mero devaneio ou proposição desses intelectuais.

Mesmo em relação a imigração definitiva, quando em meados do século XIX e início do século XX, vem para o Brasil não somente colonos caracterizados pela emigração econômica, mas também intelectuais que se engajam ativamente na organização dos imigrantes poloneses em redes de sociabilidade afim de promover entendimentos de *polonidades*, essas são questões importantes que merecem ser analisadas numa avaliação da efetividade do projeto da Nova Polônia.<sup>105</sup>

Segundo Głuchowski,

os quadros da intelectualidade estabelecida em definitivo no Paraná multiplicam-se em 1896, quando da Galícia vêm alguns intelectuais. [...]. É característico, repito, que essas pessoas são impelidas ao Paraná em grande medida pelo ideal da Nova Polônia. Foram eles que deram início a uma série de trabalhos no campo comunitário. [...] (2005, p. 200)

Dentre estas lideranças, podemos destacar perseguidos políticos, engajados em partidos populares, que participaram do levante de 1905, lideranças leigas, tais como: Simão Kossobudzki, Franciszek Hanas, Witold Żongołowicz, Konrad Jeziorowski, Michał Sekuła, Józef Czaki, Juliusz Szymański, Kazimierz Warchałowski e Leon Bielecki.<sup>106</sup>

<sup>103</sup> KŁOBUKOWSKI, Stanisław. Wspomnienia z podróży po Brazylii, Argentynie, Paragwaju, Patagonii i ziemi ognistej. Lwów: nakładem Gazety Handlowo - Geograficznej. Z drukarni W. A. Szyjkowskiego, 1898.

<sup>104</sup> Dmowski, R. Z Parany. In: *Przegląd Wszechpolski*, n. 6 (junho), 1900, p. 372.

<sup>105</sup> Nesse pensamento podemos qualificar as ações de diferentes lideranças que apoiavam e estavam à frente de organizações étnicas no Brasil. Ver nota a seguir.

<sup>106</sup> **Simão Kossobudzki**: Médico, jornalista e professor universitário na Escola de Medicina da



Universidade do Paraná. Teve intensa atuação à frente de sociedade e das associações étnicas polonesas, com atuação na maçonaria, dentre atividades políticas ligadas a setores progressistas da imigração polonesa. Atuou ativamente nos comitês de Guerra pró-independência da Polônia e ajudou os atingidos pelo conflito mundial nos territórios étnicos poloneses na Europa. Ligado à ala anticlerical, esteve à frente da União das Sociedades Kultura, entidade que buscava organizar as escolas étnicas polonesas no Brasil. Desde 1913, até o fim de sua vida, foi diretor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, PR.

**Franciszek Hanas**, (1889 – 1939), foi professor e autor de livros didáticos para as escolas étnicas polonesas no Brasil. Foi um dos fundadores da Associação dos Professores Poloneses no Paraná, em 1913. Esteve à frente de escolas e demais instituições étnicas em Guarani das Missões, no Rio Grande do Sul. Retornou à Polônia em 1925 e, em 1939, foi preso e fuzilado pelos nazistas na Polônia.

**Witold Żongołłowicz** (1879 – 1928): importante ativista pela independência da Polônia, imigrado ao Brasil em 1915 por motivos de atuação em processos revolucionários na Polônia. Destaque para sua atuação como educador nas escolas étnicas polonesas no Brasil à frente de associações e sociedades.

**Konrad Jeziorański** (1876 – 1876): professor e escritor, autor de livros didáticos para as escolas dos imigrantes poloneses. Teve constante atuação política e revolucionária na Polônia contra a ocupação russa, sendo partidário de Józef Piłsudski. Imigrado ao Brasil em 1908, atuou como professor e redator do jornal *Swit*, de orientação progressista e anticlerical.

**Michał Sekuła** (1884 – 1972): antes de emigrar para o Brasil, era filiado ao Partido Socialista Polonês e, por sua participação em movimentos clandestinos pela independência da Polônia, foi perseguido após a Revolução de 1905 contra a Rússia. Após curto período de estada nos Estados Unidos, reemigrou para o Brasil em 1908, estando à frente de organização cultural de ensino nas colônias. Retornou para a Polônia após a independência, concluindo o curso de magistério. Posteriormente volta ao Brasil novamente como instrutor e organizador do ensino étnico ligado ao Ministério das Relações Exteriores polônês. Esteve à frente de diferentes cursos de formação de professores nos estados do Sul do Brasil.

**Józef Czaki** (1857-1946): foi zoólogo, geólogo, militar e médico. Como coronel do exército imperial russo foi acusado de conspiração e fugiu da Rússia para os Estados Unidos. Posteriormente reemigrou para o Brasil no estado do Paraná. Teve atuação importante como médico na região de Araucária. Coletou diferentes espécimes da fauna brasileira e enviou para a Polônia. Tinha orientação socialista, oposto às ideias religiosas e conservadoras. No entanto, defendia o nacionalismo e o fortalecimento da imigração polonesa.

**Juliusz Szymański** (1870-1958): médico, escritor e ativista cultural pela aproximação do Brasil e a Polônia. Após participação em atividades da resistência contra o império russo, enquanto servia na guerra da Rússia contra o Japão, fugiu para os Estados Unidos para não ser preso. Em 1912 reemigra para o Brasil, sendo professor na área de oftalmologia na Universidade do Paraná. Residiu no Brasil em diferentes períodos retornando para a Polônia em definitivo em 1956, dois anos antes de sua morte. Publicou 130 trabalhos científicos em diferentes países na área da medicina. Foi membro do senado polônês.

**Janina Kraków:** (1852 – 1935) Conhecida nos meios intelectuais de Curitiba como Condessa Negra ou Dama de Vermelho. Era filantropa e revolucionária anticlerical. Conforme Wachowicz (2000), detestava o catolicismo por atribuir-lhe a causa das partições da Polônia. Filha de família abastada, após ser deserdada, viver 30 anos na França e enviudar, possuindo importantes recursos financeiros, vem para o Brasil em 1900, atraída pelo projeto da Nova Polônia. Instalou-se na cidade de Curitiba, fundou uma escola para filhos de proletários poloneses, onde dedicou-se como professora. Cercava-se de intelectuais étnicos poloneses radicais de Curitiba e denominou o lugar de reuniões de *cenáculo*. Diante da necessidade de fundação de um Liceu para filhos de imigrantes e de descendentes de poloneses e para não permitir que os chamados clericais tomassem a iniciativa do processo, conjuntamente com demais lideranças, compraram uma área de terra em Mallet no Paraná e fundaram em 1909 o Colégio Nicolau Copérnico. Uma das primeiras escolas médias étnicas polonesas no Brasil. Retorna para a Polônia em 1929, e, em 1935, idosa, doente e sem recursos financeiros, comete suicídio no mar de Gdynia.

**Kazimierz Warchałowski** (1872-1943) foi jornalista, comerciante e diplomata pela Polônia, além de ativista cultural entre a imigração polonesa no Brasil, liderando núcleos de colonização polonesa no Paraná e no Peru. Ligado à maçonaria era considerado um líder anticlerical. Fundou o *Jornal Polak w Brazylii* de cunho anticlerical.

Nesse sentido, também encontraremos ressonâncias importantes desta política em publicação do primeiro cônsul da Polônia no Brasil. O cônsul Głuchowski (1928/2005) analisa, posteriormente à Primeira Guerra Mundial, que o Paraná poderia concentrar a imigração polonesa do Brasil. Diferentes autores ligados à política de organizações de cunho econômico e colonial e do Ministério das Relações Exteriores polônês, analisados no próximo item, engajam-se na viabilidade de uma área de influência política e econômica e na congregação de uma colônia homogênea polonesa no Brasil.

Conforme narrativas de diferentes autores, como Dygasiński (1891), Chełmicki (1892), Hempel (1893), publicadas em meados do século XIX e início do século XX, ao se depararem com a situação das colônias no Brasil, encontraram uma estrutura de alojamentos e núcleos de imigrantes desestruturada, onde prevalecia a miséria, a fome, a incerteza, o medo e a selva: “um inferno brasileiro”.<sup>107</sup> Nesse sentido, pensam em formas de refrear a emigração dos territórios étnicos poloneses, como também na necessidade de auxílio aos imigrantes, no sentido de ajudar-lhes a se organizarem. Compreendo que este auxílio possuía objetivos assistenciais, mas também se prestava à consecução de viabilidade do projeto da *Nowa Polska*.

Dessa forma, é importante compreender como instituições polonesas no Rio Grande do Sul, sofreram influências no seu propósito, por meio das discussões que se estabeleceram a partir de *Lwów* e da intelectualidade ou da *inteligencja* polonesa. Dessa forma, compreender quais serão as relações construídas por meio de um ideal escolar e como a própria escola servirá de apoio num processo de reforço de *polonidades* entre as comunidades e os núcleos poloneses. É justamente de *Lwów* que teremos os primeiros viajantes que analisam os núcleos poloneses no Rio Grande do Sul e, como resultado de suas visitas serão fundadas as primeiras sociedades com fins de organização comunitária e reforço de uma *polonidade* que caracterizará a cultura escolar polonesa, no Rio Grande do Sul.<sup>108</sup>

---

**Leon Bielecki** ( ) Comerciante e jornalista, com destaque para sua atuação à frente de instituições étnicas polonesas, fundando em 1902 a Sociedade das Escolas Polonesas do Brasil. Foi redator/proprietário do jornal *Gazeta Polska*, importante veículo de imprensa étnica do início do século XX que funcionou até o ano de 1942. Fonte: WACHOWICZ, R. C. E MALCZEWSKI Z. Perfis polônicos no Brasil. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2000. Grifos nossos.

<sup>107</sup> Listy z Brazylii Adolfa Dygasińskiego specjalnego delegata “Kurieria Warszawskiego”. Warszawa, 1891, p. 200.

<sup>108</sup> Sobre o assunto ver Malikoski (2018).

### 2.3 CONJUNTURAS POLÍTICAS POLONESAS NO PERÍODO ENTREGUERRAS: A MANUTENÇÃO DA CULTURA ÉTNICA

Uma das conjunturas importantes do período, entre as duas guerras mundiais, foi a tentativa da Polônia em promover seu processo colonial, especialmente na América Latina, bem como delimitar o campo de influências sobre os imigrantes nos diferentes destinos. A atenção dispensada na busca de fortalecimento da *polonidade*, justamente por meio do ensino, representaria as bases para o desenvolvimento de uma política colonial nacional polonesa. No Brasil, as organizações que se ocupavam do processo educacional poderiam ser consideradas em bom número e buscavam difundir ou manter entre os imigrantes a determinado entendimento de *polonidade*. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, diferentes instituições buscavam organizar a vida cultural e formativa nos diferentes núcleos da imigração.

Para Kula (1976), as esferas de influência polonesas atuavam nos núcleos de imigração, de acordo com um processo de ampliação de certa promoção de melhorias econômicas das colônias. Uma vez que, segundo o autor, 90% dos imigrantes e descendentes poloneses eram pequenos agricultores, que utilizavam métodos rudimentares no plantio e na criação de animais. Porém, as tendências políticas, nos denominados 10% da intelectualidade étnica polonesa, representava uma divisão ideológica nos rumos de pensamento de diferentes grupos que buscavam influenciar ou direcionar a *polonidade* nas colônias. Na Polônia de então, duas correntes de orientação nacionalista estavam fortalecidas. Uma de Centro ligada a Josef Piłsudski<sup>109</sup> e outra, mais à direita, denominada Nacional Democracia. O período conhecido como Segunda República na Polônia<sup>110</sup> representou um conjunto de embates em torno de pensamentos da Nacional Democracia e do grupo de Centro ligados à Piłsudski. Ademais, soma-se a essa conjuntura o perigo

---

<sup>109</sup> Estadista polonês, primeiro presidente após a independência da Polônia, depois da Segunda Guerra Mundial. Retorna ao poder em 1926, por meio de um golpe de Estado.

<sup>110</sup> Período de 1918-1939. Anterior ao período das partições até 1795, a Polônia, em união com Lituânia, formava a República das duas nações, em referência a um primeiro período republicano do país. Após o término da segunda Guerra Mundial, o período posterior é considerado como a Segunda República, quando a Polônia retoma sua independência no cenário europeu, até 1939, quando é invadida pelas forças nazistas.

soviético representados pelos partidos populares e camponeses na Polônia.<sup>111</sup> Nessa conjuntura, as correntes políticas, social democrata e de centro, visavam ao fortalecimento e à expansão do nacionalismo na Polônia, bem como orientar a forma como os contingentes de imigrantes dos diferentes destinos poderiam representar interesses do nacionalismo polonês.

Entretanto, como preconiza a eleição do conjunto teórico que orienta esta pesquisa, a imigração polonesa no Brasil não pode ser simplesmente dividida entre os partidários de Piłsudski, representados por setores mais progressistas, e pela democracia nacionalista, representados por setores mais conservadores. Entende-se com Giménez (1997) que, para dar um sentido histórico, há que se compreender nesta acepção o envolvimento marcante de lideranças étnicas em produzir limites, gerar símbolos e representações sociais específicas, como atributos dos atores sociais e, aqui, o papel específico destas lideranças, para configurar o passado de um grupo, como memória compartilhada com seus membros. Na leitura dos dados analisados, entende-se que essa motivação e configuração política é própria do que Weber (2015) chama de mobilização de agentes étnicos poloneses em dar enquadramentos históricos, nem sempre harmônicos, na busca pela pretendida homogeneidade e origem comuns, que balizam e dão suporte para as configurações étnicas. Sendo assim, deve-se referir que essas disputas ficavam, possivelmente, restritas à intelectualidade étnica, enquanto que para muitos dos imigrantes e descendentes não havia posição pública ou eram indiferentes a este processo, não se envolviam nem acompanhavam a questão. No entanto, é importante anotar que deste processo no Brasil, algumas associações desempenham um papel de disputas em torno da representação da própria *polonidade* que deveria prevalecer.

A partir da independência da Polônia, setores considerados anticlericais começam a desenvolver-se de forma mais influente sobre as instituições étnicas. Basta lembrar que muitos líderes considerados subversivos, que no início do século XX atuaram na revolução de 1905 contra a Rússia Imperial dos *Románov*,<sup>112</sup> estarão desenvolvendo suas atividades no Brasil, especialmente nos estados do Sul, na condução de associações e sociedades.<sup>113</sup> Para Gluchowski (1928/2005), até

---

<sup>111</sup> Ver Mazurek (2017).

<sup>112</sup> Dinastia imperial que comandou a Rússia. Ver Montefiore (2016).

<sup>113</sup> Esta questão merece um estudo à parte, pela profundidade do assunto e pela constatação de que esse processo desloca a tese de que os imigrantes poloneses foram homogêneos em uma

meados do século XIX, grande parte do processo associativo estava baseado na religiosidade desenvolvida em torno de pequena capela ou igreja. A partir de 1890, num curto período de 10 anos, diversas sociedades são fundadas com o intuito de organizar a vida cultura e educacional dos núcleos de imigração polonesa. Porém, como o próprio cônsul polonês compreendia, “trata-se de esforços sem nenhuma coordenação” (GŁUCHOWSKI, 2005, p. 141), simplesmente existiam sem a pretensão política de uma Polônia independente ou recobravam para si a responsabilidade de coesão social e nacionalista do grupo étnico polonês.

Entretanto, os processos institucionais associativos se desenvolvem de forma decisiva, posteriormente à Primeira Guerra Mundial, importando para a transformação e configuração da questão étnica impactada pela nacionalização, como será visto mais adiante. Outras tentativas anteriores buscaram organizar os processos associativos, porém, sem grandes consequências para a organização étnica.

O reconhecimento da Polônia, enquanto Estado independente pela comunidade internacional, representa a estruturação de um campo político-cultural amplo, em que os grupos de imigrantes se tornam um contingente importante para o fortalecimento da ideia de *nacionalismo* ou de Nação. Basta lembrar Hobsbawm e Ranger (2008), quando diz que o nacionalismo, sendo integrado ao patriotismo estatal, poderia se tornar um instrumento importante de governo, com fins de tornar-se um componente emocional nas sociedades de adesão.

A realização do Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior representou a mística em torno da construção de uma imaginada unidade étnica. O evento realizado entre os dias 14 a 21 de julho de 1929, em Varsóvia, Poznan e Cracóvia, buscava promover as manifestações de *polonidade*, que deveriam guiar os rumos da política nacional polonesa para os emigrados. O congresso foi noticiado pela Legação Brasileira em Varsóvia, por intermédio de ofício enviado ao governo do Brasil, onde afirma que a realização do evento era acompanhado e organizado pelas mais “altas autoridades civis, religiosas e militares do país.<sup>114</sup>” O evento era

---

memória étnica ou de processos identitários produzidos e conduzidos pela religiosidade católica. Diferentes lideranças, muitas consideradas anticlericais, também desenvolvem suas atividades à frente das representações institucionais étnicas e representam a tentativa de constituição de uma memória de *polonidade*.

<sup>114</sup> Ofício do Congresso dos poloneses residentes no estrangeiro. Varsóvia 6 de maio de 1929.

presidido Juliusz Szymański, Marechal no Senado polonês, que residiu no Brasil.<sup>115</sup> Haveria no congresso representantes de 25 países de imigração polonesa.

Conforme o relatório do comitê do evento, os poloneses poderiam ser considerados cidadãos de uma das nações mais dispersas do mundo.<sup>116</sup> A compreensão de nação, neste sentido, extrapola os limites físicos e espaciais, na constituição de um sentimento de *polonidade* como elemento definidor de nação ou nacionalismo. Ainda segundo o documento, para cada três poloneses que viviam em territórios nacionais, um estaria em destino estrangeiro. O problema era como organizar a vida nacional polonesa, independentemente do destino em que o indivíduo estivesse.<sup>117</sup> Havia a necessidade de compreender o processo de construção da *polonidade* e a relação nacionalista com imigrantes e descendentes dos diferentes destinos, bem como o significado do “renascimento da Polônia, como a mais alta forma de vida gregária.

De acordo com os conceitos de nacionalidade exaltados pelo relatório, destaca-se a importância do estabelecimento de contatos mais profundos com as comunidades de imigrantes nos diferentes destinos.<sup>118</sup> Os primeiros tempos de independência eram compreendidos como um período que abrangia o trabalho de agregar forças espalhadas pelo mundo, principalmente pelas questões que envolviam disputas territoriais, no início da Segunda República, no domínio e controle das cidades de *Lwów*, *Cieszyn*, *Katowice* e *Vilnius*.<sup>119</sup> Em seguida, o processo de expansão do nacionalismo polonês começa a ser pensado e moldado. O Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior tinha como preocupação a pretensa consolidação da nacionalidade polonesa. O evento recebeu a atenção de governantes e lideranças daquele país, em busca de estabelecer, de forma sistemática e planejada uma forma de incluir diferentes comunidades espalhadas pelo mundo no estabelecimento dos mesmos objetivos. Assim, o congresso não seria apenas uma manifestação de sentimentos nacionais, mas a agremiação de

---

Legação Brasileira em Varsóvia ao Ministro das Relações Exteriores Brasileiro, Otávio Mangabeira. AN/RJ 232/3/18.

<sup>115</sup> Szymański residiu no Brasil e foi uma das principais lideranças progressistas e um dos fundadores da associação *Kultura*, apoiador da Escola Média em Mallet no Paraná. Ver rodapé 69.

<sup>116</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznań-Kraków. 14-21 lipiec 1929.

<sup>117</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznań-Kraków. 14-21 lipiec, 1929, p. 11.

<sup>118</sup> *Idem*.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 12.

forças dispersas. O documento expõe as questões que envolveriam o futuro e o reconhecimento da situação da Polônia, e que para isso foi organizado o Conselho Organizacional dos Poloneses do Exterior, apoiado pela cooperação de organizações polonesas no país e no Exterior. A finalidade dessa instituição foi manter contatos e conduzir cooperação de emigrantes dispersos com a referida pátria ou nação polonesa, no sentido de fortalecer a resiliência de pertencimento a uma comunidade étnica nacional. Dessa forma, haveria duas tarefas a serem pensadas e organizadas: a primeira diz respeito à preservação da independência polonesa e a segunda diz respeito aos recursos nacionais a serem utilizados para direcionar e planejar esse processo.<sup>120</sup>

Apesar de anteriormente diferentes entidades coexistirem enquanto organizações étnicas que congregavam a imigração polonesa em diferentes núcleos como as sociedades polonesas no Brasil, em suas formas de movimento organizacional, desempenharam uma nova contribuição no cenário da *polonidade* ou na formação e renovação do espírito nacional polonês. Enquanto que praticamente durante o final do século XIX e início do século XX o processo de organização das sociedades e das associações mais amplas estivesse diretamente influenciado pelo enclave da intelectualidade da partição austríaca e pelas lideranças isoladas em Curitiba, posteriormente a 1920, o governo polonês toma para si o desenvolvimento de um processo de influências diretas sobre essas organizações étnicas desses imigrantes.

A temida desnacionalização dos poloneses, interpretada como a perda da cultura nacional “genuinamente polonesa” (CARO, 1911, p. 38), na qual a imigração polonesa poderia estar submersa no destinos de emigração, nesse ínterim dos processos históricos, agora era interposta pelo reforço do sentimento nacional de uma *polonidade*, interpretada como uma pretensa formatação de uma cultura nacional que estivesse de acordo com os interesses do governo polonês.

Conforme os interesses do governo polonês, mesmo que se tome apenas a como menção dos dirigentes governamentais, seguia o espírito da época distinguido pelo posicionamento político que abrangia muitos países europeus: repensar a partilha colonial dos territórios do Novo Mundo por meio da ação política e estatal e

---

<sup>120</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznan-Kraków. 14-21 lipiec, 1929. p. 13.

dirigir os rumos de constituição de colônias autônomas e politicamente independentes. Esse processo compreendia o estreitamento das relações estatais, produtoras do *polonismo*.<sup>121</sup> Entretanto, compreendo que para a *polonidade* por mais que fossem atribuídos sentidos simbólicos do nacionalismo polonês, esta foi incorporada e transformada de diferentes maneiras nas heterogeneidades dos grupos, nas vivências cotidianas e transgressivas. (CERTEAU, 1998; PAIS, 2003).

A vivência e a gerência da cultura dependem de cada indivíduo, dentro da construção de sua realidade. Esta pode depender das questões culturais ou mesmo da produção intencional do ser e do fazer. Nos núcleos de imigração polonesa, a heterogeneidade dos indivíduos que compunham este grupo étnico permaneceu ativa e (re)produziu os contornos culturais inerentes a realidade étnica. Esses contornos não foram nítidos e demarcados. A celebração móvel da cultura e das identidades transformou constantemente esse processo.

De acordo com Kecinger (2005), no período entreguerras, a política emigratória do governo polonês, em relação aos poloneses e descendentes que viviam no Exterior, estava de acordo com duas ideias principais que dominavam os debates políticos com maior intensidade. Em princípio, a primeira ideia era formar núcleos homogêneos de imigração polonesa, e posteriormente, em colônias polonesas baseadas em um projeto expansionista e imperialista. Nota-se que o próprio projeto do “sonho” da Nova Polônia, agora, recobra para si contornos de uma política oficial de Estado: um pensamento voltado para a formação de núcleos homogêneos defendidos por ativistas políticos ainda no final do século XIX<sup>122</sup>.

Com a criação do Estado polonês independente e a retomada da imigração após à Primeira Guerra Mundial, a ideia do desenvolvimento de colônias homogêneas e fechadas passou a deliberar o pensamento político. Esse pensamento manifesto pela política colonial polonesa utilizou inclusive da diplomacia para inserir a Polônia na partilha colonial.

Portanto, a formação de núcleos de imigrantes mais homogêneos e densamente povoados significavam a política colonial num primeiro momento, propagada por lideranças étnicas nas colônias, bem como por diferentes intelectuais poloneses. Embora a Sociedade Comercial e Geográfica tenha finalizado suas

---

<sup>121</sup> Aqui compreende-se como um termo alternativo de *polonidade*.

<sup>122</sup> Para Kołodziej (1982), esse pensamento era propagado pela Sociedade Comercial e Geográfica, principalmente em Lwów, território de domínio austríaco.



atividades antes ainda da Primeira Guerra Mundial, o pensamento expansionista permaneceu presente em ativistas, tais como: Kłobukowski, Siemiradzki, Warchałowski e Głuchowski.<sup>123</sup>

O temor da desnacionalização dos poloneses, como acontecia anteriormente no século XIX, entendido como consequência da emigração definitiva, possui na promoção da *polonidade* uma contrarreação no sentido de fortalecer a nacionalidade polonesa nos países receptores de imigrantes. Este temor era também utilizado como justificativa para o estabelecimento de colônias autônomas, como forma de proteger a cultura étnica dos imigrantes, frente aos processos de nacionalização.

A contradição entre a situação econômica e demográfica na Polônia, que na época tornou a emigração um fenômeno natural e de longo prazo, e a política dos Estados com possibilidade de receber emigrantes, era justificar a Polônia postulando demandas coloniais e protegendo-a da avaliação de imperialista. (WRZESIŃSKI, 1979, p. 27 – Tradução nossa).

Segundo Wrzesiński (1979), os representantes da política oficial da Polônia divulgavam, na comunidade internacional, a necessidade de se permitir que a Polônia obtivesse matérias-primas como objetivo de expansão da colonização polonesa. Na época políticos como Głabiński (1930), defendia que haveria inclusive uma justificativa demográfica, em que a Polônia possuía importante parcela da população mundial, ocupando apenas 3% da área terrestre, se fossem excluídas as regiões árticas e polares. Para Załęcki (1930), a Polônia deveria ir além da política econômica continental e avançar no sentido de possuir colônias e buscar matérias primas em regiões tropicais. A Liga das Nações poderia fazer parte desse processo, distribuindo territórios entre os países colonizadores. A Polônia seria beneficiada nesse processo com matérias-primas e mercados consumidores para os seus produtos. Jeziorański (1935), em artigo do periódico *Sprawy Morskie i Kolonjalne*, da Liga Marítima e Colonial, depois de 150 anos fora do mapa político, a Polônia recuperou sua independência e a primeira tarefa era consolidar um organismo político uniforme, criando a base para o funcionamento da máquina estatal.

Ainda para Załęcki (1930, p. 275 - 276), a Polônia estaria atrasada em 200 anos na obtenção de colônias e, em nome das necessidades do país, haveria o

---

<sup>123</sup> Ambos os autores escrevem sobre as possibilidades de colonização polonesa no Brasil, como parte de um projeto de constituição de colônias independentes, repercutindo posteriormente na elaboração do plano de expansão colonial polonesa e na influência política nesses territórios.

interesse em defender interesses culturais e nacionais por meio da colonização. A questão era manter boas relações com os países que possuíam territórios desabitados, e por meio da emigração, fortalecer a economia e a política do país para consolidar a nação polonesa. O autor também defendia a ideia de formar condomínios culturais em diferentes países do mundo.

A Polônia deveria assumir a tarefa de administrar colônias em benefício do fortalecimento da nacionalidade e da economia do país. Apesar do discurso político envolver todos os países do mundo, um conjunto de demandas em especial era apresentada com relação à colonização da América Latina. O Brasil e a Argentina estariam dentre esses locais escolhidos, devido à existência de alguns núcleos de imigrantes, para onde havia um movimento natural de emigração, representando algumas experiências nesse campo.

Para promover as ações coloniais foi criada em 27 de abril de 1924 a *Liga Morska i Rzeczna*, com base no estatuto aprovado pelo Ministério de Assuntos Internos da República da Polônia no mesmo ano. Dentre os periódicos publicados pela Liga, estavam o mensal *Morze* e o trimestral *Sprawy Morskie i Kolonjalne*.<sup>124</sup> A criação desta instituição estava diretamente relacionada com a política oficial do Estado polonês em relação ao processo de colonização ou obtenção de colônias autônomas em outros continentes. Segundo Kołodziej (1982), posteriormente em 1925 o Ministério da Imigração e Colonização polonês preparou um programa de ações, que visava a buscar novas áreas, por meio de acordos com países receptores, no sentido de proporcionar melhores condições de vida e de trabalho aos imigrantes poloneses. Esse processo era desempenhado em parte pelas atividades da *Liga Morska i Rzeczna* no sentido de estreitar relações com os países de emigração na organização de colônias e para estabelecer possíveis contatos comerciais.

Segundo o Programa da *Liga Morska i Rzeczna*, publicado em 1930, alguns direitos eram formais e moralmente inegáveis para a Polônia. Por exemplo, um quarto das importações da Polônia era de produtos coloniais. As colônias autônomas poderiam favorecer a isenção de taxas alfandegárias. Em relação a imigração, por razões de manutenção da cultura étnica, preconizava-se diferentes esforços de formação de núcleos mais homogêneos, onde se teria a oportunidade

---

<sup>124</sup> Sobre o assunto ver Białas 1983.

de buscar uma existência independente. Pensava-se que para a Polônia brasileira a primeira questão seria a organização dos emigrantes nos espaços coloniais, uma vez que a maioria dos emigrantes poloneses eram agricultores que buscavam a posse de terras.<sup>125</sup> De acordo com a resolução do III Congresso Geral de Delegados da *Liga Morska i Rzeczna*, realizado em 1930, o nome da instituição foi mudado para *Liga Morska i Kolonjalne*,<sup>126</sup> que continuaria a política de expansão colonial polonesa.

#### 2.4 A LIGA MORSKA I KOLONJALNE E O FORTALECIMENTO DA AÇÃO COLONIZADORA

O pensamento colonial polonês se desenvolveu na perspectiva de um posicionamento nacionalista, para expandir e promover a expansão colonial. Porém, houve uma mudança no contexto de recepção dos imigrantes nos países de destino. Smolana (1979), ao apresentar as principais etapas da História da emigração da Polônia para a América Latina, analisa que, antes da Primeira Guerra Mundial, o interesse pela imigração estava relacionado aos interesses dos países de acolhida, que concentravam esforços para atrair imigrantes, enquanto que, no período entreguerras, o interesse de estimular a imigração era desempenhado pela própria Polônia.

As ações eram organizadas por sociedades que possuíam relação direta com a política de colonização do governo polonês, enquanto que os países de acolhida desempenhavam métodos rigorosos de restrições imigratórias e seleção dos desejáveis e indesejáveis,<sup>127</sup> principalmente a partir de década de 30, (1930), com a acessão de Vargas ao poder e com o florescimento de ultranacionalismo brasileiro.

Qualificam esta última afirmação os diferentes documentos de pedidos de visto no Brasil pelos departamentos consulares poloneses, quando distinguem os “verdadeiramente poloneses” de outros.<sup>128</sup> Os indesejáveis, por parte do governo

<sup>125</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznan-Kraków. 14-21 lipiec, 1929, p. 86.

<sup>126</sup> Liga Marítima e Colonial

<sup>127</sup> Ver Carneiro (2001).

<sup>128</sup> Documentos diversos de pedidos de visto para poloneses encaminhados pelo consulado polonês no Rio de Janeiro. Arquivo Nacional do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ. 86/5/13.

brasileiro, incluíam principalmente judeus e comunistas. Conforme correspondência enviada da Legação Brasileira em Varsóvia, a imigração polonesa estava sendo falseada pelas organizações judaicas internacionais, que estavam burlando os objetivos constitucionais de seleção física, civil e étnica, havendo notório interesse, por parte do governo brasileiro, em “livrar-se dos designados maus elementos”.<sup>129</sup> A Legação Brasileira solicitava instruções urgentes para cessar a vinda da leva de judeus sem profissão e trabalho, “muitos provavelmente comunistas” e dirigiam-se ao Brasil, porque eram indesejados na Polônia.<sup>130</sup> A emigração de minorias nacionais, caracterizada por uma emigração econômica, era incentivada na Polônia do final da década de 30. Segundo Mazurek (2016), para um colono prosperar em terras no outro lado do oceano, haveria a necessidade de possuir recursos econômicos significativos. No pensamento político da época a emigração de pessoas abastadas poderia representar perdas econômicas, bem como um contingente populacional nacionalista, que deveria permanecer na Polônia. São representativas, nesse contexto, algumas correspondências do Ministério das Relações Exteriores da Polônia, quando indica a necessidade de motivar a emigração de elementos não poloneses de áreas mistas da Polônia.<sup>131</sup>

O pensamento sobre a imigração e suas oportunidades, de certa forma, era animado por discursos e conferências que ocorriam nos meios políticos, como as de Kazimierz Warchałowski, importante liderança étnica que por tempo determinado desenvolveu suas atividades no Paraná, enquanto redator e proprietário de estabelecimentos comerciais. Em 1926 após a Independência da Polônia, Warchałowski era então secretário da Legação Polonesa no Brasil e posteriormente torna-se funcionário do departamento de emigração na Polônia. A Legação Brasileira em Varsóvia noticiava as referidas conferências e afirmava que Warchałowski, após retornar de uma missão do Ministério do Trabalho polonês, divulgou informações sobre oportunidades e riquezas de destinos emigratórios como o Peru, o Chile, a Argentina e o Brasil.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> Telegrama dirigido ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro pela Legação em Varsóvia, em outubro de 1937. Arquivo Nacional do Itamaraty, Rio de Janeiro – RJ, 74/5/16.

<sup>130</sup> *Idem*.

<sup>131</sup> Correspondência confidencial dirigida pelo Ministério do Interior ao Ministério das Relações Exteriores. Warszawa 29/10/1937, Arquivo das Atas Novas, Ministério das Relações Exteriores - AAN 9898, p. 120-121.

<sup>132</sup> Ofício enviado em 6 de março de 1925 ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Félix Pacheco. Arquivo Itamaraty – RJ, 232/3/16.

Conforme ofício enviado pela Legação Brasileira em Varsóvia, no dia 5 de janeiro de 1929,<sup>133</sup> após a independência da Polônia e do estabelecimento da capital em Varsóvia, foi fundada em 1925, a Sociedade Colonizadora Ultramarítima, com um capital de 500 mil *złoty*s, fato noticiado pela imprensa polonesa em Varsóvia. Esta sociedade estava ligada as atividades da *Liga Morska i Rzeczna* e segundo a Legação, o capital de investimento seria elevado a 1 milhão de *złoty*s e estava autorizada a funcionar no Brasil. O governo polonês garantiria o auxílio financeiro, bem como orientava as atividades desta sociedade. Possuía importante quantidade de hectares de terras compradas no Estado do Paraná e organizava a vinda de diversas famílias para o Brasil, conforme o documento. Os colonos seriam instalados próximos aos núcleos poloneses já existentes, sendo que, entre 300 e 400 famílias seriam instaladas em núcleos de imigração polonesa no mesmo ano, recebendo lotes de 25 hectares, que deveriam ser pagos parceladamente por vários anos. A posse da terra dava-se de forma automática, desde o início das atividades do colono na terra e para essa finalidade havia milhares de hectares de terras compradas.<sup>134</sup>

Após processo de reestruturação da sociedade colonizadora, inclusive trocando de nome para Liga Marítima e Colonial,<sup>135</sup> essa instituição torna-se um importante elo do pensamento emigrantista e do engajamento da Polônia no contexto do pensamento colonial. Após sua reestruturação, a Liga Marítima e Colonial, de certa forma, foi a instituição que mais promoveu o empenho de colonização dos territórios na América Latina e, principalmente, no Brasil. Segundo Krasicki (1977), a Liga Marítima e Colonial era uma das mais importantes instituições que procurou organizar a colonização polonesa. Visava, por meio do processo de aquisição de terras, desenvolver importantes centros de colonização, em diferentes destinos no mundo. A liga acreditava que poderia dominar política e economicamente áreas de terras, principalmente na região de Misiones, na Argentina, e na região da Foz do Iguaçu, no Brasil, criando enclaves políticos e

---

<sup>133</sup> Arquivo Nacional do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ. Ofícios recebidos de 1929 a 1930 da Legação Brasileira em Varsóvia – RJ – Estante 232/3/18. No entanto, a questão da posse de terras, a partir da Lei Imperial de 1850, era dada por meio da compra e não apenas pelo início das atividades do colono, o que sugere um equívoco por parte do redator do ofício da legação.

<sup>134</sup> *Idem*. Esse entendimento da política oficial da Polônia, em relação à compra de áreas de terras, mobilizou inclusive o Ministério das relações exteriores da Polônia na busca por áreas de colonização em massa.

<sup>135</sup> Ver nota 81.

culturais, praticamente retoma o projeto da *Nowa Polska* de meados do século XIX, em território latino-americano.

Relatório datado de 19 de julho 1929, encaminhado ao serviço de imigração polaco, pelo então cônsul da representação diplomática de São Paulo,<sup>136</sup> informava que o Brasil, com um território igual ao de toda a Europa, com um desenvolvimento econômico e cultural de extremos contrastes, possuía algumas áreas desenvolvidas no litoral Atlântico, com poucas linhas férreas, enquanto que, na maioria do país, não havia maior integração ou expansão econômica. “[...] a parte restante deste gigantesco país permanece adormecida, juntamente com as grandes riquezas naturais, cuja apreciação pode ser somente obra do futuro”.<sup>137</sup>

Importante é compreender, nesse sentido, que a questão da emigração e imigração propunha ações pontuais, de acordo com os objetivos institucionais dos países envolvidos. O cônsul polonês em São Paulo opina que o Brasil é um colosso assentado em uma base frágil e desintegrada. Compreende que o domínio territorial brasileiro poderia ser desmembrado, devido à falta de comunicação estatal, evocando separatismos perante à impotência da administração, a heterogeneidade étnica e nacional que configurava a noção teórica de brasileiro.<sup>138</sup> A questão presente era a possibilidade de constituição de colônias homogêneas, inclusive o domínio político sobre estas. No entanto, compreende que a Polônia estava atrasada nesse sentido, apesar de reconhecer um suposto “justo direito” propagado nos meios políticos poloneses da posse de colônias transoceânicas.<sup>139</sup>

Importante é a compreensão de que o Brasil estava sendo invadido pelo capital estrangeiro, em forma de financiamento, de países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Itália. Os objetivos de investimento do capital não seriam dados pelo caráter financeiro, mas pelo caráter político destes países. Diz o cônsul que seria duvidoso que o Brasil, sendo cerceado pelo capital estrangeiro, conseguiria sair da opressão e que o mais provável seria que o Brasil fosse desmembrado, e que as potências mencionadas acima, teriam planos distintos e desenvolvidos a esse respeito. Em relação à imigração polonesa, o cônsul reconhece que apesar do grande número de imigrantes poloneses no Brasil, sua

---

<sup>136</sup> Cônsul Michał Świrski. Coleções do Arquivo das Atas Novas – MSZ 19/07/1929 Seguintes: AAN Varsóvia, seção MAE, Departamento Consular, pasta 9639, p. 155-189.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 175.

<sup>138</sup> Cônsul Michał Świrski, Departamento Consular. AAN 9639, p. 155-189.

<sup>139</sup> *Idem*.

composição é de uma população pobre em sua maioria, classificados como “não culturais”<sup>140</sup>. No entanto, as condições de vida na Polônia obrigariam a emigração de seus cidadãos sem-terra e sem emprego, sendo um mal necessário, em sua argumentação.<sup>141</sup> Sugeriria a necessária assistência do governo, para que esses contingentes servissem aos interesses do Estado polonês, tendo um caráter de utilidade para a expansão nacional e colonial.

Da análise do documento, a argumentação se baseia na necessidade de cooptar esforços em promover uma emigração consciente para o Brasil, atentando para seu caráter político. Dessa forma, como afirma o documento, as colônias não poderiam ser locais de “deportação de desempregados”, mas um local de trabalho, onde sujeitos ativos pertencentes a determinados Estados “aumentassem a riqueza da metrópole”.<sup>142</sup> A classificação de sujeitos ativos, atribui, *sui generis*, a emigrados possuidores de capitais, como comerciantes, empresários, engenheiros, uma emigração comercial e industrial, que contribuísse ativamente para a consolidação dos planos políticos poloneses. Os 200 mil poloneses, presentes no Brasil na época, não passavam de dados aritméticos, segundo o cônsul. Havia a necessidade de qualificação da emigração para criar no Brasil, desde sua base, um Estado de posse polonês. Dessa forma, seriam necessárias algumas condições para que as colônias se desenvolvessem e se consolidassem:

a) sólida e multilateral tomada de conhecimento por parte do emigrante, ainda na pátria, das condições de existência no Brasil e do estado ao qual se dirige do caráter da cultura agrária, da rentabilidade dos diversos cultivos, e dos conhecimentos práticos da língua portuguesa. b) a colonização dos emigrantes somente através de um grupo maior, a fim de evitar a dispersão, em cujas condições o emigrante torna-se primitivo, erradica o seu caráter nacional e assemelha-se ao camponês brasileiro. c) a entrega de cada grupo deste tipo à administração de um instrutor compreensível e honesto, que conheça perfeitamente todas as condições locais, todas as propriedades da agricultura e horticultura locais e possuindo já certas relações entre as autoridades locais. Tal instrutor deveria possuir também certa autoridade administrativa, que asseguraria que, pelo menos no decorrer dos primeiros três anos, o emigrante estaria obrigado a se subordinar às suas diretivas.<sup>143</sup>

---

<sup>140</sup> O termo não cultural é a constatação de que os imigrantes poloneses não estavam necessariamente engajados na propagação ou fortalecimento de uma cultura dita polonesa.

<sup>141</sup> Cônsul Michał Świrski, Departamento Consular. AAN 9639, p. 155-189.

<sup>142</sup> *Idem*.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

O propósito desse pensamento, era centralizar as diferentes áreas de colonização o maior número de imigrantes possíveis. Assim, poderiam ser organizados condomínios culturais, afastando o perigo da desnacionalização (polonesa). Como até o momento, as colônias que possuíam predominantemente a imigração polonesa, não haviam consolidado um desenvolvimento econômico, esta seria a via que outras nações europeias haviam engendrado, tendo como objetivo a busca de uma emigração mais qualificada, que desenvolvesse as relações econômicas da Polônia com o mundo e, dessa forma, consolidar o renome da Polônia frente às outras nações.<sup>144</sup>

As iniciativas da Liga Marítima e Colonial, de certa forma, iam ao encontro da consolidação desse projeto de expansão colonial. As atividades da Liga eram noticiadas pela imprensa polonesa, sendo em seguida informada ao Ministério das relações exteriores pela Legação Brasileira, em Varsóvia. Segundo ofício encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, esses relatos da imprensa eram bastante positivos, incluindo dados econômicos e geográficos de ditas regiões prósperas, nas quais a imigração polonesa poderia se desenvolver. Em 1929, alguns anos antes da intensificação do processo de nacionalização, de acordo com a correspondência endereçada ao ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Octávio Mangabeira, as estatísticas oficiais publicadas pela Liga na Polônia destacavam que estavam residindo, no Brasil, duzentos e dez mil poloneses aproximadamente.<sup>145</sup> Ainda conforme documento, haveria 6.685.415 imigrantes que viviam em diferentes países, em todos os continentes. O Brasil ocuparia o quinto lugar entre os países de destino da emigração polonesa, ficando atrás de países como Estados Unidos, onde residiam aproximadamente três milhões de imigrantes poloneses; França 600 mil, Alemanha 1.630 mil e União Soviética com 900 mil poloneses. Importante destacar que a propaganda sobre a colonização do Brasil era estabelecida por brochuras que a Liga divulgava por meio da imprensa na Polônia, e encaminhadas pela Legação Brasileira em Varsóvia, ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Eram propagadas nessas publicações a possibilidades de riqueza que os diferentes destinos de imigração poderia proporcionar aos

---

<sup>144</sup> *Idem.*

<sup>145</sup> Correspondência endereçada ao ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Octávio Mangabeira. Ofícios da Legação de Varsóvia expedidos ao Ministério da Relações Exteriores do Brasil. Arquivo Nacional do Itamaraty – RJ. Estante 232/3/18.



interessados em emigrar para o Brasil.<sup>146</sup> O interesse, especialmente pela colonização do Brasil e da Argentina, era inclusive demonstrado pela criação de cargos ligados à organização da Imigração, como o de conselheiro de emigração, criado na cidade do Rio de Janeiro, para orientar e organizar a imigração para o Brasil, informado também pela Legação Brasileira em 19 de fevereiro de 1930.<sup>147</sup>

Na década de 30, do século XX, as atividades da Liga transversalizavam todas as políticas emigrantistas polonesas. Inclusive, em 1937, dispunha de importante conjunto de círculos escolares na Polônia, que eram orientados para a política da Liga. No regulamento dos círculos escolares, dentre as orientações para o programa de trabalho estavam: familiarizar-se com barcos e com rotas de emigração; familiarizar-se com a política colonial, econômica e social da Polônia e familiarizar-se com as oportunidades de expansão, política em todos os centros de emigração polonesa.<sup>148</sup>

Apesar de seu caráter institucional privado, com significativo número de associados, todas as diretrizes e atividades da Liga eram gestadas nos meios governamentais. O presidente do conselho nacional da Liga, em 1930, era o General Gustaw Orlicz-Dreszer.<sup>149</sup> De acordo com Białas (1983), no início da década a Liga possuía em torno de quatrocentos núcleos e cerca de setenta e um mil sócios. Em 1938, este número foi elevado para 6 mil núcleos e cerca de 760 mil sócios contribuintes.<sup>150</sup>

É representativo, nesse sentido, o documento enviado pelo então vice-cônsul do consulado polonês de Curitiba, Theodor Cyburski, sobre a questão da colonização no Brasil, destinado à presidência da Liga Marítima e Colonial. O intuito do relatório era subsidiar a política emigracional polonesa, com sugestões sobre o comércio e o desenvolvimento da colonização polonesa no Brasil.<sup>151</sup>

<sup>146</sup> Telegrama da Legação Brasileira em Varsóvia expedido ao Ministério da Relações Exteriores do Brasil. Arquivo Nacional do Itamaraty – RJ. Estante 232/3/18.

<sup>147</sup> Correspondência da Legação Brasileira em Varsóvia, expedida ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Arquivo Nacional do Itamaraty – RJ. Estante 232/3/18.

<sup>148</sup> Regulamin: kół szkolnych ligi Morskiej i Kolonialnej oraz wytyczne dla programu pracy kół szkolnych ligi morskiej i Kolonjalne. Kraków: Liga Morska e Kolonjalne, 1937, p. 7 - Biblioteka Narodowa.

<sup>149</sup> Gustaw Konstany Dreszer (Orlicz-Dreszer) In: Polskiego Słownika Biograficznego V. V, 1939-1946, p. 365-368.

<sup>150</sup> In: Białas T. Liga Morska i Kolonialna, 1930–1939. Gdańsk: Wydawana e Morskie, 1983. Ver também, Mazurek (2016) e J. Dębski, Wspomnienia z lat 1889-1973, t. 1-4, maszynopis w Bibliotece Ossolineum” we Wrocławiu, sygn. 15354 II-III/1-4, p. 196.

<sup>151</sup> O futuro, as possibilidades e os métodos da colonização polonesa no Brasil. Relatório de Theodor

A questão da *polonidade* não será apenas uma conjuntura cultural de desenvolvimento étnico. O projeto que se propunha era intensificar uma ação étnica/nacionalista polonesa por meio da institucionalização das escolas, agregadas a determinadas reivindicações políticas.

Posteriormente, as decisões do governo Vargas podem ser caracterizadas por um pensamento nacionalista, que se fortaleceu no período entreguerras. Esse forte sentimento patriótico era movido pelo medo da conspiração política estrangeira e conforme Kula (1976), pela conspiração da criação de um estado dentro de outro Estado, mantendo as distinções nacionais e dificultando ao máximo a necessidade de homogeneização das nacionalidades ou num conceito antiquado de assimilação.

Diferentes documentos da representação consular e da legação polonesa no Rio de Janeiro, como o relatório enviado por Skowroński,<sup>152</sup> indicavam os temores que o governo brasileiro possuía em relação à política colonial polonesa. Como destacara o autor, o ano de 1938 pôs fim à intensa vida organizacional dos imigrantes poloneses. Neste período, além de uma organização institucional de associações e sociedades escolares, no Brasil estavam em funcionamento diferentes iniciativas que mobilizavam a vida organizacional étnica polonesa, tais como círculos de cultura e leitura, associações de círculos agrícolas, associações para a juventude como o *Junak*<sup>153</sup> e *Sokół*,<sup>154</sup> associação de estudantes, além de uma bem-organizada imprensa polonesa, com diferentes jornais e revistas.<sup>155</sup>

A questão em destaque nesse momento, era de que os temores sobre as ingerências estrangeiras no Brasil, em relação à Polônia, poderiam ser justificados. O processo compulsório da campanha de nacionalização das autoridades brasileiras foi mobilizado a partir do conhecimento de planos de ingerências de outras nações em terras brasileiras. Basta lembrar os fatos das quintas-colunas em referência a imigração alemã, italiana e japonesa.<sup>156</sup> Em relação aos poloneses, esse temor é evidenciado por documentação importante do Ministério das Relações Exteriores

---

Cyburski AAN, MSZ, pasta. 9578, p. 27-36. In: Fuentes, Estúdios Latino-americanos. Warszawa: Cesla v. 7, 1980, p. 197.

<sup>152</sup> Skowronski, T. Relatório da Legação Polonesa no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores da Polônia, 20/04/1938. AAN-MSZ nº 10793, pp. 54 e seguintes.

<sup>153</sup> Fundado em Curitiba no ano de 1922. A instituição mantinha círculos desportivos e culturais em diferentes destinos de imigração polonesa.

<sup>154</sup> Sociedade esportiva que funcionava em Porto Alegre, no prédio da Sociedade Polônia.

<sup>155</sup> Ver Pitoń (1971).

<sup>156</sup> Ver Gertz (1991).

brasileiro, com dossiês secretos, bem como pela documentação consular do Ministério das Relações Exteriores da própria Polônia, como o Plano de Colonização de 10 Anos, que, segundo o historiador Kula (1976), teria nascido três anos antes da invasão nazista na Polônia em setembro de 1939. Para o autor, apesar dos protestos de inocência das autoridades polonesas, os planos de colonização eram existentes, justificando o temor brasileiro, propagados na imprensa nacional.<sup>157</sup> De acordo com o Plano de Colonização, a questão de maior interesse seria manter a consciência nacional do emigrante, fortalecendo este sentimento, por meio da organização de aglomerações de emigrantes poloneses com relações estreitas com o país natal e em especial com interesses políticos e econômicos da Polônia.<sup>158</sup> Esse processo consciente e planejado faria da emigração um instrumento da Política de Estado da Polônia.<sup>159</sup> Havia uma orientação para a expansão política e econômica para além das fronteiras do Estado, correspondendo a uma posição de influência decisiva nas aglomerações imigrantistas polonesas, no Brasil.<sup>160</sup>

O contexto em que esses planos são delimitados, somado com o surgimento e a ascensão do nazismo, do fascismo e as pretensões imperialistas japonesas, bem como a necessidade da expansão colonial dos países que, até então, estavam fora da partilha colonial do Novo Mundo e da África, foram o estopim de um novo conflito mundial. Ainda hoje, podemos delimitar algumas representações importantes de como o Brasil é visto na política internacional, que recobra muitos desses sentidos que consideram um destino colonial de oportunidades econômicas, produtor de matérias-primas e consumidor de produtos industrializados. Essa visão denota o entendimento da política Externa, não só da Polônia, mas de diferentes países europeus.

Dentro dessa conjuntura de expansionismo colonial, em relação à Polônia, uma das maiores preocupações era manter o seu próprio território nas margens do Vístula, o que em 1939 não foi possível frente à superioridade militar alemã.<sup>161</sup> O

---

<sup>157</sup> Diferentes jornais brasileiros publicavam artigos sobre o chamado perigo imperialista polonês. Nota-se que estes artigos eram difundidos em diferentes estados que não possuíam consideráveis contingentes de imigrantes e descendentes, tais como o Maranhão, dentre outros.

<sup>158</sup> AAN 9585, s. 11.

<sup>159</sup> *Idem*.

<sup>160</sup> AAN n; 9578, s. 151.

<sup>161</sup> AAN 9585, s. 11.

imperialismo da Polônia era denunciado por artigos de jornais em diferentes estados do Brasil, apesar de serem planos que não lograram êxito. Em relação às colônias homogêneas, essa era uma política muito delimitada, em que a questão estava em tornar a Polônia uma potência colonial, decisão que seria tomada pelo Senado, na obtenção de colônias para a Polônia. Interessante é a informação do vice-cônsul Lepecki, em Curitiba, no ano de 1938, quando diz que o interventor no Paraná, Manuel Ribas, teria afirmado que as frotas alemãs, polonesas e italianas invadiriam as costas brasileiras.<sup>162</sup>

Como analisa Kula (1976), seria cômico que a Polônia tivesse condições navais de invadir as costas brasileiras. Porém, havia pretensões coloniais organizadas e planejadas muito delimitadas, embora não tiveram o tempo necessário para se tornarem efetivas. Segundo a autor, as autoridades polonesas tinham a consciência intranquila a respeito das diretivas da política emigracional no território brasileiro. Na época, o representante da legação polonesa no Rio de Janeiro, Skowroński, informava que as autoridades brasileiras conheciam os planos da política emigracional polonesa e recomendava o máximo de cuidado.<sup>163</sup>

As iniciativas da parte das autoridades polonesas, em barrar a desnacionalização, caracterizada por uma suposta perda de identidade étnica fixa, colocava a imigração polonesa numa espécie de gueto social, prejudicando o processo de hibridação entre culturas nacionais brasileiras e a memória de imigrantes das terras de origem. Para o governo polonês não poderia haver um justo equilíbrio entre a construção de uma identidade situada num ambiente cultural diferente, como resultado de transformações e adaptações culturais entre a origem e o destino.

Dessa forma, compreende-se que não há como prever que determinada cultura possa ser perpetuada, sem a decisão consciente ou mesmo inconsciente dos indivíduos. A etnicidade não pode simplesmente ser qualificada como fixa ou estratificada. Para Barth (1976), ela se processa nas decisões, em torno das vantagens e desvantagens valorativas nas quais certos aspectos culturais são representados. Os indivíduos possuem seus próprios interesses, algo que não foi

---

<sup>162</sup> B. Lepecki. Vice-cônsul da Polônia em Curitiba, para o representante da Polônia no Rio de Janeiro 29 VIII 1938, AAN 10386, p. 83.

<sup>163</sup> T. Skowronski. Representante da Polônia no Rio de Janeiro, para o Ministério das Relações Exteriores, 2 VI 1938, AAN 10385, p. 1.

perfeitamente analisado pela políticas emigracionais polonesas. A questão do desejo de manutenção da nacionalidade polonesa é transversalizado pela idealização da *polonidade* do governo polonês e a que os próprios contingentes estariam cultivando. Esses interesses foram negociados constantemente na prática cotidiana deste grupo étnico.

É compreensível que os próprios imigrantes e descendentes instalados aqui, nos diferentes rincões ou nas localidades, muitas vezes isoladas, salvo uma parte mais esclarecida do contingente étnico, pouco soubessem dos planos coloniais poloneses ou que este apelo não fizesse sentido para a construção de seu processo identitário. Conforme Kula (1976), as gerações mais velhas mantinham uma *polonidade* ou sentimento de ser polonês, enquanto que para os descendentes que aqui nasciam, aos poucos, esta distinção estaria se perdendo.

Como afirma o relatório do padre Janiewski, a onda nacionalista penetrava nas esferas mais importantes da vida, da cultura e civilização local, criando grandes diferenças e erradicando o sentimento do pertencimento étnico nas gerações mais novas e mesmo a promoção da falta de interesse pela Polônia e por suas questões na época.<sup>164</sup> De certa forma, a nacionalização sinalizou o movimento natural de transformação das culturas nas fronteiras multiétnicas. Dizia o padre que havia uma lentidão e incompreensão dos jovens quanto à necessidade de fazerem parte de organizações polonesas e, como consequência, estavam negligenciando o cuidado com a Língua Polonesa. A juventude polonesa em grande parte já se comunicava em português e nesse sentido se sentia mais brasileira.<sup>165</sup>

Poder-se-ia acrescentar, felizmente. Felizmente para esta juventude. Felizmente para toda esta emigração. Felizmente inclusive para os interesses da Polônia a longo prazo. O traje de Mazowsze [característico da região de Varsóvia - nt.] não garantia a entrada na sociedade brasileira, mas a separava dela. Estes, que a qualquer preço queriam ter com eles a juventude, provocaram um mal para a juventude, para a Polônia e para os interesses poloneses tomados mais amplamente. E se hoje existe no Brasil tão poucas pessoas eminentes de origem polonesa, se hoje os emigrantes poloneses e seus descendentes exercem um papel incomparavelmente menor que as pessoas originárias de outras nações, isto – deixando de lado as diferenças numéricas – resulta, de um lado, do fato que era a emigração polonesa pobre, situando-se por várias décadas num baixo nível material, e, por outro lado, pouco assimilada. A contínua repetição de alguns ditames locais de prestígio na sociedade paranaense de descendência polonesa –

---

<sup>164</sup> Do relatório do padre J. Janiewski de 10 XI 1937. AAN 11194, p. 9.

<sup>165</sup> *Idem*.

independentemente da sua contribuição – não modifica esta verdade. (KULA, 1976, p. 178).

Exemplifica essa relação o que Stemplowski (1978) analisa, quando diz que a ação relacionada ao recrutamento de voluntários para as tropas polonesas que lutavam na Europa, na Segunda Guerra Mundial, representava o sentimento dos imigrantes a respeito da Polônia, caracterizada por desilusão ou mesmo por uma aversão. E porque havia pouco interesse de sair do Brasil e lutar nas fileiras militares polonesas, principalmente em relação aos descendentes de imigrantes que chegaram no Brasil, no final do século XIX. Nestes, a integração nacional e os interesses estavam de acordo com suas necessidades locais. Esse pensamento médio é importante para compreender o processo de erradicação das próprias escolas nos núcleos coloniais poloneses. Enquanto os indivíduos aqui nascidos, ainda descendentes das primeiras levas imigracionais, pouca atenção desse aos princípios culturais étnicos, a imigração posterior estava mais propensa a manter um grau mais efetivo de sua *polonidade*, devido à ligação mais afinada com os territórios de origem. No geral, a ascendência polonesa não garantiu que abandonassem suas casas e famílias “para lutar pela Polônia que não conheciam, onde sua relação com a mesma, estava baseada principalmente numa menor ou maior consciência de origem”. (STEMPLOWSKI, 1978, p. 99). Essa consciência de origem será preponderante para a construção de uma polonidade nos destinos emigratórios.

## 2.5 AS CONFERÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO

Em conjunto com suas intenções coloniais, a Polônia gestava sua compreensão de *polonidade* com a imigração no Brasil, no período entreguerras, a fim de refrear e fortalecer o pertencimento étnico nos núcleos de imigração, de acordo com os interesses de uma política oficial. Em lado oposto, estava o governo brasileiro que buscava mobilizar-se diante dos assuntos que atinavam à política internacional de terras, bem como aos referentes às políticas sobre a regulação de processos emigratórios/imigratórios, com desdobramento em políticas oficiais de seleção e acolhimento de imigrantes. As conferências de colonização mostravam-se espaços importantes de análise e discussão desses assuntos, tendo como organismo central as Nações Unidas. A Polônia, nas conferências de colonização,

evidenciava seu protagonismo nas discussões, com uma política colonial demarcada, causando incômodos ao Ministério das Relações Exteriores Brasileiro. Em conferência realizada em Lima no Peru, o representante da Legação Brasileira teria sido questionado por integrante da comissão polonesa sobre a política de Vargas a respeito das minorias nacionais. Afrânio de Mello Franco respondeu enfaticamente que as minorias nacionais – de caráter racial, religioso ou político – não existiam no Brasil. “Os grupos estrangeiros não podem fazer reivindicações em nome de minorias, pois estas não possuem qualquer privilégio ou direitos que possam ser concedidos”.<sup>166</sup>

O pedido de terras contínuas que recobrassem grandes blocos de terras, nos estados brasileiros, pelo ministro plenipotenciário da Polônia, Tadeusz Grabowski, servira de alerta às supostas pretensões do governo da Polônia para sua política colonial. Em documento anexado ao dossiê sobre a política de colonização polonesa, Grabowski solicita ao então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares Ribeiro, lotes de terras contínuas e férteis próprias para os assentamentos coloniais, para serem compradas pela Sociedade Internacional de Colonização. Informava que a mesma possuía sólida organização, bem como vultoso capital para investir na colonização por imigrantes poloneses e rutenos, no Brasil. Solicitava blocos de terras com 30 mil hectares para facilitar a organização e a boa administração das colônias, juntamente com dados das qualidades geológicas e geodésicas, mapas e condições de comunicação, em relação às distâncias dos principais centros e estradas.<sup>167</sup> Pedido semelhante foi realizado ao governador do Estado de São Paulo pelo ministro Grabowski e comunicado ao então ministro das Relações Exteriores do Brasil, no Rio de Janeiro, José Carlos de Macedo Soares.<sup>168</sup>

Os fatos envolvendo os pedidos de colonização de áreas contíguas, bem como o protagonismo da Polônia junto aos organismos internacionais, no sentido de organizar políticas de colonização, causavam desconfiança no governo brasileiro, justificada por extensa documentação solicitando diferentes pareceres sobre pedidos e solicitações do governo polonês ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

---

<sup>166</sup> Pismo Poselstwa RP w Rio de Janeiro do MSZ z 30 grudnia 1938 roku. AAN 9641. s. 1.

<sup>167</sup> Cópia de ofício do Ministro Plenipotenciário da Polônia, Tadeusz Grabowski, ao governador de Minas Gerais, Benedito Valladares Ribeiro, de 14 de julho de 1936. AN Lata 803 - Confidenciais.

<sup>168</sup> Cópia de ofício do ministro Grabowski ao MRE brasileiro em 15 de julho de 1936. AN Lata 803 – Confidenciais.

Em ofício encaminhado pela Legação Brasileira de Varsóvia, a acusação declarada a respeito da política do governo polonês, relativa à expansão nacional era classificada como preocupante. Dizia o documento que, embora dividida por várias vezes e reconstituída pelo Tratado de Versalhes, o interlocutor considerava a Polônia como uma nação forte, referindo-se ao sólido espírito de unidade e nacionalidade consistente, resistindo a qualquer desintegração: o polonês [...] “animado de um patriotismo que não esmorece na adversidade e se anima exageradamente nos momentos felizes da pátria”.<sup>169</sup> Apenas alguns anos de independência, o patriotismo polonês estaria fortalecido e a localização do país em posição geográfica conveniente, ao que o interlocutor classifica que por vezes até ingrata, porém favorável ao equilíbrio oriental europeu, teriam forjado a Polônia considerar-se uma potência mundial, assumindo posições imperialistas, arbitrando políticas no Velho Continente, em relação a normatizações coloniais. Para tanto, esta posição imperialista teria sido demonstrada nas reuniões da Liga das Nações realizada em Genebra, na Suíça. Segundo documento da Legação, a posição política da Polônia era afirmada claramente e de modo oficioso e público, por meio de discursos e em artigos da imprensa polonesa. O país seria uma potência não somente agrícola, mas industrial; necessitada de matérias-primas. Estaria reivindicando colônias e pleiteando-as formalmente na Liga das Nações. Segundo o documento, o primeiro passo para desenvolver sua política colonial passava pela reestruturação e reorganização da Comissão dos Mandatos da Liga, bem como incorrer na reorganização na Organização Mundial do Trabalho. Essas demandas defendidas pela Polônia em Genebra teriam causado repercussões que foram bem recebidas pelos países como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Itália, potências imperialistas centrais na época. O Brasil, enquanto país de imigração com vastos recursos naturais, considerado importantíssimo para o desenvolvimento do capitalismo mundial, seria uma semicolônia, merecendo da Polônia atenção especial e preferências. Para o autor do documento do MRE, na literatura sobre o assunto, na Polônia, seriam abundantes as referências e insinuações da colonização polonesa no Sul do Brasil, como possessões ultramarinas. Relatava ainda que os emigrados na Polônia somariam mais de oito milhões de pessoas, que,

---

<sup>169</sup> Política expansionista da Polônia. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Varsóvia, 15 de novembro de 1936. Reservado. AN Lata 803 – Confidenciais.



acompanhadas por práticas doutrinárias controladas pelo MSZ<sup>170</sup> polonês em Varsóvia, estariam mantendo o espírito voltado para a pátria de origem.<sup>171</sup> Mesmo os filhos de emigrantes nascidos no Exterior, com a devido destaque para os exageros do autor, estariam fazendo cursos de polonização na Polônia, como recrutas cuidadosamente formados para despertar e manter o sentimento da mãe-pátria, com passagens e facilidades de toda ordem.<sup>172</sup> Segundo o interlocutor da Legação Brasileira em Varsóvia, tudo feito para aperfeiçoar e fortalecer o que ele caracteriza como “pan-polonismo”.<sup>173</sup> Haveria no momento duas dúzias de filhos de poloneses brasileiros na Polônia e que estariam bem impregnados do espírito nacional polonês, considerando-se bem mais poloneses que brasileiros.<sup>174</sup>

As implicações das declarações emitidas pela Legação Brasileira em Varsóvia serão com certeza um dos elos de formatação da política de nacionalização no Brasil. A questão do imperialismo e a avidez com que tratavam os países europeus, sobre assuntos relacionadas à colonização, serão conjunturas importantes inclusive para a emissão de Decretos-leis com previsão de pena capital para quem alimentasse ou planejasse qualquer política com fins de submeter partes do território brasileiro à autonomia política estrangeira,<sup>175</sup> sem mencionar o significado dessas iniciativas para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

As iniciativas consideradas pela Legação como imperialistas, impetradas pela Polônia, encontraram um campo fértil para a exacerbação das políticas de repressão ao estrangeiro, segundo a postura ideológica do Estado Novo. Soma-se a estas circunstâncias a ação do Ministro Plenipotenciário da Polônia no Brasil, Tadeusz Grabowski, quando negocia diretamente com os estados a compra de latifúndios em terras brasileiras, apontada pela Legação Brasileira em Varsóvia como modelo de infiltração de povos expansionistas, aos moldes do que estariam fazendo os japoneses em São Paulo. Considerada fraca na concorrência imperialista europeia, a Polônia poderia representar um contrapeso oportuno da política colonial

---

<sup>170</sup> Sigla em polonês para Ministerstwo Spraw Zagranicznych – Ministério das Relações Exteriores. Próximos MSZ.

<sup>171</sup> Política expansionista da Polônia. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Varsóvia, 15 de novembro de 1936. Reservado. AN Lata 803 – Confidenciais.

<sup>172</sup> Ainda hoje, o governo polonês procura oferecer cursos de formação de lideranças na Polônia, para jovens brasileiros de origem polonesa.

<sup>173</sup> Política expansionista da Polônia. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Varsóvia, 15 de novembro de 1936. Reservado. AN Lata 803 – Confidenciais.

<sup>174</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>175</sup> Ver Decreto-lei 389, de 25 de abril de 1938.

européia, porém com vasto conhecimento dos caminhos e meandros da Liga das Nações, no sentido de propor ajustamentos e normatizações políticas. No Brasil, haveria um efetivo contingente colonial que poderia constituir meios de proposição e concretização da política colonial polonesa. A época era considerada delicada pelo desenrolar dos conflitos mundiais, em que a questão colonial seria fator preponderante e desencadeador dos futuros conflitos. As sugestões para MRE no Brasil, ia ao encontro de negar as pretensões formuladas pela Legação da Polônia no Rio de Janeiro, bem como o envio de instruções adequadas para as missões diplomáticas que, indiretamente, estivessem envolvidas na questão sobre as intenções polonesas. O autor do documento avalia como de suma importância o acompanhamento, no plano internacional, das políticas de colonização, bem como das mudanças previstas sobre a política brasileira de imigração. O Brasil, enquanto destino de imigrações, classificadas pelo autor como agressivas aos interesses nacionais, deveria acompanhar as sérias cogitações do momento político universal.<sup>176</sup> As preocupações sobre o protagonismo polonês eram motivadas pela proposição de políticas conjuntas para as nações, a fim de formular ações concretas que contemplavam o problema da colonização e da emigração. O Bureau Internacional do Trabalho (BIT),<sup>177</sup> sediado em Genebra, era a agência multilateral de mediação dessas ações. Em documento enviado ao MRE pelo ministro polonês Grabowski, com a finalidade de solicitar apoio brasileiro às iniciativas polonesas ao BIT e à Liga das Nações, a questão da emigração colonizadora era um dos assuntos principais abordados por uma comissão fixa de migração do BIT.<sup>178</sup>

Segundo Grabowski, a Polônia teria contestado a ineficiência do BIT em propor soluções práticas ao problema para as questões de imigração, limitando-se à análise teórica do tema. Soluções efetivas perpassariam três elementos que constituiriam o problema da emigração colonizadora, a saber, a oferta de trabalhadores, a terra e o capital econômico.

---

<sup>176</sup> Política expansionista da Polônia. Legação dos Estados Unidos do Brasil. Varsóvia, 15 de novembro de 1936. Reservado. AN lata 803 – Confidenciais.

<sup>177</sup> O Bureau Internacional do Trabalho (BIT) é o órgão executivo permanente da Organização Internacional do Trabalho (OIT, sigla em inglês ILO). Esta por sua vez é uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, especializada nas questões do trabalho, especialmente no que se refere ao cumprimento das normas internacionais. Foi fundada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, na Assembleia das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça.

<sup>178</sup> Cópia do Ofício do ministro polonês Grabowski para o ministro interino do MRE brasileiro Mario Pimentel Brandão. Rio de Janeiro 26 de janeiro de 1937. AN lata 803 – Confidenciais.

Nesse sentido, a comissão permanente do BIT teria formulado as seguintes resoluções: a elaboração de um relatório dirigido aos outros órgãos das sociedades das nações e a convocação de uma Conferência Internacional de Peritos, em face de aprovação dos Estados que compunham a organização. A Polônia tinha um representante na administração do conselho do BIT e estaria disposta a colocar a emigração entre os problemas básicos internacionais. Além deste ponto, a Polônia defendia a criação de "células" especiais que se ocupassem do problema da migração: Elaborar relatório sobre o assunto, com soluções práticas; mobilizar créditos internacionais com fins de tornar possível uma ação colonizadora de grande escala e convocar peritos para analisar o problema com mais eficiência. Segundo Grabowski, ao solicitar o apoio brasileiro à proposta do governo polonês, este não tencionaria afetar os princípios de inviolabilidade da soberania dos Estados imigratórios, inclusive não faria declarações contra a política de restrições emigratórias implantadas no Brasil. A solicitação do apoio brasileiro era reforçada pela afirmação de que a tese defendida pela Polônia beneficiaria os interesses dos estados de imigração. Esta suposta convergência de interesses era alegada, para que o Brasil apoiasse a proposta polonesa e que, depois de examinada a finalidade da iniciativa, o ministro brasileiro deveria instruir sobre sua resolução os representantes brasileiros no BIT, no sentido de apoiar a proposta polonesa.<sup>179</sup>

Perante à solicitação do MSZ polonês, em 26 de janeiro de 1937 o ministro brasileiro do MRE, Mario de Pimentel Brandão envia um ofício ao cônsul brasileiro em Genebra, para que colhesse dados e esclarecimentos sobre os verdadeiros intuídos do governo polonês, em relação à solicitação encaminhada pelo ministro Grabowski. Enquanto isso, o MRE poderia deliberar às autoridades competentes de outros ministérios, em relação à atitude que deveria tomar, diante da solicitação daquele governo.<sup>180</sup> Após análise do teor das solicitações, o ministro Agamenon Magalhães, por meio do parecer jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sinaliza negativamente apoio brasileiro à iniciativa, tendo em vista as acusações conspiratórias sobre o expansionismo polonês, ao qual o Brasil não deveria concorrer para um vasto plano imperialista. Diante da não existência de uma

---

<sup>179</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>180</sup> Repartição internacional do trabalho. Confidencial. Ofício encaminhado ao cônsul brasileiro em Genebra, João Carlos Muniz, pelo ministro do MRE brasileiro, Mario de Pimentel Brandão. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1937. AN lata 806, confidenciais.

evasiva digna, o Brasil poderia concordar em tese, tendo em vista a soberania das leis nacionais, sem quaisquer compromissos oficiais com a proposta.<sup>181</sup>

No entanto, o parecer mais contundente foi apresentado pelo General Chefe do Estado Maior do Exército, Arnaldo de Souza Paes de Andrade, quando afirma, em face às acusações e aos interesses poloneses no BIT, que a imigração polonesa, oferecida espontaneamente, não conviria ao Brasil, caso fosse imposta em maior escala.<sup>182</sup> Dizia o general que o ministro da Polônia, no momento, estaria tranquilizando o governo brasileiro, afirmando que não fariam declarações a respeito da política de restrição imigratória brasileira, não negando ainda o direito de conservação e defesa ligado ao direito de Estado proclamado pela Constituição de 1934. As intenções imperialistas da Polônia poderiam, no futuro, entender o Sul do Brasil como a solução para os problemas de expansão e de busca de matérias-primas. A compra de latifúndios por sociedades polonesas, enquadrar-se-iam no modelo de infiltração dos povos expansionistas, com núcleos de difícil assimilação, criando quistos estrangeiros, além da conquista pacífica do território brasileiro. Anteriormente, tinha sido negado aos Estados Unidos a emigração de negros para o Brasil, os quais o general intitulava de bons amigos da América do Norte. Além destes, foi negado asilo a refugiados iraquianos que estavam na Guiana Inglesa. Nesse sentido, argumenta o general que, do ponto de vista qualitativo,

são também indesejáveis os polacos, pois segundo informes da Legação em Varsóvia, o governo da Polônia, está empenhado em pôr fora grande leva de judeus, sem profissão e sem trabalho, provavelmente comunistas. [...] porque o judeu é avesso ao trabalho agrícola e só emigra para o nosso país, onde não existem preconceitos de raça ou de crença, para entregar-se às especulações de um baixo comércio, e após, conseguidas a cidadania brasileira e economia, regressam ao país de origem.<sup>183</sup>

Na visão do general, a emigração em massa de poloneses produziria colônias isoladas em territórios do Sul, o que poderia resultar em problemas futuros para o país. As medidas adotadas pelo governo brasileiro em relação à seleção dos imigrantes, no tocante à antropologia étnica, à biologia racial e à eugenia, seriam

---

<sup>181</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>182</sup> Estado Maior do Exército. Secreto. Parecer do Chefe do Estado Maior do Exército ao Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1937. AN lata 803 – Confidenciais.

<sup>183</sup> *Idem*, p. 5.

medidas importantes da política brasileira de imigração, para mobilizar sentidos de como o Brasil poderia se beneficiar de um entendimento internacional sem prejuízo das diretrizes brasileiras emigracionais, na seleção dos indivíduos que interessavam vindos dos países superpovoados.<sup>184</sup>

Porém, como adiantadas pelos diferentes ministérios, a decisão de apoio à proposta da Polônia no BIT conciliava com uma posição de início assumir “atitude de grande reserva, abrindo caminho para recusar a proposta polonesa”,<sup>185</sup> conforme orientações encaminhadas ao consulado de Genebra pelo MRE brasileiro. Em reunião realizada no dia 4 de fevereiro de 1937, prevaleceu o caráter reservado do Brasil, em relação às discussões referentes à política migratória internacional. O ano de 1937 evidenciava um forte apelo ao direito de resguardar o sentimento patriótico brasileiro, no sentido de garantir ao Brasil o gerenciamento da política colonial, de acordo com os interesses brasileiros. Conforme o cônsul brasileiro em Genebra, as discussões sobre o assunto não tiveram a amplitude desejada pelo governo da Polônia.<sup>186</sup> Dessa forma, o alcance da intervenção do BIT na questão migratória ficou sensivelmente diminuído, prevalecendo o entendimento restrito individualizado de cada país, na condução da política imigratória que fosse conveniente. No entanto, chegou-se ao entendimento que a Conferência de Imigração deveria ser realizada em Montevideu, com patrocínio do BIT, à qual o governo brasileiro manifestadamente demonstrou-se contrário.

Entretanto, o diretor do Departamento Nacional de Povoamento dizia que o exame técnico dos assuntos pertinentes às migrações seria útil e indispensável, desde que fossem respeitados interesses dos países envolvidos, em relação às ações práticas, e que os interesses restritos anteviessem os estudos técnicos.<sup>187</sup>

Os receios da política do MRE brasileiro era justamente uma ação imigratória empreendida por entendimentos majoritários dos organismos internacionais que compunham as Nações Unidas. As reivindicações polonesas em relação a decisões concretas sobre o problema não foram completamente

---

<sup>184</sup> *Idem.*

<sup>185</sup> Telegrama do MRE expedido para o consulado em Genebra, NF sobre a Repartição Internacional do Trabalho. Confidencial. 03/02/1937.

<sup>186</sup> Repartição Internacional do Trabalho – Imigração. Telegrama do cônsul em Genebra, recebido pelo MRE brasileiro. 10/02/1937. AN lata 803 – Confidenciais.

<sup>187</sup> Parecer do diretor do Departamento Nacional de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado, ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, 20 de março de 1937. AN lata 803 – Confidenciais.

melindradas pelo posicionamento brasileiro. O temor do governo brasileiro tomava maiores proporções com a possibilidade de ação em larga escala de povoamento do território nacional, empreendida pelo entendimento internacional prevalecendo sobre os interesses nacionais. A ingerência estrangeira em assuntos nacionais é um dos pressupostos da organização e difusão da Campanha de nacionalização, no Brasil.

O sentido do nacional ou da *brasilidade* é afetado diretamente pelas conjunturas e pelos entendimentos internacionais ao problema da imigração. As ingerências nas comunidades imigrantes polonesas, por intermédio de organizações oficiais do governo polonês, em construir um sentido para a *polonidade* serão importantes conjunturas de construção da contrarreação do nacionalismo brasileiro. Desde meados do século XIX, as comunidades de imigrantes poloneses no Brasil eram pensadas e idealizadas por organismo de instâncias étnicas, como foi em relação ao acompanhamento pelo parlamento de *Lwów* de domínio austríaco, sendo, posteriormente, com a independência polonesa, pensadas e organizadas por políticas oficiais desse governo. Se para os poloneses a política emigratória era uma questão análise internacional, merecendo todo empenho em construir ações práticas a respeito, mesmo em estabelecer laços duradouros com as comunidades étnicas, da mesma forma, a reivindicação do justo direito de gerir a política, na manutenção e coesão da unidade do território nacional, bem como a imposição de uma unidade cultural conforme o entendimento de *brasilidade*, tinha suma importância para o governo brasileiro.

Este entendimento tanto de *polonidade* e *brasilidade*, inferirá justamente na organização do processo de ensino, como meio de mobilização de ideais e discursos. A escola se torna um meio de demarcação e promoção de determinada cultura, na luta pela adesão e perpetuação de valores étnicos e discursivos.

### 3 A ESCOLA COMO DEMARCADOR DA *POLONIDADE* E AS REDES DE SOCIABILIDADE

O objetivo de incentivar a criação de escolas e a formação de redes de sociabilidade era a manutenção desta mesma *polonidade* face aos objetivos da política oficial da Polônia para com os emigrados para a América Latina.

Na conjuntura colonial e de expansão do nacionalismo na Polônia, a representação sobre os contingentes de imigrantes, nos diferentes destinos, será de que estes pertencem e serão engajados no chamado “espírito nacional polonês”. Diante das discussões levantadas até o momento, como a pretensa política de colonização polonesa, se faz necessário analisar, neste capítulo, a formação da cultura escolar étnica polonesa como, demarcador de uma *polonidade* nas diferentes regiões, em tempo e espaço determinado: a partir da independência polonesa, pós-Primeira Guerra Mundial até o início dos decretos nacionalizadores mais abrangentes, em 1938. Para Wachowicz (1981), os poloneses elaboraram seu ideal de *polonidade* no Brasil associado a alguns demarcadores de nacionalidade: a religiosidade católica; a imprensa produzida para as comunidades; o clero polonês; o uso cotidiano da língua materna e, por fim, as escolas. Estes demarcadores produziram um ideal de *polonidade* e uma afirmação de processos étnicos. De acordo com Seifert (1997), o nacionalismo dos poloneses era considerado um dos obstáculos da campanha de nacionalização. Nessa perspectiva, toma-se como foco de análise as escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, como marcas dessa *polonidade* e constituição de uma cultura escolar específica, que irá ser transformada a partir dos decretos nacionalizadores de Getúlio Vargas.

A relação entre a escolarização étnica e a *polonidade* é um campo de significação e produção de sentidos históricos. A *polonidade* no Rio Grande do Sul foi um aspecto importante na formação de um processo de ensino em meio aos “incultos e miúdos”,<sup>188</sup> enquanto que a condição que organizou e garantiu o funcionamento deste foi uma *polonidade* pensada e construída. Isso apesar das condições adversas de desprestígio ou invisibilidade com as quais a imigração polonesa no Rio Grande do Sul é retratada em documentos oficiais e mesmo em

---

<sup>188</sup> A utilização dessa expressão, em referência à grande parte dos emigrantes poloneses, aparece constantemente na bibliografia sobre a imigração polonesa. Principalmente em Hempel (1896), Głuchowski (2005), Gardolinski (1977) e Wachowicz (1981).

pesquisas acadêmicas.<sup>189</sup> Assim, julgo importante delimitar qual seria o papel das escolas étnicas polonesas no processo de reafirmação e produção dessa *polonidade*.

A escolarização nas colônias de imigrantes poloneses fora considerada uma das necessidades estruturantes das comunidades étnicas no Rio Grande do Sul. Após a independência da Polônia, esse processo começa a ser pensado sobre a ótica do fortalecimento do expansionismo colonial e na manutenção da *polonidade* em face da desnacionalização que tanto preocupava as lideranças sociais e gestores do governo polonês. Conforme Kula (1996), haveria uma insensatez do governo polonês em fortalecer uma contrarreação, para demover as tendências assimilacionistas nas sociedades locais.

Daí a concepção de que a escola, o escotismo, os conteúdos culturais difundidos, os contatos diretos com o país de origem, deverem servir, primeiramente e sobretudo, à preservação do caráter de ser polonês nos jovens de descendência polonesa: em resumo, a vinculação dos mesmos com o país dos antecessores em desfavor do novo. (KULA 1996, p. 22).

Com a implantação do consulado em Curitiba em 1920 há um acompanhamento oficial dos núcleos de imigração polonesa por parte do governo da Polônia. O Cônsul Kazimierz Głuchowski (2005) reconhece que, graças à escola polonesa a juventude tinha um bom conhecimento da língua nas colônias ou nos núcleos étnicos. A escola é apresentada como um demarcador importante da etnicidade polonesa, no sentido de construção e reafirmação de uma *polonidade*.

O objetivo de incentivar a criação de escolas e a formação de redes de sociabilidade consistia na manutenção desta mesma *polonidade* em face dos objetivos da política oficial da Polônia para os emigrados para a América Latina. Uma vez que as relações étnicas entre contingentes imigracionais e a *polonidade* oficial fosse estabelecida, pela análise das questões levantadas até o momento, compreende-se que os meios políticos poloneses consideravam as populações

---

<sup>189</sup> Importante é notar, na maioria dos textos de teses e dissertações, nos quais os poloneses são referidos, que sempre são designados como “outros ou dentre outros”. Na historiografia da colonização do Rio Grande do Sul, o destaque nas pesquisas e, mesmo na bibliografia de modo geral, sempre foi dado a imigrantes alemães e italianos. (Sobre o assunto ver GRITTI, 2002). Apesar de numericamente fazer parte das minorias étnicas, que compõe a formação populacional do Rio Grande do Sul, diferentes regiões possuem influência direta da cultura étnica polonesa na formação social e cultural em diferentes municípios.



étnicas polonesas no Brasil como um importante contingente nacional ultramarino. Emigrantes e descendentes fariam parte da nação polonesa e a esta deveriam manter um sentimento solidariedade e afeição.

Conforme documento do Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior, realizado em 1929, destacava-se que o momento era oportuno para análise sobre a vida e os engajamentos étnicos de sete milhões de poloneses que viviam fora das fronteiras do Estado polonês. O pensamento predominante era de que estes contingentes de imigrantes, em diferentes destinos, poderiam ser considerados exilados que lutavam pela prosperidade de outros países.<sup>190</sup>

O imigrante polonês para os congressistas é destacado como vitorioso diante da natureza e florestas brasileiras, sobrevivendo as intempéries das terras inóspitas e mantendo ainda na quarta geração a língua nacional e uma relação estreita com a *polonidade*.<sup>191</sup>

Para Kula (1996), o mito do conquistador heroico, atrela-se a um pensamento cômodo para descrever a Polônia como grande potência. Essa imagem de heroísmo se torna demasiadamente anacrônica, quando alguns documentos consulares desqualificavam esta afirmação, retratando uma representação negativa do imigrante polonês, em comparação com outros imigrantes. O sucesso do imigrante estava relacionado ao maior desenvolvimento econômico com o menor esforço possível e não pelo grande esforço e pesado trabalho. Dizia-se que, quanto menores fossem os esforços, com menores fadigas, e maiores fossem os resultados econômicos, essa seria medida justa para qualificar o valor do imigrante.<sup>192</sup>

Conforme Galvão (2005), vamos construindo nosso mundo pela inter-relação de significados entrecruzados do vivido e do contado. Diferentes modos de experiência permitem a efetivação de uma realidade, que se faz de regulação para ser aceita. O mito apresenta-se como uma interpretação simbólica de uma sequência de acontecimentos ligados entre si por determinado campo discursivo e relacionados pelo tempo numa relação representativa. Essas produções do discurso oficial são governadas mais por convenção e necessidade, do que por verificação empírica e requisitos lógicos. Explicações e apropriações contêm ações de

---

<sup>190</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznań-Kraków. 14-21 lipiec 1929, p. 58.

<sup>191</sup> *Idem*, introdução.

<sup>192</sup> Relatório do Cônsul Michał Świrski de 19/07/1929. AAN, seção MAE, pasta nº 9639, pp. 155-189. In: Fuentes, Estudios Latinoamericanos, v. 7, 1980, p. 183.

referência em relação aos assuntos contextualizados. Os termos e acontecimentos são analisados de forma pessoal, dando aos acontecimentos um significado situacional. No entanto, o significado é fluido e contextual, não fixo nem universal.

Porém, as impressões dos cônsules que estiveram nos territórios brasileiros tinham como objetivo justamente mobilizar as ações de colonização, com propostas para formar núcleos mais homogêneos, melhor organizados, com fins de refrear um suposto assimilacionismo no Brasil. O desenvolvimento das colônias, necessariamente, seria concretizado com uma melhor formação e qualificação das futuras gerações. O ensino seria a relação entre os objetivos coloniais poloneses e a manutenção da *polonidade*, como algo dirigido e construído.

Uma das primeiras necessidades apresentadas pelos representantes das comunidades polonesas no Brasil, no Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior era a expansão e qualificação do ensino étnico, como também o acompanhamento do governo polonês desse processo nas comunidades étnicas.<sup>193</sup>

Na imagem a seguir, estão relacionados os participantes da delegação brasileira do congresso. Compunham a delegação, Padre Jan Rzymelka cofundador da Associação Católica *Oświata* e redator do *Lud*; Barbara Hesslowa, instrutora de ensino da Polônia, responsável pelo desenvolvimento do ensino pré-escolar da União Central dos Poloneses do Brasil (CZP) e especialista em puericultura; Seweryn Maciszewski, instrutor de ensino da Polônia, atuando na organização e promoção da rede de ensino dos imigrantes poloneses no Brasil, especialista em ensino de línguas e metodologias pedagógicas; Jan Grabski, presidente da CZP, que, em 1938, colaborou com os militares na Campanha de nacionalização e, por fim, Józef Kобрzyński, presidente da Federação das Associações Polonesas do estado do Rio Grande do Sul.<sup>194</sup>

Nas percepções do étnico participam constantes reelaborações, com diferentes manifestações internas identitárias, atuando no redimensionamento da cultura. Entretanto, há uma delimitação da etnicidade nas visões de mundo e nas condições existenciais de prescrição do engajamento em que a *polonidade* se manifesta no dia a dia dos sujeitos. Nesse sentido, compreende-se que existem elementos que impõe prescrições culturais que denotam significados importantes,

---

<sup>193</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznań-Kraków. 14-21 lipiec 1929. Introdukcja

<sup>194</sup> Ver Wachowicz e Malczewski (2000).

mesmo que indelével dos sentidos da cultura étnica. As escolas representaram importantes espaços necessários para a preservação cultural e para transformações, bem como a constituição e formação de comunidades nos núcleos mais densamente povoados por esses imigrantes.

Figura 4 – Delegação Brasileira no Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior em 1929



Fonte: Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznan-Kraków. 14-21 lipiec 1929 r. p. 155.

Nas falas e nos relatos dos participantes da delegação, representando os imigrantes poloneses do Brasil, a educação escolar tinha lugar de destaque principalmente na referência de associações e número de escolas. As escolas polonesas podem ser consideradas uma personificação de ações em espaços culturais produzidos e alinhados com uma cultura étnica, nas condições de produção da *polonidade*. Contudo, Barth (1976) corrobora o entendimento do étnico como processo, em que as decisões dos indivíduos em seu pertencimento constroem valores e percebem vantagens, momentâneas ou duradouras, representadas e reinventadas na ação contínua com a realidade.

Um desses elementos é a relação entre número de imigrantes estabelecidos em determinados núcleos coloniais no estado do Rio Grande do Sul e a formação de comunidades. Porém, como Bauman (2014) nos recorda, quando cessam os valores

e as vantagens de formação destas, ou quando ocorre um processo de fragmentação e dissolução dos antigos valores comunitários em relação aos anteriores, esses são reformulados ou dissolvidos em novas escolhas. Assim, compreende-se a construção do processo de relação entre *polonidade* e escolas, admitindo-se, também como Hannerz (1997), um permanente fluxo de influências e processos de hibridação na formação de novas realidades.

Essa situação advém da relação do plano de transformação individual e coletivo de cada sujeito. A formação identitária está relacionada com a conjuntura étnica e comunitária. O étnico e o comunitário contribuem para a formação do processo identitário de cada indivíduo (KREUTZ, 1999), e o sujeito contribui para a transformação do étnico e do comunitário. A comunidade étnica é formada por meio das decisões dos indivíduos que possuem uma mesma conjuntura cultural. Contudo, não se pode delimitar o entendimento de comunidade como a construção ou a delimitação de espaços públicos.

Em termos de números, os núcleos imigracionais poloneses no Rio Grande do Sul representavam o segundo maior contingente da etnia no Brasil. Gardolinski (1958), citando as estimativas oficiais, afirma no Rio Grande do Sul um contingente de 23,7 mil imigrantes. Esse número pode ter sido maior, diante da questão das partições da Polônia, em que número significativo de imigrantes russos, prussianos e austríacos não é registrado nessas estimativas. Parte desses imigrantes poderiam ser considerados poloneses, porque vieram de territórios étnicos, com passaportes dessas nacionalidades. Importante é notar que a formação dos núcleos dos imigrantes poloneses está relacionada aos fluxos de imigrantes para diferentes regiões do estado. Gluchowski (1928/2005) apresenta uma estimativa em torno de 32,3 mil. Esses números podem representar pequenas variações de acordo com pesquisas e estimativas expressadas por diferentes autores.

Para Smolana (1980), a imigração polonesa no Brasil constituía o maior grupo da América Latina e despertava interesses diversos, como a separação do Paraná do Brasil ou, ainda, a busca por parceiros comerciais para a Polônia. Ambos os grupos de interesse buscavam precisar o número do considerado contingente étnico polonês ultramarino. No Brasil, a União Central dos Poloneses no Brasil buscou desenvolver um relatório completo dos imigrantes poloneses no Brasil,

através de seu departamento da Indústria e Comércio, mais precisamente nos estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.<sup>195</sup> A intenção era fazer uma estimativa minuciosa da colônia polonesa, do estado de posse dos colonos, da produção agrícola, das casas comerciais, das indústrias, bem como da infraestrutura das colônias, como estradas de ferro e distâncias das cidades.<sup>196</sup> Em 1934, a representação diplomática polonesa no Brasil, através do consulado geral de Curitiba, assume o recenseamento incumbe a tarefa a instrutores e pesquisadores para esse fim.<sup>197</sup> Devido aos decretos de nacionalização e para proteger os pesquisadores, os trabalhos no ano de 1938 tiveram que ser conduzidos de forma secreta. (SMOLANA, 1980). O recenseamento não foi totalmente concluído devido aos temores que recaíam sobre os pesquisadores de sofrerem sanções por parte do governo brasileiro, por meio da campanha de nacionalização. De acordo com os dados apresentados pelo relatório de 1939, posteriormente enviado para Varsóvia, pode-se analisar que, em alguns municípios, o recenseamento foi concluído, enquanto em outros foram feitas apenas estimativas. Principalmente em relação ao estado do Rio Grande do Sul os dados ficaram expressivamente incompletos.

Quadro 8 – Dados estatísticos da população polonesa no estado do Rio Grande do Sul, em 1939

| Município/localidade        | Inscritos | Estimativa | Total  |
|-----------------------------|-----------|------------|--------|
| 1. S. Luiz Gonzaga          | —         | 9 000      | 9 000  |
| 2. Santa Rosa               | —         | 5000       | 5 000  |
| 3. Santo Ângelo             | —         | 3000       | 3 000  |
| 4. Ijuí                     | 2 349     | —          | 2 349  |
| 5. Palmeira                 | —         | 3000       | 3 000  |
| 6. Iraí                     | —         | 600        | 600    |
| 7. Boa V. do Erechim        | 15 953    | —          | 15 953 |
| 8. Getúlio Vargas (Erechim) | —         | 3 600      | 3 600  |
| 9. Lagoa Vermelha           | —         | 1 200      | 1 200  |
| 10. Guaporé                 | —         | 1 900      | 1900   |
| 11, Prata                   | —         | 900        | 900    |
| 12. Alfredo Chaves          | —         | 200        | 200    |
| 13. São Jerônimo            | —         | 2 000      | 2000   |
| 14. Guaíba                  | 2 222     | —          | 2 222  |
| 15. Porto Alegre            | —         | 7000       | 7 000  |
| 16. Encruzilhada            | —         | 13000      | 13000  |

<sup>195</sup> Relatório Anual do Departamento da Indústria e Comércio da União Central dos Poloneses no Brasil, 1932, AAN Światpol 131, p. 99.

<sup>196</sup> *Idem*.

<sup>197</sup> Relatório do Consulado Geral da República da Polônia em Curitiba, sobre a questão dos materiais estatísticos. Confidencial, de 17 de agosto de 1935, AAN MAE 10383, p. 6.

|                                 |       |       |        |
|---------------------------------|-------|-------|--------|
| 17. S. José do Camaquã          | —     | 3 000 | 3000   |
| 18. Pelotas                     | —     | 300   | 300    |
| 19. Rio Grande (cidade)         | —     | 800   | 800    |
| 20. Dispersos (aproximadamente) | —     | 5 000 | 5 000  |
| Total                           | 20254 | 59500 | 80 000 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>198</sup>

Apesar de o estado do Rio Grande do Sul estar em segundo lugar nas estatísticas<sup>199</sup> dos imigrantes poloneses para o Brasil, constata-se que, em apenas três municípios na época, foram realizados o recenseamento completo: Erechim, Guaíba e Ijuí. Ficaram fora municípios de contingentes étnicos poloneses expressivos, como Guarani das Missões, Mariana Pimentel e Dom Feliciano. Neste sentido, os relatórios realizados pelos pesquisadores sobre as escolas dos imigrantes poloneses se referem justamente apenas à região de Erechim, onde houve maior abrangência do recenseamento.<sup>200</sup>

Contudo, não há no relatório quais foram os critérios considerados para a definição dos contingentes étnicos poloneses, se fora considerada a comunidade étnica como um todo, abrangendo inclusive os descendentes de imigrantes nascidos no Brasil, o que é mais provável, ou foram considerados apenas imigrantes nascidos na Polônia, estabelecidos no Brasil. No entanto, o relatório representa uma estimativa importante do contingente étnico, no Rio Grande do Sul, de 80 mil pessoas no ano de 1939.

Se buscarmos os dados apresentados ainda em 1929, no Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior, se compararmos com os dados de 10 anos depois, com estatística do consulado geral em Curitiba, os números aproximados do contingente étnico polonês, no Rio Grande do Sul ficam entre 70 e 80 mil pessoas, no período mais abrangente da campanha de nacionalização.<sup>201</sup> Esses dados importam para analisarmos os núcleos mais povoados pela imigração polonesa, nos quais haviam uma melhor organização dos processos escolares com relação direta ao número de imigrantes.

<sup>198</sup> Relatório do Consulado Geral da RP em Curitiba para o MAE, sobre a questão da estatística da emigração polonesa no Brasil. Estritamente secreto, de 31 de março de 1939, AAN 10383, p. 27.

<sup>199</sup> Ver quadros das estatísticas dos contingentes étnicos por regiões do Estado do Paraná e de Santa Catarina, em anexos.

<sup>200</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie Szkolne z rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu

<sup>201</sup> Considerando, nesse sentido, o que Weber e Wenczenowicz (2011) analisam sobre as especificidades do contingente étnico polonês e a diversidade de grupos e minorias nacionais, que habitavam os territórios étnicos na Polônia, anteriores à independência.

### 3.1 A ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO ESCOLAR ÉTNICO

A comunidade é formada por significados e sentidos de representações individuais estabelecidas no coletivo, em relação aos processos identitários e étnicos. As escolas foram organizadas com a formação de comunidades e sociedades, de acordo com o significado que a comunidade possuía para a formação dos grupos. Para Głuchowski (2005), as primeiras associações ou sociedades escolares melhor organizadas datam de meados do século XIX.

Em grande parte dos núcleos de imigração polonesa no Rio Grande do Sul, organizações comunitárias como capelas eram o centro de convívio social desde os primeiros anos da imigração para o Brasil, como sugerem autores com Gardolinski (1958) e Stawinski (1999). Esses espaços de orações e convívio, com o tempo, foram propícios para a organização do ensino. As iniciativas de construção de escolas nos núcleos coloniais de imigrantes poloneses estavam associadas em muitas situações, a lideranças de algum colono mais esclarecido que se dedicava ao ensino, atuando de maneira isolada. A partir de 1896, conforme Kłobukowski (1898),<sup>202</sup> teremos a fundação das primeiras sociedades com estatutos que versavam sobre a organização de escolas e de sua importância.

Quadro 9 – Iniciativas de organização de sociedades e associações mais amplas

| Ano  | Sociedade/Associação                       | Local        | Iniciativa                                |
|------|--|--------------|---|
| 1899 | Departamento Educação                      | Lwów Áustria | Sociedade Geográfica – Comercial          |
| 1902 | Escola Polonesa do Brasil e Matriz Escolar | Curitiba     | L. Bielecki – Gazeta Polska               |
| 1904 | Escola Popular                             | Curitiba     | Kazimierz Warchałowski – Polak w Brazylii |
| 1913 | Associação de Professores                  | Curitiba     | Professores do Paraná                     |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A atividade isolada dessas sociedades e escolas, nas diferentes localidades do Rio Grande do Sul, não estavam necessariamente ancoradas em iniciativas mais amplas de organização. Somente a partir do início do século XX houve uma

<sup>202</sup> KŁOBUKOWSKI, Stanisław. *Wspomnienia z podróży po Brazylii, Argentynie, Paragwaju, Patagonii i ziemi ognistej*. Lwów: Nakładem Gazety Handlowo - Geograficznej. Z drukarni W. A. Szykowskiego, 1898.

preocupação maior com esses processos mais amplos, como a fundação de associações de sociedades, iniciados por lideranças que atuavam em Curitiba, no estado do Paraná. (GŁUCHOWSKI, 2005).

Na revista *Gazeta Handlowo-Geograficzna*, de junho de 1897,<sup>203</sup> essas preocupações são expressas por correspondente que propõe o envio de alguns professores profissionais itinerantes que peregrinassem nas colônias, organizando o ensino e ensinando noções elementares para as crianças. Há também intenso apoio para a fundação de sociedades e associações que pudessem dar maior assistência ao ensino nas colônias. De acordo com Głuchowski (2005, p. 168), em setembro de 1899, foi criado em *Lwów* o Departamento de Educação na Sociedade Comercial e Geográfica. O objetivo era dar apoio às escolas espalhadas pelas diversas colônias, para que mantivessem o apreço à *polonidade*, além de fornecer professores, manuais, livros e material didático. Durante as duas primeiras décadas outras associações e sociedades foram organizadas, todas com duração efêmera. Não necessariamente alcançaram uma projeção nacional de destaque, porém, eram iniciativas étnicas que visavam a organizar a educação. A escola constituiu-se como um importante aspecto da manifestação da etnicidade polonesa no Rio Grande do Sul, juntamente com a formação de diferentes associações e sociedades da imigração.

A organização de escolas no Rio Grande do Sul pelos imigrantes e descendentes de poloneses permaneceu, até 1920, como uma iniciativa isolada das sociedades e comunidades étnicas. A necessidade de escolarização das novas gerações de imigrantes e descendentes instalados no estado permitiu que, em diferentes regiões esse processo fosse constituído e ampliado por meio de um entendimento étnico. Esse sentido foi, ao longo do tempo sendo aperfeiçoado e transformado, constituindo uma cultura escolar específica de acordo com a transformação e produção de uma *polonidade*. Esta cultura escolar foi organizada de forma avulsa ao longo dos primeiros anos de fixação dos colonos nos lotes coloniais, embora sempre houvesse o interesse para organizar-se mais amplamente e de forma mais efetiva, importando para a congregação do maior número possível de sociedades.

---

<sup>203</sup> *Gazeta Handlowo-Geograficzna* junho de 1897, ano II n° 2, exemplar fotocopiado. Acervo Sociedade Polônia. Porto Alegre – RS.



### 3.1.1 Sobre a educação escolar étnica polonesa no Rio Grande do Sul a partir de 1929

O processo escolar estava relativamente ligado ao processo de implantação de imigrantes poloneses em colônias de diferentes municípios do Rio Grande do Sul. Naquele tempo, eram poucas as extensões de terras que poderiam ainda acolher maiores levas de imigrantes ou que pudessem concentrar grandes contingentes de mesma nacionalidade. Segundo o presidente da Federação das Sociedades Polonesas no Rio Grande do Sul, Józef Kобрzyński, houve apenas algumas regiões com colônias nos municípios de Erechim e Santa Rosa, Palmeiras das Missões e Nonoai que ainda poderiam receber imigrantes. Dizia o presidente que a base da economia do estado era a criação de gado e agricultura.<sup>204</sup>

Segundo Josef Stemler, em discurso proferido no Primeiro Congresso dos Poloneses do Exterior, a organização de instituições étnicas deveria delimitar algumas propostas e resoluções sobre a educação escolar e pré-escolar para a imigração polonesa no Brasil.<sup>205</sup> A questão principal destacada era a criação de uma ação básica e geral para a Educação, nos destinos de emigrantes. Ressaltava-se um trabalho cultural pedagógico, mais proveitoso para o processo educacional para os compatriotas do exterior. Uma das primeiras resoluções propostas era que deviam ser criadas organizações educacionais em áreas específicas, com o auxílio do governo polonês. A segunda resolução vinha ao encontro de que a Educação Infantil seria obrigatória para as crianças desde a tenra idade, investindo na aprendizagem formal da língua polonesa, tanto para crianças polonesas fronteiriças quanto para crianças em países distantes.<sup>206</sup> Apesar das dificuldades, as intenções e a resolução favoreciam a criação de um programa de trabalho cultural de ensino e promoção da *polonidade*. O esforço organizacional proporcionaria condições para que os jovens pudessem cultivar a língua e as tradições polonesas ao redor do mundo, preparando o influxo de líderes e gestores comprometidos com um relacionamento “espiritual com a Polônia”.

---

<sup>204</sup> Józef Kобрzyński - Stan i sprawy wychodźstwa w stanie Rio Grandę do Sul w Brazylia – In: Skrót Referatu. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa, 1929, p. 146.

<sup>205</sup> Józef Stemler - Wychowanie przedszkolne i szkolnictwo polskie zagranicą. In: Skrót referatu, Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa, 1929, p. 219.

<sup>206</sup> *Idem*.

Papel proeminente desenvolveria o clero com as escolas paroquiais, onde a cultura e o aprendizado da religião católica, ensinada em polonês, manteriam a cultura da *polonidade*, no apreço dos valores da pátria de origem, um esforço para defender as condições culturais que deram origem às paróquias, igrejas e escolas polonesas. Instituições polonesas centralizadoras deveriam disseminar a consciência de que o investimento nos valores espirituais eram tão necessários quanto os esforços para suprir a existência da vida, necessitando, nesse sentido, o devido investimento para estes fins.<sup>207</sup> A educação escolar deveria estabelecer princípios para que os jovens poloneses do Exterior pudessem disfrutar do bens morais e materiais, buscando inclusive fundar internatos. Enfim, as resoluções reforçavam que o investimento de cada centavo na educação dos filhos facilitaria a ascensão dos muitos jovens na escala social, com qualificação para o trabalho e para a vida. O orgulho da origem polonesa deveria ser incentivado juntamente com o desenvolvimento de habilidades mentais para o benefício dos países em que habitassem e para a glória da nação polonesa.<sup>208</sup>

A escolarização polonesa se desenvolveu bem, e no ano de 1929, havia 98 escolas primárias, quatro escolas com ensino secundário e 110 sociedades que organizavam a vida social e cultural dos poloneses, e cerca de sessenta círculos de jovens.<sup>209</sup> Em artigo para periódico de imprensa da Liga Marítima e Colonial do ano de 1931, o professor e instrutor de ensino, Rudolf Papla, informava que no Rio Grande do Sul havia 101 escolas com 3.573 alunos e 114 professores.<sup>210</sup> A principal instituição que abrangia as sociedades polonesas no Rio Grande do Sul era a Federação das Associações Polonesas, com sede em Porto Alegre e tinha como principal órgão de imprensa o bissemanário *Echo Polski*.<sup>211</sup> No entanto, apesar de existir um número razoável de escolas, dizia Józef Kobjrzyński que as atividades de ensino não desempenhavam maior abrangência, devido à falta de professores qualificados e um esforço maior em manter a escola.

---

<sup>207</sup> *Idem*.

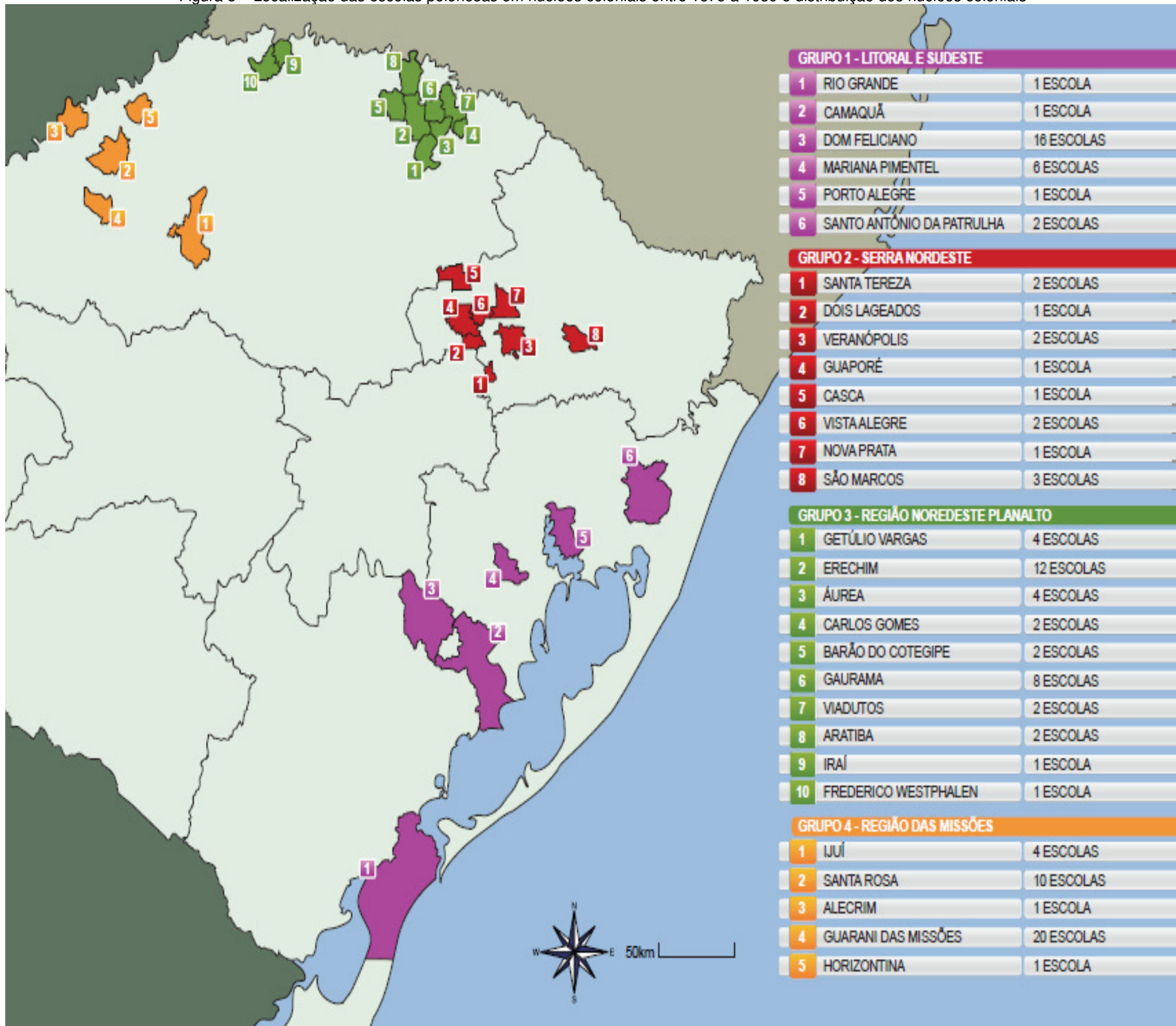
<sup>208</sup> Pamiętnik I-go zjazdu Polaków z zagranicy. Rada organizacyjna Polaków z zagranicy. Warszawa-Poznań-Kraków. 14-21 lipiec 1929, p. 219-221.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>210</sup> Rudolf Papla - Polacy w Rio Grande do Sul (Brazylia) Porto Alegre, 12/6/1931. In: Morze, organ liga morskiej i kolonialnej. Z dodatkiem „Pionier Kolonialny” w tekście. R. Zeszyt 8, Sierpień 1930 r., s. 23.

<sup>211</sup> *Idem*.

Figura 5 – Localização das escolas polonesas em núcleos coloniais entre 1875 a 1939 e distribuição dos núcleos coloniais



Fonte: Malikoski (2014, p. 121).

Na imagem anterior, estão representadas as regiões do Rio Grande do Sul e suas respectivas escolas, de acordo com a legenda de cores e números com os municípios onde existiram escolas dos imigrantes poloneses. As maiores concentrações de escolas estão representadas no Norte e na região das Missões, com destaque para a região de Erechim e Guarani das Missões, onde havia maiores concentrações de escolas étnicas. Estes dados sobre a escolarização em 1929, refletem o desenvolvimento escolar no estado, até 1938. No entanto, apesar de existir um bom número de escolas, a compulsão do ensino não era cumprida no Brasil e não havia professores qualificados suficientes para as escolas, colocando o nível de ensino abaixo do esperado.

### 3.2 REDES DE SOCIABILIDADE ORGANIZADAS PELA IMIGRAÇÃO POLONESA

Os primeiros esforços, no sentido de condução da etnicidade resultaram na formação dos primeiros espaços de convívio e sedimentação de uma cultura étnica, como as primeiras capelas e sociedades, bem como pelos esforços de busca pela concentração do convívio social em espaços de sociabilidade. Estas instituições estavam organizadas social e culturalmente em redes de sociabilidade mantidas e frequentadas por indivíduos deste grupo étnico. A organização de instituições étnicas fora importante para a propagação e manutenção de uma cultura trazida com os imigrantes, porém, transformada e atualizada nos espaços culturais de inserção, com inferências decisivas tanto das instâncias governamentais polonesas, na promoção da cultura étnica entre os imigrantes que aqui estavam, quanto, dos processos nacionalizadores no que pesava o nacionalismo polonês.

As primeiras sociedades e associações estavam dentre esses espaços formalizados de convívio, que influenciaram o destino e a formatação do conteúdo étnico com ingerências nos rumos da etnicidade e formação dos espaços culturais. No Rio Grande do Sul, as primeiras sociedades são formadas em diferentes municípios, tendo como prerrogativa a organização da escolarização.<sup>212</sup>

---

<sup>212</sup> Desde a vinda dos primeiros grupos de imigrantes poloneses para o Rio Grande do Sul, diferentes sociedades organizavam suas escolas com a finalidade de promover ensino elementar nos núcleos de concentração de famílias desses imigrantes. Esse processo inicia-se com a organização de espaços improvisados, na casa de pessoas mais instruídas ou mesmo em algumas capelas, que eram utilizadas como espaço de ensino. A partir de 1896, o ensino começa

É importante ressaltar que, com o término da Primeira Guerra Mundial, após a independência da Polônia, a organização social dos imigrantes poloneses estava difundida em diferentes municípios do Rio Grande do Sul. Diferentes fontes, que registram a organização social dos imigrantes poloneses no estado, como livros de atas e protocolos anteriores a 1918,<sup>213</sup> confirmam que havia uma importante rede de socialização entre o grupo étnico dos imigrantes poloneses, representada pelas sociedades e associações.

Conforme anotações gerais do Cônsul polonês Kazimierz Głuchowski no Brasil, em publicação de 1927, eram raros ou inexistentes os lugares que não possuíam uma sociedade com finalidades escolares. Essas sociedades estavam filiadas a duas organizações centrais principais, fundadas posteriormente à Primeira Guerra Mundial em Curitiba: a *Kultura* e a *Oświata*.<sup>214</sup> No quadro a seguir, estão as escolas pertencentes para cada associação, no ano de 1924. Nota-se que a maior parte das escolas estava filiada à associação *Kultura*, com 22 escolas, enquanto a *Oświata* possuía apenas seis escolas filiadas.

Quadro 10 – Número de escolas por município, associações pertencentes, alunos e professores em 1924.

| Municípios        | Kultura | Oświata | Isoladas | Total | Alunos poloneses | Outros | Professores | Inativas |
|-------------------|---------|---------|----------|-------|------------------|--------|-------------|----------|
| Erechim           | 15      | -       | -        | 15    | 373              | -      | 13          | 2        |
| Ijuí              | -       | -       | 2        | 2     | 104              | -      | 2           |          |
| S. Ângelo/Guarani | 3       | 5       | 8        | 16    | 683              | 11     | 17          |          |

a ser melhor organizado com a formação e formalização das primeiras sociedades étnicas polonesas, no Rio Grande do Sul. Sendo assim, temos os primeiros registros de organização das primeiras sociedades, com a finalidade de organizar escolas étnicas dos imigrantes poloneses. Sobre a escolarização dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, anterior à independência da Polônia, consultar Malikoski (2014).

<sup>213</sup> Livros de Ata e Protocolo da Sociedade Polônia em Porto Alegre, Sociedade de Lageado Valeriano, na região de Erechim, Sociedades de Ijuí e Guarani das Missões. Arquivos NPH – UFRGS – Acervo Gardolinski; Arquivo da Sociedade Polônia e Museu Municipal de Áurea.

<sup>214</sup> Silva (2019) destaca que as associações foram espaços efetivos na representação de *polonidade(s)*. A realidade étnica foi configurada de acordo com a mobilização cultural destas entidades na diáspora, a fim de delimitar o pertencimento nacional na coesão do grupo étnico, em torno da Polônia reunificada. As associações representam a união de dois discursos distintos: a *Oświata* recordando as raízes históricas do catolicismo na Polônia, como o batismo, e a *Kultura*, retomando o debate político e ideológico da cultura intelectualizada.

|                             |    |   |    |    |      |    |    |  |
|-----------------------------|----|---|----|----|------|----|----|--|
| Guaporé                     | -  | - | 3  | 3  | 93   | 27 | 3  |  |
| Porto Alegre/ Dom Feliciano | 3  | - | -  | 3  | 142  | -  | 3  |  |
| Camaquã                     | -  | - | 1  | 1  | 23   | -  | -  |  |
| Rio Grande                  | 1  | - | -  | 1  | 50   | -  | 1  |  |
| Encruzilhada                | -  | 1 | 6  | 7  | 264  | -  | 7  |  |
| Total                       | 22 | 6 | 20 | 48 | 1732 | 38 | 46 |  |

Fonte: Gluchowski (1928/2005, p. 2020).

A associação *Kultura* de cunho progressista teve sua fundação no dia 28 de março de 1921, reunindo sociedades com o nome oficializado de União das Sociedades Polonesas *Kultura*. Dentre seus objetivos estavam centralizar escolas e sociedades numa organização mais ampla; melhorar o processo de ensino étnico; organizar bibliotecas, organizar a formação de professores, bem como promover o aperfeiçoamento da organização das centenas de sociedade que estavam em funcionamento no Brasil.<sup>215</sup>

Quadro 11 – Instituições étnicas polonesas filiadas à Associação *Kultura* no Rio Grande do Sul publicados em 1927.

| Nome                     | Localidade            | Tipo    | Sóc. | Patrim.  | Fund. |
|--------------------------|-----------------------|---------|------|----------|-------|
| 44. Soc. José Piłsudski  | Barro – Erechim       | Escolar | 25   | 6 Contos | 1920  |
| 45. Soc. Vicente Witos   | Capoerê – Erechim     | Escolar | 15   | 3 Contos | 1922  |
| 46. Tadeu Kościuszko     | Floresta – Erechim    | Escolar | 20   | 4 Contos | 1915  |
| 44. Soc. José Piłsudski  | Barro – Erechim       | Escolar | 25   | 6 Contos | 1920  |
| 45. Soc. Vicente Witos   | Capoerê – Erechim     | Escolar | 15   | 3 Contos | 1922  |
| 46. Tadeu Kościuszko     | Floresta – Erechim    | Escolar | 20   | 4 Contos | 1915  |
| 47. José Poniatowski     | Treze de Maio         | Escolar | 36   | 5 Contos | 1919  |
| 48. Progresso e Cultura  | Dourado               | Escolar | 32   | 3 Contos | 1919  |
| 49. "Zorza" (Aurora)     | Dourado               | Escolar | 12   | 3 Contos | 1919  |
| 50. Piast                | Dourado               | Escolar | 12   | 1 Conto  | 1920  |
| 51. Avante               | Caçador               | Escolar | 32   | 1 Conto  | 1919  |
| 52. Tadeu Kościuszko     | Baliza                | Escolar | 12   | -        | 1922  |
| 53. S. Estanislau Kostka | Rio do Peixe          | Escolar | 15   | -        | 1919  |
| 54. Soc. José Piłsudski  | Erechim – Km 13       | Escolar | 21   | 5 Contos | 1919  |
| 55. Colono               | Erechim – Boa Vista   | Escolar | 14   | -        | 1922  |
| 56. Soc. José Piłsudski  | Erechim – Três Vendas | Escolar | 12   | 2 Contos | 1922  |
| 57. Oświata              | Rio do Peixe          | Escolar | 27   | -        | 1915  |
| 58. Soc. João Sobieski   | Guarani, Cedro        | Escolar | 27   | 2 Contos | 1912  |

<sup>215</sup> Estatutos da Sociedade *Kultura*. In: Wachowicz (2002, p. 54).

|                       |                     |         |     |            |      |
|-----------------------|---------------------|---------|-----|------------|------|
| 59. S. Isidoro        | Guarani – II Seção  | Escolar | 15  | 2 Contos   | 1917 |
| 60. Tadeu Kościuszko  | Guarani – Paranaguá | Escolar | 36  | 5 Contos   | 1916 |
| 61. Soc. Agrícola     | Mariana Pimentel    | Escolar | 20  | 2 Contos   | 1904 |
| 62. Soc. Águia Branca | Rio Grande          | Escolar | 107 | 40 Contos  | 1896 |
| 63. Tadeu Kościuszko  | Porto Alegre        | Escolar | 55  | 50 Contos  | 1900 |
| 64. Soc. Águia Branca | Porto Alegre        | Escolar | 75  | 100 Contos | 1904 |

Fonte: Głuchowski (2005, p. 154 - 155).

O quadro anterior indica em números as diferentes sociedades nos núcleos de imigração polonesa no Rio Grande do Sul, que estavam filiadas à *Kultura*, bem como a finalidade desenvolvida pela sociedade, nome, localização, quantidade de sócios e o patrimônio social publicados em 1927 pelo Cônsul Kazimierz Głuchowski. Observa-se como característica importante a finalidade escolar dessas instituições étnicas.

Dentre as atividades relevantes desempenhadas pela associação, em relação ao ensino das comunidades étnicas polonesas, estavam a organização de escolas, cursos de formação de professores e a produção e publicação de livros didáticos. Além do desenvolvimento dessas ações, a *Kultura* buscava estabelecer estreitamento das relações com o governo polonês que envia professores profissionais para orientar o funcionamento desta associação.<sup>216</sup> A ação da *Kultura* foi importante para elevar o nível de ensino escolar étnico no Rio Grande do Sul, seja pela organização de cursos de professores, ou então pela edição de livros e organização de bibliotecas.

Porém, devido a *Kultura* possuir um entendimento do sentido da *polonidade* mais ligado ao ativismo social e por se tratar de uma associação leiga de cunho progressista, em que os preceitos religiosos não eram considerados importantes, na condução das atividades organizacionais étnicas, não demoraram para surgir atritos e disputas diretamente com o clero, que compreendia que a religiosidade era uma instância fundante para a mobilização e organização da vida nas comunidades polonesas. As sociedades deveriam estar atreladas ao espírito do catolicismo.

Neste sentido, em contraposição a *Kultura*, fundou-se no dia 11 de dezembro de 1921 a Associação das Sociedades e Escolas Católicas Polonesas

<sup>216</sup> Sobre o assunto ver Malikoski (2018). Silva (2019) mobilizou importantes fontes para analisar as atividades da *Kultura* e da *Oświata*.

*Oświata*. Conforme seus estatutos registrados no ano de 1923,<sup>217</sup> a finalidade da *Oświata* era a difusão do ensino, promovendo ações em relação ao desenvolvimento material e espiritual dos associados.

Dentre os principais objetivos da Associação *Oświata*, também estavam a formação de professores, a produção e publicação de livros didáticos, bem como a organização de bibliotecas e círculos de leitura. A *Oświata* disponibilizava para os sócios em uma biblioteca central 3.217 obras, com livros de literatura, organização pedagógica e livros didáticos curriculares para as escolas étnicas.<sup>218</sup>

Os cursos de formação geralmente eram realizados nos períodos de férias e envolviam não só escolas e professores filiados à *Oświata*. Conforme Gardolinski (1977), desses cursos também participavam professores filiados à *Kultura*. As atividades da *Kultura* e da *Oświata* se somaram ao processo organizativo das escolas étnicas do Rio Grande do Sul, na mobilização étnica em torno da disputa pela imposição do discurso do entendimento de *polonidade*. Com a união da *Kultura* com a *Oświata* em 1930 foi dissolvida na formação e organização da Central dos Poloneses do Brasil. A *Oświata*, após desentendimentos com a organização do CZP, retoma suas atividades de forma autônoma. Após a Campanha de nacionalização, a associação mudou o nome para Federação Católica e funcionou até 18 de julho de 1943, quando encerrou suas atividades.<sup>219</sup> As redes amplas de sociabilidade dos imigrantes poloneses no Brasil, desenvolveram um importante trabalho de manutenção de diferentes tipos de polonidade.

### 3.3 CZP – UNIÃO CENTRAL DOS POLONESES DO BRASIL

As tentativas de mobilizar as ações étnicas centralizadas numa mesma instituição era um desejo ainda do início da organização das sociedades e comunidades dos imigrantes poloneses no Brasil, conforme atesta Głuchowski (2005). Porém, as desavenças entre orientações distintas acabavam melindrando quaisquer iniciativas na área organizativa das instituições étnicas, em uma

---

<sup>217</sup> Estatutos da União *Oświata* – Acervo do Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

<sup>218</sup> Lista de livros didáticos utilizados pela União das Sociedades e Escolas Polonesas *Oświata*. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR.

<sup>219</sup> Livro de Atas da Federação Católica. Ata de encerramento das atividades da Federação. APV – Curitiba – PR.



organização mais ampla. Para Wachowicz (1981), graças à interferência do consulado polonês, que buscou eliminar as divergências entre *Kultura* e *Oświata*, maiores associações organizavam a vida cultural étnica dos imigrantes poloneses na época. Foi criada em 1930 a União Central dos Poloneses no Brasil ou simplesmente CZP.<sup>220</sup> Essa entidade tinha a finalidade de eliminar as divergências entre *Kultura* e *Oświata*, buscando centralizar as atividades dessas duas instituições. A União Central dos Poloneses auxiliava as escolas no país que tivesse, em seus currículos, o ensino da Língua Polonesa, por meio de fundos provindos de doações e também de investimentos do governo da Polônia.

Segundo os editores do *Lud*, o Congresso da União Central dos Poloneses no Brasil, que ocorreu nos dias 22 e 23 de março de 1930,<sup>221</sup> marcou a Fundação da CZP, que retomou para si a responsabilidade de congregar os poloneses no Brasil. A necessidade de construção da União Central dos Poloneses no Brasil saiu fortalecida, após o envio de lideranças étnicas polonesas brasileiras ao Primeiro Congresso dos Poloneses no Exterior em Varsóvia, em 1929. A partir desse congresso a ideia de centralizar esforços na resolução de questões específicas começou a assumir formas reais. As queixas em relação à imigração polonesa no congresso estavam relacionadas à questão do período em que muitos poloneses ao chegarem ao Brasil não terem recebido o devido acompanhamento dos países que dominavam os territórios étnicos.

Forjar a própria existência era a questão de ordem de cada indivíduo, de cada família, como preocupação em um país ainda desconhecido. A organização de sociedades e associações amplas era uma necessidade também vislumbradas no sentido de satisfazer as necessidades de educação e organização étnica. Num primeiro momento, surgiam as primeiras sociedades, embora limitadas à ação de uma intelectualidade local ou *intelligentsia*,<sup>222</sup> que mobilizavam o sentido comunitário. Na fundação das primeiras sociedades e associações, não havia um apoio organizado ou institucionalizado. As sociedades eram organizadas com a

---

<sup>220</sup> Sigla em polonês para Centralny Związek Polaków.

<sup>221</sup> Centralny Związek Polaków w Brazylii: faktem dokonany. In: *Lud*, Kurytyba, 29 marca 1930 r. p. 01. Arquivo dos Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

<sup>222</sup> No sentido de Bourdieu (1998) e Vieira (2008), de acordo com uma compreensão do sentido histórico, enquanto circulação e de apropriação de sentidos e funcionamento das estruturas de poder, sua profusão e disseminação, que regem e mobilizam o comportamento dos intelectuais.

finalidade de resolução dos problemas locais, pertencentes à ordem do contexto comunitário, como a edificação do prédio escolar ou construção da capela para as prédicas religiosas. As dificuldades atravessaram os anos, principalmente quanto à necessidade de proporcionar um ensino regular e ininterrupto, principalmente pela falta de um professor qualificado ou, então, de dinheiro para a manutenção deste, o que em muitos casos impedia o funcionamento das escolas. Outro fator foi a própria ignorância dos colonos a respeito da importância do ensino escolar, como acusa Głuchowski (2005), sendo um empecilho para que as escolas se desenvolvessem de forma satisfatória. Em alguns casos, havia crianças em idade escolar, prédio e professor e os filhos não eram enviados para a escola por seus pais.<sup>223</sup>

Dentre as questões da CZP, consideradas como urgentes, para satisfazer as necessidades da colônia polonesa, estavam também as questões agrícolas, como o excesso de produção e a pouca rentabilidade ou, ainda, as formas mais apropriadas de conduzir uma agricultura mais racional e que avançasse o patamar de subsistência das propriedades.<sup>224</sup>

As aspirações das sociedades escolares e agrícolas isoladas, de manterem organizações conjuntas, era uma necessidade no sentido de estabelecer a direção de esforços dispersos, bem como construir relações e contatos entre organizações num escopo de ação mais amplo. O pós-guerra em 1920, trouxe uma nova perspectiva no campo organizativo étnico dos imigrantes poloneses no Brasil, com a organização de associações como a *Kultura*, de tendências progressistas e antirreligiosas, e em 1921, a organização da *Oświata*, justamente de tendência religiosa. Associações estas que buscaram estabelecer um programa único de organização das sociedades e demais entidades étnicas polonesas, visando a agregar em torno de si mesmas o movimento organizacional étnico, buscando difundir um sentido específico de *polonidade*. Em conjunto com essas iniciativas, foram organizadas justamente em Curitiba outras associações com fins de congregar interesses, tais como União de Juventude, Associação de Educação Física *Junak*, Associação de Professores e Associação de Agricultores que estavam em certo sentido inseridos nos programas da *Oświata* e da *Kultura*.

---

<sup>223</sup> Ver também Cuber (1898).

<sup>224</sup> Ver diferentes autores que abordam as questões econômicas do imigrante polonês, como Wachowicz (1970) e Ianni (2005), bem como a extensa documentação consular sobre os colonos poloneses no Brasil.

No entanto, ambas as associações não abarcavam um conjunto qualificado de esforços, uma vez que cada organização defendia o seu programa no campo organizacional. Para fins de manifestação sobre as questões organizativas, as associações formavam suas comissões para estabelecer seus pontos de vista sobre questões que importavam para toda a vida organizacional polonesa, sempre partindo de um ponto de vista unilateral. Este processo muito delimitado pelos programas que seguiam produzia discussões sobre a necessidade de se estabelecer a unidade organizacional baseada nas questões de importância geral. A questão de ordem do momento era o progresso e a prosperidade dos poloneses no Brasil e o estreitamento de relações com a “pátria” polonesa. Mesmo o estatuto da União Central dos Poloneses no Brasil previa que o objetivo da instituição era agrupar, numa organização central, todas as sociedades e os grupos poloneses, e pessoas de origem polonesa no Brasil, fim de desenvolver e elevar o nível da vida cultural, educacional e econômica, trabalhando para a satisfação das necessidades espirituais, como também para a manutenção do estreito contato com o país de origem, no caso a Polônia.<sup>225</sup>

Embora muitas associações nos distintos rincões gaúchos permanecessem indiferentes às ações empreendidas por essas associações mais amplas, como podemos atestar pela análise do censo individualizado<sup>226</sup> das escolas étnicas polonesas, organizado pelo consulado polonês e pela própria CZP. Na região norte do Rio Grande do Sul, de 19 escolas analisadas, apenas duas estavam efetivamente filiadas à central e apenas uma recebia subvenções da instituição, no valor de 50 mil réis. Esse dado sugere uma certa autonomia das escolas em referência ao campo de ação e desenvolvimento do ensino.

No Rio Grande do Sul, segundo relatório do consulado polonês de 1937, a contribuição para a manutenção das escolas pelo CZP era de 12%. Todas as escolas da *Kultura* passaram a fazer parte da CZP, enquanto que as da *Oświata* permaneceram por um período breve, passando a funcionar novamente de forma independente. No estado gaúcho, apesar do auxílio financeiro prestado pela CZP, a maior fonte de manutenção das escolas étnicas polonesas continuava a ser dos

---

<sup>225</sup> AAN-MSZ n° 10794, p. 63.

<sup>226</sup> Sprawozdanie Szkolne z rok 1937. Os dados apresentados dos relatórios baseiam-se nas cópias que se encontram no Museu de Áurea – RS, complementados pela compilação de Wachowicz (2002).

colonos, seguida das subvenções municipais e estaduais. Segundo o mesmo relatório, no ano de 1937, a manutenção das escolas estava assim dividida:

Quadro 12 – Fonte de manutenção das escolas no Rio Grande do Sul em 1937

| <b>Fontes</b>         | <b>Porcentagem</b> |
|-----------------------|--------------------|
| Colonos               | 51,5               |
| Subvenções municipais | 29                 |
| Subvenções estaduais  | 7,5                |
| CZP                   | 12,5               |

Fonte: Wachowicz, 2002.

As subvenções municipais tornaram-se uma importante fonte para a manutenção das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, aliadas a subvenções estaduais. Esse processo foi sendo aperfeiçoado a partir de 1920, quando a manutenção das escolas, de modo geral, começou a contar com a subvenção do estado. Porém, as disparidades na manutenção das escolas podem ser observadas em alguns relatórios, sendo que algumas escolas permaneciam ainda funcionando somente por meio das mensalidades dos colonos. Nos relatórios<sup>227</sup> individualizados das escolas, percebe-se que as contribuições variavam de sociedade para sociedade. Algumas despendiam, às vezes, 70\$000 réis para a manutenção da escola e do professor, provenientes apenas das mensalidades dos colonos. Já em outras, o montante do valor disponibilizado era de 250\$000 réis, resultado das mensalidades dos colonos, somando-se ainda as subvenções municipais e a contribuição da CZP. A questão da manutenção, em algumas escolas, permanecia ainda precária, principalmente nas que eram mantidas apenas pelas contribuições dos colonos. Entretanto, devido a uma melhor organização do processo escolar das escolas étnicas no Rio Grande do Sul, por organizações sediadas em Curitiba, no Paraná, as décadas de 1920 – 30 representaram a época de maior desenvolvimento do sistema de ensino étnico do grupo polonês.

No entanto, a organização de uma associação central para congregar todas as instituições étnicas do país era uma necessidade, enquanto organização que disporia sobre a relação entre os contingentes étnicos poloneses do Brasil e as

---

<sup>227</sup> *Ibidem.*

instâncias governamentais brasileiras e polonesas. Em artigo do jornal bissemanário *Lud*, Władysław Neumann diz que os que presenciaram os insucessos das tentativas de concentrar as instituições polonesas em uma organização central viam esta iniciativa com certa reserva, havendo inclusive descrenças no sucesso de tal empreendimento. Outros, no entanto, avaliavam como sendo o momento mais propício de formação de uma associação ampla, concentrando-se nos benefícios para a colonização polonesa no Brasil.<sup>228</sup> Conforme Neumann, na vizinha Argentina e no Uruguai, após período de discussões havia sido criada a Federação das Sociedades e Organizações Nacionais Polonesas. Nos Estados Unidos da América, havia a União Católica Romana-Polonesa e a União Nacional que reuniam diferentes sociedades e associações menores. Segundo o autor, na França onde existiam em torno de oitocentos mil imigrantes poloneses, não havia quaisquer iniciativas de organização central e apenas as instituições da Alemanha estavam concentradas em uma organização central.<sup>229</sup> Enquanto isso, no Brasil funcionavam diferentes sociedades e associações, como a *Oświata*, que agrupava em torno de setenta instituições. A *Kultura* era uma das associações com maior número de filiados. A Associação dos Professores desenvolveu rapidamente, congregando professores de sociedades em diferentes municípios do Brasil. Em Porto Alegre, a União das Associações Polonesas do Estado Rio Grande do Sul congregava diferentes sociedades, buscando direcionar ações organizativas nas colônias do estado. Porém, na avaliação do autor, o fato é que nenhuma organização ampla teria suprido as necessidades de unidade da comunidade polonesa no Brasil.<sup>230</sup> Todas as tentativas eram limitadas à algumas atividades pontuais, e a criação de uma organização ampla deveria ser preparada com prudência. O autor avalia o estatuto da União Central dos Poloneses como algo não muito claro, em relação à religião, especialmente no campo da educação. Para o autor, a maioria das comunidades polonesas se apoiava nos princípios da Igreja Católica, pois não bastava o estatuto de forma genérica afirmar que as crenças pessoais seriam

---

<sup>228</sup> Neumann, Władysław. Wokół „Centralnego Związku Polaków w Brazylii”. In: *Lud*, Kurytybie, 22 Marca 1930 r. Arquivo dos Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

<sup>229</sup> *Idem*, s. 4

<sup>230</sup> Neumann, Władysław. Wokół „Centralnego Związku Polaków w Brazylii”. In: *Lud*, Kurytybie, 22 Marca 1930 r. Arquivo dos Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

respeitadas. Assim como a escola era importante para a Polônia Brasileira, igualmente a Igreja estaria no mesmo patamar de importância<sup>231</sup>.

Na edição do dia 29 de março de 1930 do jornal *Lud*, o artigo principal em primeira página dizia que o dia 23 de março daquele ano foi escrito com letras douradas, como o dia da reconciliação e defesa na *polonidade* em terras brasileiras.<sup>232</sup> Apesar de ser um desejo antigo, a União dos Poloneses do Brasil era um fato consumado. Isto teria acontecido como um despertar para a necessidade de unir os poloneses do Brasil em uma mesma organização, sem supostos anseios ambiciosos, competindo internamente entre si. Porém, os ditos anseios e as competições internas sobressaíram-se na condução dos processos organizacionais, pelo fato de que, apesar de no discurso incorrer uma certa homogeneização de objetivos, a própria organização *Oświata*, representada pela Igreja católica, permaneceu na CZP por apenas dois anos, desenvolvendo posteriormente suas atividades de forma autônoma novamente. O periódico *Gazeta Polska w Brazylii* dizia que à frente da tarefa de unir os poloneses no Brasil, estavam pessoas competentes incentivadas para trabalharem juntas pelo então Cônsul polonês Kazimierz Downarowicz.<sup>233</sup> Com diferentes delegados representando sociedades de todo o Brasil, os trabalhos foram começados ainda no sábado dia 22 de março, com discursos de lideranças como Szymon Kossobudzki e Konrad Jeziorowski. Foi eleito como primeiro presidente Jan Grabski, que, posteriormente, no período da nacionalização, teria colaborado com os militares. Cita o referido periódico que no domingo foram discutidos o estatuto da CZP e que, após a terceira leitura, foram adotadas algumas emendas religiosas, sem deter-se sobre quais seriam essas emendas.<sup>234</sup> Enquanto o periódico *Lud* dava relevância ao assunto, em diferentes edições semanais, o periódico *Gazeta Polska w Brazylii* pouca atenção deu ao fato da constituição da organização da CZP.

---

<sup>231</sup> *Idem*. p. 01.

<sup>232</sup> Centralny Związek Polaków w Brazylii: faktem dokonany. In: *Lud*, Kurytyba, 29 marca 1930 r. p. 01. Arquivo dos Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

<sup>233</sup> *Gazeta Polska w Brazylii*. Kurytyba, Czwartek dni. 3 kwietnia 1930 r. p. 03.

<sup>234</sup> O primeiro conselho da nascente instituição seria formado então pelo jurista Jan Grabski, o Padre Jan Pałka, o instrutor de ensino Michał Sekuła, p. Lachowski, Sr. Aleksander Matuszewski, Sr. Jan Ficiński e Sr. Roman Wachowicz. *Gazeta Polska w Brazylii*. Kurytyba, Czwartek dni. 3 kwietnia 1930 r. p. 03.

O surgimento da CZP tinha como principal objetivo organizar a imigração polonesa em uma instituição centralizada no Brasil. Mesmo o governo polonês entendia que a instituição atuaria em favor dos interesses econômicos da Polônia. O Brasil de proporções territoriais importantes, possuía muitos recursos naturais, sendo considerada a terra do futuro, inclusive como mercado para produtos da indústria polonesa, embora houvesse o entendimento de que a indústria nacional brasileira não supria a demanda interna de produtos industrializados.<sup>235</sup>

Os esforços de constituir uma organização central visavam a elevar o nível das escolas elementares; organizar escolas secundárias; formar cooperativas agrícolas e industriais e profissionalização nas comunidades, além de outras iniciativas que visassem a melhoria à existência do grupo étnico polonês. A gama de atividades consideradas urgentes para a imigração polonesa fundamentava a necessidade de organização de uma entidade que representaria legalmente a Polônia brasileira às autoridades locais, como também a manutenção das relações com entidades imigratórias na Polônia e como a União dos Poloneses no Exterior.

### 3.3.1 Instrutores de ensino

Anteriormente à formação da CZP, professores profissionais circularam pelos núcleos de imigração polonesa no Brasil, com a finalidade de organização do ensino. Uma das primeiras necessidades apresentadas para as instâncias organizativas na Polônia, no sentido de manutenção da *polonidade* e, como consequência, da nacionalidade polonesa, foi o envio dos chamados instrutores de ensino. Estes percorriam os diferentes núcleos buscando organizar escolas, fundar sociedades e estabelecer contatos diretos com o contingente étnico e suas organizações. Dentre os objetivos desses instrutores estava a tarefa de elevar o nível educacional das escolas étnicas e estimular a vida social entre os contingentes da etnia polonesa. Alguns desses instrutores, atuavam em períodos de férias.

As ações dos instrutores no Rio Grande do Sul compreendiam desde a organização das escolas e seus programas, bem como a organização de curso de

---

<sup>235</sup> Neumann, Władysław. Wokół „Centralnego Związku Polaków w Brazylii”. In: Lud, Kurytybie, 22 Marca 1930 r. Arquivo dos Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

formação professores em diferentes localidades. Tiveram um papel de destaque na condução e organização do ensino étnico, alinhados com a política oficial do Ministério das Relações Exteriores da Polônia. Muitos desses instrutores atuavam no consulado polonês em Curitiba e nas instituições mais amplas dos imigrantes poloneses, tais como o Junak, a CZP e a Associações do Professores Poloneses do Brasil e, no Rio Grande do Sul, nas sociedades de aglomerações étnicas polonesas mais importantes, em Guarani das Missões, Erechim e Porto Alegre. No ano de 1929, foram encaminhados para o Rio Grande do Sul alguns instrutores de ensino. Dois desenvolveram atividades em Porto Alegre, um em Guarani das Missões e um em Erechim. Além das atividades organizativas, publicavam livros didáticos e contribuía com diferentes periódicos da imprensa étnica na Polônia e nos Estados Unidos.

Konstant Lech, um dos instrutores de ensino enviado da Polônia, dizia que a educação polonesa no Brasil estava organizada pela União Central dos Poloneses (CZP), que desenvolvia um papel efetivo na organização da vida escolar e social dos imigrantes poloneses. Junto à CZP havia o Departamento de Educação que organizava o processo de ensino e traçava as diretrizes para o ensino nas escolas étnicas polonesas. Um dos primeiros passos foi a aprovação de um estatuto geral para o processo de ensino. Importante é destacar que o estatuto previa que em todas as cidades do Brasil, onde houvesse maior número de famílias polonesas, deveriam ser organizados Jardins de Infância para as crianças. A tarefa desses Jardins de Infância era fazer com que as crianças se acostumassem com a Língua Polonesa na vida cotidiana. No período, a responsável pelo desenvolvimento do ensino pré-escolar era a instrutora da Polônia Bárbara Hesslowa, especialista em puericultura, que atuava no departamento de Educação da CZP. Os Jardins de Infância eram em número de nove, sendo atendidas 303 crianças no Paraná. Os educadores para os Jardins de Infância eram formados no colégio secundário de Curitiba, passando por treinamentos para professores do Ensino Elementar. A ideia era que os Jardins de Infância fossem estabelecidos em diferentes cidades onde houvessem contingentes étnicos poloneses.<sup>236</sup>

---

<sup>236</sup> Konstant Lech na Seção pré-escolar no Conselho Organizacional dos Poloneses do Exterior. *In: Wychowanie Przedszkolne, Rok X, n 6º, 1934, p. 188.*



### 3.4 FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES POLONESAS DO RIO GRANDE DO SUL

Em relação às redes de socialização no estado, a Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul representa a instituição mais abrangente e melhor organizada que funcionou durante 1938, apesar dos decretos nacionalizadores. Foi fundada depois da assembleia dos dias 15 e 16 de janeiro de 1927, com a presença de delegados representantes de diferentes organizações étnicas do estado. Conforme os estatutos publicados em 1931, o objetivo era congregar todas as sociedades existentes no Rio Grande do Sul e representar todas as colônias e sociedades em regiões rurais e urbanas.<sup>237</sup> A organização trabalhava na edição de periódicos em Língua Polonesa, distribuídos nos núcleos, além de representar os interesses de organizações étnicas junto às autoridades e de representar interesses das associações mais amplas de Curitiba, com alinhamento ideológico mais progressista, ligada à *Kultura*. A partir da organização da CZP, passa a integrar o quadro associativo desta organização central polonesa de Curitiba.

Segundo o professor Piotr Lisowski, que desenvolveu suas atividades na região de Erechim e no Município de Palmeiras das Missões, em artigo encaminhado ao semanário *Gazeta Polska w Brazylii*, afirma em 1938, que a Federação das Sociedades Polonesas do Rio Grande do Sul durante 11 anos desenvolveu intensamente suas atividades, de acordo com as necessidades dos imigrantes poloneses nos campos social, cultural e organizacional. Conclamava para que os conselhos dos distritos e das sociedades individuais enviassem seus delegados para apresentar as necessidades das colônias.<sup>238</sup> Na imagem a seguir, tem-se os delegados de diferentes sociedades da capital e do interior do Rio Grande do Sul que participaram da fundação dessa instituição. A federação buscava liderar

---

<sup>237</sup> Statut Związku Zrzeszeń Polskich w Rio Grande do Sul. Acervo Sociedade Polônia. Porto Alegre – RS. Os objetivos da federação era suprir as demandas de organização de diferentes regiões que não possuíam um acompanhamento sistematizado ou que estavam isoladas pela distância nas localidades do interior do Rio Grande do Sul.

<sup>238</sup> W Przededniu Konsolidacji Riograndeńskiej. Piotr Lisowski, B. V. da Erechim, w grudniu r. 1937. In: *Gazeta Polska w Brazylii*. Kurytyba – S. Paulo na niedziele dnia 2 stycznia, n. 1, 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR.

a colônia polonesa no estado, buscando satisfazer as necessidades importantes deste grupo étnico. Esse processo não era desenvolvido de forma linear, onde muitas sociedades continuavam a permanecer isoladas.

Figura 6 – Primeira Assembleia da Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 15/16 de janeiro de 1927



Fonte: Acervo da Sociedade Polônia, Porto Alegre – RS.

Em contraposição à Federação, considerada de orientação progressista por setores clericais em artigo do semanário *Lud*, em meados de janeiro de 1938 foi fundada a União Católica Polonesa do Rio Grande do Sul. A nova organização tinha como principal objetivo concentrar nos princípios católicos e nacionais todas as sociedades individuais do estado. Segundo a redação do *Lud*, a necessidade de organização era sentida por muitos anos, porém, grupos contrários ao catolicismo dificultavam o seu surgimento. No estado haveria quatro concentrações étnicas importantes, como Guarani das Missões, São Feliciano, Boa Vista do Erechim e Porto Alegre, além de outras concentrações menores. Havia um entendimento que as famílias católicas estavam vivendo distantes uma das outras. O centro do movimento organizacional naturalmente era Porto Alegre, por ser a capital do estado. Segundo o editor, as concentrações étnicas polonesas do interior estavam

“cheias de vida católica”, enquanto a colônia Porto-alegrense, em sua maioria, pouco se importava com os assuntos religiosos ou “até não gostava deles”.<sup>239</sup> Classificava que a Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul, não possuía a confiança completa das colônias. As acusações baseavam-se na orientação ideológica da federação e de sua incapacidade de congregar as organizações polonesas do Rio Grande do Sul. Em referência ao congresso da Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul (ZZP), que se realizou em janeiro de 1938, o jornal *Lud*, expõe as desavenças que sempre conduziram as querelas progressistas e clericais.<sup>240</sup>

Um grupo de esquerda de livre pensadores, com a velha confiança, inimigo da religião católica, incitando o sectarismo e sem a menor cerimônia começou a atacar a Igreja Católica e o clero. Houve uma discussão acalorada. Em tal atmosfera, era difícil sinceramente qualquer cooperação. Não surpreendentemente, os delegados de organizações católicas de Porto Alegre e do "interior" se reuniram e, após uma breve discussão, decidiram criar uma organização em que (estes) serão respeitados nos assuntos nacionais e religiosos. A nova organização "União Católica Polonesa no Rio Grande do Sul", [...] torna-se forte em Porto Alegre, assim como no "interior", que sempre foi e é esmagadoramente católico.<sup>241</sup>

O congresso da Federação contava com o apoio da CZP e do consulado polonês em Curitiba, bem como do Ministro das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, Tadeusz Skowroński.<sup>242</sup> O apelo para a participação no Congresso da Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul é destacado por um ex-presidente, em artigo no *Gazeta Polska w Brazylii*, que conclama diferentes ativistas étnicos a participarem e fortalecerem a entidade.<sup>243</sup> Nesse sentido, os pedidos são dirigidos para diferentes regiões para que enviassem delegados, com o propósito de reorganizar a instituição em torno da ideia de fortalecimento do espírito étnico e de sua relação com a propagação da *polonidade*. Esse processo era

<sup>239</sup> Zjednoczenie Polsko – Katolickie w Rio Grande do Sul. In: *Lud*, n. 14, Kurytyba, 25 lutego 1938 r., s. 01. Acervo dos Padres Vicentinos, Curitiba – PR.

<sup>240</sup> Ver Trindade e Malikoski (2018)

<sup>241</sup> Zjednoczenie Polsko – Katolickie w Rio Grande do Sul. In: *Lud*, n. 14, Kurytyba, 25 lutego 1938 r., s. 01. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR. Tradução livre do autor.

<sup>242</sup> Nadzwyczajny Sejmik Riograndeńskim. In: *Gazeta Polska w Brazylii*, Kurytyba – S. Paulo na niedziele dnia 2 stycznia, n. 1, 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR

<sup>243</sup> Nadzwyczajny Sejmik Związku Zrzeszeń Polskich w Rio Grande do Sul. Kolonia Polska w Porto Alegre zgodnie pragnie odbudować swa Centrale. In: *Gazeta Polska w Brazylii*, Kurytyba – S. Paulo na niedziele dnia 2 stycznia, n. 1, 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR

necessário tendo em vista as frequentes disputas em torno da representação sobre a relação dos núcleos coloniais com a origem étnica.

### 3.5 RECENSEAMENTO ESCOLAR ÉTNICO DOS IMIGRANTES POLONESES NO RIO GRANDE DO SUL.

No ano de 1937, o consulado polonês em Curitiba buscou realizar um recenseamento das escolas étnicas polonesas no Brasil. Como havia um clima de desconfiança no governo Vargas, em relação às sociedades e associações étnicas que mantinham relações estreitas com os países estrangeiros, o recenseamento foi realizado de forma secreta.

Por seu caráter secreto, pelo medo de represálias, nem todas as escolas étnicas polonesas puderam ser devidamente recenseadas ou avaliadas. Os municípios dos quais se teve acesso aos relatórios do recenseamento foram Boa Vista do Erechim e Getúlio Vargas. Os relatórios individualizados especificam alguns sentidos importantes sobre as escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, no ano anterior aos decretos da Campanha de nacionalização. O formulário dos relatórios é composto por 23 questões, dentre as quais estão perguntas sobre quantidade de alunos, sobre o que era ensinado em polonês, sobre os professores e sua formação e a composição étnica da comunidade.<sup>244</sup>

Alguns dados fornecidos convergem para uma interpretação sobre o alcance das escolas e o engajamento étnico comunitário. No caso das escolas das localidades do então Município de Boa Vista do Erechim, que foi desmembrado pela emancipação de diferentes municípios, como Carlos Gomes, Áurea e Gaurama, onde se encontram contingentes de descendentes de imigrantes poloneses, tem-se alguns significados importantes sobre o funcionamento dessas escolas étnicas. A análise destes dados demonstra algumas especificidades dessas escolas, além de representações sobre o seu passado histórico.

Conforme quadro abaixo, sobre os professores das escolas étnicas polonesas da região norte do Rio Grande do Sul, tem-se que predominava uma formação autodidata, enquanto que apenas às irmãs da Congregação da Sagrada

---

<sup>244</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

Família de Maria possuíam diplomas de formação de professoras de Ensino Elementar na Polônia e no Brasil, como também formação proporcionada pela congregação à qual pertenciam. Nos demais casos, os professores eram inseridos no ensino sem um diploma formal, possuindo habilidades pedagógicas advindas da experiência com o ensino, na rotina das comunidades. Dos professores listados apenas o professor Henryk Stankiewicz, de Áurea, possuía diploma do curso de formação de professores ligado à CZP em Curitiba, e o professor Marga Klerk de Lageado André, localidade da atual cidade de Centenário, possuía ensino secundário com diploma brasileiro. O professor Henryk Stankiewicz era o único a também receber subvenção da CZP em Curitiba.

A maioria das escolas recebia subvenções municipais no valor de 50\$000 mil réis por mês. Porém, a principal fonte de recursos para a manutenção dos professores era dispendida pelos próprios colonos. Em relação ao salário recebido, há discrepâncias importantes quanto às diferentes localidades relacionadas com a contrapartida dos colonos para a pagamento dos professores. Enquanto alguns recebiam entre 100\$000 e 180\$000 mil réis, para outros o auxílio por parte dos colonos ficava dentre 40\$000 e 50\$000 mil réis. Todos os professores listados tinham domínio do português e polonês, com destaque para alguns que dominavam outras línguas, como o alemão, o russo, o francês e o italiano.

Quadro 13 – Dados sobre os professores das escolas de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas, em 1937

|   | Localidade        | Professores   | Formação  | Salário                                  | Línguas                      |
|---|-------------------|---|---|--|------------------------------|
| 1 | Nova Polônia      | Irmãs Anastazja Pawłowska; Klaudia Malczewska e Barbara Pawłowska | Diploma de graduação na Polônia; Ensino Elementar; formação de professores da Congregação da Sagrada Família de Maria na Polônia; diploma do governo brasileiro | Colonos: 40\$000<br>Municipal: 50\$000   | Polonês português alemão     |
| 2 | Lageado André     | Marja Kurek   | Ensino Secundário; diploma do governo brasileiro  | Colonos: 100\$000<br>Município: 50\$000  | Polonês, português e francês |
| 3 | Lageado Valeriano | Jan Grzybowski  | Autodidata  | Colonos: 150\$000<br>Municipal: 100\$000 | Polonês e português          |
| 4 | Linha Rio Branco  | Stefan Skerek   | Autodidata, diploma do governo brasileiro   | Colonos: 100\$000<br>Municipal:          | Polonês, português e alemão  |

|    |                        |   |   |  |                                    |
|----|------------------------|---|---|--|------------------------------------|
|    |                        |   |   | 50\$000  |                                    |
| 5  | Linha 5ª Treze de maio | Jan Sobczak   | Autodidata (jovem)  | Colonos:<br>55\$000<br>Municipal:<br>50\$000                   | Polonês e português                |
| 6  | Linha Mambira          | Franciszek Sitniewski                                 | Autodidata  | Colonos:<br>50\$000  | Polonês e português                |
| 7  | Guabiroba              | Stanislaw Kulawczuk                                   | 5ª série da escola primária   | Colonos:<br>130\$000<br>Municipal:<br>75\$000                  | Polonês e português                |
| 8  | Centenário             | Jan Zygiel  | Ensino Elementar  | Colonos:<br>150\$000<br>Municipal:<br>100\$000                 | Polonês e português                |
| 9  | Linha 7ª Treze de Maio | Boleslaw Wenclewski                                   | Ensino Elementar  | Colonos:<br>80\$000<br>Municipal:<br>50\$000                   | Polonês e Português                |
| 10 | Chato Gaúcho           | Franciszek Sztoronowski                               | Autodidata  | Colonos<br>100\$000  | Polonês e português                |
| 11 | Treze de Maio          | Irmãs Apolônia Borys; Aloiza Brodówna e Wanda Legacka | Diploma de professora na Polônia; diplomas de professoras da Congregação; diploma do governo brasileiro | Colonos<br>40\$000   | Polonês; português e alemão.       |
| 12 | Treze de Maio          | Henrik Stankiewicz                                    | Formado no curso de professores em Curitiba; diploma do governo brasileiro                              | Colonos:<br>150\$00<br>Municipal<br>50\$000<br>CZP:<br>50\$000 | Polonês e português                |
| 13 | Vila Hortência         | Stefan Ostrowski                                      | Autodidata  | Colonos:<br>100\$000<br>Municipal:<br>100\$000                 | Polonês, português e italiano      |
| 14 | Rio Branco – Lomba     | Genowefa Wenclewska                                   | Ensino Elementar  | Colonos:<br>70\$000<br>Municipal:<br>50\$000                   | Polonês e português                |
| 15 | Lageado Viado          | Szczepan Babinski                                     | Autodidata  | Colonos:<br>70\$000  | Polonês, português e italiano      |
| 16 | Rio dos Índios         | Stefan Zbaralski                                      | Autodidata  | Colonos:<br>120\$000<br>Municipal:<br>50\$000                  | Polonês e português                |
| 17 | Getúlio Vargas         | Józef Michlanski                                      | Autodidata  | Colonos:<br>100\$000   | Polonês e português                |
| 18 | Chato Grande           | Antoni Pietras  | Seminarista em São Leopoldo   | Colonos:<br>180\$000<br>Municipal:<br>50\$000                  | Polonês, português, russo e alemão |

|    |                         |                   |            |                  |                      |
|----|-------------------------|-------------------|------------|------------------|----------------------|
| 19 | Barra do Rio dos Índios | Szczepan Lewinski | Autodidata | Colonos: 70\$000 | Polonês e português. |
|----|-------------------------|-------------------|------------|------------------|----------------------|

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>245</sup>

Outras informações relevantes dos relatórios individualizados das escolas na região norte do Rio Grande do Sul, são sobre os espaços de ensino nos edifícios das escolas. Conforme quadro a seguir, a maioria das escolas dependia da estrutura física proporcionada pelas sociedades mantenedoras e geralmente possuía apenas uma sala de aula. No entanto, no edifício da escola paroquial em Áurea, construído pela própria comunidade e cedido pela paróquia para ser administrado pelas irmãs da Congregação da Sagrada Família de Maria e no edifício da escola de Nova Polônia, atual Município de Carlos Gomes, no interior do estado gaúcho, havia mais de uma sala utilizadas para o ensino. Afora estas escolas, todas as outras possuíam aulas nas dependências das sociedades.

Das escolas relacionadas, nove eram registradas no Município de Erechim, enquanto que as demais não possuíam registros, somando o total de 10 escolas não registradas.

Quadro 14 – Dados sobre as dependências das escolas étnicas polonesas de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas em 1937

| Nº | Escolas                | Sociedade ou ordem que mantém a escola  | A escola é registrada | Quantidade de sala de aula | A escola está no (a) | Município |
|----|------------------------|---|-----------------------|----------------------------|----------------------|-----------|
| 1  | Nova Polônia           | Congregação da Sagrada Família de Maria | No município          | 3 salas                    | Prédio da comunidade | Erechim   |
| 2  | Lageado André          | Oświatowe Łączność e zgoda              | No município          | 1 sala                     | Sociedade            | Erechim   |
| 3  | Lageado Valeriano      | Tadeusz Kościuszko                      | No município          | 1 sala                     | Sociedade            | Erechim   |
| 4  | Linha Rio Branco       | Nossa Senhora de Częstochowa.           | Sem registro          | 1 sala                     | Sociedade            | Erechim   |
| 5  | Linha 5ª Treze de Maio | Bartosz Glowacki                        | Sem registro          | 1 sala                     | Sociedade            | Erechim   |

<sup>245</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

|    |                         |                                |              |         |            |                 |
|----|-------------------------|--------------------------------|--------------|---------|------------|-----------------|
| 6  | Linha Mambira           | José Neves da Fontoura         | Sem registro | 1 sala  | Comunidade | Erechim         |
| 7  | Guabiroba               | Stefan Czarniecki              | No município | 1 sala  | Sociedade  | Lagoa Vermelha  |
| 8  | Centenário              | Josef Piłsudski                | No município | 1 sala  | Sociedade  | Erechim         |
| 9  | Linha 7ª Treze de Maio  | Josef Piłsudski                | No município | 1 sala  | Sociedade  | Erechim         |
| 10 | Chato Gaúcho            | Stanislaw Kostka               | Sem registro | 1 Sala  | Sociedade  | Erechim         |
| 11 | Treze de Maio           | Cong. Sagrada Família de Maria | No município | 3 Salas | Paróquia   | Erechim (Áurea) |
| 12 | Treze de Maio           | Józef Poniatowski              | No município | 2 Salas | Sociedade  | Erechim (Áurea) |
| 13 | Vila Hortência          | Juliusz Słowacki               | Sem registro | 1 Sala  | Sociedade  | Erechim         |
| 14 | Rio Branco – Lomba      | Bartosz Głowacki               | Sem registro | 1 Sala  | Sociedade  | Erechim         |
| 15 | Lageado Viado (sic)     | Adam Mickiewicz                | Sem Registro | 1 Sala  | Sociedade  | Getúlio Vargas  |
| 16 | Rio dos Índios          | Józef Piłsudski                | Sem registro | 1 Sala  | Sociedade  | Getúlio Vargas  |
| 17 | Chato Grande            | Kazimierz Wielki               | No município | 1 Sala  | Sociedade  | Erechim         |
| 18 | Barra do Rio dos Índios | Jan Sobieski                   | Sem registro | 1 Sala  | Sociedade  | Getúlio Vargas  |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>246</sup>

O relatório ainda disponibiliza dados sobre o número de alunos e sobre o ensino em polonês nas localidades. As escolas com maior número de alunos eram a de Nova Polônia, hoje Município de Carlos Gomes e a de Treze de Maio, atual município de Áurea. Ambas as escolas eram dirigidas pelas irmãs da Congregação da Sagrada Família de Maria.

Segundo designado no relatório individualizado, a maioria das escolas era bilíngues. Na parte da manhã, geralmente era ensinado em língua vernácula, enquanto que, na parte da tarde, o ensino era ministrado em Língua Polonesa. Do total de 1.032 crianças recenseadas, 843 participavam das aulas em Língua Polonesa, enquanto que 189 não participavam. Somando todas as crianças de origem polonesa, nas escolas listadas, há um número de 940 alunos. Este dado indica que crianças de outras etnias também frequentavam o ensino em Língua

<sup>246</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Acervo do museu Municipal de Áurea – RS.



Polonesa. O número de crianças não polonesas era de 92 nas escolas dessas localidades. Um dado interessante é que 25 crianças possuíam ensino exclusivamente em Língua Polonesa. Havia também número importante de crianças de origem polonesa que não participava das aulas em polonês. Das escolas listadas, 92 crianças, apesar de pertencerem ao grupo étnico polonês, não frequentavam as aulas nesta língua. 189 crianças participavam das aulas somente em vernáculo, incluindo crianças etnicamente polonesas e de outros grupos. Enfim, o bilinguismo se torna uma referência de ensino nessas escolas, em que as crianças tinham a oportunidade de frequentar o ensino em vernáculo e também em polonês, em turnos diferentes. Como a maioria das escolas recebia subvenções municipais no valor de 50\$000 réis, era comum que os professores se dedicassem no ensino em vernáculo para receber a referida subvenção.

A imagem a seguir representa o dia de exames realizado por inspetores estaduais e municipais, na então Colônia de Alfredo Chaves. O contexto exemplifica a representação, no sentido pretendido de demonstrar que as escolas subvencionadas estavam de acordo com uma política de implementação do vernáculo, bem como oportuniza a participação do Estado na organização do ensino.

Quanto à política comum, em referência às escolas étnicas no Rio Grande do Sul, ainda nas primeiras décadas do século 20, o próprio Cônsul polonês Gluchowski (2005), qualifica-a como “perigosa” para o desenvolvimento do ensino étnico, porque diminuía o engajamento dos próprios colonos na manutenção das escolas. À medida que os professores recebiam as subvenções, os colonos viam-se desobrigados de dispender recursos para a manutenção dessas escolas.

Entretanto, em 1937, segundo relatórios individualizados, a fonte maior de manutenção das escolas era ainda a contribuição dispendida pelos colonos, por meio das mensalidades cobradas pela Sociedade. As sociedades, por intermédio de seus quadros diretivos, organizavam a cobrança da contribuição dos colonos para o ensino dos alunos mensalmente.

Segundo Gardolinski (1977), os salários recebidos pelos professores eram irrisórios, porque para os colonos a sobrevivência era um fator preponderante, em relação à manutenção dos filhos na escola. Estes não possuíam muitos recursos para prover o salário dos professores. O autor qualifica a profissão docente como

um sacerdócio exercido por pessoas nobres, que lutavam pela causa étnica e por seus valores. Nesse sentido, é atribuído o mito do herói que vence as dificuldades diversas, em uma exaltação discursiva de aspectos que corroboram para a construção do idealismo de etnicidade.

Figura 7 – Quinta aula subvencionada pelo estado. Prof. Ignacio Rapkiewicz, em 1º de dezembro de 1916



Fonte: Acervo pessoal de Josefina Rapkiewicz – Nova Prata – RS.

Em relação à distribuição de alunos nos diferentes níveis de aprendizagem, no Ensino Elementar em polonês, as quais são o foco do relatório de ensino, tem-se que as turmas com maior número de alunos era na sequência, a primeira série, seguida da segunda e terceira séries. Poucas eram as escolas que possuíam turmas além dos três níveis iniciais, como a quarta série. Apenas a escola de Barra do Rio dos Índios, do Prof. Józef Michalski, possuía um quinto nível de ensino, com cinco alunos, do total de 27.<sup>247</sup>

Segundo o relatório escolar de 1937, o ensino étnico não tinha um funcionamento uniforme nas diferentes séries em relação ao número de alunos. Apesar de existir uma maior ou menor mobilização para constituir e qualificar as atividades educacionais em áreas de imigração polonesa, empreendidas

<sup>247</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

principalmente por meio de esforços conjuntos entre as diferentes associações e sociedades, que tinham por finalidade qualificar as atividades de ensino, havia abandono escolar após aos dois primeiros anos ou séries iniciais. Os dados sugerem que a alfabetização ou a aprendizagem das primeiras letras e cálculos básicos seriam o objetivo principal para que uma criança frequentasse a escola. Tão logo que esses objetivos eram alcançados o número de crianças na escola diminuía sensivelmente.

Quadro 15 – Dados sobre o ensino em polonês de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas, em 1937

|    | Escolas                 | Crianças que frequentavam as aulas em polonês | Crianças que não frequentavam aulas em polonês | Crianças que só frequentavam aulas em polonês | Crianças não polonesas na escola | Crianças polonesas na escola | Total de crianças nas escolas |
|----|-------------------------|---|--|---|----------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 1  | Nova Polônia            | 81  | 52   | -   | 23                               | 133                          | 156                           |
| 2  | Lageado André           | 40  | -  | -   | -                                | 40                           | 40                            |
| 3  | Lageado Valeriano       | 75  | 7  | -   | 7                                | 75                           | 81                            |
| 4  | Linha Rio Branco        | 33  | -  | -   |                                  | 33                           | 33                            |
| 5  | Linha 5ª Treze maio     | 28  | -  | -   |                                  | 28                           | 28                            |
| 6  | Linha Mambira           | 31  | -  | -   | 2                                | 29                           | 31                            |
| 7  | Guabiroba               | 60  | 5  | -   | 5                                | 60                           | 65                            |
| 8  | Centenário              | 36  | 27   | 1   | 20                               | 43                           | 63                            |
| 9  | Linha 7ª Treze maio     | 35  | -  | -   | -                                | 35                           | 35                            |
| 10 | Chato Gaúcho            | 55  | -  | -   | -                                | 55                           | 55                            |
| 11 | Treze de Maio           | 101   | 8  | -   | 8                                | 101                          | 109                           |
| 12 | Treze de Maio           | 56  | 1  | -   | 1                                | 56                           | 57                            |
| 13 | Vila Hortência          | 43  | 64   | -   | 26                               | 81                           | 107                           |
| 14 | Rio Branco – Lomba      | 29  | -  | -   | -                                | 29                           | 29                            |
| 15 | Lageado Viado(sic)      | 16  | 2  | 16  | -                                | 18                           | 18                            |
| 16 | Rio dos Índios          | 46  | -  | -   | -                                | 46                           | 46                            |
| 17 | Barra do Rio dos Índios | 27  | -  | -   | -                                | 27                           | 27                            |
| 18 | Chato Grande            | 51  | -  | 8   | -                                | 51                           | 51                            |
| 19 | Barra do Rio dos Índios | -   | 30   | -   | 1                                | 29                           | 30                            |
|    | Totais                  | 843   | 189  | 25  | 92                               | 940                          | 1032                          |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>248</sup>

<sup>248</sup> *Ibidem.*

Dentre as escolas analisadas, em relatório realizado pelo Prof. Henrik Stankiewicz, uma das escolas leigas da localidade de Treze de Maio, atual Município de Áurea, há a relação das disciplinas que eram ensinadas em Língua Polonesa. As disciplinas eram Matemática, Religião, História e Geografia da Polônia, Canto Coral, Desenho e Trabalhos Manuais.

Das escolas listadas, todas possuíam ensino em Língua Polonesa, em turnos específicos. Geralmente, funcionavam em contraturno do ensino em vernáculo. Na parte da manhã, o ensino era ministrado em língua vernácula, enquanto que na parte da tarde, o ensino era ministrado em Língua Polonesa. Conforme os dados no quadro abaixo, tem-se uma particularidade observada nas escolas da Linha Mambira, que possuía o ensino em língua vernácula e em polonês no mesmo período da tarde, enquanto que a escola de Lageado *Viado (sic)* não possuía ensino em vernáculo, funcionando apenas no período da tarde.

Quadro 16 – Dados sobre o ensino em Língua Polonesa e funcionamento das escolas étnicas polonesas em Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas, em 1937

|    | Escolas                            | Matérias ensinadas em polonês  | Horário das aulas em português | Horário das aulas em polonês |
|----|------------------------------------|--|--------------------------------|------------------------------|
| 1  | Nova Polônia                       | Língua polonesa; Religião, Matemática, História e Geografia, Canto Coral | 8 as 12                        | 13 as 17                     |
| 2  | Lageado André                      | Língua Polonesa, Matemática e Religião                                   | 8 as 12                        | 13 as 15                     |
| 3  | Lageado Valeriano                  | Língua Polonesa, Matemática, História, Geografia, Religião e Canto       | 8 as 12                        | 13 as 16                     |
| 4  | Linha Rio Branco                   | Língua Polonesa, Matemática, Religião e Desenho                          | 8 as 12                        | 13 as 16                     |
| 5  | Linha 5 <sup>a</sup> Treze de Maio | Língua Polonesa, Matemática e Religião                                   | 8:30 as 12                     | 13:30 as 15:30               |
| 6  | Linha Mambira                      | Leitura e Escrita, Matemática e Religião                                 | 13 as 15:30                    | 15:30 as 17                  |
| 7  | Guabiroba                          | Língua Polonesa, Matemática, Desenho e Canto Coral                       | 8 as 12                        | 13 as 17                     |
| 8  | Centenário                         | Língua Polonesa, Matemática e Religião                                   | 8 as 12                        | 13:30 as 16                  |
| 9  | Linha 7 <sup>a</sup> Treze de Maio | Língua Polonesa, Matemática e Canto                                      | 8 as 12                        | 13 as 17                     |
| 10 | Chato Gaúcho                       | Língua Polonesa, Matemática e Canto                                      | 8 as 12                        | 13 as 16:30                  |

|    |                         |  |         |          |
|----|-------------------------|--|---------|----------|
| 11 | Treze de Maio           | Língua Polonesa, Matemática, Religião, História e Geografia, Trabalhos Manuais e Canto | 9 as 12 | 13 as 15 |
| 12 | Treze de Maio           | Língua Polonesa, História e Geografia, Matemática e canto                              | 8 as 12 | 13 as 15 |
| 13 | Vila Hortência          | Língua Polonesa, Matemática, História e Geografia e Religião                           | 8 as 12 | 13 as 17 |
| 14 | Rio Branco – Lomba      | Língua Polonesa, Matemática, Religião e Canto  | 8 as 12 | 13 as 17 |
| 15 | Lageado ( <i>sic</i> )  | Língua Polonesa, Matemática e Religião   | -       | 13 as 17 |
| 16 | Rio dos Índios          | Língua Polonesa, Matemática e Religião   | 8 as 12 | 13 as 16 |
| 17 | Barra do Rio dos Índios | Língua Polonesa, Matemática e Religião   | 8 as 10 | 10 as 12 |
| 18 | Chato Grande            | Língua Polonesa, Matemática História e Geografia.                                      | 8 as 11 | 13 as 17 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>249</sup>

Mesmo que em espaços onde predominam traços de uma cultura em evidência, há apagamentos, há reconfigurações culturais capazes de transformar e ressignificar o vivido e o construído. Por exemplo, por mais que a maioria das crianças de origem polonesa ou etnicamente polonesas frequentasse o ensino nos contraturnos em polonês, um importante contingente étnico dessas crianças frequentava somente as aulas em vernáculo, mesmo sendo parte do mesmo grupo étnico. Nesse sentido, há indicativos de que a própria cultura étnica é ressignificada ou mesmo tangenciada pelo espaço emocional e social, no qual os indivíduos estão inseridos, fazendo com que o engajamento dentro de uma etnia seja reproduzido em graus e intensidades distintas. Tudo compondo um cenário em que os espaços humanos são compartilhados, não devendo ser homogeneizado por culturas ditas dominantes. Por mais que seja evidente que um espaço se compõe dentro de uma perspectiva cultural, a diferença exige a desagregação de convicções e oportuniza a construção de novas realidades históricas e sociais.

No quadro a seguir, tem-se dados sobre a média de frequência dos alunos, bem como o número de crianças de cada localidade e quantas estavam cursando o Ensino Secundário, completando-se o quadro com a quantidade de crianças que estavam fora da escola. Dos dados retirados dos relatórios individualizados, tem-se

<sup>249</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

que a frequência média das crianças matriculadas nas escolas estava acima de 75%.

Quadro 17 – Média de frequência, crianças no ensino secundário e crianças fora da escola.

|    | Localidade              | Média de frequência | Crianças no ensino Secundário | Crianças fora da escola |
|----|-------------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------------|
| 1  | Nova Polônia            | 75%                 | 3                             | -                       |
| 2  | Lageado André           | 36 alunos           | -                             | 25                      |
| 3  | Lageado Valeriano       | 72 alunos           | -                             | -                       |
| 4  | Linha Rio Branco        | 29 alunos           | -                             | -                       |
| 5  | Linha 5ª Treze de Maio  | 22 alunos           | -                             | 15                      |
| 6  | Linha Mambira           | 27 alunos           | -                             | -                       |
| 7  | Guabiroba               | 50 alunos           | -                             | 24                      |
| 8  | Centenário              | 58 alunos           | -                             | 15                      |
| 9  | Linha 7ª Treze de Maio  | 27 alunos           | -                             | 6                       |
| 10 | Chato Gaúcho            | -                   | 3                             | 10                      |
| 11 | Treze de Maio           | 100%                | 3                             | 50                      |
| 12 | Treze de Maio           | 50 alunos           | -                             | -                       |
| 13 | Vila Hortência          | 96 alunos           | 1                             | 30                      |
| 14 | Rio Branco – Lomba      | 23 alunos           | -                             | 6                       |
| 15 | Lageado Viado(sic)      | 17 alunos           | -                             | 15                      |
| 16 | Rio dos Índios          | 44 alunos           | -                             | 15                      |
| 17 | Barra do Rio dos Índios | 25 alunos           | -                             | 14                      |
| 18 | Chato Grande            | 48 alunos           | 3                             | 20                      |
|    | Totais                  |                     | 13                            | 245                     |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>250</sup>

Segundo os números apresentados pelo quadro anterior, havia um importante contingente de alunos que não frequentavam a escola. Esse número equivale, em algumas localidades, a 70% dos alunos matriculados ou inscritos. Os números elucidam uma análise do Ensino Elementar nos núcleos coloniais poloneses no Rio Grande do Sul. Mesmo com escolas organizadas em diferentes comunidades e com leis que preconizavam a obrigatoriedade do ensino, muitas crianças não frequentavam a escola, sugerindo que importante parcela das crianças não foi alfabetizada.

Outro dado importante do quadro anterior é o pequeno número de crianças matriculados no Ensino Secundário. De todas as comunidades analisadas, apenas

<sup>250</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

13 crianças frequentavam o Ensino Secundário. Isso representa um número ínfimo de alunos tinha acesso a esse nível de ensino, seja por falta de oferta, seja por falta de interesse dos próprios pais, que não enviavam seus filhos para escolas com nível superior ao elementar.

O quadro abaixo, por sua vez, analisa a composição étnica das comunidades em 1937. Apesar de o número de famílias polonesas serem a maioria nessas comunidades, há a presença de diferentes etnias como italiana, alemã russa, ucraniana e judias. O censo contabiliza algumas famílias designadas como brasileiras, mas que, no entendimento dos recenseadores eram famílias de descendentes da cultura lusitana ou mestiça, entre negros, indígenas e portugueses. Os números apresentados designam que essas comunidades poderiam ser consideradas preponderantemente comunidades étnicas polonesas, apesar da presença de famílias de outras etnias.

Quadro 18 – Dados sobre a composição étnica em comunidades de Boa Vista de Erechim e Getúlio Vargas em 1937

|    | Localidades            | Famílias polonesas | Italianas | Alemãs | Brasileiras <sup>251</sup> | Russas | Ucranianas | Judias | Total |
|----|------------------------|--------------------|-----------|--------|----------------------------|--------|------------|--------|-------|
| 1  | Nova Polônia           | 340                | 15        | -      | 2                          | -      | -          | -      | 357   |
| 2  | Lageado André          | 40                 | -         | -      | -                          | 5      | -          | -      | 45    |
| 3  | Lageado Valeriano      | 75                 | 2         | 1      | -                          | -      | 7          | -      | 85    |
| 4  | Linha Rio Branco       | 28                 | 1         | 1      | -                          | -      | -          | -      | 30    |
| 5  | Linha 5ª Treze de Maio | 25                 | -         | -      | -                          | -      | -          | -      | 25    |
| 6  | Linha Mambira          | 32                 | 4         | -      | 1                          | -      | -          | -      | 37    |
| 7  | Guabiroba              | 82                 | 12        | 3      | 8                          | -      | -          | -      | 105   |
| 8  | Centenário             | 55                 | 15        | 3      | 17                         | -      | -          | -      | 90    |
| 9  | Linha 7ª Treze de Maio | 35                 | 5         | -      | 6                          | -      | -          | -      | 46    |
| 10 | Chato Gaúcho           | 45                 | 3         | -      | -                          | -      | -          | -      | 48    |
| 11 | Treze de Maio          | 200                | 15        | 7      | 18                         | -      | -          | 5      | 245   |

<sup>251</sup> Comumente a referência dos relatórios do consulado polonês à etnia brasileira se refere a grupos de caboclos e portugueses ou à miscigenação de grupos indígenas, negros e brancos portugueses.

|    |                         |      |    |    |    |   |   |   |     |
|----|-------------------------|------|----|----|----|---|---|---|-----|
| 12 | Treze de Maio           | -    | -  | -  | -  | - | - | - | 0   |
| 13 | Vila Hortência          | 100  | -  | -  | -  | - | - | - | 100 |
| 14 | Rio Branco – Lomba      | 30   | -  | 2  | -  | - | - | - | 32  |
| 15 | Lageado Viado (sic)     | 40   | 1  | -  | -  | - | - | - | 41  |
| 16 | Rio dos Índios          | 85   | 5  | -  | 20 | 2 | - | - | 112 |
| 17 | Getúlio Vargas          | 32   | 2  | 4  | 3  | - | - | - | 41  |
| 18 | Chato Grande            | 80   | -  | 3  | -  | - | - | - | 83  |
| 19 | Barra do Rio dos índios | 75   | -  | 5  | 3  | 2 | - | - | 85  |
|    | Total por etnia         | 1399 | 80 | 29 | 78 | 9 | 7 | 5 |     |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>252</sup>

De modo geral, o quadro anterior indica o engajamento étnico das comunidades polonesas, bem como a predominância do elemento polonês nas referidas localidades em relação a outros grupos étnicos. Porém, os dados referendam uma composição étnica heterogênea. A cultura étnica polonesa era predominante pelo número de famílias e por fazer parte do cotidiano escolar, em um ensino devotado para a promoção de uma *polonidade* e fundamentado na utilização do polonês como língua de ensino. Avalizam esta análise a utilização de espaços comunitários organizados por Sociedades e aglomerações étnicas polonesas.

O ensino em polonês é uma das marcas das escolas étnicas e pode ser exemplificado pelo importante número de publicações didáticas nas áreas da Língua Polonesa, Literatura e Matemática. Em diferentes municípios, as publicações em polonês eram disponibilizadas pelas associações de ensino, publicadas na década de 20, do século XX, pelas associações *Kultura* e a *Oświata*. Abaixo tem-se a imagem de livro de Matemática, para a terceira série, do Prof. Franciszek Hanas,<sup>253</sup> que atuou nas escolas étnicas polonesas em Guarani das Missões. A edição e publicação de livros didáticos, em Língua Polonesa, exemplifica o quanto a manutenção da língua, por meio do ensino, seria importante para exaltar um sentido da *polonidade*.

<sup>252</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

<sup>253</sup> Fonte Acervo Gardolinski NPH/UFRGS – Porto Alegre – RS. De volta a Polônia, o professor Franciszek Hanas foi fuzilado, após ser preso pelo Exército Nazista, em 1939. Hanas pode ser considerado um professor profissional e qualificado que atuou diretamente nas atividades de ensino dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul.



A circulação de livros didáticos apropriados para a área do ensino, era uma necessidade desde a organização das primeiras escolas nos núcleos coloniais. Diferentes foram os esforços para suprir esta demanda, principalmente pelas instâncias associativas de Curitiba. Bom número de obras foram publicadas e dedicadas diretamente às escolas étnicas dos imigrantes poloneses e descendentes no Brasil.

Figura 8 – Livro de Matemática, para a terceira série do Prof. Franciszek Hanas



Fonte: Acervo Gardolinski, NPH/UFRGS. Porto Alegre – RS.

Em números gerais, as escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul estavam distribuídas nas diferentes regiões e poderiam ser consideradas conforme confissão leiga ou religiosa. Segundo documento pertencente à *Oświata*, da relação das escolas filiadas a essa Associação e o Relatório do Consulado da Polônia, em 1937, no Rio Grande do Sul havia as seguintes escolas confessionais em funcionamento:

Quadro 19 – Escolas Confessionais em 1937

| Escolas religiosas e Paroquiais |            |   |
|---------------------------------|------------|---|
| Municípios                      | Localidade | Professores   |
| Carlos Gomes                    | Sede       | Irmãs da congregação da Sagrada Família de Maria: Anastazja Pawłowska, Klaudia Malczewska e Bárbara Pawłowska |
| Áurea                           | Sede       | Irmãs da Sagrada Família de Maria: Apolônia Borys, Wanda Legacka e Aloiza Brodówna                            |
| Viadutos                        | Sede       | Irmãs Irena, Joanna, Paulina, Teresa Kowalska   |
| Erechim                         | Sede       | Pe. Marcin Kuszel   |
| Dom Feliciano                   | Sede       | Irmãs Bernardinas   |
| Guarani das Missões             | Sede       | Irmãs Janina Knaut e Stanisława Szaran  |
| Gaurama                         | Baliza     | Koionko Narod – Velho Católica (Seita Religiosa)  |

Fonte: Malikoski 2018.

A respeito das escolas confessionais, a principal relação com as especificidades étnicas estava na utilização da Língua Polonesa nos espaços de ensino, da mesma forma que acontecia com as escolas leigas. No acervo dos livros do museu do Município de Áurea, que outrora eram pertencentes à escola paroquial, há diversas obras escritas em polonês. As escolas de Carlos Gomes e Áurea foram construídas e organizadas pelas paróquias em 1930 e depois mantidas pelas irmãs da congregação da Sagrada Família de Maria. Embora fossem poucas as escolas confessionais existentes nos núcleos de imigração polonesa, a participação do clero e de irmãs religiosas, na condução do processo de ensino, era importante para algumas comunidades.

A seguir, elencam-se as escolas organizadas e mantidas por iniciativa leiga no Rio Grande do Sul. Esses dados foram apresentados pelos Relatórios do Consulado da Polônia, em 1937 e, também, por Wachowicz (2002), divididas na atual formação política dos municípios do Rio Grande do Sul.

Quadro 20 – Escolas leigas no ano de 1937<sup>254</sup>

| Escolas Leigas    |                          |                       |
|-------------------|--------------------------|-----------------------|
| Municípios        | Localidade               | Professores           |
| Erechim           | Lageado dos Passarinhos  | Fechada               |
| Erechim           | Douradinho               | Em organização        |
| Erechim           | Dourado Linha IV         | Felicia Grzejdak      |
| Erechim           | Dourado Linha III        | Helena Lisowska       |
| Erechim           | Tapir Linha II           | Jan Gozak             |
| Erechim           | Boa Vista do Erechim     | Bolesław Brzoski      |
| Erechim           | Gramado                  | Józef Gorski          |
| Erechim           | Lageado dos Porcos       | Fechada               |
| Erechim           | Rio Tigre                | Andrej Wypych         |
| Erechim           | Napoleão Bonaparte       | Longin Linderski      |
| Erechim           | Rio Caçador              | Franciszek Biedacha   |
| Erechim           | Linha Tajuí              | Jan Górak             |
| Aratiba           | Dourado Linha II         | Piotr Lisowski        |
| Barão de Cotegipe | Cravo Linha II           | Boleslaw Brzoski      |
| Barão de Cotegipe | Cravo Linha II           | Franciszek Skowroński |
| Getúlio Vargas    | Quilômetro 13            | Michał Kwiatkowski    |
| Getúlio Vargas    | Getúlio Vargas           | Fechada               |
| Getúlio Vargas    | Barra do Rio dos Índios  | Szczepan Lewinski     |
| Getúlio Vargas    | Barra do Rio dos Índios  | Józef Michlanski      |
| Getúlio Vargas    | Rio dos Índios           | Stefan Zbaralski      |
| Getúlio Vargas    | Rio Paulo                | Fechada               |
| Getúlio Vargas    | Castilho                 | Fechada               |
| Gaurama           | Secção III Dourado       | Zygmunt Wołoszyn      |
| Gaurama           | Rio Suzanna              | Fechada               |
| Gaurama           | Paloma                   | Fechada               |
| Gaurama           | Barro                    | B. Wenclewski         |
| Gaurama           | Rio Branco               | Stefan Skorek         |
| Áurea             | Lageado Viado(sic)       | Szczepan Babiński     |
| Áurea             | Rio Branco (Lomba)       | Genowefa Wenclewski   |
| Áurea             | Lageado Ligeiro          | Adam Kempka           |
| Áurea             | Treze de Maio            | Jan Sobczak           |
| Áurea             | Linha VII, Treze de Maio | Boleslaw Wenclewski   |

<sup>254</sup>Devido aos constantes desmembramentos e às emancipações, algumas localidades permaneceram pertencentes ao município de origem, no ano de 1937. Até o momento, foi identificada grande parte das comunidades com seus respectivos municípios, enquanto outras ainda carecem ser localizadas.

|                      |                       |                         |
|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Áurea                | Vila Hortência        | Stefan Skorek           |
| Áurea                | Treze de Maio         | Henryk Stankiewicz      |
| Áurea                | Chato Grande          | Antoni Pietras          |
| Áurea                | Lageado Bocó          | Fechada                 |
| Centenário           | Lageado Valeriano     | Jan Grzybowski          |
| Centenário           | Lageado André         | Marja Kurek             |
| Centenário           | Centenário            | Jan Zygiel              |
| Centenário           | Chato Gaúcho          | Franciszek Sztoronowski |
| Centenário           | Linha Mambira         | Franciszek Sitniewski   |
| Paim Filho           | Guabiroba             | Stan Kulawczuk          |
| São João da Urtiga   | Lageado Israel        | Fechada                 |
| Marcelino Ramos      | Ita                   | Em organização          |
| Horizontalina        | Secção 19             | Kazimierz Kinczkowski   |
| Santa Rosa           | Secção A-B            | Ludwik Pałczyński       |
| Santa Rosa           | Dr. Pedro Toledo      | Stanisław Pylak         |
| Santa Rosa           | Silva Jardim          | Feliks Krawczyk         |
| Santa Rosa           | Lageado Bonito        | Leopold Pleskaczynski   |
| Santa Rosa           | Secção Belo Horizonte | Michalfina Koszewka     |
| Santa Rosa           | Dona Eloisa           | Fechada                 |
| Santa Rosa           | Linha 7 Santa Rosa    | Stanisław Sawicki       |
| Santa Rosa           | Pratas                | Fechada                 |
| Alecrim              | Alecrim               | Fechada                 |
| Iraí                 | Pinhal                | Adolf Chmielewski       |
| Iraí                 | Perau                 | Jan Wiśniewski          |
| Frederico Westphalen | Lageado Chico Domingo | Franciszek Wołoszyn     |
| Frederico Westphalen | Poncio                | Jan Wojciechowski       |
| Frederico Westphalen | Poncio de Baixo       | Jan Szobut              |
| Frederico Westphalen | Chiquinha de Cima     | Władysław Czyżowski     |
| Frederico Westphalen | Chiquinha de Baixo    | Józef Babs              |
| Ijuí                 | Linha VI Galpõe,      | Wiktor Czechowicz       |
| Ijuí                 | Linha VI Norte        | Wiktor Czechowicz       |
| Ijuí                 | Linha II, Norte       | Kazimierz Wiśniewski    |
| Ijuí                 | Linha II, Leste       | Piotr Kubiak            |
| Ijuí                 | Linha V, Leste        | Adam Kamiński           |
| Ijuí                 | Linha I               | Jan Specjaiski          |
| Ijuí                 | Linha Oeste           | Jan Specjaiski          |
| Ijuí                 | Lageado do Tigre      | Roman Karnkowski        |
| Ijuí                 | Linha VII             | Stanisław Sawicki       |
| São José do Inhacorá | Inhacora              | Kazimierz Żeliszawki    |
| Casca                | Linha XV de Novembro  | Józef Cichocki          |

|                       |                            |                       |
|-----------------------|----------------------------|-----------------------|
| Guaporé – Prata       | Guabiroba                  | Józef Cichocki        |
| Guaporé – Prata       | Linha XXII                 | Piotr Słoneczny       |
| Guaporé – Prata       | Linha XXIV Fevereiro       | Piotr Słoneczny       |
| Santo A. do Palma     | Linha XXIII, Cárpatos      | Kazimierz Kozłowski   |
| Nova Prata            | Linha VII, Sen. Otaviano   | Konstanty Redini      |
| Nova Prata            | Linha VI, Gal. Ozório      | Ignacy Rapkiewicz     |
| Vista Alegre do Prata | Vista Alegre, Linha VII    | Genowefa Karpinska    |
| Guarani das Missões   | Linha do Mel               | Francisco Buraczyński |
| Guarani das Missões   | Linha Cerola               | Roman Zajac           |
| Guarani das Missões   | Linha Botocudo             | Mieczysław Celmer     |
| Guarani das Missões   | Sedes                      | Franciszek Wilin e    |
| Guarani das Missões   | Sede                       | Stefan Werpachowski   |
| Guarani das Missões   | Linha Jacú                 | Stanisław Kowalczyk   |
| Guarani das Missões   | Linha do Pinto             | Franciszek Duda       |
| Guarani das Missões   | Harmonia Norte             | Franc Karnikowski     |
| Guarani das Missões   | Linha Concórdia            | Jan Siemieński        |
| Guarani das Missões   | Linha Seca                 | Jan Uroda             |
| Guarani das Missões   | Pinheiro Machado           | Izydor Zwan           |
| Guarani das Missões   | Timbó                      | Ludwik Polańczyk      |
| Guarani das Missões   | Linha do Rio               | Kazimierz Ruszczyk    |
| Guarani das Missões   | Linha Cedro                | Władysław Zambrzycki  |
| Guarani das Missões   | Linha Harmonia do Sul      | Szymański             |
| Guarani das Missões   | Linha Bom Jardim           | Adam Wastowski        |
| Guarani das Missões   | Linha Estefânia            | Adam Keller           |
| Guarani das Missões   | Barreira Polonesa          | Jan Gwalbert Krawczyk |
| Guarani das Missões   | Linha do Rio               | Józef Kuryło          |
| Dom Feliciano         | Felipe Noronha             | Kazimierz Kidrycki    |
| Dom Feliciano         | Arroio Perdiz              | Stanisław Kidrycki    |
| Dom Feliciano         | Laurentina                 | Władysław Topaczewski |
| Dom Feliciano         | Laurentina                 | Karolina Zalewska     |
| Dom Feliciano         | Federal                    | Leon Maliszewski      |
| Dom Feliciano         | São Feliciano              | Karol Muszyński       |
| Dom Feliciano         | Lopo Neto                  | Florian Zalewski      |
| Dom Feliciano         | Assis Brasil               | Antoni Grzegorek      |
| Dom Feliciano         | Linha Tigre                | Józef Lempek e Hilary |
| Dom Feliciano         | Graxaim                    | Roman Karasek         |
| Dom Feliciano         | Correa Neto                | Marceli Kucharski     |
| Dom Feliciano         | Próx. de Júlio de Castilho | Karol Wasilewski      |
| Dom Feliciano         | Júlio de Castilhos         | Fechada               |
| Camaquã               | Sede                       | Fechada               |

|                  |                        |                        |
|------------------|------------------------|------------------------|
| Camaquã          | Próximo de S. Jerônimo | Projetada              |
| Mariana Pimentel | Mariana Pimentel       | J. Issakowicz          |
| Mariana Pimentel | Mariana Pimentel       | Fechada                |
| Mariana Pimentel | Serro Negro            | Fechada                |
| Mariana Pimentel | Linha José Evaristo    | Fechada                |
| Mariana Pimentel | Serra Cavahada         | Fechada                |
| Mariana Pimentel | Pedra Branca           | Fechada                |
| Rio Grande       | Rio Grande             | Ryszard Koch Kochowski |
| Porto Alegre     | Porto Alegre           | Stanisław Gonet        |

Fonte: Malikoski 2018, a partir de Wachowicz (2002, p. 108).

Ao considerar os dados apresentados por Gluchowski em 1924, em que havia em funcionamento apenas 22 escolas no estado, desse período até 1937, o desenvolvimento do sistema de ensino étnico dos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul, teve um salto quantitativo importante no número de escolas. Esse resultado representa o período do apogeu do ensino étnico entre os imigrantes poloneses no estado, que deposita na escola a responsabilidade de manter e promover os sentidos da *polonidade*. No quadro anterior apresentado, observa-se que boa parte das escolas, na véspera da Nacionalização do Ensino, estava localizada nas regiões Norte e Oeste do Estado.

De acordo com o relatório escolar do consulado, havia 19 escolas fechadas e três em organização. Apesar dos esforços em consolidar um sistema de ensino étnico, com formação de professores, através dos Ginásios Reymond, em Guarani das Missões, e a Escola Média Nicolau Copérnico de Mallet, no Paraná, havia sociedades que estavam sem professores. Em outras escolas, o ensino era feito por professores de Língua Portuguesa, na falta de um professor que dominasse as duas línguas.

A mobilização étnica e seu engajamento na cultura escolar produzira marcas e sentidos do ensinar e perpetuar valores típicos das aglomerações humanas, que reproduzem os fazeres baseados em suas culturas. Em certo sentido, os dados dos relatórios individualizados das escolas indicam que a cultura étnica não será homogênea na sua produção ou reprodução. Todos os espaços humanos são representados pela heterogeneidade das representações das realidades construídas na convivência. Este é o sentido preconizado da *polonidade* enquanto alimentadora

dos fazeres culturais, que transformaram os espaços comunitários dos imigrantes poloneses no estado, aos quais agregam-se os valores históricos.

Os números e as descrições referentes ao processo de ensino étnico, qualificam alguns sentidos de referência para a promoção da *polonidade* no território do estado do Rio Grande do Sul. As inferências de dados sobre as escolas, alunos e professores contribuem para sedimentar uma demarcação cultural étnica que utiliza do ensino para promover diferentes entendimentos da sua própria cultura, conduzidos nesta interpretação histórica. O fortalecimento da *polonidade* passou pela oportunização dos sentidos étnicos, sejam eles oficiais, patrocinados pelo MSZ polonês ou advindos da livre interpretação da cultura étnica, promovida nos meios societários deste grupo de imigrantes. Porém, os enfoques baseiam-se num engajamento maior ou menor de estruturas de poder que retomam para si o protagonismo de qualificar os sentidos que devem permanecer na reconstrução históricas do tempo passado.

#### 4 O MOVIMENTO DE NACIONALIZAÇÃO E A COMUNIDADE ÉTNICA POLONESA

Nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 2008, p. 32)

A nacionalização implicou a repressão dos processos culturais étnicos, principalmente no Sul do Brasil, com medidas mais intensas de imposição de um modelo cultural. Este modelo foi construído diante do temor de uma possível desestabilização ou desagregação do território brasileiro, onde foram constituídos importantes enclaves de diferentes etnias. A campanha de nacionalização visou a dar corpo, ou mesmo uma forma de conversão, a uma cultura nacional, por meio de decretos, com o objetivo de nacionalizar os próprios brasileiros, principalmente, nas áreas de imigração e colonização. Na visão de Gertz (1991), era necessário garantir uma unidade e homogeneidade étnica e cultural diante dos enclaves que existiam no Brasil. Era necessário garantir um projeto dito integrador de diferentes culturas convertidas em nacionalismo pela repressão legal. Uma suposta identidade nacional, enaltecida dos símbolos nacionais, que foi a ênfase política da proposição do Estado Novo de Getúlio Vargas.<sup>255</sup>

Para compreender como esse fenômeno afetaria as escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, é necessária uma breve fundamentação de suas origens e dos desdobramentos, delimitando os processos de produção de ações pontuais de organização histórica desse fenômeno. O objetivo deste capítulo é analisar um conjunto de representações elegidas sobre a ação estatal no processo de fundamentação da nacionalização. Conforme Lesser (2015), compreender a construção de uma *brasilidade* desenvolvida por ações pontuais que culminaram nos decretos nacionalizadores de Getúlio Vargas. Esse processo importou na produção de uma cultura homogeneizadora, com sentidos que o ensino deveria privilegiar, em detrimento da cultura étnica de grupos de imigrantes. (BOMENY 1999). A tônica está em compreender a forma pela qual o processo de nacionalização foi organizado

---

<sup>255</sup> Sobre o assunto ver Pandolfi (1999).



nas esferas políticas brasileiras, verificando-se quais foram os meios utilizados para a demarcação de espaços, produzindo alguns significados vinculados aos agentes históricos rio-grandenses.

Para Lessa (2008), a formação da nação brasileira tem um curso político distinto dos demais países hispano-americanos. Decorre nas circunstâncias revolucionárias da Europa, como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, porém, é um modelo lusitano de nação, dissociado da ideologia iluminista e republicana. O ideal de formação nacional não incorpora as transformações da industrialização e não consegue avançar em quase 50 anos.

Construído ou gestado em diferentes períodos e espaços da História brasileira, a origem do nacionalismo no Brasil remonta ainda ao século XIX, quando surgem os primeiros pensamentos em relação à independência do Brasil de Portugal. As transformações políticas na concepção de nação ou Estado Nacional e os predecessores históricos no Brasil foram elementos para produzir uma trajetória da nacionalidade brasileira. Embora seja difícil ignorar o fato de que o Brasil era constituído de enormes proporções de terras desabitadas, onde o alcance do poder imperial não surtia efeitos, o que certamente continuou praticamente nos primeiros tempos da República, era necessário construir um plano nacional de colonização. Tentativa com essa finalidade foi engendrada por uma comissão especial do Senado em 1825 e, posteriormente, apresentada em 1827.<sup>256</sup> Em tese, foi o primeiro projeto para viabilizar a utilização de mão de obra estrangeira para desenvolver a colonização no Brasil, por mais que os temores de retomada de um Império Lusófono fossem providenciais, para sepultar quaisquer planos de formação de uma nação brasileira.

Entende-se que a experiência brasileira no delineamento da nação com território e povo vai transcorrer no período de um século. Nesse sentido, Anderson (1989), traz uma compreensão inspiradora referente ao nacionalismo enquanto produto cultural e modular: uma comunidade política imaginada em que todos convivem e têm uma viva comunhão entre si, porém, cientes de seus limites

---

<sup>256</sup> Arquivo Nacional (AN), RJ, GIF1 4J-073, Decreto de 2 de dezembro de 1827; Biblioteca Nacional (BN), RJ, Seção de Manuscritos, I-32,09,019, "Projeto apresentado ao Senado para a utilização de mão de obra estrangeira e colonização do Brasil".

geográficos e soberanos por possuir uma “profunda camaradagem horizontal.” (ANDERSON, 1989, p. 34).

Conforme Bauman (2003), a exclusividade é também um traço fundamental da formação de uma identidade nacional. As agregações étnicas se diferem da comunidade nacional, por não estarem necessariamente limitadas geograficamente, podendo ser consideradas transnacionais, destituídas de um princípio de soberania. Do processo de formação e produção do Estado brasileiro ou, ainda, da nacionalidade brasileira, participa toda uma compreensão de nação ideal. Nesse ínterim de representações de nossa história, estão períodos como a formação de uma colônia de exploração portuguesa, a instalação da Coroa e Corte portuguesas, em terras brasileiras, a Independência do Brasil e a Proclamação da República, em que são formados os sentidos dos processos de *brasilidade*, bem como as trajetórias culturais que possibilitam pensar a formação do nacionalismo no Brasil e suas medidas abruptas em meados da década de 30, do século XX. Para Hobsbawm (1990), os critérios objetivos para definir o conceito do nacional ou de nação mudam regularmente, sendo necessária uma análise do movimento político e de como a nacionalidade se manifesta nas campanhas políticas que movimentam “as massas”, em favor de seus programas.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, como órgão que se dedicasse a pensar a nação, foi uma das primeiras tentativas de institucionalizar ou produzir os primeiros passos concretos de um nacionalismo no Brasil.<sup>257</sup> Originalmente pensado pelo Marechal Raymundo José da Cunha Mattos e pelo Cônego Januário da Cunha Barboza, com as bases lançadas em secção da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no Rio de Janeiro, no dia 16 de agosto de 1838,<sup>258</sup> o instituto recobra um importante papel de pensar a nação brasileira e delimitar qual seria o futuro do Brasil enquanto pátria e federação.

Na epígrafe do discurso de Januário da Cunha Barboza, enquanto primeiro secretário perpétuo do Instituto, publicado na primeira edição da revista do Instituto Geográfico Brasileiro, faz referência ao discurso de Alexandre de Gusmão na fala à Academia Real da História portuguesa: “ressuscitar também as memórias da pátria

---

<sup>257</sup> Sobre as origens históricas do nacionalismo brasileiro ver Sodré (1960).

<sup>258</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 01, 1º trimestre de 1839, p. 7. Próximos RIHGB.

da indigna obscuridade em que jazia até agora.”<sup>259</sup> A frase expressa, representa a pretensa competência inerente ao instituto de preservar determinada história da nação brasileira, que ainda não fora escrita ou delimitada. Segundo Januário da Cunha Barbosa, os fatos notáveis ou memoráveis da pátria não poderiam ficar esquecidos, devendo-se mostrar às nações cultas que o Império do Brasil prezava por certa glória da pátria.<sup>260</sup> No extrato do estatuto enquanto finalidade, em seu primeiro artigo estava “*methodisar*, publicar ou archivar os documentos necessários para História e *geographia (sic)* do Império do Brasil”.<sup>261</sup>

Conforme o estatuto do Instituto, os conhecimentos produzidos deveriam ser divulgados por meio do ensino público. De acordo com Callari (2001), os intelectuais do IHGB<sup>262</sup> tinham como competência a definição do projeto da nação, incluindo, além da defesa da Monarquia, a defesa do catolicismo, como alicerces da nacionalidade.

O caminho para a tão almejada civilização, pensada segundo os moldes europeus, deveria passar, inevitavelmente, pela educação, elemento fundamental na unificação ideológica das elites. A formação dos filhos das famílias abonadas seguia um trajeto quase que obrigatório: às primeiras letras, geralmente aprendidas junto a um professor particular, seguiam-se alguns anos – ou todo o curso secundário – no Colégio Pedro II; posteriormente, via de regra optava-se pela formação jurídica em São Paulo ou no Recife. (CALLARI, 2001, p. 258).

Assim, em meados século XX, formam-se movimentos densos de promoção e divulgação da cultura nacionalista. Para Seifert (1999), é nesse contexto que imigrantes e seus descendentes serão incluídos nos temas de incorporação à sociedade nacional e nas discussões sobre política imigratória e a formação racial/étnica brasileira. Esse processo é delimitador e promotor de cultura, articulando como o pensamento nacional seria produzido, em relação às realidades culturais migrantes que, no Brasil, serão pensadas.

A necessidade de assimilação, de caldeamento, dos identificáveis como alienígenas ou estrangeiros — categorias que, indistintamente, remetem a

---

<sup>259</sup> *Ibidem* p. 09.

<sup>260</sup> RIHGB, tomo 01, 1º Trimestre de 1839, p. 09.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>262</sup> Sobre o RIHGB, ver também Gomes (2009).

indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação —, porém, tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30. Apesar do amplo debate sobre os perigos da desnacionalização dos núcleos coloniais formados quase exclusivamente com imigrantes, na República Velha só houve intervenção formal do Estado em instituições étnicas durante a I Guerra Mundial. [...] nessa ocasião surgiram as primeiras ações nacionalizadoras que modificaram os currículos escolares, como a exigência de ensino bilíngue e a introdução das disciplinas História e geografia do Brasil, além de língua portuguesa. (SEIFERT, 1999, p. 199).

Para Pandolfi (1999), o final da Primeira Guerra Mundial representa a clássica organização das sociedades em favor de concepções nacionalistas e totalitárias. Estas concepções irão culminar com a implantação do Estado Novo, em que Vargas, com poderes excepcionais, suspendeu liberdades civis, dissolveu o parlamento, extinguiu partidos políticos.

O processo de afirmação de uma identidade nacional em relação ao processo identitário étnico, reivindica para si também um processo de soberania, porém, conforme Bauman (2003, p. 28), a identidade nacional exige uma fidelidade exclusiva e não reconhece competidores ou opositores. Sendo construída minuciosamente pelas forças do Estado, tem o direito de determinar as fronteiras entre o “nós e eles”.

Importante é delimitar que se compreende a identidade étnica a partir de processo. Conforme assinala Barth (1976), em grupos étnicos e suas fronteiras, é um fenômeno elaborado constantemente e apoiado em uma memória coletiva de crenças e valores comuns. A nacionalidade também se processa nesses termos julgando ser fundamental impor a uma memória coletiva determinado processo estritamente relacionado com uma identidade planejada ou produzida (POLLAK, 1992).

No entanto, concorda-se com Hobsbawm (1990) e Anderson (1989) que a nacionalização sugere um dinamismo sociopolítico e cultural que participam desse entendimento, numa perspectiva dinâmica, em que a identidade nacional também se processa nas aspirações e nos interesses populares. Conforme Lessa,

o Brasil-nação, como ingrediente ideológico da nacionalidade, é percebido com um país como um passado duvidoso, um elenco de magnos problemas no presente, porém com futuro exitoso inequívoco. Uma expansão de manso orgulho com a nacionalidade acompanha esse processo, sempre temperado por uma visão autocrítica. (LESSA 2008, p. 253).

O Estado Novo, em nome da unidade nacional, promoveu certa assimilação forçada com impactos para as comunidades étnicas, desenvolvendo um entendimento de cultura e pertencimento. Nesse sentido, Hobsbawm (1990) afirma que, na formação de um Estado-nação, além da instituição de uma língua, era necessário o processo de identificação por meio de uma homogeneização de núcleos de adesão e de exclusão. Um projeto nacional que correspondesse, em suas instâncias, profundas mudanças conceituais no processo educativo, minimizando possíveis heterogeneidades étnicas, privilegiando espaços e tornando a escola mecanismo de seleção e silenciamento. A escola como criadora da nação deveria pensar na origem do processo de formação.

Segundo Gertz,

ideologias nacionalistas difundidas no Brasil [...] que ganharam força na década de vinte e que se impuseram com o Estado Novo em 1937, consideravam que uma rígida campanha de nacionalização garantiria o estabelecimento definitivo da unidade e homogeneidade étnico-cultural-religiosa no Brasil e que a partir deste momento o quadro brasileiro estava definido. (GERTZ, 1991, p. 7).

O processo de nacionalização interferiu no sistema de ensino das escolas, que estavam estruturadas etnicamente. Neste contexto de nacionalização, somente a partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas, com o objetivo de nacionalizar estas instituições produzidas pela imigração, em nome da reestruturação da nacionalidade brasileira.

No ano de 1936, em seu relatório de governo, Getúlio Vargas destaca que, em anos anteriores, no seu governo, já havia um vasto plano de educação de caráter acentuadamente nacional, com o objetivo de elevar o nível cultural das classes dirigentes e melhorar a educação política da população em geral. Segundo a mensagem presidencial, haveria a necessidade de orientar a educação, no contexto histórico, em que o Estado não poderia assistir passivamente e deveria defender a sua estruturação, para impor princípios ordenadores de valores nacionais para as futuras gerações.

A mensagem indica como inimigos de primeira ordem os extremismos de esquerda e direita, com especial atenção ao comunismo, propondo que o Estado

imponha a sua defesa, resguardados os princípios democráticos.<sup>263</sup> A resistência seria interposta pelo ajustamento à tradição, à História política e à organização geográfica.<sup>264</sup> Nesse sentido, a mensagem presidencial indica ainda a configuração e o abandono da posição de imparcialidade para a afirmação, em todos níveis de ensino ou graus de educação, tanto em instituições públicas como nas privadas, a propagação dos valores ditos consagrados pela formação política do Estado brasileiro, assentadas no respeito ao indivíduo e à personalidade. Assim, haveria a necessidade de iniciar, sem demora, em todo o processo educativo, a imposição desses valores de forma compulsória e obrigatória.<sup>265</sup> A indiferença, segundo a mensagem presidencial, poderia levar ao abandono dos princípios democráticos, podendo abrir caminho para que minorias ditas audaciosas impusessem suas ideologias e doutrinas.<sup>266</sup>

A missiva presidencial é enfática no sentido da urgência do plano de educação. Gestado ainda em 1936, compreendia o lançamento das bases do ensino nacional, julgando designar as tradições culturais e reservas de ordem moral da nação brasileira. A família, a democracia e a propriedade, constituídas como instituições básicas do povo brasileiro, deveriam estar garantidas no processo educacional.<sup>267</sup> O intuito do plano de educação era ampliar o Ensino Primário e profissional e ainda melhorar o Secundário e o Superior. Assim, importava levar diretamente a todas as camadas sociais os julgados conhecimentos úteis e a segura influência educativa baseados no nacionalismo.<sup>268</sup> Constituíram fatores importantes para a formação do caráter nacional a disseminação do ensino público e da educação no sentido de homogeneizar a mentalidade das futuras gerações.

Em discurso de implantação do Estado Novo em 1937,<sup>269</sup> Vargas dizia ser ineficiente sistematizar a educação, se o espírito que gerisse a política geral não estivesse conformado com os princípios e as realidades nacionais. Na mensagem presidencial, no ano de 1937, ao comentar as realizações de seu governo, Vargas

---

<sup>263</sup> Relatório de Governo – Mensagem presidencial de Getúlio Vargas no ano de 1936. Coleção das mensagens presidenciais, FGV- p. 460. Ver Pandolfi (1999).

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 461.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 463.

<sup>266</sup> *Idem*.

<sup>267</sup> *Idem*.

<sup>268</sup> *Idem*.

<sup>269</sup> Discurso do Dr. Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, ao implantar o Estado Novo.

dá ênfase ao Plano Nacional de Educação. Segundo o documento, o intuito foi dar à educação uma lei única, com os princípios estruturais, nos seus vários aspectos e modalidades e que deveria converter-se em realidade no mesmo ano. Naquele momento, Vargas alega que os problemas da escola não eram somente a questão do número, mas sobretudo a questão da qualidade.<sup>270</sup> Nesse sentido, as pesquisas pedagógicas deveriam ser incentivadas, com o propósito de organizar qualitativamente as escolas em todas as categorias.<sup>271</sup> Nesse sentido merece atenção a menção de criação do Instituto Nacional de Pedagogia.

As escolas étnicas representavam uma barreira cultural para o projeto de nação ou mesmo a imposição de uma *brasilidade*, em que as dimensões de origem dos imigrantes não se conjugavam com essa proposta. Para tanto formaram seus processos de ensino por meio de um entendimento étnico e cultural próprios. Conforme Lourenço Filho (1940), era necessário formar uma comunidade de costumes num processo nacionalizador escolar. Um caráter nacional imaginado aos brasileiros que pudessem ser educados por um currículo comum, dando ênfase ao uso da Língua Portuguesa, da história e geografia do Brasil, afora a ênfase numa formação moral e cívica. (KREUTZ 2014).

Entende-se com Bobbio (1997) que o principal processo de divulgação do poder ideológico é a palavra e sua sistematização na expressão de ideias. O perigo estrangeiro e o mito da conspiração difundido por Vargas vão produzir aparelhos de vigilância e repressão, através de uma campanha propagandista ideológica que engendraram a Campanha da Nacionalização em que associações, imprensa e escolas foram fechadas. No entanto, a dinamização política e cultural dos países de origem também condicionou e polarizou ações nas comunidades de imigrantes do país, em seus diferentes facetamentos e heterogeneidades. A questão da propaganda foi importante para que o regime ditatorial de Vargas pudesse divulgar os novos aspectos de organização da sociedade sob um regime autoritário.

De acordo com Bastos (1994, p. 11), durante o Estado Novo, a educação tinha a função de reordenar uma reconstrução nacional, pela modernização cultural e institucional. O nacionalismo estava presente nas discussões e nos debates desde a década de 10 e 20, do século XX, e passa a permear as questões

---

<sup>270</sup> Sobre o assunto ver também Bomeny (1999) e Bastos (1994).

<sup>271</sup> Mensagem presidencial de Getúlio Vargas, no ano de 1937.

educacionais. Intelectuais de diferentes áreas viam na educação a constituição da nacionalidade, por meio de um projeto de remodelação das instituições educacionais, a fim de promover uma ampla reforma moral e intelectual.

No discurso do presidente Vargas em 1938,<sup>272</sup> a questão da educação passa a ser percebida como um processo de imposição moral, para transformar a escola primária em fator eficiente de formação do caráter das novas gerações. Para promover os rumos de um nacionalismo, a educação foi considerada um problema nacional por excelência; tornava-se urgente definir que tipo de projeto de educação deveria ser promovido e qual seria seu disciplinamento. Neste sentido, foram promulgados seis decretos-lei, que moldaram o processo de nacionalização por meio da base legislativa.

Quadro 21 – Algumas legislações específicas da nacionalização em âmbito nacional

| Legislação | Data       | Resumo  |
|------------|------------|---|
| 406        | 06/04/1938 | Primeiro decreto em âmbito nacional que regula a entrada de estrangeiros no Brasil, que dentre outros assuntos, dispõe sobre a concentração e assimilação de estrangeiros e, no art. 85 regulamenta o ensino nas ditas escolas rurais   |
| 1006       | 10/12/1939 | Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Impõe a censura de livros didáticos na rede de Ensino Elementar e de 2º Grau, que não atendessem aos propósitos da Lei  |
| 1545       | 25/08/1939 | Além de dispor sobre a adaptação ao meio nacional dos descendentes de estrangeiros, no art. 04, incumbe o Ministério da Educação e da Saúde a promover e manter escolas em áreas de colonização estrangeira, bem como subvencionar escolas, orientar sobre a formação de professores, estimular a criação de organizações patrióticas, vigiar o ensino de língua estrangeira e o ensino de geografia e História do Brasil, bem como distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil |
| 2072       | 08/03/1940 | Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira  |
| 3580       | 03/09/1941 | Dispõe sobre a Comissão Nacional do Livro Didático, proibindo a importação de livros didáticos, escritos total ou parcialmente em língua estrangeira, destinados ao uso de alunos do Ensino Primário, bem como a sua produção no território nacional  |

Fonte: Organização do autor.

Segundo Kreutz (2014), dado que as escolas da imigração privilegiavam a cultura étnica de cada grupo, eram consideradas um dos grandes entraves na

<sup>272</sup> Discursos presidenciais da era Vargas 1938. *In*: Vargas, Getúlio, 1883-1954. Getúlio Vargas / organização, Maria Celina D'Araújo. — Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.



política de formação de uma unidade nacional desejada. Mesmo a própria diversidade cultural do povo brasileiro poderia ser considerada um problema nesse sentido. Porém, esse processo não pode ser considerado único ou homogêneo nos diferentes estados da Federação.

A produção de uma cultura escolar dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul teve especificidades regionais preponderantes para a construção de representações históricas, que possibilitem melhor contextualização da temática desta pesquisa. O fenômeno da nacionalização, em relação às escolas étnicas polonesas, é inerente a um contexto de existência e da livre-produção e reprodução de culturas estranhas a um ideal de *brasilidade* ou de pensamento pátrio nacional, que a própria cultura étnica polonesa representava. A *polonidade* representa um importante viés de construção étnica, que causaria estranhamentos e conflitos com esse pensamento de compactação cultural nacional. A campanha de nacionalização transformou os rumos da educação formal, homogeneizando modos e processos de ensino, organizando e disciplinando a educação pública no Rio Grande do Sul, de acordo com estes ideais de homogeneização. Foi um projeto de entendimentos com setores da sociedade brasileira, reunindo uma construção de sentidos, que culminaram nos decretos de Getúlio Vargas.<sup>273</sup> Dentre esses sentidos estão a personalidade ditatorial populista do próprio Vargas; o temor de conspirações imperialistas estrangeiras, com a divisão do Brasil em territórios com enclaves ou quistos culturais alienígenas,<sup>274</sup> e o medo do avanço do comunismo ou de ideologias de esquerda,<sup>275</sup> como teses que justificaram a implantação de um regime autoritário

---

<sup>273</sup> Ver Quadro 9 – Legislações específicas da nacionalização em âmbito nacional.

<sup>274</sup> Exposição anexa ao Anteprojeto para a criação dos Territórios Federais. Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral Palácio do Catete em 14/12/1938 BN/RJ. A criação na época do Território Federal do Iguazu, entre o Estado de Santa Catarina e do Paraná, marca a investidura da união para estabelecer o domínio das regiões fronteiriças em áreas de imigração, para resguardar a defesa territorial.

<sup>275</sup> Em defesa de seu Regime, Getúlio Vargas afirmava, lembrando da Intentona Comunista de novembro de 1935: “Adotadas as medidas de urgência que a segurança das instituições exigia, seguiram-se outras igualmente necessárias para garantir, de futuro, a tranquilidade geral, poupando-as aos abalos das agitações facciosas e aos malefícios dos agentes da infiltração comunista”. Mensagem presidencial à Assembleia Legislativa de 1937. Entretanto, o combate ao comunismo ou aos auspícios de uma Revolução Proletária era anterior ao governo Vargas. A orientação para as instâncias consulares brasileiras era a cautela com base no temor do bolchevismo ou o medo da infiltração de *soviets* no Brasil, na orientação da política de seleção de imigrantes. Conforme ofícios da Legação Brasileira e Varsóvia de 6/7/1922, afirma-se o cuidado em receber imigrantes ucranianos que desejavam emigrar para o Brasil, pelo perigo da infiltração de agentes russos (vermelhos) indesejáveis, em contraposição aos russos desejáveis, estes

e a delimitação dos inimigos nacionais<sup>276</sup>. Inclusive a Argentina era considerada uma ameaça para coesão territorial brasileira. Foram traçadas estratégias e recomendações de projetos da malha ferroviária brasileira pelo Estado Maior do Exército, no pretexto de um ataque ou invasão do território brasileiro pelas tropas de cavalaria e divisões do Exército Argentino.<sup>277</sup>

De acordo com Carneiro (1999), em nome da segurança nacional, Getúlio Vargas se dizia representante do sentimento da pátria e do povo brasileiro e, aproveitando-se da inexpressiva participação partidária e dos supostos temores de agitação política, que estariam causando uma convulsão nacional, construiu seu regime baseado na supressão de direitos civis, tendo como modelo os regimes nazistas e fascistas, com forte estigmatização de estrangeiros, inclusive com posicionamentos antissemitas.<sup>278</sup> Nesse sentido, o perigo da entrada dos

---

últimos também chamados russos brancos, apoiadores da monarquia dos czares, que combateram o bolchevismo. (AN/RJ 232/3/16). Importante anotar também a suposta influência do judaísmo nas revoluções operárias, conforme noticiadas pelas instâncias consulares na condenação em tribunais de exceção de um bispo católico na Rússia, noticiadas pela Legação Brasileira em Varsóvia, mobilizando um sentido antissemita da política de imigração brasileira, ainda nas primeiras décadas do século XX. (AN/RJ 232/3/16). A instância consular informa também a luta que a Polônia conduzia contra o avanço do comunismo na Europa, lembrando a vitória polonesa na guerra contra a Rússia em 1920. (AN/RJ 232/03/16). Os temores a respeito de um efetivo poder de avanço da esquerda ou da conspiração comunista são propagados até os dias atuais, favorecendo durante os tempos a invenção de personagens políticas que retomam para si o messianismo de combater o “mal”, oportunizando ganhos políticos baseados no nacionalismo e patriotismo, que favorecem as classes dominantes do país, em detrimento dos direitos sociais e humanos.

<sup>276</sup> Neste caso as comunidades de imigrantes, que não se nacionalizavam e o avanço de ideologias de esquerda. Se bem que Vargas nutria uma certa admiração por regimes autoritários, o que explica a sua neutralidade na Segunda Guerra Mundial até 1942.

<sup>277</sup> “Em 40 dias após declaração de Guerra, a Argentina poderá invadir o Rio Grande do Sul com uma massa de 6 divisões de Exército e 3 de Cavalaria.” Relatório secreto de Francisco José Pinto, secretário de Segurança Nacional, ao Ministro da Guerra, em 11 de janeiro de 1938. Biblioteca Nacional – RJ. Ver também relatórios sobre o monopólio da aviação comercial na América Latina, supostamente requisitados por acordos internacionais pela Argentina. BN/RJ.

<sup>278</sup> Ofício enviado pela Legação Brasileira na Polônia em dezembro de 1937, informava sobre a grande demanda que havia na Polônia de contingentes que ansiavam pela emigração para o Brasil. Além disso informava que no País havia um contingente de 4 milhões de judeus que eram perseguidos por setores nacionalistas na Polônia e que buscavam burlar as leis migratórias brasileiras para fins de emigração. (Emigração para o Brasil em 1937. Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia 30/12/1937. AN/RJ 74/5/15). Outros documentos davam conta de informar sobre denúncias de falsificações em documentos, nas denominadas “cartas de chamada”, que era considerada uma indústria de falsificação no Rio de Janeiro, solicitadas por indivíduos ligados à comunidade judaica, com a finalidade de autorização de entrada no Brasil a imigrantes, expedidas por autoridades brasileiras no Rio de Janeiro. (A Indústria das Cartas de Chamada. Correio da Manhã 20/10/1937. Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro. Seguintes BN/RJ. Ver também: Falsificação de Cartas de Chamada. Ofício da Legação Brasileira na Polônia em 17/12/1937. AN/RJ 74/5/15). Sobre o assunto ver Carneiro (2001)

“indesejáveis”,<sup>279</sup> segundo o entendimento da política imigratória varguista; o combate aos quistos estrangeiros existentes no Brasil, seria a principal estratégia da política imigratória de seu governo, além de um posicionamento firme contra quaisquer intenções imperialista de diferentes países, em relação ao Brasil. Dessa forma, é construído o campo de atuação da política de nacionalização.

Apesar de Getúlio Vargas apresentar-se como uma segunda via da política de Café com Leite da República Velha, inaugurando um novo regime de governo pela Revolução de 1930, todo esse movimento pode ser caracterizado como a continuidade dos ideais positivistas, baseados em nacionalismo conservador, que favoreceram classes econômicas herdeiras das antigas oligarquias que sempre comandaram o país e que agora estavam repensando a modernização do Brasil, com a finalidade de extinguir as ditas ideologias de esquerda.

Nesse sentido, é importante enfatizar que a organização política multifacetada de Vargas, oriunda ainda da crise de 1929, que quebrou as estruturas de um pensamento estrutural globalizado, trouxe como consequência a onda nacionalista que visava a combater as influências de políticas estrangeiras, carregando sobre si o *slogan* da modernização do país e da sociedade.

Até aqui podemos inferir que a ação nacionalista desempenhou acima de tudo um papel de consequência lógica de uma política equivocada e devotada por princípios de assimilação e homogeneização, uma modernização vertical descaracterizada de quaisquer princípios democráticos.

O pretexto de uma reação contrária aos imigrantes, usada pelo regime, preconizava um projeto que visava extinguir os grupos individualizados, considerados negativos para o bem da nação. Com a existência dos grupos étnicos, haveria ações consulares e diplomáticas que visavam a estabelecer vínculos estreitos com a comunidade imigrante, disseminando atividades políticas, educacionais e econômicas, deixando estes grupos sob a esfera de influência dos órgãos governamentais dos países de origem imigrante. Estes aglomerados étnicos-

---

<sup>279</sup> “Peior elemento dos gheto da Polônia” (*sic*) Documento consular se referindo à entrada de judeus poloneses no Brasil, Varsóvia 28/12/1936. Ofício Reservado sobre imigração no Brasil e quotas. AN/RJ 74/5/15. “É a carta de chamada a malha grossa por onde passa ao Brasil o judeo, e hoje que diz judeo, diz comunista. Perigo grave para futuro próximo é continuar o nosso país de portas abertas às escorias judengas expulsas da Polônia e da Alemanha.” (*sic*) Vistos em passaportes de turistas apátridas. (Confidencial, Varsóvia 4/12/1936. AN/RJ 74/5/15).

imigrantes estavam bem-organizados culturalmente, sendo um entrave para a dita teoria da assimilação.

Para Krasicki (1983), a Primeira Guerra Mundial trouxe consequências diretas para o enfraquecimento dos velhos sistemas políticos baseados no positivismo, fazendo com que fossem gestadas novas tendências ideológicas que desagradavam as oligarquias brasileiras. Os anos 20 foram, de certa forma, um período de estagnação econômica, quando a industrialização progredia muito lentamente.

A dependência econômica do café e a depressão de 1929 acenderam o desejo por mudanças sociais drásticas nos anos 30. Apesar de Vargas surgir como uma nova via de mudanças de emergências sociais e econômicas, como em todas as fases populistas, em face das expectativas de camadas da sociedade, sua ação política apoiada pelo Exército é mais enfática com o golpe de 1937, quando anuncia uma nova Constituição Federal como um símbolo de unificação da nação brasileira, acima de interesses individuais. No entanto, seu papel acima das ideologias de esquerda baseou-se em ações autoritárias.

A própria Constituição de 10 de novembro de 1937, que implantou o Estado Novo e a mudança do regime político, trouxe em seu bojo inspirações autoritárias com cunho conservador de regimes semifascistas e fascistas europeus, como o de Piłsudski e de Mussolini. A Constituição de 1937, conhecida pelo apodo de “polaca”, por ser inspirada na constituição polonesa de 1935,<sup>280</sup> previa poderes ilimitados ao Executivo e total subordinação dos demais poderes.

Porém a tarefa nacionalista era composta também pela luta contra os regionalismos, no sentido de moldar uma nação, dita moderna, defrontando justamente com os antagonismos regionais. Nesse sentido, Vargas necessitava uma ação direta, a fim de manter uma unidade diretiva nos estados. Essa tendência fez com que nomeasse interventores para fins de mobilizar suas ideologias e unificar o discurso contra os antagonismos regionais e controlar a atividade das autoridades nos estados. (MANSUR, 1966).

Segundo Kula (1978), em 1930 foi criado o Ministério da Educação, cuja tarefa era transformar o sistema de ensino, visando a unificar e, ao mesmo tempo,

---

<sup>280</sup> Sobre o assunto ver PORTO, Walter Costa. *Constituições brasileiras*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

eliminar os antagonismos estaduais e regionais, com ênfase no ensino da História e geografia do Brasil e à modernização do Ensino Superior. Porém, a característica mais marcante da Era Vargas foi a dissolução e repressão de todos os antagonismos políticos, bem como dos grupos que os representavam, certo de que a grande força de manifestação e ação estavam voltadas para as lideranças regionais como entraves. No entanto, os grupos estrangeiros e a ideologia comunista se mostravam reluzentes e atuantes no horizonte político nacional.

As leis nacionalizadoras não foram exclusivas da imposição do Estado Novo. Segundo Krasicki (1983), já no início dos anos 30 Vargas havia claramente dirigido regulamentos contra estrangeiros e imigrantes, no sentido de normatizar o mercado de trabalho. Stanis Hesel em 1934, enquanto representante da União dos Poloneses do Exterior, e que atuava junto à CZP, dizia que a pressão nacionalista afetava não só os poloneses, mas também outros grupos bem-organizados, e que as tendências nacionalistas estavam se transformando em pensamento chauvinista, apoiadas por muitos intelectuais brasileiros.<sup>281</sup> No ano de 1935, durante a Intentona Comunista, em uma política particular antiestrangeira, estabeleceram-se cotas anuais para diferentes grupos de imigrantes que viriam para o Brasil, proibindo a concentração de imigrantes e promovendo a organização de colonizações mistas de diferentes grupos. Mesmo a “Lei Monstro”, como ficou conhecida a Lei de Segurança Nacional, continha uma série de penalidades contra os direitos individuais sobre quem atentasse contra a ordem social estabelecida, bem como contra a unidade da Federação.

Um importante fator foi a criação do Conselho de Segurança Nacional por aquela Constituição, composto basicamente por generais do Estado Maior do Exército, que representou a integração maciça das forças armadas nos rumos da política brasileira e na condução e sustentação do regime golpista de Vargas.<sup>282</sup>

---

<sup>281</sup> Sprawozdanie Stanisława Hessela do Światowego Związku Polaków w Warszawie z 3 października 1934 roku. AAN 10210.

<sup>282</sup> Da Segurança Nacional, art. 161. As forças armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierarchica e da fiel obediencia á autoridade do Presidente da Republica. Art. 162. Todas as questões relativas á segurança nacional serão estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiaes creados para attender á emergencia da mobilização. O Conselho de Segurança Nacional será presidido pelo Presidente da Republica e constituido pelos Ministros de Estado e pelos Chefes de Estado Maior do Exercito e da Marinha. Art. 163. Cabe ao Presidente da Republica a direcção geral da guerra, sendo as operações militares da competencia e da responsabilidade dos commandantes chefes, de sua livre escolha.

Os temores são justificados pelas diferentes interpretações sobre o próprio contingente de estrangeiros que habitavam as regiões isoladas do Brasil e seu modos de existência. Anteriormente considerados como necessários para a consolidação territorial e o desenvolvimento de regiões despovoadas, agora transformam-se em ameaça à integração nacional e ao projeto de construção do sentido de *brasilidade* desejada pelas classes conservadoras do país.

Neste íterim, algumas questões são necessárias para maior reflexão e análise destes contextos: A nacionalização compulsória atingiu um contingente de inocentes, silenciando suas culturas e modos de ser? Atingiu grupos e instituições estrangeiras que promoviam a unidade étnica de diferentes nacionalidades e suas intenções políticas e pretensões expansionistas?

Analisando estas questões de um ponto de vista do contexto da ideologia das classes dominantes, de coesão nacional conservadora, a nacionalização foi um movimento necessário que manteve a integração nacional dos territórios de forma a dar um fim aos quistos alienígenas que ameaçavam a unidade nacional. Se pensarmos em um ponto de vista multiétnico cultural, de formação do povo brasileiro e da conjugação de sua etnicidade, enquanto um modelo justificado como um processo de escolha consciente e inconsciente, a nacionalização promoveu a conglobação dos desiguais, num processo forçado de homogeneização, em favor de um idealismo inventado de *brasilidade*. Em vista de uma avaliação negativa ou positiva, compreende-se que a nacionalização foi negativa no plano singular dos indivíduos, mas positiva no ponto de vista orgânico-estatal. Porém, não há como fazer uma avaliação isenta e neutra, para afirmar se a nacionalização foi positiva ou negativa, sem avaliar essas duas variáveis.

A nacionalização foi gestada em circunstâncias abertas que envolvem toda a estruturação dos Estados-nações no mundo, como também a busca pela afirmação da suposta identidade do ser brasileiro. Porém, entende-se que a caracterização do ser brasileiro num processo cultural único é inadequado, devido à pluralidade de formas de vida e pensamento, à qual nenhum ideário poderia dar um mesmo sentido, sem entrar em conflito com essas diferenças. Compreende-se também que a nacionalização empreendeu esse processo de combate ao diferente, com base na

---

(*Idem*, p. 89-90).

homogeneização estatal e gregária de um sentido único de *brasilidade*. Em síntese, a análise que se evidencia como mais ponderável é a de que, no plano de uma cultura brasileira única e assimiladora a nacionalização foi necessária; do ponto de vista da unidade territorial nacional, a nacionalização foi necessária, porém, do ponto de vista da singularidade dos indivíduos, em seu caráter multicultural orgânico e étnico, a nacionalização foi desnecessária.

Se forem analisados sentidos pretendidos pelo governo polonês, amparados pelas ideias imperialistas, a interpretação evidenciada é que havia uma ameaça à unidade territorial brasileira, justificada pela ação nacionalista. Porém, muitas das comunidades polonesas atingidas na sua razão de ser e que produziam sua cultura étnica, ficavam inertes aos desejos do expansionismo colonial e político polonês. Estavam mais interessados na sua subsistência e convivência em suas comunidades.<sup>283</sup> Se seguirmos a trajetória que até aqui delinea-se, de que a nacionalização do ensino é resultado de um contexto internacional, de uma nova corrida colonial, e promoção dos Estados nacionais, que inclusive motivou o início da Segunda Guerra Mundial, o mito da conspiração não é tão desmedido, do ponto de vista do funcionamento do Estado brasileiro no período.<sup>284</sup> Mesmo hoje, se houvesse estrangeiros interessados em anexar parte do território brasileiro, haveria uma comoção nacionalista generalizada.

A publicação da Carta constituinte mobilizava os setores ligados ao Ministério das Relações Exteriores polonês, no sentido de interpretação da política geral e da mudança do regime político que seria adotada no Brasil. Na implantação do Estado Novo, um dos inimigos preconizados eram justamente os estrangeiros. No Sul, o que parecia ser mais óbvio eram os que descendessem de estrangeiros de países europeus, seriam em tese uma ameaça para a nação brasileira. Certamente, esse temor não se justificou apenas pela relação lógica do ser estrangeiro ou descendente de estrangeiro, com maior ou menor resistência em relação aos processos de homogeneização cultural brasileira. Esses pensamentos eram

---

<sup>283</sup> Retoma-se aqui o sentido da etnicidade enquanto processo. Se uma cultura não representa certas vantagens sociais, emocionais e mesmo econômicas, estas tendem a ser substituídas, reformuladas com maior intensidade, de acordo com o desenvolvimento histórico e processual de uma cultura.

<sup>284</sup> É uma forma de compreensão numa expressão que se adequa às discussões levantadas: “é, mas nem tanto quanto”.

difundidos por órgãos governamentais, que possuíam uma boa quantidade de documentação produzida por setores da inteligência, ligados à Secretaria de Segurança Nacional e ao Ministério das Relações Exteriores, utilizados para justificar a ação nacionalista.<sup>285</sup> Conforme Bomeny (1999, p. 152), “mencionada e incluída na pauta de discussões e avaliações desde o início do século, a nacionalização do ensino encontrará no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução”.

Os meses de abril e maio de 1938 marcam importantes ações do planejamento da campanha de nacionalização em nível nacional. O Decreto 383, de 18 de abril de 1938, sobre a proibição de “Atividades Políticas de Estrangeiros no Brasil,<sup>286</sup> dentre seus ordenamentos estavam a proibição de associações com finalidades políticas, com punições mais severas contra estrangeiros no Brasil, como a expulsão. A penalidade era aplicada inclusive a quem participasse de sociedades com essas finalidades. Além destas proibições, restringia a utilização de símbolos e flâmulas de partidos políticos estrangeiros. Entretanto, seria lícito aos estrangeiros associarem-se com finalidades culturais a clubes e a outros estabelecimentos para comemoração de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica aos países de origem. Vedava a tais entidades o recebimento de subvenções ou auxílios financeiros de governos, entidades ou pessoas domiciliadas no Exterior. Conforme o Decreto, as proibições alcançavam de maneira especial as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por brasileiros e estrangeiros, ou mesmo sociedades de qualquer natureza e finalidade, ressalvados o direito de uso de uniformes escolares e a realização de reuniões pedagógicas.

As Associações e Sociedades que apresentassem as finalidades proibidas pelo decreto estariam automaticamente dissolvidas na publicação desta lei. Neste sentido, em relação aos poloneses, tanto as atividades da CZP, como da Liga Morska e Kolonialna e das Associação dos Professores Poloneses do Brasil, estariam contempladas pela normatização e teriam suas atividades automaticamente encerradas no Brasil. No entanto, essas instituições foram fechadas de forma antecipada em março de 1938, no Paraná, por ordem do

---

<sup>285</sup> Dossiês secretos sobre as intensões imperialistas polonesas no Brasil. Lata 803 AN/RJ.

<sup>286</sup> BRASIL, Decreto 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. (Diário Oficial da União - Seção 1, p. 7357. Coleção de Leis do Brasil - 1938, p. 53, Vol. 2).



General Meira de Vasconcellos, sob a acusação de receberem subsídios do governo polonês. Ademais pesavam sobre estas instituições o forte cunho político, com estreita relação com a política colonial do Ministério das Relações Exteriores Polonês (MSZ).

Das entidades estrangeiras com permissão de existência com fins culturais não poderiam participar brasileiros natos ou naturalizados, ainda que fossem filhos de estrangeiros. Esta normatização é visível de forma emblemática nos estatutos da Sociedade Polônia em Porto Alegre. Da sua fundação no ano de 1930, resultado da união das sociedades Águia Branca e Tadeusz Kościuszko, tinha como uma das finalidades, em seu estatuto,<sup>287</sup> manter um Jardim de Infância, uma Escola Elementar e um estabelecimento de Ensino Secundário, sendo que poderiam ser sócios todos os poloneses ou polonesas, inclusive pessoas de origem polonesa; mesmo quem não preenchesse estes requisitos poderia ser aceito na categoria de “sócios auxiliares”. Entretanto o novo estatuto de julho de 1938 tinha, dentre seus objetivos, manter uma Escola Elementar para o ensino de Língua Portuguesa aos poloneses que desejassem e para o de Língua Polonesa aos filhos de sócios, desde que tivessem nascido na Polônia. Representava uma forma arranjada de cumprimento da legislação e a manutenção das atividades da sociedade. Ressaltava ainda, no primeiro capítulo, no art. 4º de seu estatuto, que a sociedade não tinha caráter político, sendo este “puramente cultural e social”.<sup>288</sup> Poderiam ser sócios todos os poloneses e polonesas que estivessem em pleno gozo de seus direitos civis. Excluía, da redação do estatuto, as pessoas de origem polonesa e os sócios auxiliares.

O Decreto n. 389, de 25 de abril de 1938, "Sobre a Nacionalidade Brasileira"<sup>289</sup> normatizou quem seriam os brasileiros natos e naturalizados, com destaque para a confirmação do direito de solo (*jus solis*), que tornava brasileiros todos os nascidos em território nacional, como também os filhos de brasileiros nascidos no Exterior, que estivessem a serviço do governo brasileiro. Para os

---

<sup>287</sup> Estatuto da Sociedade Polônia, em 14 de janeiro de 1934. Acervo da Sociedade Polônia, Porto Alegre – RS.

<sup>288</sup> Estatuto da Sociedade Polônia, em 06 de julho de 1938. Acervo da Sociedade Polônia, Porto Alegre – RS.

<sup>289</sup> BRASIL, Decreto n. 389, de 25 de abril de 1938. Regula a nacionalidade brasileira. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/4/1938, p. 7724 Coleção de Leis do Brasil - 1938, p. 59, v. 2.

naturalizados, a principal exigência era a permanência no Brasil por um período mínimo de 10 anos ininterruptos, possuir fonte de renda constante, documentada e conhecimento fluente da Língua Portuguesa. O decreto restringia aos brasileiros natos os direitos políticos plenos, podendo candidatar-se para cargos eletivos.

De forma mais contundente, o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, que dispusera “sobre a entrada de estrangeiros no território nacional”,<sup>290</sup> traz em um decreto-lei a concretização dos *slogans* preconizados pelos relatórios da 5ª Região Militar sobre a necessidade da Campanha de nacionalização no Brasil. De certa forma, foi a implementação mais radical da política nacionalista brasileira, no sentido de completar e unificar os decretos estaduais anteriormente publicados nos estados de Santa Catarina e do Paraná, proporcionando maior agilidade ao processo de homogeneização da cultura nacional desejada.

O escopo do Decreto estabelece um Código de Imigração, enfatizando disposições específicas para a fixação de imigrantes recém-chegados no Brasil, como cotas de nacionalidades, o estabelecimento de núcleos heterogêneos, com imigrantes de diferentes nacionalidades e, inclusive, o estabelecimento de cotas de brasileiros para compor o processo de colonização de áreas rurais, bem como disposições sobre a posse das terras, como o período mínimo de fixação à terra de quatro anos.

Porém, é no capítulo XVI, nas disposições transitórias, que o Decreto estabelece a normatização do ensino escolar nas áreas de imigração, em desprestígio das escolas étnicas de todo o país, com relação ao ensino em língua estrangeira e a obrigação do ensino em língua vernácula. Precisamente no art. 85 e parágrafos subsequentes é dada a ênfase à utilização da Língua Portuguesa nos espaços de ensino, estabelecendo a compactação da cultura nacional, sob a égide da cultura lusitana. Este ordenamento restringe ou inviabiliza as demais culturas que subsistiam nos mais distintos rincões coloniais no Brasil utilizando da língua como demarcador de etnicidade e agregação cultural.

Além de impor o vernáculo como língua de ensino, passam a ser obrigatórias as disciplinas de História e a Geografia do Brasil, bem como restringe

---

<sup>290</sup> BRASIL, Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938. Sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/5/1938, p. 8494. Coleção de Leis do Brasil - 1938, p. 92, v. 2.

peessoas estrangeiras de exercer a docência nas escolas. Ademais, soma-se aos ordenamentos, a restrição de livros e escritos étnicos.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da História e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeiras, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

O fechamento das associações amplas, tão importantes à imigração polonesa, como também para outros grupos de imigrantes e a restrição da ação dos instrutores de ensino ou professores estrangeiros, que tinham intensa atuação nas escolas étnicas polonesas no Brasil, concretizou o ideário elaborado pela Campanha de uma pretensa homogeneização da cultura brasileira.

Em relação aos desmembramentos ou à submissão de parte do território nacional à soberania de estado estrangeiro, o Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, indica a posição garantidora da unificação territorial prevendo, inclusive, a pena capital<sup>291</sup> para os crimes dessa natureza. Com este decreto, o governo Vargas especificava os crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social, tais como: subversão política, golpes ou levantes armados. A punição de sentença de morte sob fuzilamento representa a posição repressiva estabelecida contra quaisquer desenvolvimentos de políticas imperialistas no Brasil, bem como da ação de grupos ideológicos contrários ao governo. As pretensões da Polônia, sob a qual recaíam acusações de práticas imperialistas, atreladas à sua política de colonização, encabeçadas pela LMK e pelo

---

<sup>291</sup> Leia-se pena de morte.

MSZ, conforme divulgado pela imprensa brasileira, bem como por dossiês das Legações Brasileiras em Genebra e em Varsóvia, seriam afetadas pela emissão deste decreto.

Segundo Cunha (2014), em relação à educação algumas medidas tomadas pelos governos dos estados tinham como foco o ensino da Língua Portuguesa e os símbolos nacionais, como a bandeira e hinos, no sentido de que as crianças se identificassem com a cultura brasileira. Para Luchese (2014), com o objetivo de construir a nação brasileira, muitos foram os anúncios da necessidade de expansão das escolas públicas, para ensinar o português e o amor à Pátria. Anteriormente até a década de 30, haveria certa tolerância com as escolas étnicas, porém, a partir de 1938, com políticas e práticas efetivas da nacionalização, houve um processo de apagamento das diferenças étnicas, em que a escola assume o papel de homogeneizar hábitos, costumes e falas. Para Gertz (1991), em relação ao Rio Grande do Sul, o processo da nacionalização, foi apresentado em dois campos de ação: primeiro, associado à educação e, o segundo, associado ao processo repressivo, representados, respectivamente, pelo então Secretário de Educação do Estado, José Pereira Coelho de Souza e pelo Chefe de Polícia, Aurélio da Silva Py.

Segundo Coelho de Souza (1941), as medidas da nacionalização buscaram interromper um processo cultural de quase meio século. Para o então secretário da Educação, no Rio Grande do Sul, a ação nacionalizadora na educação deveria ser implantada com medidas preventivas e repressivas. As medidas preventivas compreenderiam as caravanas nacionalistas, as paradas da juventude, o incremento da rede escolar estadual, a nacionalização do sistema particular de ensino e a criação do corpo de delegados escolares regionais e de orientadores técnicos em todos os municípios, distribuídos em superintendências regionais que fiscalizariam permanentemente as escolas e os colégios. Além dessas medidas, a ação previa a criação do maior número de escolas possíveis e a nomeação de professores para a rede pública estadual. Dentre as medidas repressivas, segundo Coelho de Souza (1941), estaria o aparato legal ou as leis que impossibilitassem a retomada ou o desenvolvimento do processo escolar étnico-estrangeiro. Nesse sentido, tem-se a imposição de dois decretos-leis buscando disciplinar o assunto, assinados respectivamente pelo Interventor Federal, Cordeiro de Farias e pelo Secretário da Educação, Coelho de Souza.

Quadro 22 – Legislação específica da nacionalização no Rio Grande do Sul.

| Legislação | Data      | Resumo  |
|------------|-----------|---|
| 7212       | 8/4/1938  | Oswaldo Cordeiro de Farias, então interventor federal, decreta esta lei composta de uma série de artigos com relação às escolas étnicas no Rio Grande do Sul            |
| 7247       | 23/4/1938 | Regulação complementar em relação ao decreto anterior, assinado por Coelho de Souza, dispõe sobre o registro das escolas particulares na Diretoria da Instrução Pública |

Fonte: Organização do autor a partir de Kreutz (2005).

Segundo Kreutz (2014), no Rio Grande do Sul o processo de nacionalização foi progressivo. Em contraposição às diversas escolas de diferentes grupos de imigrantes, os governos buscavam implantar um processo escolar público.

Na sequência deste capítulo, observa-se ser importante desenvolver algumas especificidades ou características que a nacionalização desenvolveu em diferentes instâncias sociais.

Entretanto, a campanha nacionalista no Brasil não poderia ser considerada proporcionalmente aplicada de forma linearizada e homogênea em todo o território nacional. Segundo Krasicki (1983), seu curso, a intensidade e a aplicação de forma mais ou menos rigorosa dependiam da medida das autoridades de cada estado. Os estados emitiram suas próprias normatizações, segundo considerasse adequadas às províncias. Principalmente em relação ao Rio Grande do Sul, pode ser identificada uma maneira própria de difusão da Campanha de Nacionalização. A questão pode ser considerada pelas diferenças regionais que a própria imigração representava em seus modos de organização, seu senso de etnicidade e *polonidade* ou o cultivo da língua e das tradições. Além desses fatores, em certa medida, dependia do processo de transformação de seus processos identitários e mesmo a dispersão nos territórios coloniais. Soma-se ainda a esses fatores a predisposição com que as autoridades estaduais compreendiam o processo político de nacionalização e suas adesões em menor ou maior escala a estes preceitos.

Assim, podemos inferir que a nacionalização foi distinta, em relação aos estados e às suas especificidades regionais. Conforme acusações do próprio consulado polonês em Curitiba, haveria uma onda chauvinista histórica levada a cabo no Paraná, com fins de superar as expectativas em relação à radicalidade, superando as expectativas quanto à utilização da força policial para pôr fim à

comunicação oficial entre os países de origem e a imigração estabelecida no Brasil.<sup>292</sup>

#### 4.1 OS POLONESES E AS MEDIDAS NACIONALIZADORAS ANTERIORES À CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO

O processo de nacionalização ou valorização da *brasilidade* foi pensado e desenvolvido desde o século XIX, com os ideários de nação e nacionalismo, que seriam defendidos e implementados no Brasil. Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, no calor do contexto ou das circunstâncias estabelecidas, que antecederam o conflito mundial, houve a primeira onda nacionalista no Brasil, caracterizada como uma resposta ao chamado na época de perigo estrangeiro.<sup>293</sup> Embora fosse um despertar para as ameaças e os embaraços que grupos estrangeiros, mobilizados em torno de culturas étnicas fortalecidas, pudessem, na prática, atentar contra a integração territorial e o projeto de *brasilidade*, a nacionalização foi caracterizada como uma força coercitiva. Este estado de coisas era apoiado em manifestações públicas de intelectuais que acreditavam no desenvolvimento do nacionalismo, por meio da força agregadora do Estado.<sup>294</sup>

Em consenso com Wachowicz (1981), a revisão das leis sobre estrangeiros, de fato, foi uma das primeiras medidas que implicaram em uma efetividade de ações para promover a *brasilidade*. Porém, foram conduzidas em detrimento dos processos de colonização e povoamento por imigrantes, principalmente quando a União retoma para si a ação de conduzir processos migratórios e o estabelecimento das colônias. (PETRONE, 1997). Nesse sentido, há uma nova regulamentação ao Serviço de Povoamento do Solo, com a finalidade de organizar e regular a administração e a emancipação dos núcleos coloniais. (WELLISCH, 1941). O Decreto n. 9081, de 3 de novembro de 1911, mobilizou uma série de medidas que

---

<sup>292</sup> Ministrów Tadeusz Skowronski. Pismo Poselstwa RP w Rio de Janeiro do Ministra Spraw Zagranicznych z 20 kwietnia 1938 r. AAN, 10384. s. 01.

<sup>293</sup> Ver Seyferth (1989), Gertz (1991) e Rinke (2014).

<sup>294</sup> Ver Torres, (1978). Para Torres, intelectual que inspirou o ideário patriótico do Estado Novo, mesmo posteriormente à sua morte, o problema do Brasil em 1914 estava na falta de valorização do trabalhador nacional e a vilipêndiagem do capital estrangeiro, que tinha como objetivo apenas a exploração das riquezas nacionais. Importante é citar as ações de empresas exploradoras americanas, na construção da malha ferroviária brasileira, que, inclusive, foi um dos motivos da Revolução do Contestado. O nacionalismo, segundo Torres (1978), viria da relação afetiva de pertença e esta deveria ser conduzida por um estado forte e centralizado.

nesse sentido, que importavam na regulação, diretamente pela União, de diferentes acordos estabelecidos com governos estaduais e companhias particulares de colonização. Impõe medidas de seleção do imigrante sob o ponto de vista físico e moral, segundo as aptidões e as características para a fixação nas colônias.<sup>295</sup> No entanto, cabe lembrar que as colônias formadas por diferentes grupos de imigrantes, ainda no século XIX, já conduziam etnicamente um processo de organização cultural e social, no formato de comunidades, sociedades e escolas.

Em relação ao ensino, a legislação brasileira desde a época do Império permitia às províncias legislarem sobre a Instrução Pública, num processo de descentralização. (WACHOWICZ, 1980). Diferentes estados conduziam seus processos de escolarização, de acordo com um entendimento das Assembleias Legislativas locais. No entanto, a ação provinciana, em relação à Educação, não surtira efeitos desejados, por mais que as intenções fossem as melhores, como se pode constatar sobre a Legislação da Instrução Pública, da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a universalização do ensino público, gratuito e obrigatório.<sup>296</sup>

A formação de comunidades étnicas de imigrantes, as necessidades de escolarização e a ineficiência do sistema público de ensino fizeram com que a responsabilidade no campo de ensino recaísse justamente sobre os próprios grupos étnicos. (MALIKOSKI 2018). Nesse íterim de fatos, diferentes comunidades polonesas disciplinavam e organizaram suas sociedades com a finalidade de ensino. O entendimento da regulação ou da imposição de um processo nacionalizador do ensino vai ser caracterizado pelas especificidades de cada estado.

Em relação aos contingentes étnicos poloneses esse processo ocorre de maneiras distintas, seguindo percursos diferentes, conforme a orientação provinciana dos governadores nos estados. No Paraná, estado com maior número de imigrantes e descendentes de poloneses, a nacionalização inicia-se mais propriamente dita com os atos de imposição da Língua Portuguesa, por meio de

---

<sup>295</sup> BRASIL Decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911. Dá novo regulamento ao Serviço de Povoamento. Diário Oficial da União. Seção 1. 7/11/1911. p. 14384. Coleção de Leis do Brasil, p. 558.

<sup>296</sup> Ver diferentes Leis, atos e regulamentos sobre a Instrução Pública que aprofundam o assunto, em ARRIADA, Eduardo; TÂMBARA, Elomar (org.). *Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Brasília, DF SBHE INEP, 2004

projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa do estado. Ainda em 1909, a Lei 894, de 19 de abril,<sup>297</sup> disciplinava a questão da obrigatoriedade da Língua Portuguesa. Posteriormente com a imposição do “Código de Ensino” de 1917, obrigando às escolas particulares o ensino da Língua portuguesa, Geografia e História do Brasil, algumas escolas são fechadas, constituindo um novo esforço das autoridades paranaenses em desenvolver um processo de nacionalização do ensino.

Para Martinez, então inspetor geral da Educação em 1920 no Paraná,

Funcionam em todo o Estado inumeras escolas ex-trangeiras e, forçoso é confessar, a grande maioria é sobre-modo prejudicial porque desnacionalisa a infancia.

Municipios ha que contam dezenas de escolas onde se ignora por completo a existencia do Brasil, como se lecionassem em territorio estrangeiro.

A língua falada é a poloneza, a allemã ou a italiana. O nosso idioma é inteiramente desconhecido por essas populações, cujos filhos aqui nasceram. Julgamos indispensavel uma campanhá nesse sentido. Em primeiro logar, por meio de uma propaganda efficaz, devemos convencer os colonos que seus filhos, nascidos no Brasil devem ser brasileiros de corpo e alma, advindo disso vantagens unicamente para si propios e para a terra que tão generosamente os hospeda e os torna felizes. Em segundo logar, mandando, fechar essas escolas porque são nocivas uma vez que não se sugeitam ao regímen legal. (*sic*) (MARTINEZ, 1920, pp. 24 – 25).<sup>298</sup>

Mais contundente ainda foi a Lei 2.157, de 8 abril de 1922, que afirmava que todas as disciplinas seriam ministradas em língua vernácula e também todos os professores das escolas deveriam prestar exames de Língua Portuguesa obrigatórios, ou essas escolas deveriam fechar suas portas. (GŁUCHOWSKI, 2005). A contrarreação das comunidades étnicas polonesas por meio de suas instituições, foi a organização de cursos para que os professores dominassem a Língua Portuguesa e pudessem desenvolver suas atividades de ensino. Segundo o Cônsul Głuchowski,

com a intervenção de representantes poloneses, a aplicação de lei foi adiada para o ano de 1923, e nesse ínterim, durante esse ano, foram

<sup>297</sup> Ver PARANÁ. Lei n. 894, de 19/4/1909. Curitiba – Diário Oficial do Estado do Paraná. Secção Do Ensino Particular, art. 82 e 83.

<sup>298</sup> PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário-Geral do estado, pelo Prof. Cesar Prieto Martinez, (inspetor-geral do Ensino). Curityba: Typ. da penitenciária do estado, 1920.



realizados cursos de língua portuguesa, organizados por um competente Comitê de Cursos, com a ajuda das organizações educacionais e sob a direção do Prof. M Falarz, delegado pelo governo do Estado. Os exames, realizados três vezes no decorrer do ano, serviram para fornecer certificados a 19 religiosas, e a 37 professores e professoras. No ano de 1924 existe a esperança de que prestarão exames, já individualmente, mais alguns professores, e dessa forma o problema estará resolvido por algum tempo. (GŁUCHOWSKI, 1927/2005, p. 187).

Ante à tônica do fechamento de escolas e da necessidade de substituição por escola nacionalizada, o processo de ensino étnico estava sendo repensado. Para Renk (2009), enquanto a formação do cidadão nacional era pensada pelo estado, as escolas étnicas buscavam possibilitar o atendimento das questões legais, como também a manutenção de sua cultura.

Em outro relatório de 1924, o Inspetor, César Prieto Martinez, afirma que o foco de nacionalização era justamente as escolas polonesas e rutenas, por compreender que a imigração italiana tinha apenas uma escola conduzida por leigos em Curitiba, a Dante Alighieri, e a imigração alemã possuía poucas escolas. Haveria um descuido generalizado com as escolas polonesas, necessitando nesse sentido de uma ação mais enérgica para nacionalizá-las.<sup>299</sup> Assim, no Paraná, diferentes leis impunham toda uma transformação nas escolas particulares, na adoção da nacionalização e imposição da cultura brasileira.<sup>300</sup>

Em Santa Catarina, o problema era justamente o “perigo alemão”, ocorrendo, assim como no Paraná, um acirramento dos ânimos nacionalistas que obrigavam professores a prestarem exames, atingindo as escolas étnicas polonesas que funcionavam no estado. Para Głuchowski (2005), a situação poderia ser caracterizada num nível mais delicado e desfavorável para essas escolas; no entanto, as leis nacionalizadoras eram aplicadas de forma irregular e assistemática. (GŁUCHOWSKI, 2005, p. 188).

No íterim das atitudes tomadas pela autoridade paranaense e catarinense, a Legação Brasileira em Varsóvia transmitia as preocupações veiculadas em jornais poloneses, sobre o fechamento de escolas e ações autoritárias nacionalistas no

<sup>299</sup> PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário-Geral de estado pelo prof. César Prieto Martinez, (inspetor-geral do Ensino). Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

<sup>300</sup> PARANÁ. Decreto n. 17, de 9/11/1917. Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, 10.01.1917. DEAP e PARANÁ. Lei n. 2.005, de 9 de abril de 1920. Curitiba – Diário Oficial do Estado do Paraná.

Brasil.<sup>301</sup> No *Kurier Warszawski*, de 24 de novembro de 1924, as manifestações sobre a questão do fechamento das escolas étnicas polonesas despertava indignação e comparações com o processo escolar polonês e suas minorias nacionais na Polônia,<sup>302</sup> bem como da política estadunidense.<sup>303</sup> No entanto, a relação com o fechamento das escolas no Paraná levanta a questão de prescrição do Direito Internacional, em que os grupos minoritários no Brasil teriam direito de manter sua cultura étnica nacional de origem e que era pleiteado pelo governo polonês, como também outros governos.<sup>304</sup> Permeia-se aqui o sentido do étnico nacional e do nacionalizado. No entendimento do governo polonês e de grande parte dos países da Europa, o direito de nacionalidade recaía sobre a questão étnica (*jus sanguinis*), enquanto no Brasil o sistema de nacionalidade adotado recaía sobre o local de nascimento (*jus solis*). Dessa forma, os contingentes de imigrantes assentados no Brasil, mesmo que aqui nascidos, eram considerados de nacionalidade polonesa pelo governo polonês, enquanto que para as leis brasileiras os filhos de imigrantes aqui nascidos eram considerados brasileiros. No entanto, esta é uma das questões que recai sobre a nacionalidade, por compreender que esta questão é mais ampla e recobra para si uma discussão mais aprofundada. A inconveniência do ensino em Língua Polonesa, reclamada pelos responsáveis pela Instrução Pública no Paraná,<sup>305</sup> causa preocupação das autoridades polonesas, no momento em que a Polônia se pronunciava a respeito de suas minorias nacionais e de seu processo de ensino. A própria Legação Brasileira se manifesta contrária ao alvitre do inspetor de Educação pública paranaense, solicitando que não seja cogitada tal medida.<sup>306</sup>

---

<sup>301</sup> Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia, em 20 de dezembro de 1924, sobre o “Fechamento das escolas polonesas”. AN/RJ 232/03/15.

<sup>302</sup> Cabe destacar quem, em 1927, em ofício encaminhado pela Legação Brasileira, informava que as minorias nacionais na Polônia, tais como hebraicos, alemães, branco-rutenas (czaristas) e ucranianos, dentre outras, poderiam utilizar, no Ensino Primário e Secundário, as línguas nacionais étnicas, conforme circular emanada da Instrução Pública polonesa e noticiadas pela Legação Brasileira Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia, em 30 de abril de 1927. O vernáculo das minorias nacionais em suas escolas. AN/232/3/15.

<sup>303</sup> Niebezpieczeństwo dla szkół polskich w Brazylii. “*Kurier Warszawski*” de 24 de novembro de 1924, Anexo ao Ofício. AN/RJ 232/3/15.

<sup>304</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General-Chefe do Estado Maior do Exército ao Ministro da Guerra. Parecer sobre a necessidade da Campanha de nacionalização. Reservado. 24/1/1938. BN/RJ p. 260.

<sup>305</sup> PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário-geral de estado, por Pedro Martins, Inspetor Escolar. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

<sup>306</sup> Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia, em 20 de dezembro de 1924, sobre o “Fechamento das

Porém, segundo o relatório do inspetor de Ensino, haveria a necessidade urgente da criação de uma escola nacional brasileira, que substituísse as de outras nacionalidades. Não se poderia conceber que a educação nacional, apesar do Brasil ser um país de imigração, fosse substituída pelas escolas com os idiomas das nacionalidades dos respectivos imigrantes.<sup>307</sup> Já para o redator de artigo no *Kurier Warszawski*, seria um escândalo mundial se a Polônia suprimisse as escolas das minorias nacionais existentes no país, como se referia o secretário paranaense às escolas polonesas no Brasil. Para o jornal, os emigrados poloneses, ao conservarem sua língua, a sua cultura e o amor à pátria de origem, seriam ao mesmo tempo cidadão leais à sua pátria adotiva, no modo como acontecia nos Estados Unidos.<sup>308</sup> Em 30 de novembro de 1924, a Legação Brasileira em Varsóvia, em nota publicada no *Kurier Warszawski*, comunicava que o governo brasileiro não cogitava tais medidas no Paraná, ou em qualquer outra parte da Federação, e que as escolas em Língua Polonesa poderiam continuar existindo.<sup>309</sup>

Em meio ao acirramento do processo nacionalizador do ensino na década de 20, no Paraná e em Santa Catarina, por sua vez, no Rio Grande do Sul, a imigração polonesa mantinha suas escolas em funcionamento e, se ensinassem o vernáculo, recebiam pequenas subvenções estaduais e municipais no valor de 50\$000 réis mensais. (GŁUCHOWSKI 2005, p. 188). Segundo Głuchowski (2005), as leis no Rio Grande do Sul eram liberais, baseadas nos princípios filosóficos positivistas. Inclusive alguns jornais noticiavam na Polônia que o Rio Grande do Sul teria sido separado do restante do país, o que era prontamente refutado pelas instâncias consulares brasileiras.<sup>310</sup>

O bom relacionamento de Borges de Medeiros, há vários anos presidente do Estado, fizeram com que as escolas particulares estrangeiras não sofressem da parte das autoridades a ameaça de qualquer perigo. (GŁUCHOWSKI 1927/2005, p. 188).

---

escolas polonesas". AN/RJ 232/03/15.

<sup>307</sup> PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário-Geral de estado, por Pedro Martins, Inspetor Escolar. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

<sup>308</sup> Niebezpieczeństwo dla szkół polskich w Brazylii. "Kurier Warszawski" de 24 de novembro de 1924, Anexo ao Ofício. AN/RJ 232/3/15.

<sup>309</sup> *Idem*.

<sup>310</sup> Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia, em 29 de agosto de 1922, sobre "Falsa notícia de separação do Rio Grande Sul". NA/RJ 232/03/15.

No entanto, na opinião do cônsul que percorreu os núcleos de imigração polonesa no estado, entre 1920 e 1922, essa atitude do governo rio-grandense era prejudicial porque muitos colonos não queriam contribuir para a manutenção das escolas, na espera de que fossem assumidas pelo estado (GŁUCHOWSKI 1927/2005, p. 189).

#### 4.2 NACIONALISMO E EXPANSÃO COLONIAL

A questão do nacionalismo importou para a discussão sobre as intenções colonialistas de países europeus, especialmente em referência aos territórios povoados por diferentes levas de imigrantes. Os temores imperialistas contribuíram para a formulação de uma política nacional de contraposição a tudo que fosse relacionado às comunidades étnicas no Brasil.

Em relação à Polônia, um documento secreto encaminhado ao então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, pelo Chefe do Estado Maior do Exército, designa alguns aspectos sobre questões da política colonial polonesa. Dentre estes aspectos, informava que a Polônia estava com dificuldades para resolver seus problemas de superpopulação e a sua demanda por matérias-primas para a sua indústria.<sup>311</sup> Neste sentido, o documento citava a conferência sobre imigração às sociedades, nas Nações Unidas, que tinha por finalidade mobilizar uma ação colonizadora em grande escala. O Brasil seria colocado em primeiro lugar como um país de destino de emigração. O então chefe-maior do Exército se dizia contrário à imigração de indivíduos controlados por seus respectivos governos, que compravam latifúndios e fundavam sociedades para uma infiltração disfarçada.<sup>312</sup> Nesse tempo, as atividades de colonização controlada pela Polônia estavam sendo exercidas pela Liga Marítima e Colonial (LMK).

As preocupações eram amplamente superestimadas, principalmente porque havia a preocupação que os estrangeiros manteriam intactas as culturas de origem em núcleos isolados, como a língua, religião e os costumes, além de manter relações estreitas com os países de origem. A conclusão era de que a imigração

---

<sup>311</sup> Documento secreto n. 10 em 3/2/1938, do Chefe do E.M.E. Pedro Góes ao Gen. Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, sobre a Campanha de nacionalização. BN/RJ.

<sup>312</sup> *Idem*, p. 2.

mais homogênea sem a predominância de elementos nacionais, traria embaraços futuros para as questões nacionais.

O documento destacava que os poloneses mantinham o espírito patriótico voltado para a Polônia e que os filhos, aqui nascidos, eram encaminhados a este país para cursos de “polonização”.<sup>313</sup> Para o chefe do Exército a Polônia participava do rol das nações que buscavam a posse de colônias ultramarítimas, para controlar politicamente os imigrantes no exterior, com intensa participação do corpo diplomático e com a aquisição de terras no Brasil. Inclusive, ministros poloneses também teriam proposto a compra de grandes extensões de terras, no Estado de Minas Gerais e São Paulo, de até 30 mil hectares.<sup>314</sup>

Subtraindo os exageros, certamente as acusações de imperialismo ou de tentativa de promoção política entre imigrantes não ficaram restritas ao governo polonês. Segundo Krasicki (1983), os Estados Unidos eram relutantes à crescente influência que possuíam os governos italiano e alemão sobre os imigrantes no Brasil, especialmente na década de 30, diante do cenário de crescente influência econômica da Alemanha nazista. Em documento enviado ao MSZ da Polônia, pelo então ministro plenipotenciário, há a informação que em pouco tempo Adolf Hitler teria posse dos maiores depósitos de níquel do Brasil, por intermédio de cidadãos nativos, aliados do *Reich*.<sup>315</sup>

O pensamento europeu sobre o Brasil era de um país produtor de matérias-primas importante e que poderia futuramente ser destino de expansões colonizadoras. Especialmente, pela agregação de diferentes nacionalidades nos estados do Sul, onde havia intensa vida étnica, composta por organizações estrangeiras concentradas nesses destinos, por diferentes imigrações organizadas politicamente. Haveria uma conjuração agressiva dos Estados europeus, inclusive motivada por reivindicações polonesas na África, no sentido de até mesmo utilizar a força militar, como um dos fatores para a conquista colonial do Hemisfério Sul. Com esses propósitos, no entendimento do Ministério das Relações Exteriores e do Exército Brasileiro, supostamente missões científicas polonesas eram organizadas com a finalidade de mapear regiões, através de registros geológicos e topográficos,

---

<sup>313</sup> *Ibidem*

<sup>314</sup> *Ibidem*

<sup>315</sup> Pismo Poselstwa RP w Rio de Janeiro do MSZ z 10 marca 1937 r. AAN 3641.

bem como a ação de geógrafos naturalistas no Brasil.<sup>316</sup> Diferentes oficiais poloneses também estariam realizando estudos detalhados no Estado do Paraná, visando a desenvolver conhecimentos precisos sobre o território, com o intuito de promover uma política colonial polonesa.<sup>317</sup> Os temores de uma invasão polonesa em territórios brasileiros, imprimiam a tônica das medidas nacionalizadoras em relação aos poloneses. A acusação sobre a Polônia era que esta manifestava-se abertamente à Liga das Nações o desejo de possuir colônias e a necessidade de obtenção de matérias-primas.<sup>318</sup>

Diferentes jornais davam conta de mobilizar a opinião pública sobre o pretense imperialismo polonês.<sup>319</sup> Em artigo publicado pelo Jornal *Commercio*, do Rio de Janeiro, no dia 10 de julho de 1938, a Polônia era acusada enfaticamente de imperialismo. Dizia o artigo que, apesar da “tragédia” polonesa, devido à divisão de seus territórios entre os países ocupantes, em meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX; apesar de ser vítima de imperialismos, que suplantaram a independência polonesa, nesse período na Europa, devido aos erros da política interna do país, ao que o autor chama de fatalidade “etnográfica”, que tornou sua independência precária, nada havia conseguido dominar os sentimentos do nacionalismo polonês. Na sua reconstituição como nação independente, o Exército Polonês, em batalha histórica venceu os russos bolchevistas, salvando a Europa de uma invasão comunista. Continuava o autor que, mesmo a nação polonesa, vítima dos tempos modernos do imperialismo, no momento estava “inscrita no rol das potencias que pleiteavam o imperialismo, na conquista pela força daquilo que pertence a outras nacionalidades”.<sup>320</sup> A justificativa desta acusação era baseada nas proposições defendidas pela Polônia e pelo Japão, na Assembleia da Sociedade das Nações em Genebra, na Suíça. O Japão teria proposto, no referido evento, que fosse reconhecido aos países com maior densidade populacional e com

---

<sup>316</sup> Ofícios da Legação Polonesa para a realização de missão científica. AN/RJ 232/3/18.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>318</sup> *Idem*.

<sup>319</sup> O Imperialismo da Polônia, In, Jornal do Commercio 10/06/1938. Disponível na Biblioteca Nacional/ BN-RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/55092](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/55092). Acesso em: mar. 2019.

<sup>319</sup> Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia para o Ministério das relações exteriores. AN-RJ, 232/16/0.

<sup>320</sup> O Imperialismo da Polônia. In Jornal do Commercio 10/06/1938. Disponível na Biblioteca Nacional/ BN-RJ. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_12/55092](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/55092). Acesso em mar. 2019.

poucas terras e, conseqüentemente, poucas matérias-primas, o direito de buscar o que precisam em outros lugares sob qualquer pretexto.

O único país que teria votado em favor da proposta japonesa teria sido a Polônia. Para o interlocutor, mesmo sob protestos do Ministro das Relações Exteriores da Polônia, no Rio de Janeiro, eram justas as providências tomadas pelo governo brasileiro, no sentido de baixar uma nova lei a respeito dos estrangeiros e da imigração. O justo seria que os estrangeiros fossem integrados à nova sociedade política que tinham escolhido. A Polônia com importante densidade demográfica, com taxa elevada de natalidade, estaria propensa a uma crise de alimentos e sob efeito dos temores da crise social, devido ao contingente populacional.

Relatórios encaminhados pela Legação Brasileira em Varsóvia davam conta de caracterizar as atividades da Liga Marítima e Colonial (Liga Morska i Kolonialna), que possuía a Colônia *Morska Wola* no Paraná e a Colônia Água Branca no Espírito Santo, como atividades imperialistas da própria Polônia.<sup>321</sup> Tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná, havia secções especiais da LMK e pessoas engajadas no estudo e na delimitação geográfica e econômica desses estados.<sup>322</sup> As suspeitas levantadas em relação à Liga Marítima e Colonial mobilizaram os militares e setores da diplomacia, no sentido de alertar o governo brasileiro sobre essas pretensões no contexto da nova corrida colonial europeia. Em ofício enviado pela Legação Brasileira em Varsóvia, afirma-se que as pretensões polonesas correntes na Liga das Nações era a necessidade de matérias-primas e a expansão colonial como solução para o número elevado de habitantes em seus territórios.<sup>323</sup>

Nesse contexto, as informações sobre as ideias de expansionismo colonial polonês eram vistas como uma ameaça à integração nacional. Em ofício secreto do consulado brasileiro em Varsóvia, as desconfianças são ampliadas sobre as atividades da Liga Marítima e Colonial no Brasil, justificando uma política imperialista polonesa que deveria ser reprimida. “A liga Marítima e Colonial representa a própria nação polonesa”;<sup>324</sup> informava o interlocutor em Varsóvia, sobre as intenções

---

<sup>321</sup> Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia para o Ministério das Relações Exteriores. AN-RJ, 232/16/0.

<sup>322</sup> Rudolf Papla - Polacy w Rio Grande do Sul (Brazylia) Porto Alegre, 12/6/1931. In: *Morze*, organ liga morskiej i kolonialnej. Z dodatkiem „Pionier Kolonialny” w tekście. R. Zeszyt 8, Sierpień 1931, p. 21.

<sup>323</sup> Concessões de terras no Paraná. Secreto ao Ministro de Estado, 16/12/1937. AN-RJ 74/5/15.

<sup>324</sup> Ofício secreto sobre concessões de terras para a Liga Marítima e Colonial, encaminhado ao então

coloniais polonesas no Brasil. Dizia que haveria inclusive um fundo especial de defesa marítima para a construção de navios de guerra, criado pela Liga e que esta era uma organização militar.

Para os militares e representantes consulares, a Polônia por intermédio de seus oficiais do Exército e de funcionários do governo, presidiam os quadros sociais da LMK e de suas afiliadas no Brasil, dirimindo a política de colonização e organização política. Além de oficiais do Exército que buscavam construir uma política colonial, diferentes funcionários do governo polonês também atuavam na organização do ensino étnico. Destacam-se justamente, os instrutores treinados para organizar sociedades e escolas atreladas ao desenvolvimento da cultura étnica polonesa.<sup>325</sup> A vida organizacional escolar estava estruturada culturalmente em sociedades e associações. Estas, por sua vez, tinham um relacionamento estreito com o governo da Polônia, por meio União Central dos Poloneses do Brasil (CZP), que organizava todos os setores da vida social polonesa.

A imprensa brasileira era amplamente utilizada para divulgar estas informações, por parte do governo brasileiro. Compreendo que muitos artigos, publicados pela imprensa brasileira, possuíam informações privilegiadas do próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE). Exemplifica estas informações a divulgação de informações detalhadas publicadas em periódicos em todo o Brasil. O problema da imigração e emigração estava justamente situado na esfera da soberania nacional e a imprensa seria uma aliada para mobilizar a opinião pública nesse sentido.

Os poloneses, numa escala menor, enquadravam-se nas medidas sugeridas na Campanha de Nacionalização ao então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, sendo necessária a mobilização do controle e transformação de suas instituições estrangeiras. No Paraná, alguns jornais também denunciavam as pretensões imperialistas polonesas; porém, conforme documento do General Pedro Góes, o jornalista Paulo Tacla era conhecido por idoneidade duvidosa, não fazia campanha contra as pretensões alemãs e ainda elogiava a Companhia de Navegação

---

ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mario Pimentel de Brandão. Varsóvia 16/12/1937. AN/RJ 74/5/15.

<sup>325</sup> Szkolnictwo polskie w Brazylii. Naczelny instruktor oświatowy - obsada personalna, uposażenie, kompetencje. Korespondencja, notatki, zarządzenie, wycinki prasowe. Ano 1925 – 1929. AAN 10607.



Mianovich<sup>326</sup> da Argentina, país que segundo os militares, constituía o mais sério perigo à defesa nacional”.<sup>327</sup>

A questão recai também sobre uma política de imigração mais efetiva, em massa, que deveria ser proibida, bem como limitada aos países que estavam criando quistos estrangeiros. Os únicos países nos quais não deveria ser limitado o processo imigratório eram Portugal e Itália, devido justamente tratar-se de imigrantes que mais facilmente estariam propensos a ser assimilados em uma cultura nacional.<sup>328</sup> O documento faz comparações com o Estados Unidos da América, que possuía um desenvolvimento econômico muito superior ao Brasil, devido a uma população dita assimilada. Os imigrantes eram apenas auxiliares para o progresso e a geração de riqueza, fruto de um processo de povoação organizado e comprometido com as diretrizes políticas nacionais.

As medidas sugeridas pelo Exército Brasileiro, de certa forma, impactaram diretamente nos decretos do Governo Vargas, que tiveram, como plano de fundo, justamente a eliminação dos quistos culturais ocasionados pela aglomeração de imigrantes em uma mesma área de colonização, bem como as organizações assistenciais que funcionavam, começando justamente pela restrição da utilização de línguas estrangeiras. O artigo “Campanha nacionalista” do jornal *O Dia* afirmava que,

infelizmente as correntes imigratórias têm acentuado bairrismo incipiente, por falta de distribuição adequada, feita por quem devia fazer notando-se que localizadas, a primeira preocupação que tem, é a de ligarem a terra a qualquer ideia relacionada com a pátria distante, como: Nova Friburgo, Nova Rússia, Nova Polônia”.<sup>329</sup>

Em documento enviado ao Executivo, o Conselho Superior de Segurança Nacional informava que, em reunião realizada pelo plenário o conselho analisou o processo, sob o título “Campanha de nacionalização” enviado pelo Estado Maior do Exército, em relação à colonização alemã e polonesa em Santa Catarina e no Paraná, que aprovava por unanimidade as medidas sugeridas, envolvendo os

---

<sup>326</sup> Atividades da Companhia de Navegação Argentina Mianovich nos portos de Paranaguá e Antonina. Documento n. 05 Secreto do Estado Maior do Exército 2<sup>o</sup> Secção em 2/5/1938. BN/RJ p. 224.

<sup>327</sup> Documento secreto n<sup>o</sup> 10 em 3/2/1938, do Chefe do E.M.E. Pedro Góes ao Gen. Ministro da Guerra, Gaspar Dutra, sobre a Campanha de nacionalização. BN/RJ. p. 25.

<sup>328</sup> *Idem*

<sup>329</sup> Artykuł z „*O Dia*” z 27 stycznia 1938 r. AAN 10387.

diferentes ministérios. E que essas sugestões importassem na expedição de atos providenciais pelo então presidente Getúlio Vargas.<sup>330</sup>

As acusações a respeito da Polônia estariam fundadas justamente pelos planos expansionistas e coloniais na América Latina e pela sólida organização das entidades assistenciais que, de certa forma, buscavam desempenhar um papel de baluartes da perpetuação dos valores étnicos poloneses, junto aos aglomerados de imigrantes. A aprovação das medidas por Vargas é noticiada por ofícios enviados aos diferentes ministérios, com destaque para que fossem tomadas as devidas medidas convenientes nas esferas de suas atribuições com o intuito de resolver a questão da nacionalização dos imigrantes.<sup>331</sup>

O imperialismo, a ingerência estrangeira no ensino étnico foram algumas das justificativas de imposição de medidas nacionalizadoras no Brasil. Nesse sentido, os principais impactos foram sentidos pelas associações étnicas mais amplas, que buscavam mobilizar todo o pensamento étnico ou um modelo de *polonidade* prescrita pelo governo polonês.

#### 4.3 MOBILIZAÇÃO CONSULAR CONTRA UM PENSAMENTO CHAUVINISTA

O ano de 1938 inaugurava o processo efetivo da Campanha de nacionalização num clima de perseguição a tudo o que fosse estrangeiro. Em diferentes documentos, o consulado em Curitiba classifica a nacionalização como um patriotismo agressivo empreendido pelo Exército brasileiro. Em janeiro de 1938, em documento secreto enviado à Legação Polonesa no Rio de Janeiro, pelo Cônsul-Geral em Curitiba, Josef Gieburowski, informava sobre os fatos perpetrados, nos jornais em Curitiba a respeito da mobilização nacionalista no Brasil. Para o cônsul, a

<sup>330</sup> “Lida e discutida toda a documentação processada, esta Comissão aprovou, por unanimidade de votos, a proposta do representante do Ministério de Justiça, mandando que fossem integralmente adotadas as sugestões contidas no item 4º do Ofício n. 4, de 24 de janeiro último, dirigido pelo Estado Maior do Exército a Exmo. Sr. Ministro da Guerra “[...] E como tais sugestões possam importar na expedição de atos e providencias que exijam a ação conjugada de vários Ministérios, encaminho o delicado caso ao superior julgamento de Vossa Exa., afim de que, em sua alta sabedoria, o resolva como melhor for pare os interesses nacionais”. Campanha de nacionalização. Conselho Superior de Segurança Nacional Secretaria Geral do Rio de Janeiro em 13/5/1938. Reservado. Do Vice-presidente da Comissão de Segurança Nacional, Ao Exmo. Sr. Presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional. BN/RJ. p. 236 e 237. Obs.: documento aprovado em 20/5/1938, com a assinatura de Vargas.

<sup>331</sup> Campanha de nacionalização – ofícios – Secretaria Geral em 24/5/1938. Do Secretário-Geral Gen. Div. Francisco José Pinto ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. BN/RJ, p. 61.

nacionalização tinha base na estrutura demográfica do país, por ser o Brasil habitado por diferentes nacionalidades, ou grupos de imigrantes, diferentes na língua e na cor da pele. Conjuntamente à cultura portuguesa, dava-se destaque à cultura dos imigrantes alemães, italianos e poloneses que habitavam o Sul do Brasil. Segundo o cônsul, os imigrantes e seus descendentes não estavam presos à adoção da cultura e da Língua Portuguesa porque estariam sujeitos a uma degradação civilizacional e econômica. Apenas 20,5% das crianças em idade escolar frequentavam escolas no Brasil; a ciência e a arte estavam em condições deploráveis, informava o cônsul.<sup>332</sup> Haveria ainda uma incapacidade dos brasileiros em atrair voluntariamente as diferentes nacionalidades para a órbita das influências linguísticas e culturais lusitanas, o que justificaria uma ação repressiva contra a cultura imigrante no país.

Para Josef Gieburowski, a Constituição, de 10 de novembro de 1937, inaugurava uma era de “assimilação” dos elementos estrangeiros, utilizando métodos que lembravam o extermínio cultural prussiano contra os poloneses.<sup>333</sup> “O Brasil a todo custo buscava criar dentro de suas fronteiras uma compactação da cultura portuguesa composta por caboclos miseráveis e imigrantes que estavam lutando pela subsistência”.<sup>334</sup>

Devido ao alcance nacional das instituições étnicas polonesas sediadas no Paraná, a análise do processo de nacionalização nesse estado se torna importante para compreendermos os sentidos da nacionalização no Rio Grande do Sul. As instituições com maior abrangência sobre a comunidade étnica polonesa, no Brasil, funcionavam justamente no Paraná, independentemente da forte atuação do consulado geral da Polônia em Curitiba, em relação à condução de políticas de organização étnica. A Campanha de nacionalização, no Paraná, começa a ser intensificada na edição de decretos escolares, nos primeiros meses de 1938. A iniciativa de emití-los veio do Rio de Janeiro e foi coordenada pelo General Meira de Vasconcellos. Segundo relatos do próprio Cônsul Gieburowski, o Interventor Manuel

---

<sup>332</sup> Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Józef Gieburowski, Konsul Generalny. Konsulat Rzeczypospolitej w Kurytybie. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. AAN 10022

<sup>333</sup> Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Józef Gieburowski, Konsul Generalny. Konsulat Rzeczypospolitej w Kurytybie. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie, p 2. AAN 10022, s. 1.

<sup>334</sup> *Idem*, p. 01

Ribas não queria assinar esses decretos, porém, foi forçado a sancioná-los pela pressão imposta pelos militares.

Porém, o próprio cônsul afirmava que o detentor do poder, no Paraná, não era o Interventor Manuel Ribas, mas sim, o General Meira de Vasconcellos.<sup>335</sup> Nesse sentido, Paraná e Santa Catarina anteciparam-se à Lei Nacional 406/1938, no sentido de impor uma legislação nacionalista, editando seus próprios decretos de nacionalização, utilizando-se como jurisprudência justamente a Constituição Federal do Estado Novo e as orientações do Conselho de Segurança Nacional do Rio de Janeiro.

No Paraná, o Decreto 6.149, de 10 janeiro de 1938, inaugura uma política mais contundente de nacionalização das escolas e associações, assegurando o funcionamento dos estabelecimentos particulares, por meio do registro na Diretoria-Geral da Educação. Além do registro oficial, dentre os ordenamentos decretados estavam que as escolas de ensino particulares deveriam ter professores brasileiros natos nas disciplinas de Português, História e Geografia. Nos Jardins de Infância e no Ensino Primário as aulas deveriam ser ministradas na língua Nacional e o Hino Nacional e o Hino da Bandeira deveriam ser ensinados e cantados diariamente. Conjuntamente a essas medidas, a escrituração de todos os documentos escolares deveria ser realizada em língua vernácula.<sup>336</sup> Vinculado ao Decreto Estadual 6.149/1938, o Decreto 6.398, de 17 de janeiro de 1938,<sup>337</sup> foi emitido com o conteúdo legislador sobre a existência e fundação de associações de modo geral. Em seu primeiro artigo, decretava que as associações de natureza privada estariam subordinadas, do ponto de vista da cidadania, educação, orientação e supervisão, à Diretoria-Geral de Educação. Além desse ordenamento, a secretaria inspecionaria e orientaria a Educação Física e Cultural dessas entidades, inculcando o espírito cívico necessário aos tempos de uma legislação patriótica e construtora da *brasilidade*. Essas associações seriam também enquadradas disposto no Decreto 6.149, que inviabilizou o funcionamento das escolas étnicas no Paraná.

---

<sup>335</sup> Cônsul-Geral Gieburowski em Curitiba. Tajne. Poczta Lotnicza Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie 15 marca 1938. AAN 10022 s. 16.

<sup>336</sup> PARANÁ. Decreto 6.149. Regulamenta o Código de Ensino de 1938 e as normas educacionais do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba n. 1775, ano 8, p. 1 e 2, 19 de fev. de 1938.

<sup>337</sup> Dekret Stanowy Nr. 6398. Reguluje działalność stowarzyszeń w Paranie na polu obywatelsko-Wychów. Gazeta Polska w Brazylii, 27 de fevereiro de 1938. Arquivo dos Vicentinos – PR.

No Estado de Santa Catarina, segundo o cônsul, o governo havia emitido o Decreto 76,<sup>338</sup> com base no art. 181 da Constituição de 1937, versando sobre a nacionalização da cidadania e educação cultural naquele estado. No dinamismo do estado vizinho, a nacionalização tomou para si ordenanças semelhantes às tomadas no Paraná. Por fazer parte da 5ª Região Militar, assim como o Estado do Paraná, no Estado de Santa Catarina foram dispostos decretos semelhantes. Conforme o consulado, a maioria das escolas de diferentes grupos de imigrantes foi fechada. Haveria a demonstração em Santa Catarina de toda a arbitrariedade da política conduzida pela ideologia militar no Paraná.<sup>339</sup> Inclusive, quando houve o fechamento das escolas, algumas paróquias conduziram o ensino em Língua Polonesa nos presbitérios e em casas particulares, apesar da repressão das autoridades estaduais, que seriam intransigentes, caso fossem descobertos.

Embora o cunho nacionalista estivesse mais voltado à questão política e cultural de sociedades e associações étnicas estrangeiras, diferentes medidas visavam a impor a orientação nacionalizadora também na economia, como o registro obrigatório das empresas comerciais e industriais e sua adequação aos preceitos nacionalizadores. Mesmo os investimentos estrangeiros nessas áreas deveriam ser controlados pelas instâncias governamentais.

Os temores expressos pelo cônsul polonês, de certa forma, qualificam um pensamento, que o próprio cônsul chamava de ultrachauvinista, de perseguição às minorias nacionais. Houve empenhos de criação de uma frente antinacionalista, aliados a outros grupos étnicos, porém, conforme o cônsul, os poloneses foram desaconselhados pelo Governador Ribas, para não se unirem aos alemães, sob pena de represálias.<sup>340</sup> Se fossem mantidos os movimentos das autoridades

---

<sup>338</sup> O Interventor Nereu Ramos e o Conselho de Educação, Cidadania e Cultura, a respeito das sociedades privadas no Estado de São Catarina, usando seus poderes de acordo com o art. 181 da Constituição da República decretava: Art. 1º - As associações e sociedades privadas em geral estão sujeitas à orientação e fiscalização da Secretaria de Educação em assuntos relacionados à educação cívica, física e cultural. Parágrafo 1º - Os programas e horários das escolas devem ser previamente registrados e aprovados pela Secretaria, e os professores ou instrutores devem ser brasileiros. Parágrafo 2º - Uma cópia do programa deve ser enviada 10 dias antes para o inspetor regional, que tem o direito de rejeitá-lo, no todo ou em parte, se ela não atender aos requisitos da Secretaria de Educação. Art. 2º - As associações privadas estão sujeitas às leis e aos regulamentos relativos à educação, especialmente à parte que diz respeito à nacionalização. Art. 3º - São revogadas as ordens opostas. Palácio do governo em Florianópolis, 4 de março de 1938 Nereu Ramos. Ivo D'Aquino

<sup>339</sup> Pismo Konsulatu RP w Kurytybie do MSZ z 5 lutego 1938 roku. Załącznik. AAN 10026.

<sup>340</sup> Cônsul-Geral Gieburowski em Curitiba. Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ściśle tajne. Józef

brasileiras no sentido da nacionalização, os poloneses no Brasil enfrentariam uma situação completamente diferente, exigindo novos trabalhos de ação étnica.

Em referência às primeiras ações da Campanha de nacionalização, o consulado acreditava que estavam ainda no começo e que, posteriormente, novas ações seriam engendradas pelo governo brasileiro, no sentido de atingir as organizações e sociedades estrangeiras. Porém, para as organizações étnicas mais amplas, as medidas nacionalizadoras teriam duração efêmera.

A reação contra as primeiras medidas nacionalistas foi demorada do ponto de vista institucional, na medida que as instituições étnicas polonesas estavam descrentes da consecução da Campanha de Nacionalização. Dizia o Consul Gieburowski que a edição dos primeiros decretos casou muita surpresa e acreditava que essa “onda” nacionalista logo passaria e, dessa forma, demoraria a tomar medidas de contrarreação ou antinacionalistas. No entanto, o início de prisões de políticos, como Marcos Konder em Santa Catarina, de origem alemã, que criticava o movimento nacionalista, junto com dois jornalistas, causou um certo temor de deportação contra os poloneses e seus descendentes.<sup>341</sup> Uma das primeiras ações antinacionalistas partiram da própria CZP, que criou um comitê juntamente com membros da *Oświata*, para avaliar a situação. O comitê buscou amenizar algumas medidas tomadas contra a imigração polonesa e suas instituições e foi decidido administrar a situação por intermédio de solicitação para que o Governador Manoel Ribas intervisse em favor dos poloneses. Participaram da comissão polonesa que se dirigiu ao governador do Paraná o presidente da CZP e representantes do jornal *Lud* e da *Oświata*.<sup>342</sup> O consulado polonês buscou neutralizar os efeitos da ação nacionalista no Brasil dando orientações para ativistas e lideranças étnicas. Dentre as orientações, havia o pedido para que tivessem cautela ao expressar opiniões, bem como o cuidado no envio de cartas pelo correio normal.<sup>343</sup> Atitudes de

---

Gieburowski, Konsul Generalny. Konsulat Rzeczypospolitej w Kurytybie. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. AAN 10022, s. 2.

<sup>341</sup> Cônsul-Geral Gieburowski em Curitiba. Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ściśle tajne. Józef Gieburowski, Konsul Generalny. Konsulat Rzeczypospolitej w Kurytybie. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. AAN 10022, s. 2.

<sup>342</sup> Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ściśle tajne. Józef Gieburowski, Konsul Generalny. Konsulat Rzeczypospolitej w Kurytybie. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. AAN 10022, s. 3.

<sup>343</sup> *Idem*. Conforme o cônsul, relatórios secretos do governo brasileiro falavam dos temores de que o *Reich* alemão teria pretensões de invadir o Sul do Brasil. Como mencionado anteriormente,

contrarreação às medidas iniciais da Campanha de nacionalização também foram sugeridas pelo cônsul polonês. Dentre essas medidas sugeridas estava a utilização da imprensa na Polônia, para reforçar o espírito dos poloneses no Brasil e a luta pela *polonidade* contra o fanatismo nacionalista. Conforme informa Gieburowski, alguns artigos sobre a nacionalização teriam sido enviados para o Ministério das Relações Exteriores polonês, a fim de serem utilizados pelos jornais poloneses para denunciar o processo de nacionalização no Brasil. Para o cônsul, a nacionalização afetaria, inclusive, a colonização polonesa orientada no Oeste do Paraná, onde a nova constituição brasileira previa certas restrições aos direitos econômicos de estrangeiros e naturalizados.<sup>344</sup> O cônsul fazia ainda um alerta sobre o envio de novos imigrantes para o Brasil, devido ao espírito de hostilidades contra os recém-chegados.<sup>345</sup>

Em oposição das instituições e organizações étnicas polonesas, o entendimento do consulado polonês em Curitiba era de que a intensificação da nacionalização, no Sul do Brasil, iria aumentar cada vez mais.<sup>346</sup> Mesmo o Ministério das Relações Exteriores em Varsóvia se manifestava por meio de opiniões em

---

importante é pontuar, neste momento, que um dos instrumentos utilizados a favor da nacionalização era a imprensa. Segundo o cônsul, jornais paranaenses noticiavam um suposto plano do *Reich* alemão, no sentido de invadir o Sul do Brasil. Outros, no Rio de Janeiro, falavam ainda sobre intenções imperialistas polonesas. Diferentes jornalistas defendiam um espírito patriótico em jornais, no Paraná.

<sup>344</sup> Ver BRASIL, Decreto n. 389, de 25 de abril de 1938. Regula a nacionalidade brasileira. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/4/1938, página 7.724, Coleção de Leis do Brasil - 1938, página 59 v. 2.

<sup>345</sup> Cônsul-Geral Gieburowski em Curitiba. Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Józef Gieburowski, Konsul Generalny. Konsulat Rzeczypospolitej w Kurytybie. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. AAN 10022, s. 2, p. 3.

<sup>346</sup> Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Poczta Lotniczą Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. 12 kwietnia 1938 r. ANN 10022, s. 94. No dia de Tiradentes as escolas de Curitiba deveriam fazer o seguinte juramento: "Brasil, meu grande Brasil, minha pátria amada. Tens um elevado destino e prometo liderar a campanha da nacionalização com entusiasmo, por nosso povo e por nossa soberania". AAN 10022, s. 97. A imprensa curitibana publicou diferentes artigos sobre temas com o intuito de manter o discurso antiestrangeiros e suas organizações étnicas, classificados como chauvinistas pelo consulado polonês em Curitiba. Inclusive a Gazeta do Povo, de 10 abril de 1938, afirmava que os estrangeiros não desejavam ter relações de sangue com o povo brasileiro, como se o modo de vida dos ditos brasileiros fosse ofensivo para os estrangeiros. "O fato é que os estrangeiros, principalmente os poloneses, evitam relações de sangue com os brasileiros, isso devido aos preconceitos raciais sobre a suposta degeneração física destes últimos, consumidos em grande porcentagem de sífilis, malária e hanseníase" [...]. A imprensa ainda publicava os discursos do General Meira de Vasconcellos, que preconizava que "sob nenhuma circunstância podemos permitir sua imigração adicional à nossa pátria. [...] "Este parece ser um anúncio da admissão de alemães e poloneses no Sul do Brasil, onde já existem concentrações poderosas dessas nacionalidades tão difíceis de assimilar. Gazeta do Povo, Curitiba, 10 de abril de 1938.

reuniões registradas, em relatórios encaminhados aos setores consulares. No dia 13 de abril, em reunião na Polônia sobre o desenvolvimento da ação nacionalista no Brasil, diferentes setores manifestam sua opinião no sentido de tomar providências. Dentre as providências apresentadas referiam-se a discussões nas câmaras de comércio Polono-Sul-Americanas sobre possíveis sanções econômicas. Porém, devido à insignificância no momento das relações comerciais entre Brasil e Polônia, os efeitos de tais medidas não trariam os resultados desejados, sendo que qualquer ação arbitrária, nesse sentido, traria consequências negativas para a própria Polônia. Outro ponto de condução das discussões seria que os poloneses poderiam emigrar do Paraná deixando assim suas terras em favor dos alemães, dos quais de fato o governo brasileiro teria mais temor e que este processo afetaria as possibilidades futuras de emigração polonesa para o Brasil.<sup>347</sup>

No entanto, do resumo das resoluções acordadas na reunião dos setores do Ministério das Relações Exteriores da Polônia, os pontos principais referem-se a uma ação adaptada ao desenvolvimento da nacionalização do Brasil, em proveito dos melhores benefícios para a emigração polonesa. O desenvolvimento de ações da imprensa polonesa contra o Brasil deveria aguardar as conversas entre o Ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, Tadeusz Skowroński e o Presidente Vargas, para que depois fossem utilizadas a imprensa nacional polonesa e, mesmo, a imprensa étnica nos Estados Unidos, para denunciar a falta de liberdade no Brasil, e a ação chauvinista da nacionalização brasileira.

No entanto, os pedidos para o representante da imprensa era para que não desse um caráter sensacionalista ou hostil ao Brasil, para não causar mais conflitos entre brasileiros e imigrantes poloneses. Ainda o documento citava erros táticos, porém, sem indicar quais seriam esses erros, cometidos pela imigração polonesa no Brasil, os quais estariam fora da estrutura do Ministério das Relações Exteriores. Acrescenta-se que, no momento, a Liga Marítima e Colonial deveria ter cuidado em suas ações consideradas arriscadas. Ficou acertado, ainda, que a Câmara de Comércio da América do Sul seria utilizada para mediar possíveis acordos e conversas com o governo brasileiro.

---

<sup>347</sup> Sprawozdani: Konferencji międzywydziałowej w sprawie akcji nacjonalistycznej w Brazylii w dniu 13 kwietnia 1938 r. Przewodniczy - Naczelnik wydziału Dr. Władysław Józef Zaleski i Referent i sekretarz - Radca Dr. Chromecki. AAN 10022, s. 97.



As ações consideradas no momento incluíam ainda transmissões radiofônicas para os poloneses no Brasil, para causar um impacto positivo no bem-estar da imigração. Correspondências seriam escritas para o governo e os ministros brasileiros, com a finalidade de reforçar as relações amistosas entre a Polônia e o Brasil. O documento cita ainda que o Ministro Carvalho, responsável pelas questões de imigração no Brasil deveria ser tratado com apressamento em Varsóvia, para que tivesse boa impressão da Polônia e, assim, pudesse contribuir para melhorar as relações Polono-Brasileiras.<sup>348</sup>

As ações do consulado estariam comprometidas com a defesa da *polonidade*, no sentido de refrear consequências negativas da nacionalização para os poloneses no Brasil, a fim de manter em funcionamento as principais instituições étnicas. Porém, apesar dos esforços no campo diplomático, houve uma intensificação do processo nacionalista, quando foram fechadas as principais instituições deste grupo de imigrantes. Essas instituições representavam o campo concreto da organização étnica polonesa que foram profundamente afetadas pelos decretos nacionalizadores, afora o ambiente hostil gerado contra os próprios imigrantes, que sofreram restrições drásticas na utilização de suas culturas familiares e comunitárias no cotidiano. Embora essas questões representassem uma reação brasileira contra ações imperialistas e coloniais de países europeus, em relação ao território nacional, o discurso da pretensa unificação ou compactação cultural da nação é enfatizado nos documentos que buscaram regular o movimento de nacionalização no Brasil.

Nesse ambiente de afirmação da *brasilidade*, os sentidos da *polonidade* são sobrepostos ou silenciados pelo nacionalismo da máquina estatal. A escola como promotora dos valores da cultura étnica é amplamente mitigada e absorvida por este processo, na promoção de valores que importavam para o ideário do poder estabelecido. A questão de um programa educativo, que valorizasse os interesses ditos nacionais, que proporcionasse uma educação menos teórica, com objetivos de emancipação do julgo estrangeiro, a educação da mocidade, por meio do

---

<sup>348</sup> Sprawozdani: Konferencji międzywydziałowej w sprawie akcji nacjonalistycznej w Brazylii w dniu 13 kwietnia 1938 r. Przewodniczy - Naczelnik wydziału Dr. Władysław Józef Zaleski i Referent i sekretarz - Radca Dr. Chromecki. AAN 10022, s. 98.

patriotismo,<sup>349</sup> era, de certa forma, a tônica dos interesses no estabelecimento da Campanha de Nacionalização nos ambientes educacionais de imigração. A educação escolar, no âmbito das colônias estrangeiras, deveria priorizar as diretrizes de criação e expansão das escolas nacionais dirigidas por professores brasileiros, onde fosse ensinado somente em Língua Portuguesa. Era necessário que fossem extintas as escolas japonesas, alemãs e polonesas,<sup>350</sup> consideradas prejudiciais para a estruturação e compactação dos valores nacionais ou da *brasilidade*.

---

<sup>349</sup> Relatório da Secretaria Geral do Palácio do Catete em 28/1/1938. Do Secretário Geral de Segurança Nacional, ao Presidente da Comissão de Estudos, sobre o processo respeitante à corrente imigratória japonesa no Brasil e a outros assuntos, segundo estudo do Tenente da reserva, Lauro de Assis Brasil. BN/RJ, p. 26.

<sup>350</sup> *Idem*.

## 5 A NACIONALIZAÇÃO E AS ESCOLAS ÉTNICAS POLONESAS NO RIO GRANDE DO SUL

Tempos houve, antes da campanha de nacionalização, em que os descendentes dos imigrantes poloneses pensavam seriamente que o analfabetismo nas colônias seria erradicado do solo gaúcho (GARDOLINSKI, 1977, p. 20).

No Rio Grande do Sul, ao longo do final do século XIX e início do século XX e, posteriormente, durante o período entreguerras, a mobilização étnica polonesa, na organização de escolas e mesmo de outras instituições étnicas, ocorreu sem maiores intervenções do governo estadual. Para Gardolinski (1977), os poloneses acreditavam na erradicação do analfabetismo nos diferentes núcleos coloniais, por meio do esforço comunitário étnico em organizar e manter suas escolas. Foi um período de florescimento e desenvolvimento das chamadas escolas privadas da colonização polonesa. A liberdade para a organização do programa escolar, e mesmo a liberdade à existência das escolas, condizia com os auspícios da orientação positivista do governo gaúcho. (BASTOS, 1994). Posteriormente, as ações efetivas de proposição de um nacionalismo ficaram relacionadas com a nomeação de Cordeiro de Farias, como interventor do estado. Mesmo se retrocedermos no tempo, o processo educacional brasileiro de instrução pública nos estados e ao encargo destes, desde o fim do governo imperial e durante a amplitude do século XX, há uma resposta aquém das necessidades educacionais da população. O projeto educacional brasileiro, referente a sua gratuidade e universalização, não atingiu os contornos de um desenvolvimento ideal, ainda na atualidade.

Se for considerado o recorte temporal desta tese, do período entreguerras até 1942, a educação, em seus níveis elementares, era privilégio de uma parcela ínfima da população brasileira. As escolas étnicas polonesas estruturaram, a seu modo, um processo de ensino cultural com o que havia de mais efetivo nas relações de existência: sua memória cultural. Incluídos nesta os valores da existência e a constante configuração da etnicidade. Se eram justos os motivos de existência de escolas étnicas polonesas, enquanto alternativa para demover o analfabetismo nas regiões coloniais, justo era seu programa de orientação institucional: um ensino impregnado da cultura étnica baseada na *Polonidade*. Posteriormente, com a

recuperação da autonomia política da Polônia na Europa e sob o entendimento de que os contingentes de imigrantes poloneses e seus descendentes seriam compatriotas nos diferentes destinos imigratórios, o governo polonês interfere no processo escolar étnico, sob a ótica das políticas oficiais.

A luta contra a subversão política, contra a ambição colonial europeia e, mesmo, contra a influência de países emigrantistas no território nacional, desencadeou importantes ações nacionalistas do governo brasileiro em comunidades de imigrantes, com relação direta no fechamento e nas restrições de funcionamento das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul.

Algumas organizações étnicas polonesas no estado foram afetadas pela política de repressão das ideologias de esquerda. As atividades consideradas subversivas mobilizaram as forças policiais na repressão de possíveis ações de grupos comunistas entre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul. Em Pró-Memória encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mario Pimentel Brandão, em 25 de janeiro de 1937,<sup>351</sup> o Ministro da Legação Polonesa no Rio de Janeiro, Tadeusz Grabowski, reclama das ações policiais empreendidas em diferentes municípios contra sociedades e pessoas de ascendência polonesa. Alegava o ministro que no dia 9 dezembro de 1936, entre 20 e 21 horas, a sede da Sociedade Polônia em Porto Alegre teria sido invadida por policiais armados com metralhadoras, que cercaram o edifício e usaram da violência como forma de coerção. Segundo Grabowski, os membros reunidos na sociedade teriam sido revistados e, inclusive o Presidente, Jarzyński, teria sido ferido com gravidade na cabeça por um policial. Arquivos e livros de protocolos foram apreendidos, bem como exemplares de jornais poloneses e norte-americanos. A chefia de polícia teria declarado que agiu sob a denúncia de que na sede da Sociedade “Polônia”,<sup>352</sup> eram realizadas reuniões de grupos comunistas. O Ministro polonês protestava contra a ação policial e declara que os poloneses no Rio Grande do Sul estavam acima de qualquer suspeita subversiva e que os objetivos de existência da Sociedade Polônia seriam puramente sociais e culturais, estando de acordo com a legislação brasileira. Classificava a ação policial como ofensa grave a toda a colônia polonesa do estado,

---

<sup>351</sup> Pró-memória encaminhado ao MRE brasileiro pelo Ministro da Legação Polonesa, Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1937. AN 86/5/11.

<sup>352</sup> Sociedade homônima ao país referido, sem acento.

pedindo “providências a respeito da polícia de Porto Alegre, em relação aos danos morais contra cidadãos brasileiros e súditos poloneses”.<sup>353</sup> Ação policial parecida teria sofrido a sociedade Nicolau Copérnico, no então município de Boa Vista do Erechim.<sup>354</sup> A polícia local também fizera uma ação violenta na referida sociedade.

Em 30 de março, o Ministro Grabowski envia outra nota pedindo providências em relação à polícia gaúcha pela continuação das devassas nas sociedades e detenções de “cidadãos poloneses” no estado.<sup>355</sup> Em 8 de abril de 1937, novos protestos são enviados ao MRE brasileiro contra a ação policial nas sociedades étnicas polonesas em Porto Alegre e em Boa Vista do Erechim. Continuava o Ministro Grabowski afirmando que as agremiações possuíam fins sociais, instrutivos e culturais e que, não obstante, novas prisões teriam sido realizadas pela polícia gaúcha em desfavor a cidadãos “inocentes, patriotas e pacíficos trabalhadores da colônia polonesa”.<sup>356</sup>

Chartier (1991) recorda como a luta das representações são importantes meios para compreender a imposição de aspectos que corroboram em favor de determinados posicionamentos estratégicos e a organização de argumentos que endossam determinadas visões e compreensões da realidade. Esta suposta realidade corresponde ao conjunto de sentidos partilhados ou não, com as visões de mundo e crenças estabelecidas que acompanham a cada indivíduo.

Havia diferentes compreensões referentes aos imigrantes poloneses tanto da parte do Ministro da Legação Polonesa, que atua em favor dos indiciados e reprimidos pela ação policial, como da visão da polícia em relação ao que considerava como subversão. Se para a força policial as sociedades representavam possíveis focos de subversão e propagação do comunismo, para o Ministro da Legação Polonesa as sociedades seriam organizações culturais ordeiras, e os atingidos pela ação policial seriam pessoas inocentes e pacíficas.

Dentre os detidos estavam o Professor Adam Bujno, que contribuía nas atividades de ensino escolar enquanto professor na comunidade rural de Baliza,

---

<sup>353</sup> Pró-memória encaminhado ao MRE brasileiro pelo Ministro da Legação Polonesa, Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1937, p. 02. AN 86/5/11.

<sup>354</sup> Comunismo. Nota encaminhada ao MRE brasileiro pelo Ministro da Legação Polonesa, Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1937. AN 86/5/11.

<sup>355</sup> Nota encaminhada ao MRE brasileiro pelo Ministro da Legação Polonesa, Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 30 de março de 1937. AN 86/5/11.

<sup>356</sup> *Idem*.

Município de Boa Vista de Erechim. Segue afirmando o Ministro, que o professor era conhecido da Legação Polonesa, bem como do consulado em Curitiba, como “ativo socialista na Polônia e que, nos anos de 1905 a 1907, participou na luta contra a Rússia Tzarista”.<sup>357</sup> Devido à sua ação política, foi obrigado a deixar a Polônia estabelecendo-se naquele município. Para o cônsul, na localidade organizou escolas e elevou o nível cultural da comunidade polonesa, com aprovação e louvores das autoridades locais. Enquanto socialista, o professor teria concepções radicais na defesa dos pobres e desorientados, alcançando prestígio perante as sociedades estrangeiras.

Para o Ministro a designação de socialista substituía o termo *comunista*, devida à depreciação política ou subversiva. Por vezes, poderia ser considerado como contrário a determinadas questões oficiais. Porém, estaria mantendo uma atitude de legalidade e patriotismo brasileiro e polonês. Defendia o Ministro, em sua nota, que o Professor Adam Bujno não era subversivo, embora o identificasse como socialista. Não seria um agente comunista na clandestinidade e por isso a Legação polonesa solicitava que fosse concedido um *Habeas Corpus* ao professor, alegando também a elevada idade e suas condições de saúde.<sup>358</sup>

O protesto do Ministro polonês se estendia aos métodos de ação de funcionários da polícia rio-grandense que, de posse de armas, feriam cidadãos brasileiros de procedência polonesa, conforme descreviam os protocolos das sociedades invadidas. A conclusão, segundo Grabowski, era de que a Polícia teria recebido uma falsa denúncia, não havendo provas de atividades subversivas entre a comunidade étnica polonesa. Outrossim, as ações policiais serviam unicamente para despertar, no seio das sociedades polonesas, a suspeita de que as mesmas agiam de forma contrária aos interesses do Estado brasileiro e que os cidadãos brasileiros de proveniência polonesa exerciam uma ação nociva contra o país. A Legação Polonesa declarava que compreendia a suposta necessidade de “legítima defesa do estado contra a ação destruidora dos comunistas e outros fatores subversivos”<sup>359</sup> e

---

<sup>357</sup> Nota encaminhada ao Ministro Interino das Relações Exteriores, Mario Pimentel Brandão pelo Ministro da Legação Polonesa Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1937. AN 86/5/11

<sup>358</sup> Nota encaminha ao Ministro Interino das Relações Exteriores, Mario Pimentel Brandão, pelo Ministro da Legação Polonesa, Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1937. AN 86/5/11. p. 2.

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 3

que não defenderia cidadãos poloneses realmente culpados de subversão social, comprometendo-se em auxiliar na identificação no território brasileiro, dos elementos indesejáveis. Entretanto, não poderia silenciar diante de injustiças contra inocentes, baseadas em denúncias falsas. Em nota de dezembro de 1937, a Legação Polonesa intercede ainda por Theodor Lewin, comerciante polonês, preso no Município de Jaguarão, mas que residia no Uruguai. A acusação era de que o referido comerciante exercia atividades comunistas.<sup>360</sup>

Os fatos reclamados pelo Ministro polonês na Legação Polonesa no Rio de Janeiro, indicam a ação do governo brasileiro e o engajamento do Rio Grande do Sul em combater ideologias consideradas subversivas, bem como a interferência estatal nas sociedades estrangeiras consideradas suspeitas da promoção e veiculação do ideário comunista.<sup>361</sup> Em diferentes estados, a Legação Polonesa intercedia em favor de pessoas que estariam sendo expulsas do Brasil.<sup>362</sup>

O momento de repressão impunha um alerta em relação ao momento político, considerada a ação política de grupos estrangeiros no país. Esse processo, inicia-se com a repressão contra as ideologias de esquerda e estende-se posteriormente contra a suposta ação imperialista de países emigrantistas, o que gerou um clima de desconfiança contra tudo o que era estrangeiro. Para Krasicki (1983) Vargas atacou principalmente os antagonismos, bem como as aspirações separatistas regionais dos estados, nos quais a aversão aos eventos iniciados no golpe de outubro de 1930 era evidente. A manifestação dessas tendências foi a aparente subordinação das autoridades estaduais às diretrizes do governo federal que, de fato, ainda perseguiram sua própria política de Estado focada unicamente, nas metas e nos benefícios regionais. Para evitar isso, Vargas introduziu o cargo de enviados especiais do Governo Provisório, os chamados interventores (governadores) que, com poderes muito amplos, controlavam as atividades políticas nos estados. A luta pela unidade nacional, em torno de um projeto político, passava pela criação do Ministério da Educação, com fins de reformar o sistema educacional,

---

<sup>360</sup> Nota encaminhada ao Ministro Interino das Relações Exteriores, Mario Pimentel Brandão, pelo Ministro da Legação Polonesa, Tadeusz Grabowski. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1937. AN 86/5/11.

<sup>361</sup> Sobre o assunto ver Zen (2017).

<sup>362</sup> Ver expulsão de Moisés Kawa e Josek Hochman. Notas enviadas ao MRE brasileiro. AN 86/5/10 e Expulsão de Estrangeiros. Nota ao Secretário Geral do MRE brasileiro. AN 86/5/10.

no sentido de eliminar os regionalismos e as diferenças entre estados, em termos do assunto educacional. A ênfase, neste sentido, foi dada pela obrigatoriedade do ensino da história e geografia do Brasil e pela modernização do Ensino Superior (KULA, 1978), além do processo de imposição do vernáculo como língua de ensino e a gradual oficialização do Ensino Primário, como assunto prioritário nas esferas governamentais.<sup>363</sup>

A importância de eliminar opositores e, mesmo, desempenhar maior controle para a produção da unidade nacional, está relacionada com a nomeação de interventores que estariam, mais ou menos, alinhados com a política varguista. A dissolução dos partidos políticos e mesmo da proibição da ação política, por parte de estrangeiros radicados no Brasil ou mesmo no seio dos grupos étnicos, valida a compreensão do estabelecimento de uma política única baseada no autoritarismo de direita. A intenção era precaver-se contra qualquer oposição, declarada ou não.

Segundo Krasicki (1983), apesar de muitos partidos políticos dependerem inteiramente de seu caráter regional e, mesmo, de personalidades locais, duas grandes empreitadas seriam importantes na tarefa de unificar a política e a destruição dos opositores. Primeiramente a construção de uma unidade nacional na mentalidade do povo brasileiro e, posteriormente, a luta contra os persistentes *clusters* ou condomínios estrangeiros organizados em diferentes estados do Brasil.

A imprensa brasileira se encarregava de dar dimensões alarmantes sobre as necessidades e aspirações coloniais europeias e o uso da força para conquistar e expandir colônias nos territórios brasileiros, inclusive utilizando as organizações estrangeiras e étnicas dos respectivos países. No entanto,

a força motriz das ações contra "estrangeiros" no Brasil foram os círculos militares nacionalistas fanáticos, que assumiram a responsabilidade pelo estrito cumprimento dos regulamentos contra os imigrantes. Mas a campanha nacionalista no Brasil foi a mesma em todos os lugares. Seu curso, intensidade, aplicação mais ou menos rígida de ordens dependia das autoridades estaduais em grande parte. (KRASICKI, 1983, p. 423).

A ditadura varguista não se opunha às autoridades estaduais que emitiam suas próprias ordenanças, de acordo com uma postura que fortalecesse as leis e os decretos nacionais. Nesse sentido, a nacionalização nos diferentes estados

---

<sup>363</sup> Sobre o assunto ver Tambara *et al* (2007).



dependia em parte do entendimento e da organização dos governos estaduais. Maior ação militar ou intensidade do processo nacionalizador dependia em tese do modo como as organizações étnicas estavam organizadas historicamente, no cultivo de suas tradições, da homogeneização cultural própria de cada grupo, das áreas de influência em que estavam situados os núcleos coloniais e da sua amalgama com o idealismo da *brasilidade*.

Porém, boa parte das ações enérgicas e repressivas dependiam também da decisão e do entendimento das autoridades locais. Associações étnicas mais amplas dos imigrantes poloneses estavam alinhadas com diretrizes políticas do governo da própria Polônia, por meio do Ministério das Relações Exteriores polaco. A ação de instrutores de ensino<sup>364</sup>, pagos pelo governo polonês, mobilizava a caracterização das escolas com seu viés político, conforme uma *polonidade* oficial construída pelo governo polonês, baseada no entendimento de que os emigrantes erradicados seriam parte dos contingentes populacionais poloneses no Exterior. De fato, o entendimento de que os grupos que mantinham a cultura polonesa no Brasil seriam, de certa forma, contingentes de um Polônia brasileira, era algo difundido na Polônia pelas organizações imigrantistas sediadas inclusive no Brasil. A própria Organização União dos Poloneses do Exterior, entendia que haveria uma relação estreita entre os poloneses nos diferentes países com o idealismo de uma pátria-mãe polonesa.

Esta vinculação promoveu ações organizadas em diferentes países, inclusive alimentando pretensões coloniais e o estabelecimento de um condomínio cultural polonês no Brasil, ao molde dos franceses no Canadá. Uma ação enérgica do Estado foi implementada contra os grupos étnicos que mantinham laços estreitos com os respectivos países de descendência cultural trazidos na emigração.

O jornal *Lud*, periódico étnico editado em Curitiba, noticiava no dia 18 de fevereiro de 1938, relatos do Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, o Capitão José da Costa Monteiro, sobre a suspensão das atividades de todas as associações políticas estrangeiras no estado. Dizia a publicação que o então chefe de polícia levava em conta a lei de fechamento dos partidos políticos no Brasil, conforme ordenamento da Constituição Federal. A respeito das associações políticas

---

<sup>364</sup> Tais instrutores percorriam as aglomerações coloniais polonesas no Rio Grande do Sul, organizando escolas, cursos de formação de professores, publicando livros didáticos e contribuindo com periódicos étnicos no Brasil e no exterior.

estrangeiras, o Executivo ainda não tinha realizado, até o momento, ações mais efetivas e que diferentes resoluções seriam colocadas em prática em relação a estas associações. Por ocasião da estada de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, e do então Interventor Federal e Secretário de Assuntos Internos, Maurício Cardoso, foi realizada uma conferência sobre a situação dessas instituições estrangeiras.

A questão destacada se relacionava à ação mais propriamente dita da Chefatura de Polícia no Paraná e Rio Grande do Sul, no sentido de proibir, com medidas repressivas, as atividades de todas as associações estrangeiras, sejam elas organizações políticas ou não-políticas. A notícia caracterizava a ação policial de repressão dessas organizações, a fim de incutir o sentimento de patriotismo nos cidadãos e jovens nas áreas de colonização.<sup>365</sup> As diretrizes são colocadas em prática por meio da ação governamental que regulamentou e disciplinou o ensino em território gaúcho, nas áreas de colonização imigrante.

## 5.1 É PRECISO NACIONALIZAR A ESCOLA

A educação escolar foi justamente o principal meio para a implementação do pensamento unificador da cultura nacional, capaz de promover a nacionalização dos quistos estrangeiros. A Legação Brasileira na Polônia antecipava notícias sobre a promoção do processo nacionalizador em escolas e a ampliação das instruções públicas com foco nas zonas de imigração. Em meados de 1937, já havia informação antecipada da promulgação de leis nacionalizadoras do ensino, que seriam decretadas no ano seguinte.

Conforme ofício do consulado polonês de dezembro de 1937, o General Meira de Vasconcellos realizou ampla reunião em Curitiba, com todos os representantes de associações e outras instituições de imigrantes. A comunicação mais emblemática era da necessidade de se nacionalizar imediatamente a educação. Esse processo estaria sendo voltado ao ensino pré-escolar, às escolas primárias e às escolas secundárias, assim como a todas as instituições culturais e desportivas. Todos aqueles que não cumprissem as diretrizes e os ordenamentos

---

<sup>365</sup> O zamknięciu politycznych stowarzyszeń obcokrajowych w Rio Grande do Sul i w Paranie. *Jornal Lud*, 18 de fevereiro de 1938, p 01. Arquivo dos Padres Vicentinos – PR.

das autoridades deveriam preparar antecipadamente o passaporte e deixar o Brasil.<sup>366</sup>

Outros documentos, por parte do governo brasileiro, comunicavam as medidas orientadas justamente para a finalidade de nacionalizar a educação. Conforme ofício expedido pela Legação Brasileira em Varsóvia, apesar de considerar o imigrante polonês um ótimo elemento para o trabalho, o interlocutor do consulado alertava que não era conveniente permitir que esses imigrantes se agrupassem em uma mesma zona colonial, onde estivessem sujeitos a viver alheios à existência do Estado brasileiro, sem uma instrução pública nacional.

Uma das mais importantes medidas era a utilização da escola como principal meio de nacionalização. Era “espalhando escolas nacionais em meio à colonização polaca e alemã”, que se teria um resultado mais eficaz de promoção do processo nacionalizador.<sup>367</sup> Dizia o interlocutor que este seria o primeiro passo para acabar com os quistos estrangeiros que existiam no Brasil. Sugeria que o Brasil tomasse o exemplo da própria Polônia, que não tolerava o ensino em outras línguas em seu país. A própria Constituição deveria garantir normas para que os alienígenas fossem nacionalizados.

A instrução dos imigrantes no Brasil deveria seguir uma política nacional, para incutir a todos a homogeneização linguística, com a utilização de livros em Língua Portuguesa e o ensino de uma História nacional, que promovesse a mentalidade pátria nas crianças nascidas no Brasil e o necessário “amor ao céu que viram ao abrir os olhos”.<sup>368</sup>

As medidas mais importantes tomadas num primeiro momento, em relação à escolarização étnica estavam: No registro obrigatório das escolas nas Secretarias de Educação; a aprovação do plano curricular; o ensino em português e os estudos da Língua Portuguesa, o ensino de história e geografia do Brasil, bem como a proibição do ensino em língua estrangeira; além da obrigatoriedade de utilização de elementos decorativos pátrios; de cantar o Hino Nacional brasileiro e a observação dos feriados

---

<sup>366</sup> Cônsul Gieburowski, Tajne pismo Konsulatu RP w Kurytybie do MSZ, 13 grudnia 1937 roku. AAN, 10382. S. 01.

<sup>367</sup> Emigração para o Brasil em 1937. Ofício da Legação Brasileira em Varsóvia 30/12/1937. AN/RJ 74/5/15.

<sup>368</sup> Suspensão de vistos para o Brasil. Ofício do consulado brasileiro em Varsóvia, 2/9/1937. AN/RJ 74/5/15.

nacionais. O controle se estendia sobre a contratação de professores por meio de concursos e a ampliação da rede escolar oficial, por meio de investimentos na construção de prédios escolares, em substituição às escolas de imigrantes.<sup>369</sup>

A ação nacionalista de certa forma surpreendeu muitos imigrantes que estavam acostumados com o modelo de organização, com escolas e a utilização da cultura étnica. Porém, a rede escolar oficial do governo brasileiro não conseguia dar conta de promover a ampla difusão do ensino ou uma rede de escolas brasileiras, em todos os recantos do território nacional. Nas comunidades de imigrantes, a educação dependia quase que exclusivamente de escolas particulares, mantidas pelos grupos étnicos. Em relação aos poloneses, em muitos casos, nas escolas organizadas, havia carência importante de professores qualificados, que desenvolvessem suas atividades de forma contínua. Estes professores que atuavam nas comunidades étnicas, por vezes, desconheciam a língua vernácula. Tadeusz Skowroński, em nota de protesto ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, dizia que as comunidades étnicas polonesas não conseguiriam contratar professores brasileiros natos, porque não havia candidatos suficientes para atuar nas escolas, incorrendo no risco de aprofundamento do analfabetismo.<sup>370</sup> O temor expressado pelo próprio ministro da legação polonesa, no Rio de Janeiro, era de que as atitudes repressivas contra as escolas de imigrantes ocasionariam perdas imensuráveis para as comunidades étnicas.

No Rio Grande do Sul, mesmo as atividades da Liga de Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro, caracteriza a mentalidade na organização social e cultural do Brasil, por meio do discurso nacionalizador. O diretório da Liga, fundado no Rio Grande do Sul, envolvia diferentes personalidades, dentre elas o Arcebispo Dom João Becker, autoridades militares e civis, como Major Alberto Bins; o Dr. Guerra Blessmann, o desembargador Manoel André da Rocha, Coronel João de Deus Canabarro Cunha, Dr. Moisés de Moraes Velhinho e o Professor Afonso Guerreiro Lima, além do representante do setor industrial, da empresa A. J. Renner, o senhor Emílio Kemp. A presidência da liga era exercida pelo então governador Flores da Cunha. Dentre as finalidades da Liga estava a publicação de livros de

---

<sup>369</sup> Ścisłe tajne pismo Konsulatu RP w Kurytybie do Dyrektora Departamentu Konsularnego MSZ z 18 stycznia 1938 r. AAN 10610, s. 01

<sup>370</sup> Tadeusz Skowroński. Nota Poselstwa RP w Rio de Janeiro wręczona Brazylii. Oskiemu Ministrowi Spraw Zagranicznych 16 maja 1938 r. AAN 10384. s. 01.

educação patriótica destinados à infância, com distribuição gratuita, estimular e avivar o estudo e o amor pela história do Brasil e por suas tradições. Chama a atenção a finalidade de promoção do ensino da língua vernácula nas escolas estrangeiras e a criação de escolas primárias públicas nos núcleos coloniais.<sup>371</sup> As finalidades da liga, bem como as atividades do diretório estadual implicam diretamente num posicionamento em relação ao ensino e à promoção da cultura nacional nas áreas de colonização do estado.

A nacionalização, foi uma política pensada e organizada com a finalidade de promover o fim das interferências estrangeiras no Brasil. A Polônia é considerada como uma nação imperialista, que atuava na manutenção de uma cultura étnica no país, deveria ser combatida. Para Kula (1976), citando o Coronel Arciszewski, que esteve no Brasil para recrutar brasileiros de descendência polonesa para o Exército polonês na Segunda Guerra Mundial, afirma que, “em toda a parte, desde o ministro das relações exteriores – Osvaldo Aranha – através do interventor do Paraná, até os prefeitos, defrontamo-nos com a desconfiança e a suspeita: os poloneses organizam a separação de parte do Brasil”. (KULA, 1976, p. 25). Diferentes documentos começam a sustentar o processo de promoção do nacionalismo no Brasil, importando para o discurso de ordem no combate às intenções expansionistas dos países europeus, baseados em documentações consulares e dossiês.<sup>372</sup> Diante das suspeitas imperialistas e ingerências estrangeiras no Brasil, uma Campanha de nacionalização se fazia urgente com fins de manter um ideal de *brasilidade* e a unidade territorial.

Conforme parecer do então Sr. Ministro da Guerra do Estado Maior do Exército, em referência a 5ª região militar, que correspondia ao do Paraná e à Santa Catarina, sugere que seja feita no território daquela região, uma campanha com a finalidade de nacionalizar populações alienígenas de imigrantes e descendentes.<sup>373</sup> O parecer afirmava que a colonização estrangeira do Brasil traria consequências

---

<sup>371</sup> Liga da Defesa Nacional. Instalação do Diretório Regional do Rio Grande do Sul. In: A Federação, 16 de novembro de 1936. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/80736>. Acesso em: abril 2019.

<sup>372</sup> Diferentes documentos consulares enviados pela Legação Brasileira na Polônia, nos anos de 1937 e 1938, contribuíram para a desconfiança da política de colonização polonesa.

<sup>373</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General-Chefe do Estado Maior do Exército. Parecer sobre a necessidade da Campanha de nacionalização. Reservado. 24/01/1938. Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro. Seguintes BN/RJ.

funestas para a política integralista brasileira, considerando que a mesma estava sendo mal-orientada, e que muitos inconvenientes estariam sendo criados, justamente pela existência de núcleos imigrantes fortes, que mantinham as características da nacionalidade de origem.<sup>374</sup> Nesse sentido, se enquadravam os núcleos de imigrantes alemães, italianos, japoneses e poloneses, como principais grupos que deviam ser nacionalizados. Destes, os alemães,<sup>375</sup> em tese, seriam os mais organizados, buscavam transmitir aos seus descendentes a língua, os costumes, as crenças, a mentalidade, a cultura e o patriotismo.<sup>376</sup>

Ainda conforme o parecer do General-Chefe do Estado Maior do Exército O destaque era dado para a colaboração da Igreja com esses elementos estrangeiros e para a educação escolar como a base de formação cultural dessas nacionalidades.<sup>377</sup> A questão que preocupava os militares, naquele momento, era que os núcleos de imigrantes buscavam manter sua nacionalidade de origem, “procurando conservar em todos os descendentes o espírito da existência de uma pátria de origem distante, que deve estar acima da pátria onde nasceram [...]. Nesse sentido, os países interessados na criação destes núcleos prestavam-lhes assistência contínua de caráter educacional, financeiro e organizativo”.<sup>378</sup>

Nesse ambiente de constatações e acusações, é pertinente a questão da assistência nos núcleos de imigrantes, em relação à Educação e mesmo na questão religiosa e agrícola, em relação aos poloneses. Retomando, desde fins do século XIX e mais fortemente com a criação do Estado independente da Polônia na Europa, uma das grandes preocupações fora a assistência aos emigrados e qual seria o papel desempenhado pelos imigrantes para o fortalecimento econômico e político da Polônia. Essa assistência, de certa forma, era entrecruzada de objetivos políticos, econômicos e comunitários. No bojo das políticas polonesas para a emigração,

---

<sup>374</sup> *Idem.*

<sup>375</sup> “Nos trabalhos escolares, além de serem enaltecidos todos os grandes da Alemanha, faz-se a propaganda, tendo em vista as necessidades expansionistas. Um ditado escolar, anexo ao relatório, contém a seguinte frase: Japan und Deutscheland Brauchen Platz, weil sie zuviel einwohner haben”. (Japão e Alemanha precisam de espaço, porque possuem muitos habitantes – tradução do autor) *In*: Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General-Chefe do Estado Maior do Exército ao Ministro da Guerra. Parecer sobre a necessidade da Campanha de nacionalização. Reservado. 24/01/1938. BN/RJ p. 260.

<sup>376</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General-Chefe do Estado Maior do Exército. Parecer sobre a necessidade da Campanha de nacionalização. Reservado. 24/01/1938. Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro. Seguintes BN/RJ.

<sup>377</sup> *Idem*, p. 185.

<sup>378</sup> *Ibidem.*

estavam justamente a manutenção do espírito nacional nos poloneses, compreendidos, inclusive, como um importante contingente nacional étnico.

Havia nesse sentido duas lutas coexistentes compostas por objetivos antagônicos. Enquanto o governo brasileiro procurava inculcar um ideal de nacionalidade e *brasilidade*, o governo polonês buscava manter seu ideal de nacionalidade e *polonidade*. Destaca-se que o próprio parecer acusa a assistência formal de homens públicos descendentes de imigrantes, conscientes de sua origem, bem como de homens públicos corrompidos pela *politicalha*<sup>379</sup>

Em relação à assistência aos emigrados, conforme relatório sobre as instituições étnicas polonesas, do consulado geral da Polônia em Curitiba, na década de 30 (1930) muitas instituições formais tratavam de organizar e de dar assistência à imigração polonesa. Dentre estas pode ser destacado o papel da União Central dos Poloneses do Brasil (CZP), filiada por sua vez à União Mundial dos Poloneses no Exterior, com vistas de estabelecer diretrizes alinhadas com o governo polonês. A *Centralny Zrzeszeń Polaków* (CZP) tinha por finalidade unir todas as associações e a sociedade no prelo de objetivos comuns de cunho assistencial e político. A CZP inclusive recebia recursos provenientes do governo polonês para financiar suas atividades. Além da CZP, outras instituições mais amplas atuavam de forma efetiva na assistência dos imigrantes poloneses no Brasil. Dentre as principais, com sede em Curitiba, estavam a União Polono-Católica para a América do Sul; a União dos Agricultores Poloneses; a Associação da Juventude Polonesa (JUNAK), que desenvolvia atividades de desportos e cultura em filiais nos três estados do Sul do Brasil; a Associação dos Professores das Escolas Polonesas do Brasil, com abrangência nacional; a Liga Marítima e Colonial, desenvolvendo atividades de colonização; a União de Trabalho Civil das Mulheres e a Associação dos Estudantes Poloneses (SARMACJA).

Com sede em outras localidades, estavam a Sociedade Nicolau Copérnico em Marechal Mallet - escola de formação secundária; a Sociedade do Renascimento e Sociedade da Rainha Polonesa em Ponta Grossa. No Rio Grande do Sul, estavam em funcionamento a Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; a Sociedade Polônia, a Sociedade Pensamento Livre; a Sociedade

---

<sup>379</sup> *Idem.*

dos Ex-Militares e Insurretos da República Polonesa; a Sociedade das Mulheres Maria Konopnicka; a União dos Católicos Polono-Brasileiros, além de centenas de sociedades com fins culturais e educacionais espalhadas por diferentes municípios do estado.<sup>380</sup>

As sugestões para o desenvolvimento de uma Campanha de nacionalização tinham como pretensão converter sentidos culturais considerados impróprios aos preceitos patriotas brasileiros. Nesse sentido, o Chefe do Estado Maior do Exército, toma para si o estabelecimento de algumas medidas consideradas necessárias para o processo de imposição da nacionalização, que são prontamente colocadas em prática de forma antecipado no Paraná pelo General Meira de Vasconcellos.

As medidas sugeridas iniciavam pelo papel do Exército em promover e desenvolver núcleos de escoteiros com assistência de oficiais ou sargentos, dando um cunho nacionalista a estas organizações; penetrar nas associações esportivas, forçando a abertura de quadros de sócios a todos os brasileiros; criação de unidades do Exército em zonas de maior influência estrangeira; forçar a aprendizagem do vernáculo nos quartéis, em que as desincorporações ocorreriam somente para aqueles que falassem e escrevessem com facilidade em Língua Portuguesa.<sup>381</sup>

Pelo Ministério da Educação, as medidas incluíam desenvolver um programa de desapropriação progressiva das escolas estrangeiras, nomeando diretores brasileiros e progressiva substituição dos professores estrangeiros por brasileiros qualificados; transformar a Igreja em um órgão de colaboração; progressiva transformação nos Jardins de Infância e auxílio na organização de sociedades recreativas e culturais, de acordo com os ideais de *brasilidade* estabelecidos.<sup>382</sup>

Ao Ministério do Trabalho, cabiam as iniciativas de nacionalizar sindicatos operários; encaminhar trabalhadores nacionais para regiões de imigração. Por fim, para o Ministério da Justiça as medidas sugeridas pelo ministro da guerra eram

---

<sup>380</sup> Relatório sobre as organizações e sociedades em Curitiba, Marechal Mallet, Ponta Grossa e Porto Alegre, Consulado General da República da Polônia em Curitiba, para Legação da Polônia no Rio de Janeiro, 2/7/1938, AAN 10610, p. 149 - 151.

<sup>381</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General chefe do Estado Maior do Exército ao Ministro da Guerra. Parecer sobre a necessidade da Campanha de nacionalização. Reservado. 24/01/1938. BN/RJ p. 188.

<sup>382</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General-Chefe do Estado Maior do Exército ao Ministro da Guerra. Parecer sobre a necessidade da Campanha de nacionalização. Reservado. 24/01/1938. BN/RJ, p. 188.



extinguir partidos políticos estrangeiros, de acordo com o que acontecia com os partidos políticos nacionais; limitar a influência estrangeira em partidos e sociedades civis, em todos os aspectos de existência e a exigência do vernáculo em todos os atos oficiais da sociedade brasileira.<sup>383</sup>

As sugestões inferem justamente sobre umas das regiões mais densamente povoadas por imigrantes de diferentes nacionalidades. Muitas dessas medidas foram contempladas nos diferentes decretos do Executivo, que promoveram a Campanha de nacionalização.

## 5.2 O FECHAMENTO DAS INSTITUIÇÕES ÉTNICAS POLONESAS MAIS AMPLAS

A ação nacionalizadora progrediu fortemente nos três estados do Sul, justificando a emissão de diferentes documentos secretos pelo consulado geral em Curitiba. Importante é salientar que o Cônsul Gieburowski afirmava que, no dia 14 de março de 1938, as duas principais instituições étnicas polonesas do país foram compulsoriamente fechadas em Curitiba pelo Chefe da Polícia Política. O Chefe da Polícia convocou os representantes da CZP *Centralnego Związku Polaków w Brazylii* – União Central dos Poloneses do Brasil e a *Zrzeszenia Nauczycieli Szkol Polskich w Brazylii* – Associação dos Professores das Escolas Polonesas no Brasil, exigindo para que as atividades destas instituições fossem prontamente suspensas.<sup>384</sup> Apesar dos esforços empregados na área jurídica por parte da CZP, visando a retroceder da decisão do Chefe da Polícia Política, a proibição do funcionamento dessas instituições não foi suspensa. Em publicação do Jornal “O Dia”,<sup>385</sup> utilizando-se de um tom xenofóbico, o General Meira de Vasconcellos, então comandante da 5ª Região Militar,<sup>386</sup> classifica o fechamento da Associação dos Professores

<sup>383</sup> *Idem.*

<sup>384</sup> Cônsul-geral Gieburowski em Curitiba. Tajne. Poczta Lotnicza Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie 15 marca 1938. AAN 10022 s. 16.

<sup>385</sup> “Louvável e Patriótica atitude do General Meira de Vasconcellos. Evidencia-se mais uma vez o alto zelo do bravo militar pela nacionalização e grandeza de nossa pátria. Resoluto apoio ao ato do governo estadual fechando a Associação dos Professores Poloneses do Brasil.” O Dia, 22 de março de 1938. Disponível em:

<sup>386</sup> A Nacionalização no Brasil tornou-se um movimento efetivo, quando os militares da 5ª Região encaminhavam diferentes dossiês aos setores de segurança institucionais, criados por Vargas, versando sobre a inconveniência da cultura étnica das regiões mais densamente povoadas por imigrantes, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, o que condizia com o espírito ideológico do Estado Novo, associado à exacerbação do nacionalismo dos militares.

Poloneses do Brasil, como uma iniciativa patriótica e acertada pelas autoridades policiais civis. Embora o General Meira de Vasconcellos atribuísse o fechamento da Associação às autoridades civis, Włodzimierz Radomski, então presidente Associação dos Professores Poloneses do Brasil, encaminha uma representação por escrito<sup>387</sup> ao então General-Comandante da 5ª Região Militar, para que as atividades da instituição fossem retomadas, alegando que a Instituição existia exclusivamente para fins educacionais. O dirigente afirmava no documento que as finalidades de existência da Associação eram legítimas e que, segundo seus estatutos, a associação tinha por finalidade congregar os professores particulares, garantindo materialmente seus associados, bem como melhorando sua situação financeira. Dentre os outros objetivos estavam a manutenção de cursos de aperfeiçoamento e a elaboração de programas de ensino para as escolas. O presidente afirmava, que pelos estatutos, a Associação não tinha nenhuma finalidade de contrariar os interesses do Brasil e auxiliava os poderes públicos na gestão das escolas particulares, se estas observassem as leis em vigor.

Convém destacar que o presidente da Associação dos Professores Poloneses do Brasil, faz ainda um histórico das razões de existência das escolas étnicas polonesas no Brasil, na promoção de escola aos desassistidos pelo ensino público brasileiro. Além disso, lembrava dos esforços dos imigrantes poloneses no desbravamento e na organização das colônias. Satisfeitas as necessidades de subsistência ou materiais, esses imigrantes buscaram organizar instituições que atendessem aos anseios morais e espirituais. Como havia falta de escolas públicas, os colonos fundaram associações, construíram prédios escolares e organizaram o ensino para minorar o problema da falta de escolas. O esforço teve êxito e afirmava, inclusive, que o número de analfabetos era mínimo nas colônias polonesas. Informava que os alunos das escolas particulares recebiam instrução em Língua Portuguesa em conformidade com o programa oficial e rudimentos da Língua Polonesa, em horários extraclasse<sup>388</sup>.

A Associação surgiu pela necessidade de organização desse ensino e, por este motivo, possuía importante utilidade pública em colaborar com o Estado na campanha contra o analfabetismo. Włodzimierz Radomski dizia que antes da

---

<sup>387</sup> JW. Pan General Dowódca V-okręgu wojsk. W Kurytybie. AAN 10022 s. 33.

<sup>388</sup> *Idem*.

fundação da associação, os professores particulares não tinham as mínimas garantias salariais ou condições de subsistir na profissão. Quando a Associação completava 10 anos de existência, a maioria dos professores possuía diploma de habilitação ao magistério primário e as escolas estavam registradas nos departamentos competentes, de acordo com as leis vigentes que regiam o ensino particular. O representante usava as estatísticas oficiais para justificar a ação da Associação, afirmando que somente 26% das crianças em idade escolar podiam frequentar uma escola. Porém, apesar dos apelos e protestos, a resposta do General Meira de Vasconcellos foi a acusação contundente de que as escolas estrangeiras proporcionavam apenas uma educação não nacional, voltada para cultura que não era a brasileira<sup>389</sup>.

Seríamos um povo sem fibra e sem virilidade, se deixássemos que essa ação se processasse no decorrer da segunda infância e da adolescência, a ponto de termos, na maturidade, brasileiros nominais, vivendo em sua própria pátria como perfeitos estrangeiros. (GENERAL MEIRA DE VASCONCELLOS).<sup>390</sup>

O intuito dos dirigentes da Associação era de que o General Meira de Vasconcellos suspendesse o fechamento da entidade, como forma de justiça às finalidades da Associação. Porém, o fechamento de associações mais amplas não ficava restrita à Associação dos Professores Poloneses do Brasil. Em correspondência consular, Gieburowski informa que, no dia 15 de março, as atividades do escritório da Liga Marítima e Colonial também haviam sido suspensas em Curitiba. Na oportunidade o cônsul afirmava que era esperado que essas ações também seriam estendidas para outras organizações étnicas polonesas.<sup>391</sup>

Mesmo o papel da Igreja católica passa a ser considerado importante, no sentido de promover a nacionalização nas áreas de imigração. A Igreja enquanto instituição que possuía grande influência nas comunidades polonesas do Brasil é requisitada para mediar os esforços nacionalizadores para com a cultura étnica. Como ilustra o Cônsul Gieburowski, havia uma ação paralela realizada pelo governo

---

<sup>389</sup> *Ibidem*.

<sup>390</sup> Resposta na imprensa ao pedido de suspensão do fechamento da Associação dos Professores das Escolas Polonesas do Brasil. *O Dia*, 22 de março de 1938. AAN 10022.

<sup>391</sup> Cônsul Geral Gieburowski em Curitiba. Tajne 15 marca 1938 r. Poczta Lotnicza do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. AAN 10022 s. 16.

nacionalista, juntamente com as autoridades eclesiásticas da diocese de Curitiba, para exercer pressão à desnacionalização<sup>392</sup> dos contingentes étnicos poloneses e católicos.<sup>393</sup>

Algumas publicações davam conta de mobilizar representações nos órgãos de imprensa, por que daquele momento em diante a juventude e as crianças seriam educadas para amar sua terra natal, sem o culto excessivo à terra natal dos ancestrais, num processo de despertar dos sentimentos pátrios pelo Brasil, combatendo a indiferença pelo local onde nasceram.<sup>394</sup> O artigo chama a atenção para um projeto de reconstrução nacional, que estava operando no Brasil, a partir das novas diretrizes da educação e que o problema deveria ser encarado do ponto de vista cívico. As crianças estariam sendo educadas em organizações estranhas ao ambiente nacional, podendo trazer resultados funestos para a visão de nacionalidade e patriotismo brasileiro.<sup>395</sup>

Em coluna obrigatória no jornal bissemanário *Lud*, intitulada de secção de nacionalização, no artigo “Contra a desagregação nacional – pela integridade do Brasil”, o Capitão Emanuel Almeida de Moraes afirma:

a remessa para o Brasil de professores públicos poloneses, com denominação de instrutores escolares e até mesmo oficiais do Exército, constitui fatos revoltantes que completa e patenteia a obra criminosa dos inimigos da pátria brasileira. Verdadeiros missionários de estufa, tartufos perigosos, encarregados de crear uma babel de língua e sentimentos de pátrias artificiais; de ensinar a juventude a trair a terra que nasceu, corroendo premeditadamente os mais poderosos vínculos formadores da nossa integridade. (EMANUEL ALMEIDA DE MORAES, 18 de junho de 1938).<sup>396</sup>

<sup>392</sup> No sentido do pertencimento a uma nacionalidade polonesa, era a forma como o Ministério das Relações Exteriores considerava os contingentes étnicos no Brasil.

<sup>393</sup> Em uma celebração na colônia de Santa Bárbara no Paraná, de acordo com relato do cônsul, o bispo ao escutar as mulheres rezando em polonês a primeira parte da oração da ave-maria, respondia em português a segunda parte da oração. O cônsul acusava o bispo da diocese de Curitiba de chauvinista, no sentido de promover e contribuir com a ação da nacionalização.

W sprawie akcji nacjo. w organ. polek. kat. w Paranie. Tajne. Poczta lotniczą do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. Curitiba 15 marzec 1938. AAN 10022 s. 20.

<sup>394</sup> Comentuając: O Luzeiro – Styczeń – 1938. Organ Stowarzyszeń Katolickich w Kurytybie. AAN 10020 s. 24.

<sup>395</sup> “Quem, em boa fé, poderá negar apoio à tão patriótica iniciativa?” - Publicação das organizações católicas. Janeiro de 1938. AAN 10022 s. 14 e 25.

<sup>396</sup> Capitão Emanuel Almeida de Moraes. Contra a desagregação nacional – pela integridade do Brasil. Secção de Nacionalização. In: *Lud*, Kurytybie, 21 czerwca 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos – Curitiba – PR.

O momento se prestava para um ajuste nos rumos do entendimento da educação nacional, no sentido de promover um processo que fizesse jus aos ideais de nacionalidade propagados pelo regime de Vargas e dos militares. Na Polônia, os sentidos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores Polonês, era de que, apesar dos protestos e de notas encaminhadas ao governo brasileiro, o curso nacionalista seguia com força, sendo um perigo para as instituições étnicas polonesas no Brasil. O departamento consular polonês aguardaria a resposta a notas enviadas para tomar outras providências sobre o assunto, considerando as ações, empregadas até o momento, como o fechamento da CZP e da Associação dos Professores das Escolas Polonesas do Brasil, bem como do escritório da LMK, como uma situação perigosa para a imigração polonesa no Brasil.<sup>397</sup>

Em documento estritamente secreto, no dia 22 de março de 1938, o Cônsul Gieburowski envia para o Ministério das Relações Exteriores Polonês um ofício relatando as principais ações empregadas e a luta para que fossem retomadas as atividades das instituições outrora fechadas. A ação do distrito militar no Paraná surtia efeitos imediatos no funcionamento das consideradas principais instituições étnicas dos imigrantes poloneses no Brasil: A CZP e a Associação dos Professores das Escolas Polonesas do Brasil. Uma delegação foi criada com a finalidade de reabrir o curso normal dessas entidades, sendo que esta não foi recebida pelas autoridades militares paranaenses, no caso, pelo General Meira Vasconcellos. “Conheço nos mínimos detalhes as instituições fechadas e não preciso de qualquer explicação”,<sup>398</sup> dizia o general, apesar dos protestos dos representantes da comunidade étnica polonesa.

Uma representação foi entregue com o objetivo de protestar contra o fechamento da CZP. No referido documento, o Presidente Józef Piekarski e o Secretário Aleksander Ziólek alegavam diferentes motivos que contrariavam as ordens de fechamento da Instituição. A principal alegação, conforme o documento entregue, era de que ainda não eram conhecidos os motivos da resolução de fechamento da CZP. Argumentavam que, desde 1931, a organização cumpria suas obrigações estatutárias de forma legalizada. A instituição ajudava na organização cultural dos

---

<sup>397</sup> B. Pilne. Dyrektor Departamentu Konsularnego, do Pana Wicedyrektora Dep. Politycznego. Warszawa, dnia 28 marca 1938 r. AAN 10022 s. 28.

<sup>398</sup> Akcji nacjonalizacyjnej. Ścisłe Tajne, Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Dnia 22 marca 1938 r. AAN 10022 s. 37.

poloneses, bem como no auxílio material às necessidades que existiam nas colônias. Para os autores da representação, o imigrante polonês havia chegado ao Brasil por meio de convites e, ao longo de muitos anos, no lugar de florestas criou colônias agrícolas que contribuíam para a riqueza do país, sendo legítima a composição de um círculo de amizade entre o Brasil e a Polônia, nas esferas econômicas e sociais. Os autores da representação citam ainda ações no campo de organização agrícola e agropecuária, quando da inauguração de um criadouro de gado trazido da Polônia para a colônia Afonso Penna, no Paraná e a fabricação de produtos de linho na Colônia Cruz Machado, também no Paraná.

Há provas eloquentes de que, desde a época em que o imigrante (polonês) veio para o Brasil, aqui, sob o Cruzeiro do Sul, tentou organizar sua casa e sua família de maneira exemplar e nunca deixou de pensar no bem do país. Além disso, o elemento polonês-brasileiro não diminuiu sua origem. Seguindo os passos de seus ancestrais, exercendo direitos, pagando impostos, proporcionou ao país bons cidadãos e soldados. Não tendo educação suficiente, por falta de escolas públicas, os poloneses tentaram estabelecer escolas privadas, desde o início, cooperando com as autoridades na luta contra o analfabetismo. Assim, um grande número de fábricas, círculos agrícolas, muitas instituições culturais e educacionais, bem como sociedades mistas, foram organizadas, o que é uma prova irrefutável da altivez do elemento polonês. No Brasil, tudo isso foi feito para exaltar esse Brasil como a pátria adotiva desses imigrantes, bem como o berço de seus filhos.<sup>399</sup>

A necessidade da instituição estava de acordo com um pensamento de união de todas as sociedades e associações culturais polonesas, desde 1931. Uma necessidade de organizar o trabalho, a cultura e a educação dos imigrantes poloneses. As tarefas da CZP, conforme seus estatutos, prezavam pelas questões agrícolas, culturais e econômicas do elemento polonês, agindo de acordo com a lei e lealdade aos preceitos políticos e institucionais do Estado brasileiro, dizia o documento.<sup>400</sup>

Inclusive o Presidente da CZP, Józef Piekarski, ainda enviou um memorial endereçado ao Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, com a finalidade de protestar em favor das instituições, o qual foi entregue ao General Meira de Vasconcellos. O

---

<sup>399</sup> Representação do Presidente do CZP, Josef Piekarski ao General Meira de Vasconcellos, comandante da 5ª Região do exército. Jw. Pan. General Dowódca V-Okręgu Wisk w Kurytybie. AAN 10022, s 32.

<sup>400</sup> *Idem*.

memorial dizia que a União Central dos Poloneses no Brasil era uma instituição de caráter privado e apolítico, com finalidades culturais e educacionais e estava protestando contra o fechamento da Instituição, no dia 14 de março de 1938. A União Central, enquanto representante de centenas de sociedades e associações no Brasil, se dizia profundamente ofendida com a atitude de encerramento, e estava apelando para um suposto senso de justiça do então Presidente Vargas, para que suspendesse o fechamento da Instituição, que não visão da diretoria, não teriam sido ainda explicados os motivos. O Presidente da CZP ainda enfatizava que a lealdade, diligência e honestidade da relação Polono-Brasileira eram motivos para manter a confiança em relação aos poloneses.<sup>401</sup>

No entanto, a manifestação do General Meira de Vasconcellos impunha uma retratação contra quaisquer protestos e dizia que, em última análise, o Presidente Vargas considerava corretas as medidas adotadas, informava Gieburowski. O cônsul ainda informava que, no dia 18 de março, havia sido enviado ao escritório da CZP e da Associação de Professores, três policiais que recolheram os arquivos destas instituições e orientava que as correspondências deveriam ser enviadas por meio do consulado.<sup>402</sup>

A questão educacional era o centro dos debates nos contornos almejados pelo fluxo nacionalizador brasileiro. A comunidade étnica polonesa só poderia manter escolas com professores brasileiros afinados com uma pretendida missão patriótica, contra quaisquer tentativas da comunidade de preservar a sua língua e os seus costumes.

Os protestos contra, ao que o cônsul caracteriza de chauvinismo draconiano, tomava corpo em várias regiões do país, com documentos contendo assinaturas de vários municípios, principalmente do Paraná, caracterizando esta luta contra a suposta assimilação da cultura brasileira, em seus aspectos culturais e também econômicos. Para o cônsul, a adoção por parte da comunidade étnica polonesa da língua e dos costumes brasileiros levaria os agricultores ao nível de analfabetismo dos “caboclos” brasileiros, com degradação cultural e também econômica. “No

---

<sup>401</sup> Josef Piekarski. Do Jęgo Ekscelejncji Pana Prezydenta Getulia Dorneles Vargasa w Rio de Janeiro. (Pró-Memória entregue ao Gen. Meira de Vasconcellos, endereçado ao então Presidente Vargas.) AAN 10022, s. 34.

<sup>402</sup> Akcji nacionalizacyjnej. Ścisłe Tajne. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Dnia 22 marca 1938 r. AAN 10022 s. 37.

Paraná os colonos são os principais produtores em cujo ombros repousa a carga de manutenção do estado, enquanto somente os brasileiros decidem sobre tudo (na política) e o imigrante polonês é mantido de fora”,<sup>403</sup> protestava o cônsul.

Numa análise circunstancial, os protestos consulares vinham ao encontro da defesa da organização das instituições étnicas, considerando o fortalecimento da nacionalidade polonesa e sua promoção na Europa. A ideia de um nacionalismo polonês forte deveria ser promovida nas comunidades étnicas no Brasil, bem como nas autoridades brasileiras. De modo geral, o fechamento de instituições que mantinham suas atividades nas diferentes comunidades étnicas polonesas, nos estados do Brasil, significaria a repressão contra a própria nacionalidade polonesa, ou contra os sentidos preconizados da nação polonesa.

As promulgações do Presidente Vargas, considerando o processo nacionalizador, compunham uma luta pela afirmação dos ideais de *brasilidade*, frente à promoção das ditas ideias patrióticas, o que impunha um novo pensamento sobre os contingentes de imigrantes no Brasil. O fechamento das organizações polonesas exigiria um novo plano de ações no campo étnico, frente ao enfraquecimento das conquistas organizacionais das comunidades étnicas polonesas, nos setores culturais, educacionais, linguísticos, econômicos e desportivos. Inclusive, no campo das atividades desportivas, o Junak deveria ser controlado por oficiais do Exército, conforme almejavam as autoridades militares para os diferentes núcleos do Brasil, assistidos pelas autoridades brasileiras.<sup>404</sup>

A este tempo, a crença era de que seria possível reverter os atos nacionalizadores das organizações centrais dos imigrantes poloneses, principalmente advindo das lideranças dessas instituições, tais como a CZP, a Associação dos Professores Poloneses do Brasil. No entanto, como sustentamos até o momento, o nacionalismo implantado de forma contundente foi gestado no entendimento de uma política de Estado do governo Vargas, ao qual não havia previsão de retrocessos ou concessões. A bem do fato, não somente a comunidade polonesa sentia os efeitos do processo nacionalizador. Diferentes comunidades étnicas foram impactadas de forma conjunta, não sendo uma ação direcionada

---

<sup>403</sup> *Idem.*

<sup>404</sup> Akcji nacionalizacyjnej. Ścisłe Tajne. Do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Dnia 22 marca 1938 r. AAN 10022 s. 31.



unicamente para os poloneses. Era uma política de imposição de um pretense Estado Patriótico Brasileiro, que atingia todos os grupos de imigrantes.<sup>405</sup>

A estratificação desse processo na sociedade brasileira compunha o modo repressivo de pensar a cultura do diferente e das diferenças. O estrangeiro e o diferente devem ser combatidos. Esta palavra de ordem mobilizava a imprensa brasileira em diferentes jornais no Brasil, que publicavam artigos enfáticos na defesa da campanha de nacionalização e exaltação do governo Vargas e dos militares que executavam as ações no campo social.

Conforme o consulado polonês, a resposta considerada “brutal” do General Meira de Vasconcellos aos ofícios e às representações das principais instituições polonesas estava recebendo aplausos da imprensa chauvinista brasileira. Artigos como o intitulado “Lição de *Brasilidade*” de Plácido da Silva, então Diretor do Jornal *Gazeta do Povo*, da cidade de Curitiba, enfatizava que os brasileiros apoiavam o General Meira de Vasconcellos, o que era de suma importância para a representatividade da nação brasileira perante o mundo.<sup>406</sup> Informava o cônsul polonês em Curitiba que a manifestação do General Meira de Vasconcellos celebrava o entusiasmo da imprensa brasileira em noticiar e promover a Campanha de nacionalização, inclusive com agradecimentos públicos veiculados pelo Jornal *Gazeta do Povo*, em relação ao fechamento da Associação dos Professores Poloneses do Brasil.<sup>407</sup> Outros artigos em diferentes jornais, como “Ato glorioso e patriótico do General Meira de Vasconcellos”<sup>408</sup> do jornal *O Dia* de Curitiba e “O direito da terra acima do direito de sangue”,<sup>409</sup> do jornal *Diário da Tarde* inferiam o momento contundente de repressão às organizações étnicas no Brasil.

Voltamos ao assunto, por ser este, como é evidente, de suprema importância. E pelo fato de reclamar, não medidas transitórias e paliativas, mas radicais. Somos e sempre fomos dum liberalismo amplo, senão

---

<sup>405</sup> A rádio de Berlim transmitiu no último dia 21, especialmente para a América do Sul, uma mensagem da imprensa alemã do Reich, protestando contra a perseguição da minoria alemã no Brasil. A comunidade polonesa aqui está simplesmente com anseios de vozes semelhantes da Polônia em relação aos poloneses do Brasil. Akcji nacionalizacyjnej. Ścisłe Tajne do Ministerstwa Spraw Zagraniczny. Dnia 22 marca 1938 r. AAN 10022 s. 39.

<sup>406</sup> Plácido da Silva, Lição de *Brasilidade*. *Gazeta do Povo*, 23/3/1938. AAN 10022, s. 46.

<sup>407</sup> Correspondência de agradecimento do General Meira de Vasconcellos à Plácido da Silva Editor do jornal *Gazeta do Povo*. AAN 10022 s. 47.

<sup>408</sup> *O Dia*, 23 de maio de 1938. AAN 10022, s. 31.

<sup>409</sup> *Diário da Tarde*, 24 de março de 1938. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/51782>. Acesso em maio: 2019.

exagerado. E por isso, quem criou a situação desvendada no decurso da grande guerra e prolongada até a atualidade, não fomos nós os brasileiros, mas sim, os imigrantes. Muitos destes, diremos mesmo, umas pequenas partes destes, abusaram de nossa hospitalidade, premeditavam o enquistamento de nucleação étnica na estrutura nacional, para facilitação de planos imperialísticos. (Diário da tarde, 24 de março de 1938).<sup>410</sup>

A própria imprensa, sobre a questão da nacionalização, pressupunha uma aceitação irrestrita por parte dos estrangeiros e que estes, de forma imediata e sem hesitação, renunciariam à sua nacionalidade, língua e aos costumes, e quem não concordasse deveria deixar o Brasil. Esta questão de ordem mobilizava a ação da Campanha de Nacionalização em seus ditames repressivos.<sup>411</sup>

A tônica da imprensa, a que o cônsul polonês chamava de “cada vez mais hostil aos estrangeiros”, era inspirada pelas forças armadas, com consequências nas ações das autoridades civis, que organizavam novos movimentos em favor da Campanha de nacionalização.<sup>412</sup> As publicações da imprensa, consideradas então hostis aos estrangeiros, estariam multiplicando-se e que estava impossível dar atenção a todas as publicações. A questão, por atingir não somente o grupo étnico polonês, desencadeou também reclamações abertas do Reich Alemão, impulsionando manifestações contra a chamada perseguição de minorias étnicas reclamadas em correspondências publicadas pela imprensa brasileira.<sup>413</sup>

Enquanto a posição política da imprensa estava ficando mais nítida, as autoridades policiais realizavam novas ações de repressão contra as organizações étnicas polonesas. Conforme correspondência enviada ao Ministério das Relações Exteriores da Polônia, no dia 25 de março, a Polícia Civil adentrou nas instalações do escritório de representação da LMK no Brasil e levou o acervo do arquivo da Instituição. Embora, informava o cônsul, que o arquivo contendo documentos secretos, conforme orientação do consulado, estivesse em um local seguro, alguns documentos levados poderiam desabonar as atividades da LMK, perante as autoridades brasileiras. O cônsul cita por exemplo uma correspondência do General

<sup>410</sup> *Diário da Tarde*, 24 de março de 1938. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/51782>. Acesso em: maio 2019.

<sup>411</sup> Ver A Campanha de nacionalização. *Diário da Tarde*, 25 de março de 1938. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800074/51797>. Acesso em: maio 2019.

<sup>412</sup> W sprawie Zrzeszenia Naucz. i reak szuu. W prasie Brazylii., poczta lotnicza, do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawa. AAN 10022 s. 43.

<sup>413</sup> *Idem*.

Stefan Strzemiński, polonês, então Delegado da Liga Marítima e Colonial e administrador das terras adquiridas pela Liga no Paraná, que versava sobre a construção de uma ferrovia na região. Informava ainda que orientou o general polonês a não viajar para o Rio de Janeiro com o pretexto de se encontrar com o novo representante da LMK, S. Lenartowicz, e que as autoridades brasileiras estavam informadas sobre a chegada do novo representante da LMK.<sup>414</sup>

Em documento endereçado à Liga Marítima e Colonial em Varsóvia, Strzemiński reclama da ação quase que “exclusivamente militar” contra imigrantes no Estado de Santa Catarina e do Paraná, principalmente sob a liderança do General Meira de Vasconcellos, da 5ª Região Militar, e que a situação estava ficando pior. Enquanto em Santa Catarina havia inclusive prisões injustificadas contra lideranças da imigração alemã, no Paraná a repressão nacionalista estava voltada com maior intensidade contra o elemento polonês.<sup>415</sup>

O general e delegado da LMK informava que contra a Liga, pesava ainda a contribuição com os militares de Jan Grabski, primeiro Presidente da CZP, que teve intensa participação na vida das instituições étnicas polonesas, no sentido de ter traduzido para a Língua Portuguesa o estatuto da Liga e afirmado que, em um de seus pontos estava a manutenção do espírito nacional entre os emigrados no Exterior, o que dificultaria a assimilação dos poloneses, prejudicando os interesses do Brasil. Segundo o general polonês, a contribuição de Grabski para com os militares estaria renunciada pelo sentimento de vingança e por atritos e desentendimentos contra a LMK. Apesar de compreender que as autoridades civis julgavam o fechamento da LMK injusto, afirmava que as autoridades militares teriam dado ordens expressas para a busca e apreensão dos arquivos da Instituição.<sup>416</sup> Assim, para o general polonês, quem governava o estado de Santa Catarina e o estado Paraná eram os militares, exercendo inclusive pressão intensa nas decisões políticas do Presidente Vargas.

O cônsul em Curitiba reclamava de ameaças e quais seriam as causas da ação repressiva contra as organizações polonesas. As manifestações da imprensa brasileira contra os estrangeiros, no Sul do Brasil, estariam tornando-se violentas,

---

<sup>414</sup> *Idem.*

<sup>415</sup> Stefan Strzemiński. Sytuacja polityczna, 28/04/1938. AAN 10022 s. 58.

<sup>416</sup> *Idem.*

podendo inclusive suscitar ações excessivas de confronto na sociedade civil brasileira. Alguns fatores, segundo o cônsul, indicavam que o serviço de inteligência brasileiro estava funcionando de forma mais efetiva do que em anos anteriores, inclusive com a participação de agentes do Czar russo, deposto pela Revolução Soviética. O cônsul recomendava a cautela de ativistas e lideranças polonesas, que desenvolviam suas atividades na imigração polonesa no Brasil. Do propósito do cuidado com a ação antipolonesa, as recomendações incluíam os instrutores culturais pagos pelo consulado polonês.<sup>417</sup> Em respostas às ações nacionalistas no Brasil, conforme despacho urgente, de 7 de abril de 1938, o governo polonês buscava amenizar as consequências por meio do Ministério das Relações Exteriores no sentido de defender supostos direitos dos imigrantes poloneses no Brasil.<sup>418</sup> Em telegrama enviado para o Ministério das Relações Exteriores da Polônia, o Ministro Plenipotenciário, Tadeusz Skowroński, enquanto enviado extraordinário da República da Polônia, para chefiar a legação polonesa no Rio de Janeiro, relatava que dois funcionários do consulado foram interrogados pelas autoridades militares, ficando detidos por várias horas. Dizia o ministro-chefe da legação polonesa que protestou no Ministério das Relações Exteriores brasileiro e iria enviar um “pró-memória” de forma independente, após apresentar as credenciais de ministro ao Presidente Vargas.<sup>419</sup> Em carta encaminhada ao Interventor Federal do Paraná, Manuel Ribas, Gieburowski pede providências sobre o interrogatório dos dois funcionários consulares que ficaram até meia noite do dia 30 de março de 1938, detidos sob a guarda de dois oficiais do Exército, após terem sido interrogados pelo então Delegado de Polícia Mario Queiroz e pelos oficiais.<sup>420</sup>

Naquele momento de acentuada repressão, primeiro com o fechamento da CZP, depois da Associação dos Professores Poloneses do Brasil e do escritório da Liga Marítima e Colonial em Curitiba, os militares se preocupavam em compreender, por meio de diligências, a ação de ativistas e instrutores que desenvolviam ações nas instituições étnicas polonesas no Brasil.

---

<sup>417</sup> *Idem.*

<sup>418</sup> Pismo pilne do Pana naczelnika MSZ. Warszawa, dnia 7 kwietnia, 1938 r. AAN 10022 s. 55.

<sup>419</sup> Telegram szyfrowy przychodzący. P. Skowroński do ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawie. Rio de Janeiro, dn. 7 kwiecień 1938 r. AAN 10022 s. 59.

<sup>420</sup> Pisma od Josefa Gieburowskiego, Konsul Generalny R. P. do Jego Interwentora Federalnego Manuela Ribasa. Kurtybie 30 marca 1938 r. AAN 10022 s. 61.

O Vice-Cônsul Lepecki, em correspondência enviada ao MSZ na Polônia, informava sobre a ação das autoridades brasileiras, convocando para diligências instrutores culturais e de ensino que atuavam nas entidades e associações étnicas polonesas, no Brasil. Foram convocados pelo Delegado de Polícia Mario Queiroz, os instrutores: Roman Gajda, Eugeniusz Gruda, Konrad Sadowski, K. Jeziorowski, Włodzimierz Radoński, Eng. J. Skarbek Kruszewski e a Diretora da Bursa CZP, em Curitiba, Ewa Jeżewska, além dos mencionados funcionários consulares Stefan Jankowski e Władysław Wójcik. Alguns instrutores não estavam em Curitiba e também foram procurados, como é o caso do Instrutor Michał Sekuła, que atuava mais especificamente no Rio Grande do Sul.<sup>421</sup>

Devido à contundência das convocações, o Vice-Cônsul Lepecki interveio ao Vice-Governador Omar Motta. Segundo documento enviado ao MSZ, o vice-interventor declarou, com um pedido de discricionariedade, que as autoridades civis tinham problemas com oficiais do Exército e que estes interferiam na administração e dificultavam o curso normal do processo civil político. Reconhecia a legitimidade das reivindicações do consulado polonês, porém, havia um clima de impotência, no sentido de que nada poderia ser realizado contra a vontade dos militares.<sup>422</sup>

Segundo Lepecki, o interrogatório dos instrutores e funcionários do consulado foi agendado para às 13 horas, do dia 30 de março de 1938, pelo Delegado de Polícia Mario Queiroz, e que na verdade foram, formalmente, interrogados por dois oficiais do Exército, sendo o principal deles, a quem vice-cônsul chamava de notório chauvinista local, o Capitão do Exército Adanto Mello. O comitê de investigação conseguiu ouvir apenas três instrutores: R. Gajda, K. Sadowski e Eugeniusz Gruda. Outros instrutores e funcionários consulares, após uma espera de seis horas, foram autorizados a voltar para casa, observando que seriam notificados do prazo para a nova convocação. Segundo Lepecki, o interrogatório ocorreu de forma bastante contundente, e os interrogados mantiveram calma e dignidade.

Segundo o vice-cônsul, o que impactou os oficiais do Exército Brasileiro foi a afirmação dos interrogados que disseram ser contratados pelo consulado polonês

---

<sup>421</sup> Wicekonsul Bohdan Lepecki do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Curitiba 5 kwiecień 1938 r. AAN 10022 s. 87.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 2.

para atender às instituições étnicas sociais, com grande percentagem de cidadãos poloneses. Segundo Lepecki, este testemunho surpreendeu os oficiais que esperavam que os instrutores negassem o caráter oficial de suas atividades. No final do interrogatório, os oficiais militares proibiram R. Gajda, K. Sadowski e Eugeniusz Gruda de qualquer atividade nas instituições étnicas, sob a ameaça de prisão.<sup>423</sup>

Em relação ao “Junak”, enquanto entidade desportiva e cultural dos imigrantes poloneses, o entendimento dos militares era de que não deveria ser fechada, mas que fosse sujeitada ao controle de autoridades militares. O conselho do Junak decidiu acatar em parte as prescrições dos militares, deixando como condição imprescindível de transformação da administração, a manutenção do departamento de Língua Polonesa.<sup>424</sup>

Em relação à LMK, Lepecki informa que o General Strzemieński, antes de ir para o Rio de Janeiro, contratou um advogado para que trabalhasse em favor das atividades e do funcionamento normal do escritório da representação local. No entanto, o temor era de que essa questão poderia sofrer embaraços diante das autoridades militares, depois que investigassem os arquivos apreendidos no escritório da própria LMK.

Declaração importante faz Lepecki, quando afirmou que a Polônia local reagiria contra a repressão da vida polonesa no Brasil. Porém, segundo o vice-cônsul, as autoridades militares buscavam agitar a opinião pública contra os poloneses, por meio de artigos publicados na imprensa e com panfletos, distribuídos por jovens brasileiros na frente de igrejas, com apelos no sentido de promover o nacionalismo e manter a sociedade brasileira sob tensão chauvinista.

A Campanha de Nacionalização se expandia com maior intensidade para o Sul do Brasil, inclusive autoridades em Santa Catarina suspenderam uma convenção regional da CZP na cidade de Mafra – SC, onde 300 colonos se reuniram nos dias 26 e 27 de março de 1938. Apesar da proibição, 24 delegados reunidos secretamente, decidiram que todas as sociedades polonesas registradas como agrícolas deveriam ter assinatura de um jornal polonês, e que mantivessem em suas sedes as imagens de heróis nacionais poloneses. Reunidos, sem

---

<sup>423</sup> Wicekonsul Bohdan Lepecki do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Curitiba 5 kwiecień 1938 r. AAN 10022 s. 87.

<sup>424</sup> *Ibidem*.

compreender a gravidade da situação, buscariam fazer de tudo para garantir que a colônia não perdesse o espírito polonês e não se dobrasse diante das represálias nacionalistas.<sup>425</sup> Da mesma forma, em documento enviado para Varsóvia, o Cônsul Gieburowski informava ao Ministério das Relações Exteriores sobre o avanço da Campanha de nacionalização no Estado de Santa Catarina e também citava o referido evento. Na visão do cônsul, os poloneses não renunciariam à nacionalidade de seus antepassados, bem como não aceitavam abster-se de utilizar a Língua Polonesa.<sup>426</sup>

Lepecki informava ainda previsões pessimistas em relação ao novo Interventor Federal do Rio Grande do Sul, o Coronel Cordeiro de Faria. Segundo o vice-cônsul, pela ação da Secretária da Educação, a nacionalização avançaria em direção às escolas étnicas que funcionavam no estado, incluídas neste processo, as escolas alemãs, italianas, polonesas e judias. Ao mesmo tempo, a imprensa brasileira acusava a Itália de tentar neutralizar a nacionalização brasileira, por meio de ações diplomáticas. Para Lepecki, a brutalidade dos chauvinistas brasileiros, por meio de decretos arbitrários, era celebrada como feitos gloriosos pela imprensa. A exemplo do Brasil, inclusive citavam ações parecidas tomadas pela Argentina e que a nacionalização foi uma invenção brasileira.<sup>427</sup>

Porém, Lepecki menciona que o fechamento de escolas e sociedades polonesas no Brasil não afetou o espírito polonês. Ao contrário, havia casos nos quais pessoas completamente assimiladas suplantavam a Língua Portuguesa de suas casas e, em tom otimista, afirmava que a fase atual da perseguição contribuíra para o fortalecimento da consciência nacional étnica entre os poloneses no Brasil.<sup>428</sup>

No caso do interrogatório dos funcionários, havia dois pontos principais a serem analisados no então classificado como incidente pelo Ministério das Relações Exteriores da Polônia: a questão política e a questão legal. A questão política deveria ser excluída do processo, enquanto uma proposição arbitrária do governo brasileiro. A questão legal não estava amparada por uma convenção especial entre

---

<sup>425</sup> Akcja Nacionalny. i przesz. Inst. Scylle Tajne. Wicekonsul Bohdan Lepecki do Ministerstwa Spraw Zagranicznych Warszawa. Curitiba 5 kwiecień 1938 r. AAN 10022 s. 87.

<sup>426</sup> Sprawie Zrzeszenia Naucz. i reak szuu. W prasie Brazylii, pocztą lotniczą, do Ministerstwa Spraw Zagranicznych w Warszawa. AAN 10022 s. 43.

<sup>427</sup> *Idem.*

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 3.

a Polônia e o Brasil, no que se refere ao Direito Internacional, excluindo a interferência consular nas relações internas, estando de acordo com os novos rumos político-nacionalistas do Brasil. Ficava ao encargo das próprias instituições buscarem formalmente amparo na legislação brasileira, que estava cada vez mais contundente em desfavor das chamadas sociedades e associações estrangeiras. Esses primeiros embates da política nacionalista trouxeram dúvidas, receios e alguns casos até otimismo em relação do futuro das instituições étnicas.

Podemos inferir alguns sentidos de incerteza nos rumos da nacionalização em documentação sobre às instituições étnicas produzida pelo setor consular polonês. A mobilização das sociedades étnica começa a ser requisitada para que houvesse um revés na Campanha de nacionalização. Porém, a forma como estava sendo conduzida a campanha pelos militares, utilizando-se da propaganda na imprensa; da intimidação por meio de interrogatórios e mesmo da imposição de tensão chauvinista na sociedade brasileira, reclamada pelo consulado, foram meios efetivos de sedimentar os objetivos dos planos de nacionalização do Governo Vargas e dos próprios militares. Neste contexto, as declarações e os planejamentos de construção de projetos futuros estavam de acordo com uma mobilização contra decretos emitidos pelas autoridades dos estados e fiscalizada pelo Exército, principalmente em Santa Catarina e no Paraná.

O nacionalismo representa, a esta altura, uma ação importante e primordial para a ditadura varguista. O apelo ao nacionalismo expresso pela imprensa reportava para a ideologia do Estado Novo. As comunidades imigrantes representavam os separatismos, apesar de Vargas nutrir sentimentos de fascínio por ditadores como Mussolini e Hitler. Com tais lideranças, tanto a Itália como a Alemanha mantinham laços estreitos com comunidades étnicas no Brasil. No entanto, sob o *slogan* de unir o que estava fragmentado, Vargas conduz seu processo ideológico e nacionalista. Para Krasicki (1983) a ação nacionalista estava alimentada pela propaganda na campanha contra os quistos estrangeiros, em sua conspiração política de colonos europeus e asiáticos, que estavam a serviço de interesses estrangeiros e prejudiciais à nação brasileira. Dessa forma, muitas das medidas tomadas pelos agentes nacionalizadores, condiziam com os anúncios da imprensa sobre inferências estrangeiras nos rumos políticos e territoriais do Brasil, apesar do fascínio de Vargas por regimes totalitários na Europa.



### 5.3 A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL

A ação mais intensa da nacionalização recai justamente sobre a oferta do Ensino Primário dos diferentes grupos étnicos que tinham organizados escolas e associações de ensino, conforme os sentidos e engajamentos da cultura étnica. Soma-se a este processo a ação proposital dos Estados europeus na organização e promoção da escolarização nas diferentes regiões, o que, de certa forma, era um incômodo para a política de unificação nacional de Getúlio Vargas. Como educar “um povo brasileiro”<sup>429</sup> e as futuras gerações, mediante a presença de Estados e organizações estrangeiras agindo dentro das fronteiras territoriais brasileiras. No estado as atividades organizacionais polonesas estavam centralizadas pela ZZP – Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul, que por sua vez era filiada à CZP – União Central dos Poloneses do Brasil. No estado do Rio Grande do Sul, a nacionalização ocorre num momento planejado de reestruturação da Secretaria da Educação iniciada ainda no governo de Flores da Cunha (TAMBARA *et al.*, 2007). Algumas especificidades históricas e culturais da nacionalização no estado proporcionaram um *modus operandi* distinto do que havia sido organizado ao longo do ano de 1938 nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Michał Sekuła, enquanto instrutor cultural e educacional, em relatório encaminhado ao MSZ polonês,<sup>430</sup> dizia que, no ano de 1938, o Rio Grande do Sul agregava uma ambientação cultural diferente dos outros estados. Habitado por descendentes de colonizadores portugueses e colonos açorianos e, o conjunto destes, misturados com negros, formavam o grupo lusitano que comandava a política brasileira.<sup>431</sup> Os alemães seriam um grupamento de colonização imigrante forte, presente no estado, por mais de uma centena de anos. Além destes, os italianos poderiam ser considerados uma terceira força de imigração, estando os poloneses em quarto e os judeus em quinto, dentre outras nacionalidades que não chegavam a formar grupos mais homogêneos ou organizados. Segundo o instrutor

---

<sup>429</sup> No sentido de unificação territorial e homogeneização cultural.

<sup>430</sup> Michał Sekuła. Sprawozdanie: Stan Rio Grande do Sul na tle ruchu nacjonalistycznego w Brazylii. AAN 10022 s. 01.

<sup>431</sup> *Ibidem*, p. 01.

de ensino, todos esses grupos étnicos haviam contribuído para desenvolver o estado e torná-lo rico.<sup>432</sup>

Os lusitanos, em suas lutas pela conquista de fronteiras, seriam o maior grupo em termos de números, com cerca de 50% da população. Estes moldaram a identidade gaúcha cristalizada no Rio Grande do Sul e eram orgulhosos de suas lutas pela independência e emancipação das fronteiras do estado.

Porém, segundo o Instrutor de Ensino Sekuła, em termos econômicos, o grupo lusitano era o menos desenvolvido, pois vivia ainda de uma economia primitiva de extração e da criação de gado, utilizando grandes extensões de terras. Com uma agricultura forte e o controle das maiores empresas industriais e comerciais do estado, os alemães seriam os melhor desenvolvidos em termos econômicos. Grandes blocos étnicos, como Santa Cruz, São Leopoldo e Novo Hamburgo estavam organizados culturalmente, com um sistema de ensino eficiente e exemplar. Diferentes membros de sua *intelligentsia* ocupavam cargos públicos de prestígio, como também trabalhavam em diferentes profissões liberais de destaque. Por sua vez os italianos ocupavam importantes extensões de terras destinadas à agricultura e possuíam também bom número de empresas industriais. A região nordeste do estado possuía grandes indústrias fundadas por imigrantes e descendentes de italianos, com destaque para a produção de vinho. Para o Instrutor Sekuła, o espírito alemão e italiano ou o sentimento de *germanidade* e *italianidade* havia aumentado nessas regiões, com a ascensão dos regimes fascista e nazista.<sup>433</sup> Embora em número menor de pessoas, os judeus, com aproximadamente 20.000 pessoas no Rio Grande do Sul, poderiam ser considerados fortes em termos econômicos.

Em outra conjugação e organização de existência, estavam os poloneses. Michał Sekuła afirma que contabilizavam em torno de 80.000 pessoas ou algo aproximado a 3% da população do Rio Grande do Sul. Dentre estes estavam agricultores, pequenos comerciantes e artesãos, formando aglomerações coloniais em diferentes regiões do estado. Os três blocos principais estavam em Boa Vista do Erechim, São Feliciano e Guarani da Missões. Blocos menores eram contabilizados

---

<sup>432</sup> *Ibidem.*

<sup>433</sup> Michał Sekuła. sprawozdanie: Stan Rio Grande do Sul na tle ruchu nacjonalistycznego w Brazylii. AAN 10022 s. 02.

nas regiões de Ijuí, Mariana Pimentel, Vista Alegre, São Luis da Casca, Barril e Santa Tereza. Haveria grupos menores espalhados dentre outros imigrantes, aos quais o autor julga estarem “mortos” para sempre para a Polônia,<sup>434</sup> enfraquecidos do espírito e da consciência étnica nacional polonesa. É importante destacar o entendimento de que onde havia uma aglomeração maior de imigrantes e descendentes, ali haveria melhor desenvolvimento da cultura e do espírito nacional polonês. Além dos grupos coloniais, havia os blocos urbanos, com destaque para Porto Alegre e Rio Grande, onde havia uma intensa vida cultural polonesa.

Para Sekuła a população polonesa no Rio Grande do Sul estava menos consciente em termos de *Polonidade* ou de sentimento do espírito nacional polonês do que no Paraná. Não havia pessoas influentes no governo do estado nas colônias, com exceção de Porto Alegre, onde havia uma *intelligentsia* local que organizava a vida cultural étnica deste grupo de imigrantes e possuía certa influência nos governos locais, ocupando inclusive cargos públicos. O desenvolvimento alcançado por grupos nacionais, como alemães, italianos e poloneses, produzia desconfortos à cultura lusitana e a bandeira da nacionalização foi levantada ainda pelos integralistas a partir de 1930. Com a ajuda dos integralistas e do Exército, Vargas teria liquidado os comunistas ou outros grupos de oposição. Posteriormente, os próprios integralistas foram perseguidos pela ditadura Vargas, quando o presidente se afasta das fileiras populares e assume os *slogans* nacionalistas de perseguição das minorias políticas e étnicas.<sup>435</sup>

A nacionalização, em sua forma mais efetiva, iniciada no Paraná, condizia com uma expectativa de que seria rápida por meio dos decretos também nos outros estados. Porém, no Rio Grande do Sul, ainda seria difícil prever quais seriam as consequências, depois que foram normatizadas as primeiras Leis Nacionalizadoras pelo governo local. A imprensa no estado, conforme o instrutor Sekuła, anunciava uma nacionalização gradual, pois o Decreto nacional de 4 de abril ainda não teria surtido efeitos relevantes.<sup>436</sup>

---

<sup>434</sup> A expressão designa a representação de que grupos menores estarem perdendo sua cultura étnica perante o convívio com outros grupos, bem como reconfigurando e aderindo mais rapidamente à cultura nacional brasileira.

<sup>435</sup> Michał Sekuła. sprawozdanie: Stan Rio Grande do Sul na tle ruchu nacjonalistycznego w Brazylii. AAN 10022 s. 03.

<sup>436</sup> *Idem.*

Até então, alguns fatos ligados à nacionalização são citados em Boa Vista do Erechim, quando o subprefeito de Treze de Maio, atual Município de Áurea, teria exigido a troca do nome da Sociedade Józef Piłsudski. Caso não fosse cumprida esta ordem, havia a ameaça de cancelamento de subsídio que a escola mantida pela sociedade recebia. Porém, segundo Sekuła, os colonos não haviam concordado em mudar o nome da sociedade. Outro fato teria acontecido em Guaporé, onde o prefeito da cidade proibiu que o polonês fosse ensinado nas escolas do município. Nesse sentido, os colonos iniciaram a construção de um prédio para o ensino da língua e cultura polonesas. Em Ijuí, a notícia era de que um professor foi acusado de ensinar em polonês e, depois de realizada uma investigação, os próprios acusadores foram repreendidos e as atividades de ensino em polonês continuaram normalmente.

Em Guarani das Missões, ainda não havia maiores prejuízos contra as instituições étnicas polonesas. No entanto, o autor em seu relatório afirma que, em Santa Rosa, dois círculos desportivos do *Junak* teriam sido fechados. Estes seriam os primeiros fatos envolvendo a nacionalização das instituições étnicas polonesas no estado. “Estamos” aproximadamente em abril de 1938, quando ocorre a promulgação do Decreto-lei Federal 406, que, de certa forma, é a primeira manifestação legal com restrições importantes para a cultura étnica dos diferentes grupos de imigrantes, com desdobramentos para a condução e existências das escolas étnicas.

Em 1937, Daltro Filho é nomeado Interventor Federal, resultado da imposição do Estado Novo no Rio Grande do Sul. Após uma gestão de poucos meses, já em janeiro de 1938, assume como interventor no estado o Coronel Cordeiro de Farias. (BASTOS, 1994). Ainda no governo de Daltro Filho, assume a Secretaria de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho Souza, que vai se tornar o principal nome da nacionalização no Rio Grande do Sul, notadamente por sete anos consecutivos, entre 1937 e 1945. A ação frente à mobilização dos processos em vigência no país coincide com uma ampla reforma do Sistema Educativo no Rio Grande do Sul. Para o consulado em Curitiba, a ação estatal não obliterou as iniciativas étnicas que, ao longo de 1938, organizaram ou subsidiaram as escolas privadas polonesas no estado.

Professores que ensinassem em dois idiomas, português e polonês, poderiam continuar suas atividades normalmente. Porém, ficou imposto às escolas étnicas polonesas que o aprendizado em Língua Portuguesa e a história e geografia do Brasil seriam elementos obrigatórios de ensino.<sup>437</sup> Algo semelhante já acontecia em décadas anteriores no Paraná. Além disso, um investimento vultoso na construção de novos grupos escolares por parte do estado, com 900 escolas, aumentaria a oferta de ensino oficial, bem como a organização de um departamento de fiscalização com 500 professores controlaria o funcionamento das escolas e do ensino no estado. Enquanto isso, as autoridades estaduais organizaram cursos especiais de formação de novos professores, nomeações por intermédio de concursos e incentivos com ganhos melhores, incluindo gratificações para quem desenvolvesse as atividades em escolas privadas, em áreas de imigração.<sup>438</sup> Esse processo revela-se eficiente juntamente com a ampla reestruturação da própria Secretaria da Educação e Saúde Pública. Recursos advindos do governo federal na monta de milhões de reis serviriam para a difusão do ensino público em todo o estado.

Sobre o Interventor nomeado, Cordeiro de Farias, o cônsul Gieburowski afirmava que era conhecido por posições chauvinistas e esperava-se que as populações de língua estrangeira sentissem os impactos do processo nacionalizador.<sup>439</sup> Antes disso, a reestruturação do processo escolar daria um novo sentido à promoção do ensino em solo gaúcho.

No Rio Grande do Sul, a nacionalização seguiu a lógica da organização política regional. As autoridades locais entendiam que as escolas, principalmente de Educação Primária, era uma necessidade urgente, assumindo uma postura de transformação e adequação das escolas existentes, a política educacional do Estado Novo. Essa situação particular não ocorria nos estados de Santa Catarina e do Paraná, onde a política nacionalizadora foi uma ação repressiva e contundente contra as organizações étnicas polonesas. No Rio Grande do Sul, não houve uma ação enérgica de fechamento ou proibição numa primeira etapa. A nacionalização

---

<sup>437</sup> Cônsul Geral Gieburowski. Pismo Konsulatu RP w Kurytybie do MSZ z 31 sierpnia 1938 r. AAN 10610.

<sup>438</sup> Pismo Konsulatu RP w Kurytybie do MSZ z 31 sierpnia 1938 roku. AAN 10610. s. 01.

<sup>439</sup> Cônsul Geral Gieburowski. Tajne. Poczta Lotnicza do MSZ w Warszawie w 15 marca 1938 r. AAN 10022.

das escolas estrangeiras no Rio Grande do Sul seria um desdobramento da política adotada e sedimentada pela Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, principalmente no sentido de regular a educação em escolas étnicas em todo o país. Assim como nos estados do Paraná e de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul a política de nacionalização foi normatizada e posta em prática por decretos especiais.

No dia 6 de abril de 1938, o Interventor Cordeiro de Farias, juntamente com o Secretário da Educação Coelho de Souza, assina o Decreto 7.212, publicado em 8 de abril de 1938, intitulado Nacionalização das Escolas Estrangeiras no Rio Grande do Sul.<sup>440</sup> Em seu preâmbulo, o Decreto considerava os diferentes itens da Constituição Federal de 1937, no tocante principalmente à obrigatoriedade do Ensino Primário e a liberdade de ensino, inclusive considerando a ação da iniciativa privada. Porém, justificava um ensino embasado na obrigatoriedade da educação cívica, no sentido de formação de um espírito nacional, em que o conhecimento profundo da língua vernácula, da história e geografia do Brasil, seria elemento indispensável para a tarefa de manutenção de iniciativas de ensino público ou privado.

O Decreto levava em consideração que muitos governos anteriores haviam permitido centenas de escolas em que a língua oficial de ensino não era o vernáculo, sendo por si só, um grande obstáculo para a nacionalização das gerações jovens.<sup>441</sup> Segundo o Decreto haveria a necessidade, de tratar de forma justa a orientação do ensino, considerando a relevância da unidade nacional.

Os primeiros artigos do Decreto diziam respeito ao Ensino Primário ser obrigatório em todo o estado, considerando uma ação apropriada do ensino, sendo mantida a gratuidade do ensino público, porém, admitindo-se, conforme o caso, contribuições mensais para o Caixa Escolar. As escolas primárias no estado poderiam ser estabelecidas por iniciativa de indivíduos ou de associações de diferentes orientações, desde que observassem os bons costumes e as leis do país. O programa dessas escolas deveria obrigatoriamente incluir a Educação Física, a Educação Cívica e o Trabalho Manual, na forma de diretrizes oficiais, sendo inspecionados nestes quesitos pelo poder estadual. Nas escolas particulares de Ensino Primário, onde o ensino em línguas estrangeiras era ministrado, deveria

---

<sup>440</sup> *Idem.*

<sup>441</sup> Nacjonalizacja Szkol Obcych w Rio Grande Do Sul. AAN 10022, s. 122.

haver um ou mais professores estaduais nomeados pela Secretaria de Educação para o ensino da Língua Portuguesa, história e geografia do Brasil, que devotassem uma educação para o espírito nacionalista. Os professores estaduais dessas escolas deveriam ser pagos pelos estabelecimentos privados, com salários correspondentes aos pagos pelo governo nas escolas de ensino oficial. As matérias ensinadas pelos professores públicos teriam prioridade na organização do currículo escolar.<sup>442</sup>

As escolas que não conseguissem manter um professor público no ensino das matérias obrigatórias deveriam ser fechadas. O estado passaria nomear professores para as escolas seguindo a ordem de classificação nos concursos públicos. Nenhuma escola poderia funcionar sem o devido registro na Inspetoria geral de Instrução Pública.

O boletim editado pela Federação das Associações Polonesas no Rio Grande do Sul em junho de 1938, informa que a Federação enviou, nos meses precedentes, 95 formulários para o registro das escolas privadas polonesas, que deveriam ser entregues à Secretaria da Educação e Saúde Pública do estado. Os formulários haviam sido enviados para diferentes destinos.<sup>443</sup>

Quadro 23 – Lista das localidades nas quais foram enviados formulários para registro de escolas na Secretaria de Educação do estado

|                                   |                       |
|-----------------------------------|-----------------------|
| Professor Piotr Lisowski          | José Bonifacio        |
| Professor Władysław Topaczewski   | São Feliciano         |
| Professor Aleksander Szostakowski | São Feliciano         |
| Senhor Jan Specialski             | Ijuí                  |
| Professora Genowefa Karpińska     | Vista Alegre do Prata |
| Professor Franciszek Karnikowski  | Guarani das Missões   |
| Professor Jan Szobot              | Barril                |
| Sociedade Zarząd Okręgowy         | Guarani das Missões   |
| Padre Szczepan Kelonko            | Baliza                |
| Padre Leonard Piotrowicz          | Floresta – Erechim    |
| Professor Adam Kempka             | São Luiz da Casca     |
| Senhor Pvlak                      | Santa Rosa            |
| Sociedade Łączność i Zgoda        | Guarany das Missões   |
| Sociedade 3 Maja                  | Barril                |
| Sociedade Białego Orła            | Rio Grande            |
| Professor Julian Ostrowski        | Marianna Pimentel     |
| Professor Michał Szalyga          | Sede Rio do Peixe     |

<sup>442</sup> *Idem.*

<sup>443</sup> Biuletyn informacyjny Związku Zrzeszeń Polskich w Rio Grande do Sul. Rok 1, Czerwiec 1938, n. 4. Porto Alegre – RS. Acervo da Sociedade Polônia.

|                      |                        |
|----------------------|------------------------|
| Sr. F. Kluch         | Getúlio Vargas - Km 13 |
| Franciszek Stawinski | Getúlio Vargas         |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Em entrevista ao jornal *Correio do Povo*, Coelho de Souza informa que as colonizações alemãs, polonesas e judaicas atenderam prontamente à exigência de registro das escolas privadas nas áreas de colonização, sendo o número de escolas registrados superior a três mil.<sup>444</sup> O sentimento que perpassava as colônias de imigração polonesa era de que todas as escolas polonesas durante o ano de 1938, teriam se adaptado às ordenanças dos decretos nacionalizadores no prazo prescrito, e as escolas não foram fechadas. Esta era uma notícia divulgada pela imprensa em Porto Alegre, afirmando ainda que somente as escolas italianas foram fechadas pela falta de mobilização em favor dos registros obrigatórios. O fato de não haver o fechamento das escolas polonesas era atribuído a todos os conselhos escolares das sociedades, as organizações distritais e, principalmente, à Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul.<sup>445</sup>

Após a promulgação do Decreto de nacionalização das escolas estrangeiras, em declaração à imprensa, Cordeiro de Farias teria afirmado que a normatização atenderia a dois aspectos significativos: o primeiro referia-se ao problema da nacionalização do ensino, no sentido de fortalecimento do espírito nacional ou de promoção da *brasilidade*; o segundo, conciliaria o interesse do trabalho educacional existente na região colonial do Rio Grande do Sul, no sentido de manter e aproveitar o trabalho realizado, sem destruir o que já foi feito em relação à educação nos núcleos imigratórios. Ou seja, transformar o processo de ensino étnico para fortalecer a *brasilidade*.<sup>446</sup> Segundo Krasicki (1983), devido a uma posição mais liberal das autoridades no Rio Grande do Sul, o fechamento de escolas dos imigrantes poloneses era uma ação muito rara no estado. Em telegrama publicado

<sup>444</sup> *Correio do Povo* z 26 czerwca 1938 r. Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Poczta Lotniczą do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Kurytybie, 12 kwietnia 1938 r. AAN 10022, s. 100. Certamente o número elevado representa, em sua maioria, escolas étnicas alemãs, uma vez que, segundo censo escolar do consulado da Polônia em 1937, são contabilizadas 128 escolas. (Ver Malikoski, 2018).

<sup>445</sup> Z Rio Grande do Sul: Szkoły. In: *Gazeta Polska w Brazylii*, n. 23, Kurytyba - S. Paulo, na niedziele dnia 5 czerwca, rok 1938. Acervo dos Padres Vicentinos, Curitiba – PR.

<sup>446</sup> Pontos Capitais do Decreto gaúcho sobre a nacionalização. In: *O Dia*, 10 de abril de 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.36137&Pesq=10%20abril%201938>. Acesso em: set. de 2019.



no Jornal Correio do Povo, no dia 10 de junho de 1938, intitulado de “Nacionalização da educação no Rio Grande do Sul” Coelho de Souza dizia que, de acordo com o entendimento do Interventor Cordeiro de Farias, as escolas estrangeiras deveriam ser nacionalizadas e não fechadas. Esta atitude poderia ser tomada, se houvesse resistência em relação aos decretos de nacionalização. O telegrama publicado teria sido encaminhado a um professor de uma escola polonesa no interior, fechada pela polícia local. Coelho de Souza afirmava que o delegado de polícia poderia agir nos assuntos de ensino somente sob as instruções do chefe de polícia estadual, autorizado pelo secretário da Educação.<sup>447</sup>

A partir do Decreto 7.242 de nacionalização da educação, o Rio Grande do Sul estaria entrando na rota do processo de nacionalização, atingindo de início o trabalho cultural e educacional das comunidades étnicas.<sup>448</sup> O Decreto sobre as escolas estrangeiras e sobre a regulamentação do Ensino Privado no estado dava ênfase inicial ao processo de nacionalização no Rio Grande do Sul. Conquanto, o receio do consulado polonês era de que na prática, apesar do Decreto ser moderado e resiliente com a educação e, mesmo, com a existência de escolas étnicas, era que as autoridades administrativas locais aprimorassem a sua implementação ou o utilizassem de acordo com um entendimento particular para fechar as escolas, uma vez que dizia ser conhecido o chauvinismo do Interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, esperando-se que faça coisas piores em relação aos estrangeiros e às suas organizações.<sup>449</sup> O Decreto sobre a nacionalização das escolas no Rio Grande do Sul teria recebido aplausos do então terceiro oficial do distrito do Exército, o general José Joaquim de Andrade, que disse:

Só posso expressar elogios pelas medidas tomadas pelo governo para nacionalizar a educação no Rio Grande do Sul. Analisando minuciosamente esse assunto, chegamos à conclusão de quão útil e importante é este decreto. Apoio esta ideia com todo o entusiasmo (O DIA, 8 de abril de 1938).<sup>450</sup>

---

<sup>447</sup> Correio do Povo z 10 czerwca 1938 roku, artykuł pt.: Nacionalizacja szkolnictwa w Rio Grande do Sul. AAN 10385.

<sup>448</sup> Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Poczta Lotniczą do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Kurytybie, 12 kwietnia 1938 r. AAN 10022, s. 100.

<sup>449</sup> *Idem*.

<sup>450</sup> Pochwała dla nacionalizacji szkół w Rio Grande. *In*: O Dia, 08 de abril de 1938. AAN 10022, s. 97.

De certa forma, o entusiasmo do General Joaquim de Andrade não condizia com uma boa impressão sobre a nacionalização da Educação no Rio Grande do Sul para o consulado polonês em Curitiba e, certamente, para as comunidades étnicas polonesas. As ações nacionalizadoras começam a produzir efeitos imediatos para as organizações étnicas, e a ameaça de fechamento das escolas polonesas traria temores sobre o destino de centenas de crianças, que estariam fadadas ao analfabetismo, conforme documento consular secreto sobre o processo de nacionalização no Brasil.<sup>451</sup>

No entanto, segundo Krasicki (1983) as escolas étnicas polonesas por meio dos registros obrigatórios, obedeciam às leis e aos decretos nacionalizadores. Conforme noticiava o jornal *Lud*, as escolas polonesas foram registradas no prazo e poderiam continuar em operação.<sup>452</sup>

Na maioria das escolas registradas ainda em 1938, o currículo oficial incluía matérias ou disciplinas em vernáculo. Situação observada ainda anteriormente aos decretos nacionalizadores, para que as escolas pudessem receber as subvenções estaduais e municipais, uma vez que era essa a exigência do ensino em vernáculo, para que essas escolas recebessem as subvenções. Como atesta o censo escolar parcial das escolas polonesas no estado do Rio Grande do Sul, em 99% das escolas analisadas, o ensino ministrado era bilíngue, com preponderância para o ensino das disciplinas de Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil no turno da manhã.<sup>453</sup> A inclusão das disciplinas ministradas em vernáculo e o registro das escolas na SESP, possibilitou que as escolas polonesas subsistissem até o final de 1938. Enquanto as escolas ensinassem em Língua Portuguesa, utilizando apenas o ensino em polonês no contraturno, não haveria maiores interferências do governo do estado em relação à nacionalização.

Essas representações podem ser observadas na imagem a seguir, possivelmente datada entre os anos de 1930 e 1934, de aula particular da Sociedade Polonesa Marechal Józef Piłsudski, em comunidade mista de imigração italiana e polonesa, em que pelo menos cinco crianças possuem em mãos algum

---

<sup>451</sup> Akcji nacionalizacyjnej w Brazylii. Ścisłe tajne. Poczta Lotniczą do Ministerstwa Spraw Zagranicznych. Kurytybie, 12 kwietnia 1938 r. AAN 10022, s. 100.

<sup>452</sup> *Lud*, 31 maja 1938 r. s. 2. Acervo dos Padres Vicentinos, Curitiba – PR.

<sup>453</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

livro em vernáculo da série de Alfredo Clemente Pinto e um livro não identificado de geografia destinados ao Ensino Primário.<sup>454</sup>

Figura 9 – Aula da Sociedade Polonesa Marechal José Pilsudski em Barril – Palmeiras das Missões (atual Frederico Westphalen)



Fonte: Acervo Gardolinski NPH/UFRGS. Porto Alegre – RS.

Na imagem anterior podemos observar o Professor Piotr Lisowski que atuou durante o período de 1929 e 1934 na localidade, bem como em outros municípios em sociedades étnicas como professor.<sup>455</sup> As inscrições em vernáculo, bem como a presença da Bandeira brasileira, evocam representações de que nessa escola, apesar de ser mantida por uma sociedade étnica, a língua de ensino era o vernáculo.

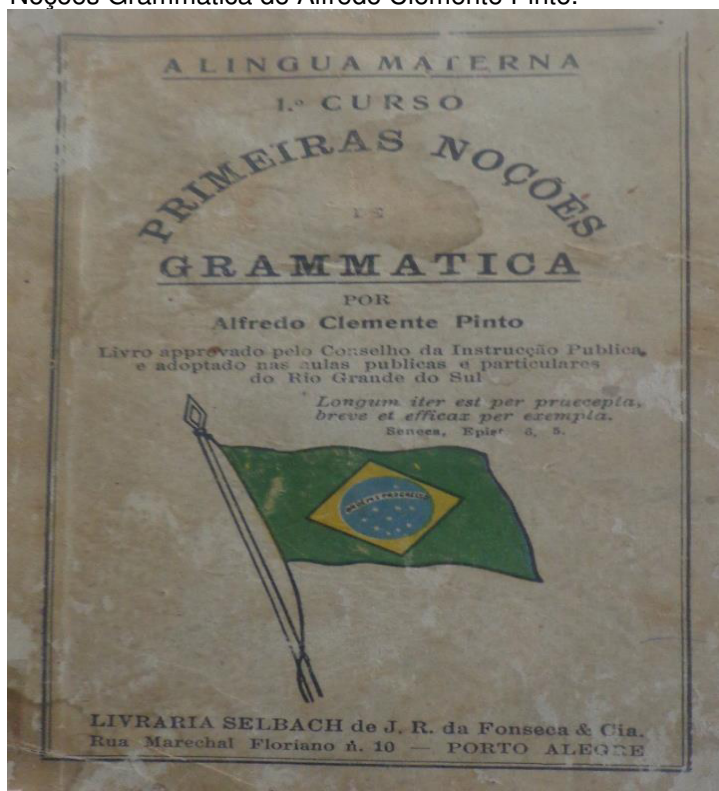
Abaixo temos a reprodução da imagem de um livro da série referida anteriormente, de Alfredo Clemente Pinto, contendo noções de leitura e da gramática portuguesa para as séries iniciais. Do livro em questão, há exemplares em

<sup>454</sup> Os detalhes podem ser observados com ampliação de 200% da imagem reproduzida.

<sup>455</sup> O Professor Piotr Lisowski nasceu na Polônia em 1896 e veio ao Brasil com 18 anos. Foi professor nas escolas étnicas polonesas durante 30 anos, na região de Erechim e Frederico Westphalen. (GARDOLINSKI, 1977). O professor era delegado da Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul, ligada à *Kultura* e, posteriormente, a partir da década de 30 do século XX, ao CZP. Ver artigos publicados no *Gazeta Polska w Brazylii*, n. 1, 1938.

grande parte dos acervos e museus com documentações escolares das escolas étnicas polonesas do Rio Grande do Sul.

Figura 10 – Reprodução da imagem do livro, *Primeiras Noções Grammatica* de Alfredo Clemente Pinto.<sup>456</sup>



Fonte: Museu Municipal João Moodkoski, Áurea – RS.

Em alguns casos, as autoridades locais até proibiam o ensino em polonês. Porém, diante dos protestos de imigrantes, os inspetores educacionais permitiam que a educação étnica continuasse. Este estado de coisas, durante o ano de 1938, condizia com uma atitude única da ação nacionalista para com as comunidades étnicas polonesas no Rio Grande do Sul.

Até o fim do ano, havia um clima de certo alívio de que a fase mais intensa da nacionalização teria acontecido. Celebrações étnicas eram realizadas conforme os calendários de datas comemorativas polonesas e brasileiras. Esse processo era observado na organização dos feriados, considerados como datas nacionais étnicas, como o dia 3 de maio, data da primeira Constituição Republicana da Europa, promulgada na Polônia.

<sup>456</sup> PINTO, Alfredo Clemente. *Primeiras Noções Grammatica*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1930.

Conforme nota do consulado polonês em Curitiba, enviada ao Ministério das Relações Exteriores da Polônia, as autoridades permitiram que os poloneses organizassem comemorações de datas consideradas nacionais na Polônia, em grande parte das colônias polonesas do estado.<sup>457</sup> Em Erechim, autoridades militares brasileiras também teriam participado da cerimônia em comemoração à data festiva étnica polonesa de 03 de maio e em seus discursos, diziam que os poloneses eram amigos dos brasileiros, num gesto compreendido como um ato de reconhecimento da cultura polonesa, ou ainda, um ato de convivência com a liberdade de culto e exaltação destas comemorações nas sociedades étnicas polonesas.<sup>458</sup>

Em celebração preparada pela Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul, as instalações da Sociedade Polônia, em Porto Alegre, estariam repletas de pessoas “compatriotas”, como classifica o semanário, com programação que incluía a entoação do Hino Nacional brasileiro e polonês; hasteamento de bandeira polonesa e a exaltação da Águia Branca, símbolo da Polônia, comemoração que homenageava Józef Piłsudski, primeiro presidente polonês, após a independência política em 1918. Palestras em polonês foram realizadas pelo presidente e ex-presidentes da ZZP, com apresentações de crianças e poemas dedicados a Piłsudski. As autoridades policiais locais foram complacentes com a celebração e apenas exigiram a leitura prévia da programação do evento para analisarem se havia algum conteúdo político no evento.

No entanto, em artigo intitulado “Notícias de Nova Polônia e Lageado Valeriano” publicado no semanário *Lud*, no dia 13 de dezembro de 1938, o Professor Jan Grzybowski informava que estava com a escola repleta de crianças e que esperava por férias no momento oportuno. Porém, a sociedade geralmente não pagava férias ao professor e este “teria suas férias trabalhando com enxada ou com a foice, em alguma colônia”.<sup>459</sup> Informa ainda que a nacionalização teria vindo com força nas comunidades étnicas. No entanto, dizia ser um processo necessário diante dos abusos estrangeiros. Expunha o professor que não era prejudicial manter o idioma dos pais, no entanto, era o idioma vernáculo que daria um sentido nacional

---

<sup>457</sup> Pismo Konsulatu w Kurytybie do MSZ z 31 sierpnia 1938 roku. AAN 10610.

<sup>458</sup> Anonimowe sprawozdanie z objazdu po Rio Grande do Sul z korca maja i poczatku sierpnia 1938 roku. AAN 10385.

<sup>459</sup> *Lud*, Kurytybie, 13 grudnia 1938. Acervo dos Padres Vicentinos, Curitiba – PR.

para as futuras gerações enquanto brasileiros nativos e filhos de uma mesma pátria. Dizia o professor que por muitos anos ensinou a Língua Portuguesa sem esperar qualquer movimento de nacionalização e que bons cidadãos brasileiros dependem em grande parte dos ensinamentos dos professores. Informa o professor que o distrito de Nova Polônia, que faz jus ao nome, por ser habitado quase que exclusivamente por poloneses e brasileiros filhos de poloneses, poderia ser tomado como modelo, porque apesar de seus cidadãos manterem o idioma polonês, estes cumpriam honestamente os deveres com a nova pátria aprendendo o vernáculo e sendo fiéis à Santa Igreja.<sup>460</sup>

Em carta publicada pelo *Lud*, o Professor Adam Kempka fala do esforço comunitário na manutenção da escola, bem como da edificação de prédios comunitários em São Luis da Casca, até então distrito do Município de Guaporé. A sociedade Águia Branca e a diretoria da Igreja Nossa Senhora de *Częstochowa* organizaram uma festa para arrecadar fundos para a escola. No dia 8 de setembro de 1938, houve celebração de missa com sermão em polonês, em que foram exaltados personagens poloneses que defenderam a fé católica. A autoridade local era representada por um coronel que fora prefeito de Guaporé que, segundo o professor, tinha bom relacionamento com os poloneses e fizera um discurso sobre a história da Polônia, com posterior vivas ao Brasil, ao interventor Cordeiro de Farias e ao Presidente Vargas.<sup>461</sup>

O dinheiro arrecadado pela festa seria utilizado para manter o professor e para que os colonos não precisassem pagar mensalidades para os filhos estudarem. Além de edificações comunitárias, a comunidade construiu uma sala de aula para que as crianças aprendessem o português. A questão local sempre foi preponderante em relação às atitudes tomadas pelas autoridades para impor o processo de nacionalização em relação aos poloneses. Esse processo é observado principalmente em relação aos núcleos mais isolados.<sup>462</sup>

Entretanto, a Secretaria da Educação e Saúde Pública (sesp) planejava a readaptação dos decretos de acordo com alguns resultados alcançados e conforme

---

<sup>460</sup> *Idem*.

<sup>461</sup> Z życia naszych Rodaków w São Luis da Casca w municypium Guaporé. In: *Lud*, n° 72, Kurytybie, 11 października 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR.

<sup>462</sup> Z życia naszych Rodaków w São Luis da Casca w municypium Guaporé. In: *Lud*, n° 72, Kurytybie, 11 października 1938. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR.

o aditamento de leis sobre a nacionalização em âmbito nacional. Essas revisões condiziam com a atualização dos preceitos e ordenamentos, conforme as necessidades estaduais e diante das realidades observadas, tendo em vista os particularismos de algumas regiões coloniais do estado.<sup>463</sup> O anúncio de um novo Decreto de nacionalização das escolas era esperado, bem como divulgado pela imprensa estadual, desde o início de dezembro de 1938.

Os jornais anunciavam que crianças menores de 14 anos não poderiam aprender em nenhum outro idioma, exceto em português, sendo que essas mudanças seriam implementadas a partir de 1939.<sup>464</sup> Esses anúncios antecipados preocupavam as organizações étnicas polonesas, que buscavam somar esforços para manter suas escolas, apesar das atitudes nacionalizadoras das autoridades brasileiras.

Em meados de 1938, a ação nacionalista no Rio Grande do Sul teve um aumento na sua intensidade, mesmo contra as organizações étnicas que se dispuseram, até então, a seguir os decretos estaduais e nacionais, em relação ao ensino em vernáculo e o registro obrigatório das escolas. Conforme o cônsul polonês, após a dissolução das associações alemãs e italianas, as organizações étnicas polonesas também sofreram os impactos da nacionalização, sendo reorganizadas conforme os decretos nacionalizadores, com a indicação de dirigentes brasileiros natos.<sup>465</sup> Muitas das principais sociedades e associações continuaram a desenvolver suas atividades com certa liberdade. As Sociedades Polônia, Livre Pensamento, *Sokol* (que depois passa a utilizar a tradução do nome, Falcão), a Federação das Associações Polonesas do Rio Grande do Sul, a Sociedade dos Ex-Combatentes e Insurgentes da República da Polônia, a Associação Nacional dos Poloneses Católicos, a Sociedade de Mulheres Maria Konopnicka continuaram suas atividades, mantendo o seu caráter étnico.<sup>466</sup> Porém, estas associações e sociedades funcionavam quase que exclusivamente no âmbito urbano da cidade do Porto Alegre, mantendo pouco contato com as colônias. A

---

<sup>463</sup> Nacionalizacja szkolnictwa. In: Gazeta Polska w Brazylii, n. 48, Kurytyba - S. Paulo, na niedziele dnia 27 listopada, rok 1938. Disponível em: <http://www.pbc.uw.edu.pl/1235/>. Acesso em: set. de 2019.

<sup>464</sup> Gazeta Polska w Brazylii, n. 49, Kurytyba - S. Paulo, na niedziele dnia 04 grudnia, rok 1938. Acervo dos Padres Vicentinos, Curitiba – PR.

<sup>465</sup> Pismo Konsulatu w Kurytybie do Poselstwa RP w Rio de Janeiro z 2 lipca 1938 roku. AAN 10610.

<sup>466</sup> *Idem*.

Sociedade *Biały Orła* em Rio Grande, que funciona até os dias atuais, teve a troca do nome para Sociedade Águia Branca e as atividades de ensino étnico foram suspensas

O discurso de que as escolas não deveriam ser destruídas, mas nacionalizadas toma um contexto diferente com o anúncio da necessidade de oficializar todo o Ensino Primário. A educação deveria se enquadrar amplamente na esfera de atuação dos governos federal, estaduais e municipais. Para este objetivo, uma comissão nacional de educação primária seria estabelecida, com o objetivo de desenvolver políticas de combate ao analfabetismo; estabelecer diretrizes para currículos, incluindo, nesse sentido, o ensino religioso, bem como os meios de estabelecer a coerção escolar relacionados ao Ensino Primário. Além destes pontos, a comissão especificaria diferentes ações a serem tomadas pelos governos estaduais e municipais para nacionalizar completamente o Ensino Primário em todos os lugares onde houvesse colônias de imigração.<sup>467</sup>

Esse processo mais intensificado no final do ano de 1938, quando o governo estadual anuncia um novo Decreto de nacionalização, reorganiza os rumos do ensino e mobiliza-se para substituir as escolas particulares nas colônias, por escolas oficiais. Por mais que houvesse certa liberdade de existência no Rio Grande do Sul, as diretrizes de nacionalização em âmbito geral já estavam sendo efetivadas em outros estados com maior intensidade, com a proibição de associações amplas e fechamentos compulsórias de escolas no Paraná e em Santa Catarina.

No estado, a edição do Decreto 7.640, de 28 de dezembro de 1938, representou esse acirramento da progressão efetiva do processo de nacionalização. O diário porto-alegrense *Correio do Povo*, de 14 de dezembro de 1938,<sup>468</sup> anunciava a publicação de um Decreto educacional, traduzido para o polonês no semanário *Lud*, do dia 23 de dezembro.<sup>469</sup> Cordeiro de Faria, citando o artigo 128 e 131 da Constituição Federal de 1937,<sup>470</sup> que versavam sobre a livre-iniciativa da atividade

---

<sup>467</sup> Dekret o szkołach powszechnych. In: Gazeta Polska w Brazylii, n. 48, Kurytyba - S. Paulo, na niedziele dnia 27 listopada, rok 1938, s. 8. Disponível em: <http://www.pbc.uw.edu.pl/1235/>. Acesso em: set. de 2019.

<sup>468</sup> Correio do Povo, 14 de dezembro de 1938.

<sup>469</sup> Nowe prawo o szkolnictwie w stanie Rio Grande do Sul. In: *Lud*, n. 91, Kurytybie, 23 grudnia 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos., Curitiba – PR.

<sup>470</sup> Porto, Walter Costa (1937). Constituição de 1937. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.



privada no ensino e a obrigatoriedade de ensino nos currículos escolares das disciplinas de Educação Física, o Ensino Cívico e Trabalhos Manuais, nas escolas primárias, normais e secundárias, proibiu a autorização ou reconhecimento das escolas que não satisfizessem essas exigências, semelhante ao preâmbulo do Decreto anterior 7.220 de 8 de abril. Não seria possível o ensino cívico sem o conhecimento profundo do português, de história e geografia do Brasil, dada a necessidade de supervisão escolar por meio da orientação moral e cívica, no sentido de despertar o sentimento e o culto às instituições tradicionais nacionais e o entendimento supostamente adequado dos deveres da cidadania.<sup>471</sup>

Da mesma forma que o Decreto anterior de 6 de abril, o Decreto 7.640 de dezembro inicia formalizando o ensino elementar obrigatório, a gratuidade, bem como a livre-iniciativa de qualquer visão filosófica, desde que não fossem contrárias aos bons costumes e às leis do país. O currículo escolar deveria abranger igualmente a Educação Física, a Educação Moral e Cívica e os Trabalhos Manuais, matérias obrigatórias para que a escola pudesse funcionar. No entanto, a grande mudança seria o art. 7º e seus parágrafos, sendo determinantes para a existência das escolas étnicas no estado do Rio Grande do Sul:

Art. 7º. O Ensino Primário será somente em português.

§ 1º. Nas escolas primárias, não é permitido o ensino de uma língua estrangeira, nem durante ou após o horário escolar.

§ 2º. Se a escola mantiver cursos elementares e secundários de qualquer tipo, poderá ministrar o aprendizado de idiomas, apenas nos cursos superiores, observando a separação absoluta entre os cursos.

§ 3º. Os cursos dedicados ao ensino exclusivo de uma língua estrangeira não poderão funcionar nos prédios e salas onde o Ensino Primário ocorre.<sup>472</sup>

A língua enquanto elemento cultural proeminente, de qualquer aglomeração comunitária, possui em si os aspectos secundários dos processos identitários de um

<sup>471</sup> Conforme o Decreto, devido a circunstâncias anteriores foram organizadas no Rio Grande do Sul escolas em que a língua vernácula não era falada. Essas escolas eram centros da cultura migrante, consideradas grave obstáculo à integração nacional das futuras gerações. Os filhos de pais estrangeiros deveriam considerar como língua materna o português, de acordo com os interesses nacionais brasileiros. Grande parte do texto repete as diretrizes já anunciadas em Decreto anterior do início do ano.

<sup>472</sup> Nowe prawo o szkolnictwie w stanie Rio Grande do Sul. *In*: Lud, n. 91, Kurytybie, 23 grudnia 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR.

grupo étnico. A razão do étnico é promover e compartilhar valores perpetuados ou transitórios, que se sobressaem no bojo da existência social e comunitária. As limitações ao uso da língua foram a principal forma de reprimir as escolas étnicas polonesas no estado, enquanto centros de difusão da cultura e promoção dos valores étnicos.

O Decreto segue com proibições em relação ao subsídio de estados estrangeiros, bem como a proibição de escolas possuírem diretores ou professores estrangeiros que não dominassem perfeitamente a língua vernácula. Nos edifícios das escolas primárias, estariam vedadas as inscrições em qualquer uma das línguas estrangeiras vivas, como também o culto de personalidades estrangeiras proeminentes, além da proibição que fossem dirigidas ou usadas saudações próprias dos partidos políticos estrangeiros. O Decreto ainda expande a obrigatoriedade do vernáculo para o ensino pré-primário ou pré-escolar. Nas escolas primárias nas áreas de imigração, onde o ensino fora ministrado em língua estrangeira, sempre haveria um ou mais professores nomeados pelo estado, conhecidos como professores de nacionalização, destinados ao ensino da Língua Portuguesa, história e geografia, bem como para o ensino de moral e cívica. Os professores das escolas que deveriam ser nacionalizadas perceberiam bonificações em dinheiro, bem como o tempo de atuação seria calculado em dobro. Neste contexto, insere-se o processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul. Os decretos nacionalizadores possuíram um papel fundamental no processo de nacionalizador no Rio Grande do Sul. Para a efetivação desses decretos, foi mobilizando todo um sistema de controle e fiscalização por parte do governo do estado com a finalidade de reprimir e acompanhar os desvios em relação as normas e medidas nacionalizadores vigentes naquele período.

#### 5.4 FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

O controle e a fiscalização das escolas privadas ou que estivessem em áreas de colonização, começariam a ser efetivados por meio das diretrizes estaduais tomadas em favor da nacionalização das escolas e do sistema de ensino. As ordenanças emitidas pela Secretaria de Educação seriam fiscalizadas por delegados regionais e fiscais nomeados nos municípios.

Para Bastos (1994, p. 73), a efetivação da campanha de nacionalização dependia do processo de fiscalização e controle. Nesse sentido, as autoridades educacionais criaram, em 1939, um setor responsável pela nacionalização do ensino. Em sua composição estavam fiscais e professores, delegados escolares regionais e orientadores técnicos. Complementando o Decreto de nacionalização das escolas de dezembro de 1938 a Secretaria de Educação e Saúde Pública publicou um regulamento para o registro e a fiscalização das escolas particulares no estado.<sup>473</sup> Dentre os pontos principais do regulamento estão a gratuidade do registro, além de conter os dados completos de localização, tipo de instituição, horário e período de funcionamento e a natureza das ações desenvolvidas, com referência à gratuidade ou não do ensino oferecido. O registro ainda deveria conter dados sobre a formação dos professores e as disciplinas ministradas, bem como atestados de saúde física e mental e de boa conduta, emitidos por autoridades competentes.<sup>474</sup> O registro obrigatório das escolas privadas ficaria ao encargo da Diretoria Geral da Instrução Pública do estado. O registro, além das condições de fiscalização das escolas primárias, seria objeto de regulamentos emitidos pela Secretaria de Educação e Saúde Pública. As penalidades para as escolas que não cumprissem os requisitos do Decreto estadual, de dezembro de 1938, ficavam sujeitas à demissão de diretores e professores, ao fechamento temporário, bem como ao fechamento definitivo do estabelecimento de ensino. Era vedado às escolas receberem subsídios de governos estrangeiros ou de organizações do Exterior; utilizar-se de inscrições em língua estrangeira na fachada da escola, bem como exibir bandeira de países estrangeiros ou honrar personalidades de governos externos.<sup>475</sup>

Segundo o Regulamento, as escolas particulares deveriam ser dirigidas por brasileiros natos, atender aos requisitos de higiene e critérios pedagógicos preestabelecidos. A divisão dos alunos em sala de aula deveria seguir conforme o nível em que o aluno estivesse matriculado, definidos o tempo máximo de frequência conforme o modelo das escolas oficiais. As escolas deveriam ter a bandeira e o mapa do Brasil e celebrarem regularmente as datas nacionais, conforme

---

<sup>473</sup> Regulamin: rejestracji i fiskalizacji szkół prywatnych w stanie Rio Grande do Sul. *In: Lud*, n. 92, Kurytybie, 30 grudnia 1938 r. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR.

<sup>474</sup> *Idem.*

<sup>475</sup> *Idem.*

cronograma das escolas oficiais; ter professores que conhecessem o português com perfeição, facilitando a ação dos professores oficiais, bem como ministrar as disciplinas da nacionalização em primeiro plano no currículo escolar, além de possuir os livros didáticos em Língua Portuguesa. A ação de inspeções médicas e de fiscalização deveriam se facilitadas, independentemente de notificação prévia.<sup>476</sup> As obrigações incluíam ainda a disponibilização de livro de registros e comentários; fornecer dados estatísticos; esforçar-se para organizar grupos de escoteiros e bibliotecas compostas por obras de escritores nacionais.<sup>477</sup>

A fiscalização dos estabelecimentos privados de ensino seria realizada por delegados regionais e inspetores especialmente designados para aquela finalidade. Autoridades de qualquer instância teriam o direito de inspecionar as escolas e enviar seus comentários aos responsáveis pela fiscalização.

No entanto, qualquer abuso de autoridade deveria ser notificado à Secretaria de Educação e Saúde Pública, com o objetivo de mover ações disciplinares contra delegados e inspetores que incorressem em irregularidades. Importante é destacar que os estabelecimentos particulares de ensino deveriam ser visitados mensalmente pelos inspetores municipais e a cada três meses pelos delegados regionais.

A cada semestre, os delegados regionais deveriam apresentar seus relatórios à Diretoria de Instrução Pública, com impressões e comentários sobre a nacionalização dos alunos, após as aulas. Os inspetores municipais deveriam enviar aos delegados regionais suas impressões e observações sobre as escolas, além dos resultados relacionados às visitas a cada três meses. A ação do estado, por meio do processo de fiscalização e controle produzirá a efetivação dos decretos nacionalizadores nos diferentes municípios e nas localidades distritais nas regiões de colonização.

As metas de ação estavam de acordo com as diretrizes da política educacional adotada pelo Estado Novo, em seu projeto de educação nacional, que visava justamente à construção da integridade cultural e territorial do Brasil e a pretensa homogeneização cultural, de acordo com preceitos ideológicos preestabelecidos.

---

<sup>476</sup> *Idem.*

<sup>477</sup> *Idem*

## 5.5 ESCOLAS E PROFESSORES DEPOIS DA NACIONALIZAÇÃO

O processo de nacionalização das escolas polonesas foi desencadeado de acordo com algumas etapas estabelecidas no desenvolvimento da política oficial do Estado brasileiro. Muitas escolas recebiam subvenções municipais ou estaduais anteriores aos decretos nacionalizadores; basta olharmos o quadro das escolas que recebiam estas subvenções, segundo o censo escolar do consulado em Curitiba.<sup>478</sup>

A utilização do vernáculo enquanto língua de ensino era uma constante no processo de funcionamento dessas escolas. A seguir temos a imagem do atestado escolar bilíngue da escola Águia Branca no município de Rio Grande no ano de 1935. O atestado traz informações em língua vernácula e em língua polonesa da aluna Olga Sokolowska nas diferentes disciplinas do currículo desenvolvido pela escola. O ensino desenvolvido de forma bilíngue estaria de acordo com organização de registro escolar sob o controle do estado. Anteriormente ao processo de intensificação da nacionalização o ensino em vernáculo era importante para as comunidades étnicas polonesas que mantinham um esforço para mantê-lo nas escolas.

O ensino bilíngue não foi um empecilho para as primeiras etapas do processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, no ano de 1938. As escolas nas sedes dos municípios e distritos continuaram a funcionar normalmente, porém adaptadas aos decretos e aos programas de nacionalização de ensino, incluso o ensino obrigatório em língua vernácula.

Conforme Gardolinski (1977), raras eram as escolas que não possuíam o ensino bilíngue. Esse processo garantiu um ajustamento de ações durante o ano de 1938, em relação aos primeiros decretos de nacionalizadores compulsórios, em nível nacional e estadual. Mesmo nas escolas do meio urbano, havia um entendimento da importância do vernáculo. Em atestados semelhantes da escola de Porto Alegre as informações são feitas em polonês e português. Este estado de coisas pode ser analisado uma iniciativa para promover o aprendizado da língua vernácula e que a própria *polonidade* produzia vínculos significativos com a cultura predominante, principalmente em relação à língua oficial.

---

<sup>478</sup> Doc. cit.

Figura 11 – Atestado bilíngue da escola Água Branca em 1935.

**COLLEGIO AGUA BRANCA** == **SZKOŁA BIAŁEGO ORLA W RIO GRANDE**

N.º 21 **ATESTADO**  
**SWIADECTWO ROCZNE**

Olga Sokolowska

Nascido (a) dia 1 de Outubro 1908 em Rio Grande aluno (a) da primeira classe  
Urodzony dnia 1 października 1908 w Rio Grande uczeń (nica) przewodnej klasy

Recebeu no anno lectivo de 1935 o seguinte atestado annual.  
Otrzymał za rok 1935 następujące świadectwo roczne.

Comportamento muito bom  
Zachowanie się bardzo dobre

|                               |                   |                               |                     |
|-------------------------------|-------------------|-------------------------------|---------------------|
| Religião . . . . .            | —                 | Religiya . . . . .            | —                   |
| Portuguez . . . . .           | <u>bem</u>        | Język portugalski . . . . .   | <u>dobra</u>        |
| Polonez . . . . .             | <u>suficiente</u> | Język polski . . . . .        | <u>dostatecznie</u> |
| Francez . . . . .             | —                 | Język francuski . . . . .     | —                   |
| Historia do Brasil . . . . .  | —                 | Historja Brazylii . . . . .   | —                   |
| Historia da Polonia . . . . . | —                 | Historja Polski . . . . .     | —                   |
| Historia Universal . . . . .  | —                 | Historja powszechna . . . . . | —                   |
| Geographia . . . . .          | —                 | Geografia . . . . .           | —                   |
| Mathematica . . . . .         | <u>suficiente</u> | Matematyka . . . . .          | <u>dostatecznie</u> |
| Geometria . . . . .           | —                 | Geometria wykresna . . . . .  | —                   |
| Historia Natural . . . . .    | —                 | Przyrodznawstwo . . . . .     | —                   |
| Scencias . . . . .            | —                 | Fizyka . . . . .              | —                   |
| Desenho . . . . .             | <u>bem</u>        | Rysunki odręczne . . . . .    | <u>dobra</u>        |
| Calligraphia . . . . .        | <u>suficiente</u> | Kaligrafia . . . . .          | <u>dostatecznie</u> |
| Canto . . . . .               | <u>bem</u>        | Spiew . . . . .               | <u>dobra</u>        |
| Trabalhos manuaes . . . . .   | <u>bem</u>        | Roboty ręczne . . . . .       | <u>dobra</u>        |
| Gymnastica . . . . .          | <u>bem</u>        | Gimnastyka . . . . .          | <u>dobra</u>        |

Ukanczył 1<sup>a</sup> classe z dostatecznym postępem  
RIO GRANDE, 22 de Dezembro 1935

[Signature] Director  
Kierownik szkoły

[Signature] Inspector  
Inspektor

[Signature] Presidente da Junta examinadora  
Przewodniczący

[Signature] Director  
Gospodarz klasy

Fonte: Arquivo Pessoal de Jadwiga Dutkiewicz Marczykoski, Rio Grande – RS.

Em certo sentido, as escolas aderiram às mudanças, conforme uma reconfiguração societária e comunitária, principalmente em regiões onde havia uma colonização mais ou menos heterogênea, modificando programas, substituindo professores, tanto para obter as subvenções municipais ou estaduais, como para atender aos ordenamentos das leis de nacionalização. Certamente, a nacionalização foi o elemento importante para a finalização das atividades das escolas étnicas no Rio Grande do Sul.

A seguir tem-se a imagem da sala de aula da escola *Postęp e Oświata* que, posteriormente aos decretos nacionalizadores, passa a se chamar Progresso e Educação, em Erechim. As crianças estão postas juntamente com o professor da escola assumida pela municipalidade na sede da sociedade. Nas dependências da sala de aula, as insígnias e símbolos poloneses, como os retratos de personagens

históricos poloneses como Kościuszko e Piłsudski, dentre outros, a peculiar Bandeira polonesa vermelha e branca, comum nas imagens das escolas étnicas polonesas, bem como o símbolo da Águia Branca, dão lugar ao retrato de Getúlio Vargas, à Bandeira Nacional brasileira e aos símbolos nacionais.

Figura 12 – Alunos da Aula Progresso e Educação e o Professor Konstanty Cieślak, Erechim – RS.



Fonte: Acervo Gardolinski, NPH/UFRGS, Porto Alegre – RS.

Porém, as dificuldades de manutenção do ensino, nos lugares de difícil acesso, nos longínquos rincões gaúchos, bem como em lugares mais próximos das sedes distritais ou dos municípios, relacionados à falta de professores; melhores salários, mesmo a falta de recursos dos próprios colonos para manterem os filhos nas escolas pagando mensalidades, aceleraram este processo em sua forma efetiva. Segundo Gardolinski (1977), boa parte das escolas que funcionavam de forma isolada estava passiva aos problemas que afligiam diretamente a estrutura comunitária. O êxodo e as migrações para outros estados, como Paraná e Santa Catarina; a falta de investimento na educação e, conseqüentemente, a falta de um professor mais qualificado foram aspectos que impediram as escolas de possuírem um ensino mais regular e periódico.

Porém, o desânimo causado nas lideranças étnicas pelas proibições de uso da Língua Polonesa, foi decisivo para a sobrevivência de muitas escolas étnicas nas regiões coloniais de imigração polonesa. Conforme depoimento do Professor Boleslaw Wenclewski, organizador das escolas particulares dos imigrantes poloneses do Rio Grande do Sul, inclusive enquanto vice-presidente da Associação dos Professores Poloneses do Brasil e responsável pelos exames escolares nas escolas étnicas polonesas, atuando principalmente nas regiões de Gaurama (Barro), depois Porto Alegre e novamente atuando na região de Erechim, a nacionalização forçada trazia tristes memórias. Antes da nacionalização, “a vida e o ensino floresciam de um modo simples e natural”.<sup>479</sup> O ensino bilíngue fazia com que as crianças aprendessem a língua de seus antepassados e também a língua vernácula. Com a interferência do Estado brasileiro, tudo tinha mudado. Segundo Gardolinski (1977), o professor Wenclewski atuou 37 anos nas escolas étnicas polonesas do Rio Grande do Sul, sendo aproveitado posteriormente no magistério estadual, pelo qual teria recebido aposentadoria.

A nacionalização foi um processo não homogêneo em relação à realidade do ensino. Enquanto algumas medidas nacionalizadoras eram observadas no ato de sua promulgação, outras dependiam do contexto social e do isolamento espacial em que as localidades subsistiam. Na escola da sociedade Águia Branca, na cidade de Rio Grande, as proibições ocorreram de forma imediata à promulgação do último Decreto-lei de dezembro de 1938, pelo governo do estado. Segundo comunicado do então prefeito da cidade, as atividades da escola estariam suspensas conforme os ordenamentos da nacionalização e das leis em vigor.<sup>480</sup> A escola foi imediatamente comunicada pelas instâncias administrativas do município da proibição do seu funcionamento. Mesmo em 1938 a então Sociedade Polonesa Águia Branca trocava seu nome para Sociedade Águia Branca devido aos ordenamentos nacionalizadores.

Em Porto Alegre, a escola da Sociedade Polônia, oriunda da fusão de sociedades anteriores, Águia Branca e Tadeusz Kościuszko teria funcionado até

---

<sup>479</sup> Entrevista do ex-professor das escolas étnicas polonesas e ex-diregente da Associação dos Professores Poloneses do Brasil, Boleslaw Wenclewski, em 7 de março de 1960. (*Apud* GARDOLINSKI, 1977, p. 90).

<sup>480</sup> Telegrama do então prefeito da cidade ao presidente da sociedade Águia Branca, dezembro de 1938. Arquivo Pessoal de Jadwiga Dutkiewicz Marczykoski, Rio Grande – RS.



1938, segundo atas e protocolos da sociedade quando foi compulsoriamente fechada. A escola, além do Ensino Primário, também oferecia o Ensino Secundário. O edifício que havia sido construído para abrigar a escola o colégio foi reformado para constituir uma moradia.<sup>481</sup> Segundo Gardolinski (1977, p. 35), o Professor Wilhelm Mazurek, vindo da Polônia em 1927, que atuava como instrutor cultural e de ensino na organização do campo artístico da Sociedade, desenvolveu intenso trabalho com os alunos da escola. Em 1938, simplesmente encerrou suas atividades e retornou para a Polônia. O Professor J. Gonet também era um professor polonês e atuou na escola até 1938. Posteriormente teria retornado para a Polônia pouco antes da Segunda Guerra Mundial.

Em setembro de 1939, a Alemanha invade a Polônia e a comunidade polonesa de Porto Alegre compreende o conflito como o principal problema que estava diretamente relacionado com a razão de ser do grupo étnico. A mobilização seria em favor das vítimas do conflito, principalmente na ajuda às crianças. Um terreno da antiga sociedade Tadeusz Kościuszko foi vendido e o valor total repassado para a Cruz Vermelha na Suíça. Diferentes comitês foram organizados em outras capitais do Brasil, com a finalidade de ajudar as vítimas da guerra na Polônia. O problema da nacionalização era somado aos problemas iminentes, proporcionados pela Segunda Guerra Mundial ao sentido de pertencimento da comunidade étnica polonesa.

As condições de fechamento compulsório das escolas, nos meios urbanos como Rio Grande e Porto Alegre, contrastam com a realidade das escolas do interior. As escolas urbanas não eram subsidiadas pelo governo, enquanto grande parte das escolas nas colônias rurais recebiam algum tipo de subvenção. Estas estavam mais adequadas ao funcionamento do ensino oficial que exigia o vernáculo enquanto língua de ensino. Parte das escolas do interior foram transformadas em aulas particulares e, posteriormente, em aulas públicas.<sup>482</sup> Muitos professores dessas escolas foram aproveitados pelo ensino público estadual.

Entretanto, a trajetória da nacionalização não fez diferença entre os diferentes sentidos do ensino na manutenção da cultura étnica e do movimento de

---

<sup>481</sup> Crônica da Sociedade Polônia, sem data. Acervo da Sociedade Polônia de Porto Alegre – RS.

<sup>482</sup> As aulas particulares dependiam da administração da sociedade étnica, enquanto as aulas públicas eram administradas pela municipalidade.

valorização do patriotismo brasileiro. Prevaleceu o aparelho estatal calcado na ideologia conservadora de Vargas, que possuía a força moral e policial imbuída de um espírito da *brasilidade*.

Para Gardolinski (1977), não houve distinção entre os grupos ligados a ideologias fascistas e nazistas, de outros que estariam cultivando sua cultura de forma pacífica, tais como o grupo étnico polonês. Cabia a todos a mesma penalidade. No entanto, o sentido preconizado por setores ligados ao Ministério das Relações Exteriores polonês, era o fortalecimento da cultura étnica com fins políticos. Não necessariamente houve uma vinculação da etnicidade cultivada e vivida nos rincões gaúchos com as pretensões colonialistas polonesas. Porém, para o governo brasileiro a Polônia também estava na lista dos países considerados imperialistas.

A nacionalização avançou em todas as regiões e localidades de imigração polonesa e atingiu de forma sistemática as organizações étnicas existentes em todo o estado. A escola por mais que buscasse se adaptar às diferentes leis e decretos nacionalizadores, não conseguiu se adaptar a proibição da cultura e dos sentidos do da *polonidade* ou da cultura étnica, em referência à utilização da língua nacional polonesa no ensino, nas orações e prédicas ou enquanto língua de existência e promoção de uma cultura específica.

Em Guarani das Missões, a nacionalização atingiu as diferentes comunidades, com estágios e intensidades específicos. Algumas escolas subsistiam ou teimavam em funcionar e outras simplesmente não encontraram forças para continuar as tarefas do ensino étnico. Para Gardolinski (1977), os poderes policiais desempenharam uma ação desenfreada na aplicação de penalidades. Anteriormente, o ensino em língua vernácula era fortalecido nos diferentes núcleos de imigração, em conjunto com o ensino em língua polonesa. Os poloneses compreendiam a necessidade de conhecer a língua vernácula. As escolas foram atingidas na sua razão de etnicidade. Porém, parte das escolas continuaram em funcionamento, regulamentadas pelas próximas décadas, em conformidade com os decretos nacionalizadores. Da mesma forma, algumas das escolas, no conjunto de comunidades de outras regiões, tiveram o mesmo destino. Algumas subsistiram aos decretos nacionalizadores enquanto aulas subvencionadas e assumidas pela municipalidade.

Mesmo o ensino em língua polonesa continuou por períodos precedentes em diferentes lugarejos. Conforme entrevista com o professor Stanislaw Brzostek, o mesmo informa no ano de 1938, fora informado pelas autoridades de que os alunos da escola da localidade de Ligeirinho, então pertencente a Erechim, deveriam prestar exames em português.<sup>483</sup> O ensino em polonês poderia continuar na parte da tarde. Segundo o professor, após realizar curso de português durante as férias, foi aprovado e licenciado para lecionar na escola até 1941. Naquele ano foi chamado pela Inspeção Escolar, e foi informado de que não poderia lecionar em língua estrangeira, e por ser polonês não naturalizado brasileiro não poderia exercer mais cargos públicos ou políticos.

Isto foi um golpe para mim. Renunciar à nacionalidade de minha mãe era traição, pensava eu. Assim perdi o meu lugar, o meu trabalho, bem como os meus direitos de anos de trabalho e a minha remuneração, sem poder protestar. Fiquei na rua com minha família. [...] desolado, mudei para mais perto de Erechim, onde recomecei a vida trabalhando como agricultor em sistema de arrendamento. Após alguns anos consegui comprar um pedaço de terra e me aposentei como agricultor.<sup>484</sup>

Alguns professores, que eram relacionados como atuantes nas escolas étnicas polonesas no censo do consulado polonês em Curitiba, são registrados também como professores oficiais pela municipalidade de Nova Prata, em anos anteriores ao período da nacionalização compulsória. Por exemplo, tem-se o professor Ignacio Rapkiewicz citado como docente de uma escola étnica polonesa no Município de Nova Prata, na linha VI de General Osório, pelo censo escolar do consulado em Curitiba no ano de 1937.<sup>485</sup> Anteriormente também é mencionado como professor de primeira entrância da administração municipal, nesta mesma localidade. Foi nomeado no dia 10 de fevereiro do ano de 1934 e desenvolveu suas atividades enquanto professor municipal até 1946. Após este ano cessam os registros. Em 11 de outubro de 1941, o prefeito ordena o registro em ficha de uma advertência ao professor quando a escola foi inspecionada, justificando-se que o

---

<sup>483</sup> Entrevista realizada com o ex-professor, Stanislaw Brzostek, das escolas étnicas polonesas em março de 1997, por Maria Vanda Groch e Neuza Cidade Garcez. (*Apud* GARCEZ, 2003, p. 141).

<sup>484</sup> *Idem* p. 142.

<sup>485</sup> Consulado RP em Curitiba. Sprawozdanie szkolne za rok 1937. Cópias avulsas. Acervo do Museu Municipal de Áurea – RS.

ensino cívico “é muito falho com referência às causas e homens de nossa pátria”.<sup>486</sup> Da Mesma forma a professora Genoveva Karpinska, também citada no censo escolar do consulado polonês em Curitiba, seria professora nomeada em 1935 na Linha Senador Otaviano, no 3º Distrito de Nova Prata, estando classificada em 20º lugar no concurso de Alfabetização do Centenário Farroupilha e premiada com um quadro da Santa Ceia. A professora teria lecionado até 1950 quando foi aposentada.<sup>487</sup>

As questões específicas das escolas e seu funcionamento podem ser compreendidos por uma maior ou menor capacidade de adesão aos preceitos étnicos. Isso dependia das particularidades locais de cada escola ou núcleo de colonização. Nesse sentido, as escolas que possuíam um funcionamento atrelado a subvenções municipais, buscavam negociar seu próprio engajamento conforme a conveniência de funcionamento, atrelados aos preceitos culturais e comunitários. Muitas das escolas possuíam uma adesão voltada ao caráter oficial de ensino, utilizavam o vernáculo como língua de ensino ou estavam organizadas conforme as leis e ordenamentos vigentes pelo governo estadual e pelo governo federal. Essas foram algumas das particularidades das escolas que desempenhavam a dupla função de cumprir os ordenamentos oficiais do ensino do estado e também a condução e a perpetuação da cultura étnica por intermédio do ensino escolar. Outro fator preponderante, para que as escolas buscassem uma transformação gradual da escola étnica para um ensino oficial subsidiado e administrado pelo estado, relacionava-se a gratuidade do ensino. Este estado de coisas foi preponderante para os próprios colonos repensassem sobre a necessidade de enviar seus filhos para uma escola onde tivessem que pagar mensalidades.

Muitas das escolas viviam constantemente com os problemas e quando foi imposto o processo de nacionalização, houve um desinteresse nas lideranças em relação à organização comunitária com a cultura étnica. As escolas situadas em distritos com maiores aglomerações humanas foram aproveitadas pela SESP para tornarem-se um edifício oficial de ensino, com aulas particulares subvencionadas, como já acontecia anteriormente.

---

<sup>486</sup> Ficha de Registro do professor da municipalidade de Nova Prata. Ignacio Rapkiewicz 1935 - 1946. Arquivo Histórico de Nova Prata – RS.

<sup>487</sup> Ficha de Registro do professor da municipalidade de Nova Prata. Genoveva Karpinska 1935-1950. Arquivo Histórico de Nova Prata – RS.

Alguns fatos particulares podem ser descritos numa perspectiva de objetivação dos decretos e das leis nacionalizadores. É o caso da Escola Santa Ana de Carlos Gomes, que no relatório do consulado polonês em 1937 é descrita como uma escola étnica religiosa administrada pelas irmãs da Sagrada Família.<sup>488</sup> Segundo Gogulski (sem data), a escola foi fundada em 29 de janeiro de 1933, possuindo 60 alunos. Depois da nacionalização a escola teria funcionado por algum tempo enquanto escola particular. Por meio do Decreto-lei n. 10, de 20 de janeiro de 1940, foi criado o Grupo Escolar que passou a ser administrado pelo estado. Posteriormente, foi criado o Grupo Escolar Carlos Gomes, que passa a denominar-se, em 1978, como Escola Estadual de Primeiro Grau. Da mesma forma, as sociedades da localidade são influenciadas pela nacionalização. A sociedade, que funcionava na cidade com o nome de Tadeusz Kościuszko, em homenagem à personalidade pela independência polonesa no século XVIII, passa a denominar-se Sociedade Cultural e Escolar Casimiro de Abreu, em homenagem ao literato brasileiro do Romantismo. Em 1950, em assembleia, os sócios decidem doar o prédio e terreno para a Paróquia de Santa Ana.<sup>489</sup> Mesmo o nome do distrito, até 1944 denominado Nova Polônia mudou o nome para Carlos Gomes, em homenagem ao compositor de ópera brasileiro, influenciado pelos decretos nacionalizadores.

As escolas étnicas comunitárias que estavam mais organizadas conseguiram manterem-se por meio das subvenções municipais e estaduais, desde que cumprissem as metas e ordenamentos da nacionalização de ensino. Abaixo está a escola paroquial mantida pelas Irmãs das Sagrada Família, em Áurea, após a nacionalização compulsória das escolas. Na descrição anexa da imagem, a data apresentada se refere ao dia 7 de setembro de 1942, em que os alunos cantavam o Hino Nacional brasileiro. As imagens trazem consigo a teatralização do momento e representam as diferentes interpretações que condizem com os objetivos e as oportunidades de análise e interpretação. Possivelmente, o registro fotográfico no dia da Independência do Brasil quer indicar que a escola estava contribuindo para com a formação das futuras gerações conforme os desígnios patrióticos da

---

<sup>488</sup> Consulado RP em Curitiba. Escola de Nova Polônia. Sprawozdanie Szkolne, z rok 1937. Museu Municipal de Áurea – RS.

<sup>489</sup> Ver Gogulski (Sem data).

*brasilidade*. O disciplinamento e a construção da cultura brasileira, necessariamente promoveu a luta contra o que era estranho à sedimentação cultural da nacionalização.

Figura 13 – Celebração da data cívica de 07 de setembro de 1944, em escola paroquial da cidade de Treze de Maio, atual município de Áurea – RS.



Fonte: Museu Municipal João Modtkowski, Áurea – RS.

A imposição do ensino em vernáculo foi um dos principais elementos do processo de nacionalização das escolas. Sem prejuízo, é claro, da produção ou construção e promoção dos ideais nacionalistas. Em despacho frente às solicitações de alguns colégios de Porto Alegre, a respeito do ensino de línguas estrangeiras no estado, publicado pelo *Diário de Notícias* do dia 26 de março de 1940, Coelho de Souza dá sua interpretação à Lei que disciplinava a matéria no estado. Para Coelho de Souza, nenhum preceito legal deveria ser interpretado de forma independente, sendo necessário pensar os ordenamentos de forma combinada, em relação à compreensão do conjunto das leis do sistema legal, adotado naquele momento e sua pretensa compreensão inequívoca desta aplicação. Citando o primeiro parágrafo do art. 7º, do Decreto 7.640, de 28 de dezembro de 1938, afirmava Coelho de Souza que nas escolas primárias não era permitido o ensino e o emprego de línguas estrangeiras no turno de trabalho ou fora dele. Quando um estabelecimento mantiver

curso elementar e secundário poderá ter o ensino de línguas estrangeiras nas classes de grau secundário, devendo, porém, haver total separação das salas de aula entre os cursos primário e secundário. O ensino em língua estrangeira e o emprego de línguas estrangeiras nas dependências do Ensino Primário eram proibidos em qualquer circunstância. Deveria haver uma separação entre as salas de aula do Ensino Primário e Secundário que poderia, por sua vez, ensinar línguas estrangeiras vivas. O primeiro dispositivo teria como objetivo proibir o uso e ensino de línguas nas escolas rurais, onde havia somente o Ensino Primário. Nos estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário deveria ser ministrado em vernáculo, salvo o ensino de línguas estrangeiras pelo método direto. Caberia ao serviço de fiscalização do Ensino Particular registrar os cursos e fiscalizá-los quanto à aplicação da lei.

O investimento na educação condizia com o empenho do governo federal em promover o processo de nacionalização. Ao ano de 1940 foi concedido para o estado a soma de 5 mil contos de reis para a edificação de prédios escolares em núcleos colônias rurais e urbanos. Dois mil contos de reis seriam recebidos ainda no ano de 1940 e outros três mil contos de reis no ano de 1941.<sup>490</sup> A autorização da disponibilidade da verba pública, à construção de escolas rurais em diferentes municípios, tinha por objetivo incrementar o programa de instrução rural organizado pela Secretaria de Educação e Saúde Pública, com apoio do governo federal. A proibição de funcionamento das escolas étnicas condiz com a tentativa de substituição destas por escolas públicas. Enquanto o empenho na construção de novas escolas era organizado nas tratativas governamentais, a SESP, então separada da pasta da Saúde Pública, continuava nomeando professores como o anunciado por meio de projeto de lei da Secretaria de Educação, que solicitava a nomeação de 100 novos professores em primeiro de março de 1941.<sup>491</sup> O registro obrigatório das escolas e a fiscalização do ensino foram dois pontos fundamentais para suplantarem as escolas étnicas, substituindo-as por escolas oficiais ou por um

---

<sup>490</sup> Primeira distribuição da verba federal: 2 mil contos para prédios escolares! *In: Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093726\\_02&pagfis=3689](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093726_02&pagfis=3689). Acesso em: set. de 2019.

<sup>491</sup> 100 novos professores serão nomeados em 1º de março de 1941. Aprovado pelo departamento administrativo o respectivo projeto de lei, da Secretaria de Educação. *In: Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13 de dezembro de 1940. Arquivo municipal de Erechim – RS.

sistema público de ensino. Nesse ambiente de proibições e imposições não havia espaço para um contrarreação da cultura étnica.

Para Pitoń (1964), os efeitos da política de nacionalização estariam sendo sentidos nas pessoas dentre 30 e 40 anos nos núcleos coloniais, onde existiam as escolas étnicas: “analfabetismo e atraso cultural, político e econômico”, realidade comum nos núcleos de origem polonesa no Sul do Brasil, onde “não se escreve e não se lê, [...] fruto abençoado dos chauvinistas da nacionalização”.<sup>492</sup> A escola secular privada polonesa quase desapareceu, as escolas paroquiais, dirigidas principalmente por ordens religiosas, adotavam o programa do governo e tentavam sustentar a vida por meio de taxas escolares. Ainda como fruto da nacionalização, Pitoń (1964) informa que, nas famílias, as gerações mais jovens não se interessavam em aprender a língua de seus pais e avós, tratando com desprezo os assuntos étnicos.<sup>493</sup> De certa forma, a nacionalização alcançou seus objetivos de imposição de um sentido da *brasilidade* em detrimento da cultura étnica. Para Sęk (1986, p. 391) os anos após decretos nacionalizadores não terminaram com a Educação étnica e não foram homogêneas as formas e os métodos aplicados à política educacional das autoridades brasileiras. Teoricamente havia uma permissão legal para o ensino de línguas estrangeiras para crianças a partir dos 14 anos. Porém, a ação repressiva contra as escolas étnicas desconsiderava esta relação para com as escolas particulares. Mesmo o objetivo principal dos decretos era atingir a educação primária nos núcleos de imigração dos diferentes grupos étnicos. No entanto, segundo Breowicz (1957) era comum nas referências que as escolas étnicas foram extintas após o período da repressão iniciada em 1938. Foram extintas as escolas de ensino escolar regular. O ensino bilíngue foi extinto, ou seja, o ensino em língua polonesa no contraturno na escola como ocorria anteriormente das disciplinas básicas escolares. No entanto, a cultura étnica continuou a existir com cursos de língua polonesa, principalmente em escolas mantidas pelas irmãs religiosas ou nas aulas de catequese durante os sábados.<sup>494</sup>

---

<sup>492</sup> Szkolnictwo w kolonii polskiej. In: Lud, rok 39, n. 8, de 26 lutego 1964 roku, s. 6-7. Curitiba – PR. Acervo dos Padres Vicentinos. Curitiba – PR. Segundo o autor outro problema foi as massas de refugiados que vieram ao Brasil após 1947, que do seu desembarque no país não conheciam a língua e os grupos escolares estavam lotados de alunos. A questão pastoral foi resolvida com a organização das capelarias nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

<sup>493</sup> *Idem*.

<sup>494</sup> Sobre o assunto ver Sęk (1986).



Para a própria imprensa étnica, temendo represálias, como o fechamento, a nacionalização era considerada um assunto proibido, cabendo à imprensa na Polônia denunciar e divulgar as ações nacionalistas no Brasil. Para o *Lud* e para o *Gazeta Polska w Brazylii*, dois semanários étnicos que possuíam maior circulação entre os contingentes poloneses no Brasil, o assunto da nacionalização aparece somente nos artigos publicados de forma obrigatória a mando das instâncias militares de Curitiba. Alguns jornais da Polônia denunciavam o processo nacionalizador no Brasil, com informações sobre a angústia e as proibições que atingiam os núcleos coloniais poloneses no Rio Grande do Sul. Em carta publicada pelo jornal *Zielony Sztandar*, o interlocutor afirmava que a situação era triste, porque foi proibido o ensino em polonês, e as sociedades haviam sido fechadas.<sup>495</sup>

Entretanto, a escola regular enquanto iniciativa étnica não sobreviveu diante da repressão conjunta do aparelho estadual de fiscalização e substituição das escolas, bem como ao contexto de perseguição a tudo que fosse estrangeiro. De acordo com o Ministro Skowroński a adesão do Brasil ao lado dos aliados, na Segunda Guerra Mundial não diminui a repressão aos poloneses, ao contrário, fortaleceu a xenofobia contra todos os estrangeiros. Por meio de cartazes, do rádio e de artigos de imprensa, Vargas exortava todos os brasileiros a combaterem o inimigo interno. O apelo público para a vigilância teria causado incidentes contra estrangeiros nos diferentes estados brasileiros. Mesmo os planos fantásticos da LMK de separar parte do Brasil na fronteira entre a Argentina, Brasil e Paraguai não haviam sido esquecidos pelo MRE brasileiro.<sup>496</sup> Esse clima de hostilidades contribuiu para o enfraquecimento da cultura étnica polonesa no Rio Grande do Sul, enquanto dependente das relações comunitárias estabelecidas pela adesão, com diferentes intensidades a uma *polonidade*. Enfim, o fechamento das escolas representou ao mesmo tempo a imposição de uma cultura pela força moral do aparelho estatal com restrições e proibições ao processo étnico dos descendentes e imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul.

---

<sup>495</sup> Paweł Zajac, Głos rodaka z Brazylii. In: *Zielony Sztandar*, n. 60, de 4/12/1938, p. 10.

<sup>496</sup> Raport Skowrońskiego do MSZ w Londynie z 8 października 1942 roku. In: *Imigranci polscy w Brazylii podczas II tuj Światowej*, wybór R. Stemplowski, Warszawa, 1977. Ver Krasicki (1983)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História é construída por uma multiplicidade de atores, espaços e tempos sociais. Certamente, muito dos sentidos descritos em produções históricas provêm de crenças e valores internalizados da tradição cultural humana, com característica dos espaços culturais de vivência produzidos, imaginados e descritos em resposta às perguntas que se faz sobre um tempo diferente do atual e do vindouro. A profusão de lugares e caminhos foi constante nesta trajetória de pesquisa. A produção do conhecimento histórico relaciona-se com o processo de construção dos objetos e das relações com as representações potencializadas pelo *corpus* empírico, na descontinuidade dos sujeitos. A máxima do marxismo – conhecer o mundo como necessidade para sua transformação – dá lugar para o questionamento de “como podemos conhecer o mundo?” Nesse sentido, torna-se mais importante conhecer os modos de produção e, dessa forma, incorrer na transformação conforme conceitos escolhidos.<sup>497</sup> Se o conhecimento histórico se demonstra possível, é resultado de uma relação de apropriação nos rumos e meandros organizados de um sistema de sentidos e significados. Uma experiência dos homens com o tempo, que passa pela compreensão do que ocorre, com o intuito de desconstruir ou reformular.<sup>498</sup> Não deixa de ser uma luta, ou um jogo de representações, em que o resultado é correspondente ao processo de sua produção.

Desde a chegada dos primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, houve nas comunidades étnicas polonesas um crescente interesse pela vida organizacional. O estabelecimento de comunidades em núcleos coloniais formou importantes significados de estruturação de um processo de ensino étnico. A construção desse processo baseou-se em conjunturas específicas, tais como língua, costumes e religiosidade, possibilitando a formação e a organização de escolas, nos diferentes municípios do estado. No tempo e no espaço, a cultura étnica foi importante para a estruturação dessas comunidades, sendo uma forma de condução e de produção de processos identitários, dinamicamente distribuídos ou instituídos, na preservação de

---

<sup>497</sup> No sentido de Prost (2015), quando fala sobre a profissão do historiador em relação à eleição de suas questões e à utilização de noções e conceitos históricos para produzir enredos e narrativas.

<sup>498</sup> A função da História é também repensar valores e propósitos substantivos aos movimentos intelectuais que conduzem os processos sociais.

valores e peculiaridades étnicas presentes ainda hoje. As rotas dos imigrantes poloneses, desde 1875, no Rio Grande do Sul, foram diversas, assim como diferentes foram os destinos de formação dos núcleos coloniais, com expressivo número de imigrantes e suas comunidades mais homogêneas, com significativa manifestação da *polonidade* nesses espaços. Essa interação do étnico com a realidade da organização social dos grupos manifesta-se nas crenças, em símbolos e mitos que os grupos possuíam na invenção e reinvenção de práticas e costumes. As regiões de Porto Alegre, Erechim, Guarani das Missões e Dom Feliciano representavam as quatro localidades com maiores contingentes étnicos poloneses. Grupos menores fixaram-se em outros lugares, como Rio Grande, Pelotas e na colônia Alfredo Chaves e Santa Rosa.

Com a Primeira Guerra Mundial, o mundo sentiu os efeitos do ideal liberal de financeirização da vida. Ao passo que a crise de 1929 inicia uma onda nacionalista pela independência do capital estrangeiro e da influência política dos países colonizadores. Em consonância com esta ideia, há o fortalecimento dos Estados nações na Europa e, como consequência, uma nova corrida imperialista em favor de nova partilha colonial do mundo que, mais tarde, dentre outros fatores, resultará na Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim de episódios, que distinguem os acontecimentos do período entreguerras, ocorre o desenvolvimento do pensamento colonial polonês e suas intenções em obter colônias ultramarinas, principalmente na América do Sul e em alguns países na África. Serviram de propósito para os planos de colonização, a manutenção do espírito polonês nos emigrados e descendentes, bem como a necessidade de matérias-primas para sua indústria. Claro que a gênese desse pensamento tinha suas raízes ainda no final do século XIX, com o sonho da *Nowa Polska*, que mobilizou toda uma intelectualidade polonesa e, inclusive, sua fixação em territórios brasileiros. Isto de fato teve uma repercussão importante no pensamento dos nacionalizadores em relação à Polônia. Certamente, se relacionarmos os percursos históricos e relativizá-los com o contexto dos tempos, podemos traçar uma linha de pensamento que abrange alguns significados representativos para o pensamento da historiografia.

Anteriormente à Primeira Guerra Mundial, a política polonesa seria da proteção, porém, a partir do estabelecimento e da organização do governo polonês na Europa, iniciou-se uma política, por intermédio do Ministério das Relações

Exteriores polonês, para mobilizar os contingentes de imigrantes, em diferentes países, de acordo com as orientações políticas e culturais de uma política oficial. Contudo, este pensamento não levou em conta as transformações no espírito, nas crenças e nas atitudes dos valores que regeram a etnicidade dos emigrados. A etnicidade é móvel, não é sedimentada por meio de ações governamentais em menor ou maior escala. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial sepultaram qualquer tentativa de expansionismo polonês, como também de outros países, principalmente em relação às pretensões coloniais na América Latina. Como visto, muitas eram as alusões em documentações do MRE brasileiro e denúncias na imprensa, que evocavam o combate ao colonialismo polonês no Brasil.

Essa representação, em relação a uma *polonidade*, demarca uma multiplicidade cultural dos sujeitos, na condução dos processos identitários dos imigrantes poloneses, em todos os núcleos do país. É equivocado simplesmente pensar os poloneses como um grupo étnico homogêneo, em que haverá em todos as mesmas características ou especificidades, representadas por maior ou menor grau de engajamento, em relação a manifestar essa mesma etnicidade. Os indivíduos se processam em identidades e momentos distintos, mesmo a sua etnicidade vai adquirindo novos contornos e posicionamentos, de acordo com as transformações e interações dos sujeitos culturais com o mundo e seu contexto. A imigração polonesa no Rio Grande do Sul pode ser considerada diversa, nos determinados períodos em que se estabeleceu. A emigração traz consigo decisões, visões de mundo, crenças e valores construídos pela tradição humana ao longo dos séculos, qualquer que seja o destino. Essas decisões ou bagagens culturais permanecem garantindo a existência dos coletivos humanos por tempos variáveis. As descendências perpetuam esses valores por determinado período, substituindo e negociando a preservação de tradições dos valores étnicos. Com os poloneses no Rio Grande do Sul não foi diferente. Os valores étnicos foram transformados e reconfigurados em meados do século XIX e ao longo do século XX, e mais efetivamente com a imposição da campanha de nacionalização.

A intervenção da República brasileira, nos rumos das organizações institucionais étnicas, compreendeu as escolas como um problema de governo, a fim de nacionalizar essas comunidades ditas estrangeiras. Dentro dessa perspectiva, de formação de um processo identitário nacional, desenvolvido durante o período

entreguerras até a campanha de nacionalização de Getúlio Vargas, com mudanças ocasionadas pelas transformações sociais e culturais, inseriu-se o processo de configuração e produção das instituições escolares étnicas polonesas no Rio Grande do Sul, com consequências nas organizações culturais e identitárias desse grupo de imigrantes.

Porém, não se trata aqui de posicionamentos contra ou a favor da nacionalização. Esse é um fenômeno importante para a escrita de historiografias daquele período. Esse processo de tensão internacional e afirmação de uma *brasilidade* fez com que entre 1937 até 1942, principalmente, após a implantação do Estado Novo, com Getúlio Vargas, fossem adotadas medidas abruptas contra as instituições e organizações ditas estrangeiras, promovendo na prática e com o apoio da lei, a nacionalização. Esse processo trouxe mudanças intensas na organização das comunidades étnicas polonesas no Rio Grande do Sul.

A ação nacionalista não foi aceita passivamente entre as comunidades étnicas polonesas, como atestam diferentes petições a autoridades estaduais, por meio de comitês que afirmavam veementemente que era também interesse do Brasil que todos os cidadãos possuíssem educação escolar. O Cônsul Gieburowski afirmava que os colonos estavam boicotando as escolas do governo brasileiro e não admitiam o fato de os filhos permanecerem em escolas estranhas à cultura étnica, tal qual recebiam os filhos de nativos brasileiros, considerando, em suma, que a cultura étnica polonesa estaria num patamar superior à cultura brasileira.

A nacionalização, em sua forma efetiva de organização do ensino no estado, bem como em outras regiões coloniais, foi um processo de divergência em pelo menos três pontos de vista. Primeiro, a visão dos militares e do governo de Getúlio Vargas, consequentemente compartilhada pelo Interventor Cordeiro de Farias e Coelho de Souza, de que as escolas eram um empecilho contra a pretensa unidade cultural e territorial do Brasil. Segundo, a visão do governo polonês, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, que julgava que as comunidades étnicas seriam de certa forma compatriotas de uma Polônia no exílio, ainda enquanto não havia uma autonomia política e territorial na Europa e, posteriormente, ao ressurgimento da Polônia no Mapa do continente europeu. Um contingente que poderia ser utilizado inclusive para pretensões coloniais, formando um condomínio polonês no Exterior. Terceiro, a visão do próprio grupo étnico polonês que buscava

cultivar a cultura étnica trazida pelos antepassados, com as transformações inerentes à reconfiguração étnica, baseada no contato heterogêneo com outros grupos, bem como na forjação de uma cultura própria nos recantos coloniais, na luta pela subsistência familiar e pelas necessidades de instrução e convivência comunitária.

A tentativa de criar a pretensa homogeneização cultural, por meio da coerção legal e por intermédio da força repressora do aparelho policial, promoveu o idealismo da *brasilidade* mudando o destino das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul. Calcado num ideário nacionalista, foi um processo importante de reestruturação da política nacional que subjugou e transformou os espaços físicos e culturais das comunidades ou aglomerações coloniais do estado. Serviu de propósito dos setores tradicionais da sociedade brasileira, influenciando diferentes conjunturas da política educacional. A perseguição a tudo que fosse estrangeiro ou a delimitação de um inimigo interno durante a Segunda Guerra Mundial, mobilizaram inclusive a população na vigilância e repressão da cultura étnica de diferentes grupos. Mesmo com o fim dos tensionamentos da guerra, o ensino escolar étnico em língua estrangeira continuou proibido, bem como as leis nacionalizadoras jamais foram revogadas.

O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul foi um desdobramento da política nacionalista implantada no Brasil, especialmente, quando foram implementados um ideário de *brasilidade*, baseado num senso patriótico erigido (e elegido) pelo Exército brasileiro, na chamada 5ª Região Militar e acatado pelo Presidente Vargas, por meio da análise e das recomendações da Secretaria de Segurança Nacional, embasadas em relatórios do próprio Exército. Porém, cedo ou tarde, a tendência dos grupos étnicos era maior ou menor integração à cultura homogeneizadora, no caso da proposição da *brasilidade*. A nacionalização foi a antecipação, por meio da violência, dos princípios norteadores do conceito de nação brasileira imaginada, conforme a conjuntura política do Estado Novo.

Nem todos os imigrantes e descendentes poloneses aderiram voluntariamente ao processo de nacionalização. Diferentes foram os conflitos envolvendo principalmente as instâncias étnicas consulares e as redes de sociabilidade mais amplas. No plano individual das sociedades e associações, a

nacionalização era aplicada conforme os contextos locais da administração, em muitos casos numa interpretação muito particular das leis e dos decretos. Não houve um processo homogêneo ou etapas a serem cumpridas, conforme um cronograma previamente estabelecido. Em algumas comunidades, os resultados nacionalizadores foram imediatos, enquanto outras dependiam do rigor da fiscalização ao encargo dos municípios. Muitos foram os protestos diante da imposição da nacionalização nas escolas e comunidades étnicas.

As escolas particulares das sociedades começam a ser assumidas pela municipalidade e há um esforço sistemático por intermédio de investimento na construção de prédios escolares, subvenções e fiscalização das atividades de ensino, por intermédio da inspetoria, que percorria os diferentes municípios, com a finalidade de acompanhar as atividades de ensino nos núcleos coloniais. Mesmo a Segunda Guerra Mundial trouxe grandes preocupações para a comunidade étnica, referentes ao destino da Polônia após a invasão alemã, ao mesmo tempo em que o desinteresse e desânimo abatiam sobre as lideranças que estariam proibidas de desenvolver atividades que envolvessem a utilização da Língua Polonesa. Essas escolas, apesar dos desafios de existência, formavam um conjunto de instituições de ensino, configuradas de acordo com o processo identitário étnico, assumido por imigrantes e descendentes, em diferentes destinos coloniais do estado. A presença de diferentes grupos de imigrantes, que mantinham suas instituições baseadas em um processo identitário étnico, ligado aos países de origem, constituía-se preocupação para as autoridades brasileiras.

Outro fator foi o desânimo nas lideranças étnicas, que desmobilizou as iniciativas organizacionais étnicas, pois alguns professores natos poloneses retornaram para a Polônia. Outros foram aproveitados pela Secretaria de Educação do estado, após prestarem concursos. Como boa parte das escolas étnicas recebiam alguma subvenção para manter o ensino em vernáculo, estas continuaram suas atividades como aulas públicas ou particulares, mantidas pela municipalidade. Outras foram transformadas em escolas públicas e outras, ainda, foram fechadas.

A cultura étnica não desaparece, mas é transformada e reconfigurada com outros elementos significativos. Os tempos difíceis, após a nacionalização, principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial, impactaram as comunidades étnicas polonesas. Especialmente nas colônias mais densamente

povoadas por famílias étnicas polonesas, onde a cultura étnica estava mais desenvolvida. Porém, a Língua Polonesa permaneceu sendo utilizada nas famílias de forma discreta e mesmo nas aulas de catequese em igrejas, apesar das proibições expressas pela nacionalização.

Enfim, as escolas mobilizaram e construíram uma cultura étnica polonesa nas diferentes localidades dos municípios do Rio Grande do Sul, em conjunto com a estruturação da própria comunidade. Com a campanha de nacionalização, houve uma reestruturação desta cultura. Houve ressonâncias importantes dos processos de nacionalização na vida e no cotidiano de imigrantes e descendentes poloneses no estado, transformando hábitos, produzindo modos de vida e silenciamentos da cultura étnica.

Geralmente, a bibliografia sobre a imigração polonesa enfatizou o baixo nível de instrução dos imigrantes poloneses, bem como um “atraso econômico e social evolutivo”.<sup>499</sup> Haveria um estereótipo negativo sobre a imigração, em que o termo “polaco” assume uma conotação de inculto e atrasado, rapidamente difundido pela população dos estados do Sul do Brasil, principalmente entre as grandes correntes imigratórias alemã e italiana. Essa conotação foi transferida da Polônia e moldada por círculos intelectuais e políticos poloneses na Europa, que viam a imigração camponesa dos territórios dominados pela Prússia, pela Rússia e pela Áustria como constituídas de pessoas com baixo nível cultural. Esses juízos negativos têm sido regularmente utilizados nas referências sobre a imigração polonesa, para explicar por que os imigrantes poloneses não obtiveram “êxito econômico e social”, durante o final do século XIX e início do século XX, em comparação com outros grupos. Muitas fontes, relatórios consulares tratam de incutir e apresentar essas simplificações como verdadeiras. Essas discussões contribuíram, em alguns casos, para o silenciamento dos processos culturais dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul e mesmo numa autoaflição de estigmas e simplificações preconceituosas, com cunho xenofóbico de parte de outros grupos imigrantistas.

Contudo, a realidade cultural se mostra muito mais profunda e intensa de significados que superam as visões simplistas. Se forem norteadas todas as expectativas que emergem com a pesquisa e a potência de utilização das fontes,

---

<sup>499</sup> Ver Paleczny (2000).



mobilizam-se sentidos profundos e enobrecedores de qualquer cultura humana. Se hoje não há um aprofundamento de pesquisas sobre a imigração polonesa, pode-se caracterizar como um efeito da disruptura causado pela desintegração da memória que ficou receosa diante dos emblemáticos rótulos negativos inventados sobre o ser “polaco”, sobre ser descendente de imigrantes poloneses. Se for pensada ou avaliada a questão da organização e manutenção de escolas em diferentes núcleos rurais e urbano, revela-se o quanto uma cultura foi importante para os processos sociais desse grupo de imigrantes. É um interessar-se pelas atividades humanas em todos os seus aspectos que constituem a representação da realidade.

Com a queda dos regimes totalitários na Europa e o fortalecimento dos sistemas político-democráticos do mundo ocidental, no Brasil houve uma mudança das forças políticas que levaram à destituição de Vargas do poder, enquanto que o destino das comunidades de imigrantes não foi acompanhado por mudanças na política de nacionalização. As leis nacionalistas nunca foram canceladas oficialmente. Por exemplo, a rede de ensino étnica não foi reativada nem permitida de funcionar. As ordenanças estaduais e federais continuaram a proibir o ensino em outra língua estrangeira. Compreende-se essa relação imbuída de diversas questões, que se colocam no meio de inter-relações e contextos. São necessárias novas problematizações que envolvam reflexão e análise, no sentido de potencializar a imigração polonesa, no Estado do Rio Grande do Sul e o funcionamento da coletividade étnica, ou como estava agregada a *polonidade*, nos municípios e nas regiões deste estado.

Esta pesquisa não pode ser considerada finda ou então conclusiva. Foi a história do possível, com as ferramentas e fontes disponíveis neste tempo e espaço ou estado de coisas. Entram nessa conta as condições do pesquisador. Novos objetos e novas abordagens metodológicas podem trazer outros resultados, outras conquistas, outras formas de pensar o passado e sua relação com o presente, em que a realidade humana é social e culturalmente construída. Esse é o campo de atuação do pesquisador.

No presente, esta pesquisa abordou alguns aspectos da historiografia das escolas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, em relação à nacionalização. Todavia, outros aspectos não foram tratados com a devida profundidade, merecendo outras perguntas e outras problematizações. Neste rol de

questionamentos, podemos relacionar os seguintes: Qual foi o envolvimento da comunidade étnica no Brasil com a política oficial do MSZ polonês? Qual foi a contribuição voluntária da comunidade étnica com a campanha de nacionalização, e quais negociações havia entre esses grupos? Qual foi o papel dos instrutores de ensino poloneses para a promoção de representações das *polonidades*? Quais os aspectos principais defendidos pelos contingentes étnicos, em relação a essas *polonidades*? Quais as diferenças e negociações entre a *polonidade* vivida no Brasil e a idealizada na Polônia. Esses questionamentos podem ser ampliados à luz de novas fontes e objetivos de pesquisa.

A nacionalização importou no domínio das iniciativas particulares pela ação estatal. Reclama para si a imposição de modos e sentidos da vida baseados em um ideário estabelecido. Os núcleos coloniais não poderiam ser os mesmos, após os ordenamentos e as imposições nacionalizadores. O principal elemento para subjugar as escolas étnicas polonesas, no Rio Grande do Sul, foi a obrigatoriedade do vernáculo como língua de ensino, com a finalidade, bem como a proibição, no final de 1938, do ensino em Língua Polonesa. Esse processo visou a produzir uma unidade linguística e cultural brasileira, conforme um conceito de nacional e de pátrio. A desmobilização ou mobilização étnica foi uma conjuntura relacionada com as decisões dos indivíduos, em uma menor ou maior adesão, porém intensamente afetada pelas imposições do Estado Novo.

Ao final dessa pesquisa sobre o fenômeno da nacionalização em relação à comunidade étnica polonesa no Rio Grande do Sul, conclui-se que as negociações e imposições culturais de uma *polonidade* e de uma *brasilidade*, transformaram os espaços sociais e culturais dos poloneses no período estabelecido entre 1918 e 1942. Essa conjectura foi confirmada ao longo dos diferentes capítulos desta tese, com relevância para as políticas nacionais das instâncias governamentais, entremeio a legações, consulados e ordenamentos legais do Estado Novo.

Por fim, compreendo que esta tese contribui para a historiografia de um dos grupos étnicos que faz parte da amalgama da cultura brasileira e gaúcha. Importou nesse processo o desejo de constituir conhecimentos, evocar memórias produtoras de subjetividades e registrar tempos-sentidos-significados, transversalisados pela composição e relatividades da análise histórica.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTOCZECEN, Inês Valeria. O retorno da história: a festa das nações (Mallet/PR) – um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos. *Dissertação de mestrado do Programa de PPGH*. Irati: UNICENTRO, 2015.
- ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote, 1978
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Usos e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23 – 79.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. Os poloneses do Alto Vale do Rio Tijucas: um estudo de História demográfica. *Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, 1979.
- BARRILI, Lúcia. “Brasileiros” poloneses: uma identidade construída nas comunidades de casca e santo Antonio do Palma - RS (1990-2010). *Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História*. Passo Fundo: UPF, 2011.
- BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARTH, Fredrik. *Nomads of South Persia: the Basseri tribe of the Khamseh confederacy*. Illinois: Waveland Press, 1986.
- BARTH, Fredrik. Introducción In: BARTH, Fredrik. (org.), *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. pp. 5-69.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera. Republica de 1889 a 1930*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. e TAMBARA, Elomar. A nacionalização do Ensino e a Renovação Educacional no Rio Grande do Sul. In: QUADROS, Claudemir de. *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: Editora UFSM, 2014. pp. 71-118.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). *Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação*. São Paulo: Faculdade de Educação – USP, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2014.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BĘDKOWSKI, Mateusz. *Polacy na krańcach świata: XIX wiek*. Warszawa: Histmag.org, 2015.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996

BENJAMIN, Walter. O narrador. Os pensadores – textos escolhidos. Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENTHIEN, Murielle Silveira Boeira. Os poloneses em São Bento do Sul. *Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2005.

BERTAUX, Daniel. Três Funções das narrativas de vida. In: BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010. pp. 145-189.

BIAŁAS, Tadeusz. *Liga Morska i Kolonialna 1930-1939*. Gdańsk: Wydawana e Morskie, 1983

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOÇÕEN, Rodrigo. Escolas étnicas polonesas no Paraná: organização e coesão dos grupos imigrantes (1871-1930). *Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba: PUCPR, 2016.

BONNEMAISON, Joel. *La géographie culturelle*. Paris: CTHS, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Zahar, 1970.

BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

- BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- BURKE, Peter. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2004.
- CALLARI, Regina Cláudia. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, pp. 59-83. 2001
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CAPRI, Elizabeth Johansen. *De católicos poloneses a ponta-Grossense católicos*. Dissertação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- CARNEIRO, Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.
- CARO, Leopold. *Wychodztwo Polskie*. Kraków: Nakładem Ojczyzny, 1911.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. Teoria de Método no Estudo das Práticas Cotidianas. In: ZMRECSANYI, Maria Irene (Org.), *Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano – Anais do Encontro* – São Paulo: FAU/USP, 1985. p. 3 – 19.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, pp. 97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril de 1991.

CHEŁMICKI, Zygmunt. *W Brazylii Notatki z podróży*. Lwów: Polskie Słowa, 1892.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. Porto Alegre: N. 2, p. 177-229, 1990.

CIURUŚ, Eugeniusz. Polacy w Brazylii. *Polonijne*. Lublin Centrum Kulturalno-Oświatowe Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 1977.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORSETTI, Berenice. Controle e Ufanismo - A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

CUBER, Antoni. Z nad Uruguaju. In: ZDANOWSKI, Felix. *Kalendarz Polski na rok zwyczajny 1898*. Porto Alegre: edição do autor, 1898. pp. 259-320

CUNHA, Jorge Luiz. Nacionalização no Sul do Brasil. In: QUADROS, Claudemir. *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2014.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio (org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 136 – 161.

DEMBICZ, Andrzej. Polono-Brasileiros. In: DEMBICZ, Andrzej e KIENIEWICZ, Jan. *Polônia e Polono-Brasileiros*. Varsóvia: CESLA, 2001. pp.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 21-39.

DMOWSKI, Roman. *Wychodźstwo i osadnictwo*. Lwów: 1900

DYGASIŃSKI, Adolf. *List z Brazylii*. Warszawa: Kurier Warszawski, 1891.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnicity and anthropological perspectives*, Londres: Pluto Press, 1993.

ERRANTE, Antoniete. *Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. História e Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, 2000.

FARIA FILHO, L., GONÇALVES, I. e PAULILO, A (2004). A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na História da educação brasileira. *Educação Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, jan./abr. pp. 139-159, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. pp. 89-125.

FAUSTO, Boris. Introdução. In: FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FAVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. *Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História*. Florianópolis: UFSC, 2002.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. *Revista Sociedade e Estado*, São Paulo, v. 29 nº 1 jan/abr, p. 255 - 288, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta. *Usos e abusos da História Oral*. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp. vii-xxv.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a valorização do homem brasileiro. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, v. 28, jun. 1943.

FIKTUS, Paweł. „Nowa Polska” w polskiej myśli kolonialnej do 1939 r. In: SADOWSKI, Mirosław. i SZYMANIEC, Piotr. *Acta Erasmiiana II, Prace z myśli polityczno-prawnej oraz prawa publicznego*. Wrocław: Uniwersytet Wrocławskiego, 2012.

FISCHER, Beatriz Teresinha Daudt. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. *Revista História da Educação*, Pelotas: ASPHE, n.1 v. 1, abr. p. 5-20, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FRANCO, Maria S. Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: IEB, USP, 1954.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Território Plural: A pesquisa em História da Educação*. São Paulo: Ática, 2010.

GALVÃO, Cecília. Narrativas em educação. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 11, n. 2, pp. 327-345, 2005.

GARCEZ, Neusa Cidade. *Colonização e Imigração em Erechim: a saga de famílias polonesas (1900-1950)* Erechim: Edição do Autor, 2003.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, UCS, 1977.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Regional, 1958.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 1991.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. Etnias e nacionalização no Sul do Brasil. In: QUADROS, Claudemir. *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2014. pp. 13-42.

GINZBURG, Carlo, CASTELNUOVO, Enrico, PONI, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GINZBURG, Sinais, raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 143-179, 2007.



GŁABIŃSKI, Stanisław. Emigracja i jej rola w gospodarstwie narodowym. Przegląd Emigracyjny, Warszawa, t. III i IV, 1930.

GŁUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. São Paulo: Fino Traço, 2009.

GRANIOWSKI, Krzysztof. Gorączka brazylijska. *Kwartalnik Historyczny*. Warszawa, R. LXXIV, z. 2, 4, pp. 317-339, 1967.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul. A emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a "História cultural" no novo milênio. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 17 n. 49 set. /Dec., pp. 321-342, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, pp. 3-27, 1988.

GUTIERRES, Éster & Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. *Educação e Realidade*, nº 22, vol. 2, jul./dez. 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

HALL, Stuart. Cultural identity and Diaspora. In: RUTHERFORD, J. *Identity*, Londres: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222-237

HANNERZ, Ulf: Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, pp. 7-39, 1997.

HEMPEL, Antoni. *Polacy w Brazylii*. Lwów: Nakładem Wydawnictwa Kuriera Lwowskiego, 1893.

HOBSBAWM, Eric. J.; RANGER, T. O. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. *In: \_\_\_\_\_*. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. pp. 22-35.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

IANNI, Otavio. A formação do proletariado rural no Brasil. *In: STEDILE (Org.)*. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127-144.

IOTTI, Luiza Horn. (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

JEZIORAŃSKI, Kazimierz. Kolonie Mandatowe a Polska. *Sprawy Morskie i Kolonialne*. Warszawa: Wydawnictwo Liga Morskiej i Kolonialnej, 1935. pp. 5-44.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: SBHE n. 1, jan. /jun., pp. 9-43, 2001.

KAWALEC, Krzysztof. *Roman Dmowski. Biografia*. Warszawa: Zysk i S-ka, 2014.

KAWKA, Mariano. A presença polonesa no Brasil. *In: DEMBICZ, Andrzej e KULA, Marcin*. *Relações entre Polônia e Brasil – passado e presente*. Varsóvia: CESLA, 1997. pp. 39-52.

KIENIEWICZ, Jan. Os poloneses e sua história. *In: DEMBICZ, Andrzej e KULA, Marcin*, *Relações entre Polônia e Brasil – Passado e presente*. Varsóvia: CESLA, 1996. p. 19 – 38.

KŁOBUKOWSKI, Stanisław. *Wspomnienia z podróży po Brazylii, Argentynie, Paragwaju, Patagonii i ziemi ognistej*. Lwów: Gazety Handlowo-Geograficznego, 1898.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil, (1941-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

KOŁODZIEJ, Edward. *Wychodźstwo zarobkowe z Polski 1918–1939*. Warszawa: Książka i Wiedza, 1982

KOŁODZIEJ, Edward. Emigracja z ziem polskich od końca XIX w. do czasów współczesnych i tworzenie się skupisk polonijnych,” *In: KOSEWSKI, Adam*. *Emigracja z ziem polskich w XX wieku. Drogi awansu emigrantów*. Pułtusk: Wspólnota Polska, 1998, pp. 11-24.

- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.
- KOZOWSKI, Vitor. *Estes imigrantes entre outros – Imigração polonesa na Serra Gaúcha*. Bento Gonçalves: Edição do autor, 2003.
- KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.
- KRASICKI, Marek. Polska akcja kolonialna w Ameryce Łacińskiej w latach 1929-1939. *Dzieje Najnowsze*. Wrocław, v. x n. 4, 1977.
- KRASICKI, Marek. Sytuacja Polonii brazylijskiej w dobie ustaw nacjonalistycznych prezydenta Getulio Vargasa. *Dzieje Polonii w Ameryce Łacińskiej*. Wrocław, v.3 n. 5, pp. 411-441, 1983.
- KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. In: QUADROS, Claudemir. (org.) *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2014. pp. 153-190.
- KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 13, nov., pp. 65-90, 2005.
- KREUTZ, Lúcio. Etnia e educação: perspectivas para uma análise histórica. In: SOUZA, Cynthia Pereira de CATANI, Denise Bárbara. (Orgs.) *Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. pp. 123-156.
- KREUTZ, Lúcio. *Identidade étnica e processo escolar. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 107, pp. 79-96, julho, 1999.
- KRUPINSKI, Rosália. *Paróquia Nossa Senhora Monte Claro (1915-1990)*. Passo Fundo: UPF, 1990.
- KUBASKI, Luciana. Imigração e educação dos poloneses em Ponta Grossa, PR. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2015.
- KULA, Marcin. A emigração polonesa no Brasil vista pelos pesquisadores da Polônia. Brasil – *Polônia: Primeiro Simpósio Cultural*. Varsóvia: CESLA, 1997. p. 15-29.
- KULA, Marcin. Algumas observações sobre a emigração polonesa para o Brasil. *Estudios Latinoamericanos*. Warszawa, Cesla, n. 3, pp. 171-178, 1976.
- KULA, Marcin. Brazylijski żetulizm jako ustrój autorytarny. *Dzieje Najnowsze*, n. 1, pp. 117-129, 1978.
- KULA, Marcin. Polska Literatura dotycząca Ameryki Łacińskiej XIX I XX w. *Dzieje Najnowsze*. Rocznik, IV n. 2, 1972.

LACERDA, Faro Ciro de. *O essencial sobre a Polônia*. Rio de Janeiro: Ed. de Vida, 1944.

LAPIERRE, Jean-William. Prefácio, *In*: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *As teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. pp. 9-14.

LE GOFF, J. Antigo, moderno. *In*: \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 149-178.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ªed. Campinas: Unicamp, 1996.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 22, n. 62, pp. 237-256, 2008.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LIMA, Solange Ferraz de. E CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografia: usos sociais e historiográficos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29 – 60.

LOURENÇO FILHO. Educação e Segurança Nacional. A defesa Nacional. *Conferência na Escola do Estado Maior do Exército*, Rio de Janeiro, nov. 1939.

LOURENÇO FILHO. *Tendências da educação brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1940.

LUCHESE, Terciane Ângela. O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul – 1875 a 1930: *Leggere, scrivere e calcare per essere alcuno nella vita*. *Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale dos Sinos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela. Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). *In*: QUADROS, Claudemir. (org.) *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2014. pp. 191-231.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Polonesa: os fundamentos da Educação Escolar étnica revisitados. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela. E KREUTZ, Lúcio. (Orgs.) *Imigração e Educação no Brasil: Histórias, Processos e Práticas Escolares*. Santa Maria: Editora UFSM, 2011. p. 165 – 190.

MAESTRI, Mário & CARBONI, Florence. *Raízes Italianas no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Passo Fundo: Edupf, 2000.

MALCZEWSKI, Zdzislaw. *A presença dos poloneses e da comunidade polônica no Rio de Janeiro*. Varsóvia: Cesla, 1998.

MALIKOSKI, Adriano. *Escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

MARMILICZ, Paulo Tomaz. *A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais: reflexão em torno do camponês guaraniense, sua trajetória histórica, suas realizações econômicas e desafios – 1891-1996*. Ijuí: Policromia, 1996.

MAZUREK, Jerzy. *A Polônia e seus emigrados na América Latina (até 1939)*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

MAZUREK, Jerzy. *O Brasil e a Independência da Polônia em 1918*. Warszawa: Cesla, 2017.

MELO, Daniel e GRASSI, Marzia. *Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração*. Lisboa: Working Papers – ICSUL, 2007.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero. In: MEYER, Dagmar Estermann e PARAISO, Mar Lucy Alves. (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47 – 62.

MILOSZ, Czeslaw. *Não mais*. Brasília: UNB, 2003.

MODTKOWSKI, Luiz Isidoro. *A colonização polonesa em Áurea – Rio Grande do Sul*. Curitiba: I Seminário Brasil-Polônia, 1998.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Os Románov: 1613-1918*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NEIVA Jr., Eduardo. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1986.

NIKODEM, Paweł. *Pionierzy bez bandery. Czytelnia polska*, Cópia digitalizada, 1970.

NÓVOA, Antônio. Carta a um jovem historiador da educação. *História y Memoria de la Educación*. Madrid: SEDHE, pp. 113-129, 2015.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. *Em Aberto*, Brasília, v.9, nº47, jul. /set., 1990.

NÚÑEZ SEIXAS, José M. Modelos de liderazgo em comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In: A. BERNACONI, C. FRID, *De la Europa a las Américas: dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Biblos, 2006. p. 17-41.

PÁDUA, Elisabeth M. M. de. *Metodologia da Pesquisa. Abordagem Técnica*. Campinas: Papyrus, 2004.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PALECZNY, Tadeusz. Imagem da Comunidade Polônica latino-americana na consciência dos poloneses. *A presença polonesa na América Latina*. Warszawa: CESLA, 1996. p. 140-149.

PALECZNY, Tadeusz. Núcleos polônicos no Brasil: reservas de monoetnicidade ou enclaves de multiculturalismo? *Projeções: Revista de estudos Polono-Brasileiros*. Curitiba, ano II, II Semestre, pp. 17-38, 2000.

PANDOLFI, Dulce. Apresentação. In:\_\_\_\_\_. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 9-14.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO, Marlucy Alves. (org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 23-46.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. *História & História cultural*. 2. ed. Belo. Horizonte: Autêntica, 2008.

PETRONE, Maria Thereza. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano, sociedades e instituições (1889-1930)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 95-133.

PETRONE, Maria Thereza. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PETRONE, Maria Thereza. Política imigratória e interesses econômicos (1824-1930). *Emigrazione europea e popolo brasiliano. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazione*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987. p. 257-269.

PIMENTEL, Alessandra. O Método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, Londrina: DPSI n. 114, pp. 179-195, 2001.

PINEAU, Gaston, LE GRAND, Jean-Louis. Qual história. *As Histórias de vida*. Natal: EUFRN, 2012. pp. 105 – 128.

PINTO, Alfredo Clemente. *Primeiras Noções Grammatica*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1930.

PITOÑ, João. Periódicos de língua polonesa no Brasil. *Anais da comunidade brasileiro-polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da imigração polonesa no Paraná. v. III, pp. 1971.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *As teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PROST, Antoine (1933). *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RAMOS, Odinei Fabiano. Prudentópolis: experiências da imigração eslava no centro-sul do Paraná (1895-1950). *Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita*. São Paulo: UEPJM, 2012.

RAMOS, Odinei Fabiano. Ucrânianos, poloneses e “brasileiros”: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. *Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

RECH, Gelson Leonardo. Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): a formação de uma rede escolar e o fascismo. *Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas*. Pelotas: UFPEL, 2015.

REIS, José Carlos. História e Verdade: proposições. *Síntese: Revista de Filosofia*. Belo Horizonte, v.27, n. 89, fev. /jun. pp. 1-33, 2000.

RENK, Valquíria Elita. *As escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. Curitiba: Appris, 2014.

RENK, Valquíria Elita. O Olhar fiscalizador para as escolas de imigrantes poloneses e ucranianos no Paraná, nos anos de 1920. In: LUCHESE, Terciane A. e KREUTZ, Lúcio. *Imigração e Educação no Brasil: Histórias, Práticas e Processos Escolares*. Santa Maria: UFSM, 2011. p. 191 – 205.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In\_\_\_\_\_. *Proposições: ensaios de História e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009. p. 85 – 86.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 299-316, Mar. 2014.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *Ensaio*. Curitiba: ER, 1969.

SAPORSKI, Edmundo Wós. Memórias. *Anais da comunidade brasileiro-polonesa*. Curitiba, Superintendência do centenário da imigração polonesa no Paraná, v. VI, 1972.

SCHILLING, Isabel Conti. Os traços de identidade cultural polonesa nas práticas educacionais na escola Casemiro Stachurski. *Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense*. Criciúma: UNESC, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870 a 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989.

SEIFERT, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana, Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, 1997.

SEIFERT, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEK, Jan. Stosunek władz brazylijskich do szkolnictwa polonijnego w latach 1918-1923. *Polonijny*. Lublin, v. 2, 1982.

SEK, Jan. Szkolnictwo polonijne w Brazylii w latach 1941-1980. *Polonijny*, Lublin, v. 3 n. 4, 1986.

SEYFERTH, Giralda. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis. *História: Questões e Debates*. Curitiba, v.10, n. 18-19, pp. 113-155, 1989.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.

SIEMIRADZKI Josef. (1896) Uma afirmação temporal. Caminhos de Ferro no Sul do Brasil. *Paraná - Anos 1900*. Introducción y notas de Marcin Kula, Estudios Latinoamericanos, n. 1, p. 369-384, 1972

SIEMIRADZKI, Josef. *Polacy za morzem*. Lwów: Towarzystwo kolonizacyjno-Handlowe, 1894.

SIEMIRADZKI, Josef. *Polska Kolonizacja Zamorska. Kilka słów o potrzebie organizacji wychodźstw i skupienia polskiej ludności wychodźczej w brazylijskim stanie Parana (Nowa Polska)*. Lwów: Towarzystwo kolonizacyjno-Handlowe, 1899.

SIEMIRADZKI, Josef. *Sprawozdanie Dra Józefa Siemiradzkiego i ks. Jana Wolińskiego z podróży po południowej Brazylii*. Lwów: Nakład Gazety Handlowo - geograficznej. Z drukarni W. A. Rzymkowskiego, 1902.

SIEMIRADZKI, Josef. *Za morze! Szkice z wycieczki do Brazylii*. Lwów: we Lwowie i związkowa drukarnia, 1894.

SIEMIRADZKI, Józef. *Za morze. Szkice z wycieczki do Brazylii*. Lwów: Związkowa drukarnia w Lwowie, 1894.

SIEWIERSKI, Henryk. História da literatura polonesa. UNB, Brasília, 2000.

SILVA, Fabiana Regina da. Associações Polonesas União das Sociedades Cultura e Oświata (Curitiba - PR): Antagonismos e polonidade (s) na diáspora (1890 1939). *Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Federal de Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, PPGH, 2019. 394 p



SILVA, Tomaz Tadeu da. *Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. e MALINOWSKI, Mariusz. O Gaúcho-polonês no contexto da pluralidade cultural étnica no Rio Grande do Sul. *Projeções: Revista de estudos Polono-Brasileiros*. Curitiba: Braspol/Sociedade de Cristo/CESLA, ano II, II Semestre, pp. 47-64, 2000.

SLODKOWSKI, Aline Carlise. Memórias vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS. *Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

SMOLANA, Krzysztof & DEMBICZ, Andrej. A presença polonesa na América Latina. Roteiros poloneses na América Latina. Centro de Estudos Latino-Americanos. Varsóvia, Universidade de Varsóvia, 1996.

SMOLANA, Krzysztof. Recenseamento da população polonesa no Brasil 1934-1938. *In Fuentes, Estudios Latinoamericanos*. Warszawa, Cesla, v. 7, pp. 163-170, 1980.

SMOLANA, Krzysztof. Sobre a gênese do estereótipo do Polonês na América Latina (caso brasileiro). *Estudios Latinoamericanos*. Warszawa, Cesla, v. 5, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

SOUZA, José Pereira Coelho de. *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1941.

STANISZEWSKI, Rosane Souza. Uma investigação sobre o ensino da matemática nas escolas polonesas em São Mateus do Sul, Paraná. *Dissertação do Programa Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2014.

STARCZEWSKI, Michał. Z dziejów emigracji zarobkowej: agenci emigracyjni na ziemiach polskich przed 1914 r. *Przegląd Historyczny*. Warszawa, Uniwersytet Warszawski, CIII, 1/2012, pp. 47-80, 2012.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST, 1999.

STEMPLOWSKI, Ryszard. Imigranci polscy w Brazylii podczas II Wojny Światowej. Wstępem i przypisami opatrzył *Wybór dokumentów z Archiwum Instytutu Polskiego i Muzeum im. Generała Sikorskiego w Londynie*. Warszawa, Uniwersjad Jagiellonia, Grudzień, 1978.

STOLZ, Roger. *Cartas de imigrantes*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. *In História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, pp. 131-141, set. 1998.

SULIGOWSKI, Adolf. *Drugi zjazd prawników i ekonomistów polskich i jego znaczenie*. Warszawa, sem edição, 1890.

SUSIN, Ivânia Valim. Retratos de arquitetura moderna. Acervo Edmundo Gardolinski (1936-1952). *Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 2010.

TAMBARA, Elomar Calegario, QUADROS, Claudemir de.; BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação (1930-80). In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau. *República: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Porto Alegre: Méritos, 2007. pp. 315-335.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul ssob o castilhismo*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1995.

TEMPSKI, Edwino. *Quem é o polonês?* Curitiba: Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1971.

THOMAS, William I. e ZNANIECKI, Florian. *Il contadino polacco In: Europa e In: America*. Milano: Edizioni di Comunità, 1968.

TOMACHESKI, Mauro Baltazar. A terra prometida da virgem Maria: imigrantes; viajantes intelectuais e colonos na imigração polaca. *Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan. (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96 -116.

TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. Um cientista entre colonos: Ceslau Biezanko; educação; associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930. *Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

TRUZZI, Osvaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social. Revista de sociologia*. São Paulo: USP, v. 20, n 1. pp. 199-218, 2008.

VARGAS, Presidente. *O Estado Novo e suas Realizações. Entrevista concedida pelo Presidente da República à Imprensa carioca em São Lourenço*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, abril 1938.

VECCHI, Benedetto. Introdução. In: BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2003. pp. 7-15.

VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora. *A antropologia da etnia: além de Grupos étnicos e fronteiras*. São Paulo: Zahar, 1994

- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1998.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VIDAL, Diana Gonçalves, no interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. In: *Currículo sem Fronteiras*. São Paulo: USP, v.9, n.1, pp. 25-41, 2009.
- VIDAL, Diana. e ABDALA, Rachel. A fotografia como fonte para a História da educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. *Educação*, v. 30, n. 2, p. 177-193, 2005.
- VIDIGAL, Luís. A História oral: o que é, para que serve, como se faz. *Cadernos do Projeto Museológico sobre Educação e Infância*. Santarém: ESE, Nº 16. pp. 26-45, 1993.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*. Londrina: nº 16 jan./abr., pp. 63-85, 2008.
- VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de etnicidade. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, vol. 10 no. 1, – UFRJ, 2004.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. Abranches: paróquia da imigração polonesa. Um estudo de História demográfica. *Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1974
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *As escolas da colonização polonesa no Brasil. Anais da comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Champagnat, 1970.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil*. Curitiba: Ed Champagnat, 2002.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, Casa Romário Martins, 1981.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam; MALCZEWSKI, Zdzislaw. *Perfis polônicos no Brasil*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2000.
- WALASZEK, Adam. Wychodźcy, Emigrants or Poles? Fears and Hopes about Emigration in Poland 1870 -1939. *AEMI Journal*, n. 1, pp. 78-93, 2003.
- WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. pp. 125-256.
- WEBER, Regina e WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. *Revista*

*História Unisinos*. São Leopoldo: PPGH Unisinos, Vol. 16 Nº 1 – jan. – abr., pp. ,2011.

WEBER, Regina, ZALESKI TRINDADE, Rhuan Targino. Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. *Revista del Cesla*. Varsóvia: Uniwersytet Warszawski, núm. 19, pp. 269-289, 2016.

WEBER, Regina. Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses, *Revista Tempos Histórico*, vol. 19, n. 1, pp. 253-273, 2015.

WEBER, Regina. Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses. *Revista Tempos Históricos*. Marechal Candido Rondon, v. n. pp. 253-273, 2015.

WEBER, Regina. Historiografia da imigração polonesa: entre números e identidades. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH julho, 2011.

WEISS, João. *Colonos na Selva. Emigrantes como agricultores*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1949.

WELLISCH, Maurício. *Legislação sobre estrangeiros: anotada e atualizada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

WENCZENOVICZ, Thais Janaína. Luto e silêncio: doença e morte na área de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945). *Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

WENCZENOVICZ, Thais Janaína. *Montanhas que foram nuvens! Imigração polonesa em Áurea - RS (1910-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos peraus do rio das Antas: núcleo de imigrantes poloneses da ex-colônia Alfredo Chaves (1890)*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

WRZESIŃSKI, Wojciech. Polacy za granicą w polityce II Rzeczypospolitej (1918–1939). In: DROZDOWSKI Marian M. *Problemy dziejów Polonii*. Warszawa: PWN, 1979. s.

ZAŁĘCKI, Gustaw. *Problem konieczności i możliwości polskiej polityki kolonialnej*. Warszawa: LMK, 1930.

ZARYCHTA, Apoloniusz. *Emigracja polska 1918–1931 i jej znaczenie dla państwa*. Warszawa: Liga Morska i Kolonialna, 1933.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. *Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do Deops*. São Paulo: Edusp, 2006.

ZIELIŃSKI, Stanisław. Dr. Józef Siemiradzki: Podróże naukowe i działalność migracyjna. *Sprawy morskie i Kolonjalne*, Warszawa, zeszyt II (4) kwiecień-maj-czerwiec, pp. 154-169, 1935.

## 8 DOCUMENTOS

Brasil. *Decreto Lei no. 406*; de 04 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Coleção de Decretos de 1931 a 1945.

Brasil. *Decreto Lei no. 2072*; de 02 de março de 1940. Institui a Juventude Nacional. Coleção de Decretos de 1931 a 1945.

BRASIL. *Decreto n. 19.488* de 12 de dezembro de 1930. Sobre as datas comemorativas a serem celebradas nas escolas. Coleção de Decretos de 1931 a 1945.

BRASIL. *Coleção das Leis* da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930 a 1945.

Livro Paroquial; Linha José Júlio; Bento Gonçalves;

Livro Paroquial; Linha 14 de julho; Veranópolis;

Livros da Paróquia São Marcos; Dom Feliciano;

Livro de Atas da Sociedade Polônia – Braspol; Porto Alegre; 1939;

Relatório Intendência Municipal de Alfredo Chaves; Veranópolis; 1910; 1911 e 1912.

## 9 ANEXOS

## ANEXO A - Quadro-síntese de teses e dissertação sobre a imigração polonesa

(Continua)

| Área/<br>Instituição      | Título  | Autor                                      | Ano  | Palavras-<br>Chave   | Pesquisa  |
|---------------------------|---|--|------|--|-----------|
| História<br>UFPR          | Abranches: paróquia da imigração polonesa<br>Um estudo de História demográfica  | WACHOWI<br>CZ, Ruy<br>Cristovam            | 1974 | Imigração<br>Polonesa;<br>História<br>Demográfica                                    | Mestrado  |
| História<br>UFPR          | Imigração polonesa:<br>raízes históricas de um<br>preconceito   | MOHTADI,<br>Doustdar<br>Neda               | 1990 | Imigração<br>Polonesa;<br>Preconceito  | Mestrado  |
| História<br>UPF           | Montanhas que furam<br>as nuvens! Imigração<br>polonesa em Áurea'   | WENCZEN<br>OVICZ<br>Thaís<br>Janaina       | 2002 | Imigração<br>Polonesa;<br>Áurea;<br>Regionalismo                                     | Mestrado  |
| História<br>PUCRS         | Imigração e colonização<br>polonesa no Rio Grande<br>do Sul: a emergência do<br>preconceito'                            | GRITTI,<br>Isabel Rosa                     | 2002 | Preconceito;<br>Poloneses; Rio<br>Grande do Sul                                      | Doutorado |
| História<br>UFPR          | De católicos poloneses<br>e ponta-Grossense<br>católicos: a escola<br>Sagrada Família - 1933-<br>1945 '                 | CAPRI,<br>Elizabeth<br>Johansen            | 2003 | Católicos<br>poloneses;<br>Escolas<br>étnicas; Escola<br>Sagrada<br>Família          | Mestrado  |
| História<br>UFSC          | Os poloneses em São<br>Bento do Sul'  | BENTHIEN,<br>Muriéle<br>Silveira<br>Boeira | 2005 | São Bento do<br>Sul;<br>aculturação;<br>poloneses                                    | Mestrado  |
| História<br>UNISINOS      | Ucranianos; poloneses<br>e brasileiros em<br>Prudentópolis; fronteiras<br>étnicas e identitárias em<br>Prudentópolis/PR | RAMOS,<br>Odinei<br>Fabiano                | 2006 | Ucranianos;<br>Poloneses,<br>Brasileiros;<br>Prudentópolis;<br>Fronteiras<br>étnicas | Mestrado  |
| História<br>social<br>USP | Imigração e revolução:<br>lituanos; poloneses e<br>russos sob vigilância do<br>DEOPS (1924-1950)'                       | ZEN, Erick<br>Reis<br>Godliauskas          | 2006 | Imigração,<br>Vigilância;<br>Revolução;<br>Lituanos,<br>russos e<br>Poloneses        | Mestrado  |
| Educação<br>UNESC         | Os traços de identidade<br>cultural polonesa nas<br>práticas educacionais<br>na escola Casemiro<br>Stachurski'          | SCHILLING<br>, Isabel<br>Conti             | 2007 | Identidade<br>Cultura;<br>Imigração<br>Polonesa;<br>Práticas<br>Educativas           | Mestrado  |

|                                    |   |                                   |      |   |           |
|------------------------------------|---|-----------------------------------|------|---|-----------|
| História<br>PUC/RS                 | Luto e silêncio: doença e morte na área de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945)'                     | WENCZENO<br>VICZ Thaís<br>Janaina | 2007 | Imigrantes poloneses; Rio Grande do Sul Colonização e Rio Grande do Sul História, Morte e Doenças                 | Doutorado |
| Educação<br>UFPR                   | Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná' | RENK,<br>Valquíria<br>Elita       | 2009 | Escolas étnicas; nacionalização; Poloneses e Ucranianos   | Doutorado |
| História<br>UNICAMP                | Retratos de arquitetura moderna Acervo Edmundo Gardolinski (1936-1952) '  | SUSIN,<br>Ivânia Valim            | 2010 | Edmundo Gardolinski; Arquitetura Moderna  | Mestrado  |
| História<br>UPF                    | "Brasileiros" poloneses: uma identidade construída nas comunidades de casca e santo Antonio do Palma - RS (1990-2010) | BARRILI,<br>Lúcia                 | 2011 | Etnia; Invenção; Memória; <b>polonidade</b> ; Regionalismo  | Mestrado  |
| História<br>UEPJM                  | Prudentópolis: experiências da imigração eslava no centro-sul do Paraná (1895-1950)'                                  | RAMOS,<br>Odinei<br>Fabiano       | 2012 | Identidade; identificação cultural; Paraná; poloneses; ucranianos; colonização; identificação étnica; imigrantes; | Doutorado |
| Geociência<br>UFRGS                | Memórias vivas e a <b>polonidade</b> no município de Guarani das Missões/RS   | SLODKOW<br>SKI, Aline<br>Carlise  | 2013 | Identidade Polonesa; Guarani das Missões; Memórias vivas  | Mestrado  |
| Educação<br>em<br>Ciências<br>UFPR | Uma investigação sobre o ensino da matemática em São Mateus do Sul (PR)'  | STANISZEW<br>SKI, Rosane<br>Sousa | 2014 | Educação Matemática; História Oral  | Mestrado  |
| Educação<br>UCS                    | Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul; (1875 – 1939)'   | MALIKOSKI<br>, Adriano            | 2014 | Escolas étnicas polonesas; Imigração polonesa; Etnicidade e Identidade  | Mestrado  |
| História<br>UNISINOS               | A terra prometida da virgem Maria: imigrantes; viajantes  | TOMACHE<br>SKI, Mauro<br>Baltazar | 2014 | Imigração; Polacos; Colonos;  | Mestrado  |

|                    |   |                                 |      |  |           |
|--------------------|---|---------------------------------|------|--|-----------|
|                    | intelectuais e colonos na imigração polaca'   |                                 |      | católicos  |           |
| Educação UEPG      | Imigração e educação dos poloneses em Ponta Grossa; PR  | KUBASKI, Luciana                | 2015 | Instituições escolares; História da educação; Imigração                                  | Mestrado  |
| História UNICENTRO | O retorno da história: a festa das nações (Mallet/PR) – um estudo em torno das fronteiras étnicas entre poloneses e ucranianos '              | ANTOCZEC EN, Inês Valeria       | 2015 | Festa das Nações; fronteiras étnicas; poloneses; ucranianos                              | Mestrado  |
| História UFRGS     | Um cientista entre colonos: Ceslau Biezanko; educação; associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930' | TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski | 2015 | Biezanko; Poloneses; Colonos; Soja   | Mestrado  |
| Educação PUCPR     | Escolas étnicas polonesas no Paraná: organização e coesão dos grupos imigrantes (1871-1930)'  | BOÇÕEN, Rodrigo                 | 2016 | Escolas étnicas; Imigração Polonesa; Educação no Paraná                                  | Mestrado  |
| História UFSM      | Associações Polonesas União das Sociedades Kultura e Oświata (Curitiba - PR): Antagonismos e <b>polonidade</b> (s) na diáspora (1890 1939)    | SILVA, Fabiana Regina da        | 2019 | Associações Polonesas Uniões das Sociedades Kultura e Oświata Diáspora <b>polonidade</b> | Doutorado |

Fonte: organização do autor.



**ANEXO B - Dados estatísticos da população polonesa no Brasil no estado do Paraná em 1939**

| <b>Município/localidade</b> | <b>Inscritos</b> | <b>Estimativa</b> | <b>Total</b> |
|-----------------------------|------------------|-------------------|--------------|
| 1. Antonina                 |                  | 60                | 60           |
| 2. Araucária                | 5 201            | 49                | 5 250        |
| 3. Bocaiuva                 | —                | —                 | —            |
| 4. Bandeirantes             | 22               | —                 | 22           |
| 5. Colombo                  | 490              | 270               | 760          |
| 6. Curitiba                 | 4 880            | 5 620             | 10 500       |
| 7. Campo Largo              | 3 692            | 168               | 3 860        |
| 8. Campina Grande           | —                | 300               | 300          |
| 9. Castro                   | —                | 850               | 850          |
| 10. Carlópolis              | -                | -                 | -            |
| 11. Cambará                 | 31               | —                 | 31           |
| 12. Clevelândia             | 42               | 58                | 100          |
| 13. Entre Rios              | —                | 550               | 550          |
| 14. Foz de Iguaçu           | 161              | 39                | 200          |
| 15. Guaraqueçaba            | —                | 20                | 20           |
| 16. Guaratuba               | —                | 20                | 20           |
| 17. Guarapuava              | 4174             | 476               | 4 650        |
| 18. Ipiranga                | 1 368            | 232               | 1600         |
| 19. Irati                   | 1750             | 2 750             | 4 500        |
| 20. Imbituva                | 150              | 550               | 700          |
| 21. Joaquim Távora          | 307              | 93                | 400          |
| 22. Jaguariaiva             | 255              | 245               | 500          |
| 23. Jacarezinho             | —                | —                 | —            |
| 24. Lapa                    | 5 161            | 189               | 5 350        |
| 25. Londrina                | 234              | 212               | 446          |
| 26. Lageado Bonito          | —                | 50                | 50           |
| 27. Morretes                | —                | 40                | 40           |
| 28. Marechal Mallet         | 6 704            | 56                | 6 760        |
| 29. Paranaguá               | —                | 30                | 30           |
| 30. Piraguara               | 300              | 270               | 570          |
| 31. Ponta Grossa            | 2 070            | 1 530             | 3 600        |
| 32. Palmeira                | 2 446            | 154               | 2600         |
| 33. Pirai                   | 278              | 22                | 300          |
| 34. Prudentópolis           | 2 500            | —                 | 2 500        |
| 35. Palmas                  | —                | 560               | 560          |
| 36. Rio Negro               | 1 200            | 2 300             | 3 500        |
| 37. Rio Branco              | —                | 550               | 550          |
| 38. Ribeirão Claro          | —                | —                 | —            |
| 39. Rebouças                | 210              | 340               | 550          |
| 40. Rio Azul                | 1 209            | 141               | 1 350        |
| 41. Reserva                 | 1 998            | 302               | 2 300        |
| 42. S. José dos Pinhais     | 3 200            | 1000              | 4 200        |
| 43. Serro Azul              | 30               | 120               | 150          |
| 44. Senges                  | 124              | 126               | 250          |

|                           |              |              |              |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 45. S. João do Triunfo    | 700          | 550          | 1 250        |
| 46. São Matheus           | 5 576        | 774          | 6 350        |
| 47. S. José da Boa Vista  | 123          | 27           | 150          |
| 48. Siqueira Campos       | —            | —            | —            |
| 49. S. Antonio da Platina | —            | —            | —            |
| 50. São Jeronimo          | —            | —            | —            |
| 51. Sertanópolis          | —            | 20           | 20           |
| 52. Tamandaré             | —            | 1 950        | 1 950        |
| 53. Teixeira Soares       | 315          | 335          | 650          |
| 54. Tomazina              | 244          | 22           | 266          |
| 55. Tibagi                | 90           | 280          | 370          |
| 56. União da Vitória      | 6 935        | 135          | 7 070        |
| <b>Total</b>              | <b>64170</b> | <b>24435</b> | <b>88605</b> |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.<sup>500</sup>

---

<sup>500</sup> Relatório do Consulado Geral da RP em Curitiba para o MAE sobre a questão da estatística da emigração polonesa no Brasil. Estritamente secreto, de 31 de março de 1939, AAN 10383, pp. 24 - 25

**ANEXO C - Dados estatísticos da população polonesa no Brasil no estado de Santa Catarina em 1939**

| Município/localidade | Inscritos | Estimativa | Total |
|----------------------|-----------|------------|-------|
| 1. Araranguá         | —         | 20         | 20    |
| 2. Bom Retiro        | —         | 80         | 80    |
| 3. Brusque           | -         | 160        | 160   |
| 4. Blumenau          | 1 323     | 377        | 1700  |
| 5. Biguaçu           | —         | 20         | 20    |
| 6. Criciúma          | 654       | 348        | 1000  |
| 7. Campos Novos      | —         | 100        | 100   |
| 8. Curitibanos       | —         | 110        | 110   |
| 9. Concordia         | —         | 230        | 230   |
| 10. Cruzeiro do Sul  | —         | 300        | 300   |
| 11. Caçador          | -         | 180        | 180   |
| 12. Canoinhas        | 1 870     | 3 330      | 5 200 |
| 13. Campo Alegre     | 105       | 445        | 550   |
| 14. Camboriú         | —         | 12         | 12    |
| 15. Florianópolis    | —         | 360        | 360   |
| 16. Gaspar           | —         | 60         | 60    |
| 17. Harmonia         | —         | 700        | 700   |
| 18. Imaruí           | —         | 25         | 25    |
| 19. Itajaí           | 176       | 1024       | 1200  |
| 20. Itaiópolis       | 936       | 2 064      | 3000  |
| 21. Indaial          | 208       | 262        | 470   |
| 22. Jaguaruna        | —         | 35         | 35    |
| 23. Jaraguá do Sul   | 471       | 129        | 600   |
| 24. Joinville        | —         | 180        | 180   |
| 25. Laguna           | —         | 30         | 30    |
| 26. Lages            | —         | 110        | 110   |
| 27. Mafra            | 792       | 208        | 1000  |
| 28. Nova Trento      | —         | 130        | 130   |
| 29. Orleans          | 420       | 830        | 1250  |
| 30. Palhoça          | -         | 60         | 60    |
| 31. Passo dos Índios | —         | 120        | 120   |
| 32. Porto União      | 841       | 259        | 1 100 |
| 33. Parati           | —         | 50         | 50    |
| 34. Porto Belo       | —         | 45         | 45    |
| 35. Rio do Sul       | —         | 120        | 120   |
| 36. São José         | —         | 125        | 125   |
| 37. São Joaquim      | —         | 60         | 60    |
| 38. São Bento        | 1 302     | 398        | 1 700 |
| 39. São Francisco    | —         | 90         | 90    |
| 40. Timbó            | 430       | 70         | 500   |
| 41. Tubarão          | —         | 120        | 120   |
| 42. Tijucas          | —         | 420        | 420   |
| 43. Urussanga        | —         | 50         | 50    |
| Total                | 9528      | 13844      | 23372 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

## ANEXO D - Relatório Escolar: Formulário utilizado para o recenseamento em 1937.

## Sprawozdanie szkolne

za rok **1937**

- Przedszkole, Kolegium **III** klasowa szkoła polsko-brazylijska w **Virmond**
- Municypjum **Guarapuava** Poczta **Colonia Virmond**
- Stan **Paraná** Okręg szkolny
- Towarzystwo lub Zakon, utrzymujący szkołę. Do jakiej Centr. należy **Zgromadzenie Sióstr Miłosierdzia**
- Kto uczy w szkole **3 siły nauczyc. - Siostry** Wykształcenie **kursy nauczycielskie**
- Jakie inne organizacje polskie są w miejscu.  
Do jakiej Centrali należą
- Jakie Towarzystwa obcej narodowości są w miejscu
- Ile jest rodzin polskich w osiedlu
- Ile rodzin obcej narodowości jest w osiedlu
- Czy szkoła jest rejestrowana i gdzie **tak - w Kurytybie.**

| Okładka | Nauka w języku polskim.                  |                                       |   |   |                           | Dzieci polskich, ucz. się        |    |
|---------|--|---------------------------------------|---|---|---------------------------|----------------------------------|----|
|         | Dzieci polskich, uczących się po polsku. | Dzieci Rusinów, uczące się po polsku. | Dzieci Brazylijan uczące się po polsku. | Dzieci innej narodowości, uczące się po polsku. | Razem uczy się po polsku: | a/ Po polsku i br.               |    |
| I       | 30                                       |                                       |   |   |                           |                                  | 78 |
| II      | 30                                       |                                       |   |   |                           | b/ Tylko po pols.                |    |
| III     | 18                                       |                                       |   |   |                           | c/ Tylko po braz.                |    |
| IV      |  |                                       |   |   |                           | Wszystkich dzieci pol. w szkole. | 78 |
| V       |  |                                       |   |   |                           | Dzieci obcych w szkole.          |    |
| VI      |  |                                       |   |   |                           | Wszystkich dzieci w szkole.      | 78 |
| Razem:  | 78                                       |                                       |   |   | 78                        |                                  |    |

- Przeciętna frekwencja w ostatnim kwartale
- Nauka polska od godz. do g. Nauka brazylijska od g. do g.
- Jakich przedmiotów uczy się po polsku **wszystkich**
- Czy nauczyciel ma dyplom rządowy braz. **mają**
- Jakimi władają językami **polskim, brazylijskim i niemieckim**
- Ile subwencji pobiera nauczyciel miesięcznie: **200\$000**
  - od kolonji **dzieci płać po 2\$ lub 3\$000, są i bezpłatne.**
  - municipalnej
  - stanowej
  - federalnej
  - z C. Z. P.
- Jakie inne szkoły są w osiedlu
- Ile polskich dzieci uczęszcza do szkoły rządowej braz. Ile wszystkich
- Ile polskich dzieci uczęszcza do szkoły obcej narodowości Ile wszystkich
- Ile dzieci polskich z osiedla kształcą się w szkołach średnich i wyższych
- Ile dzieci polskich nie uczęszcza do żadnej szkoły i dla czego
- W czym budynku mieści się szkoła **zgromadzenia** Ile izb szkolnych posiada **3**
- Czy w szkole lub obok szkoły jest mieszkanie dla nauczyciela **tak** Ile pokoi posiada

Kurytyba dnia **II października 1937**

**Siostra Stanisława**  
Podpis nauczyciela albo Okręgowego.